

# **ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT**

**AVALIAÇÃO EM PROFUNDIDADE DAS MEDIDAS  
E DAS ÁREAS TEMÁTICAS SELECIONADAS**

**(VOLUME AUTÓNOMO)**

**NOVEMBRO DE 2005**





## FICHA TÉCNICA

***Actualização da Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo***

*Volume Autónomo – Avaliação em Profundidade das Medidas e das Áreas Temáticas Seleccionadas*

*Novembro 2005*

**Autoria:** *Consórcio constituído pela Augusto Mateus e Associados, CIRIUS e GeoIdeia*

**Coordenação global:** *Augusto Mateus*

**Coordenação executiva:** *Paulo Madruga e Sandra Primitivo*

**Equipa Técnica:** *Cátia Fernandes, Diogo Martins, Fernando Moreira, Isabel André, José António Oliveira, José Vasconcelos, Sérgio Lorga, Vânia Rosa.*

## INDICE

FICHA TÉCNICA .....	I
INDICE .....	II
INDICE DE GRÁFICOS, QUADROS E CAIXAS DE TEXTO .....	IV
NOTA INTRODUTÓRIA .....	9
1. MEDIDA 1.5 – ACCÕES ESPECÍFICAS DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL .....	11
1.1. Introdução .....	11
1.2. Sinopse da Medida .....	11
1.3. Execução da Medida .....	13
1.4. Eficácia e Eficiência das Intervenções .....	18
1.5. Avaliação de Impactes Expectáveis das Intervenções .....	20
1.6. Recomendações .....	21
1.7. Informação Complementar .....	22
2. MEDIDA 2.3 – VALTEJO .....	39
2.1. Introdução .....	39
2.2. Sinopse da Medida .....	40
2.3. Execução da Medida .....	42
2.4. Eficácia e Eficiência das Intervenções .....	47
2.5. Avaliação de Impactes Expectáveis das Intervenções .....	65
2.6. Recomendações .....	68
3. MEDIDA 3.2. – FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE .....	70
3.1. Sinopse da medida .....	71
3.2. Execução da Medida .....	74
3.3. Caracterização dos formandos .....	76
3.4. Caracterização da Formação .....	82
3.5. Avaliação da aquisição de Competências e da Empregabilidade de Activos Empregados .....	88
3.6. Execução Financeira .....	96
3.7. Conclusões e Recomendações .....	101

4.	MEDIDA 3.3 – QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DE DESEMPREGADOS .....	107
4.1.	Sinopse da medida .....	108
4.2.	Execução Física da Medida.....	112
4.3.	Caracterização dos formandos .....	115
4.4.	Caracterização da Formação .....	121
4.5.	Contribuição da Medida para a Empregabilidade dos Activos Desempregados .....	125
4.6.	Execução Financeira .....	133
4.7.	Conclusões e Recomendações.....	138
5.	MEDIDA 3.9: ENSINO PROFISSIONAL (FSE).....	141
5.1.	Introdução .....	141
5.2.	O Ensino Profissional de Nível 3 na RLVT .....	141
5.3.	Sinopse da medida .....	142
5.4.	Execução da medida.....	144
5.5.	Eficácia e eficiência das intervenções .....	147
5.6.	Avaliação de impactes expectáveis das intervenções.....	148
5.7.	Recomendações.....	150
6.	MEDIDA 3.15: AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL .....	152
6.1.	Sinopse da Medida.....	152
6.2.	Execução da medida.....	157
6.2.1.	Acção 1 – Diversificação na Pequena Agricultura .....	163
6.2.2.	Acção 2 – Desenvolvimento de Produtos de Qualidade.....	164
6.2.3.	Acção 3 – Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas.....	167
6.2.4.	Acção 4 – Serviços à Agricultura .....	172
6.2.5.	Acção 5 – Gesto de Recursos Hídricos e Emparelamento .....	175
6.2.6.	Acção 6 – Caminhos e Electrificação Agro-Rurais.....	179
6.2.7.	Acção 7 – Valorização do Ambiente e do Património Rural .....	182
6.2.8.	Acção 8 – Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural.....	185
6.3.	Relevância e eficácia das Intervenções e principais conclusões.....	186
7.	DESENVOLVIMENTO EM PROFUNDIDADE DAS ÁREAS TEMÁTICAS SELECIONADAS .....	190
7.1.	Análise Temática: Domínios de Intervenção 18 e 24.....	190
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>203</b>

**INDICE DE GRÁFICOS, QUADROS E CAIXAS DE TEXTO**

Gráfico 1-1: Desvios relativamente à data de fim prevista, em dias .....	35
Gráfico 3-1: Medida 3.2 – N° de cursos por acção tipo.....	74
Gráfico 3-2: Medida 3.2 – N° de cursos por acção tipo.....	75
Gráfico 3-3: Medida 3.2 – Volume de formação .....	75
Gráfico 3-4: Medida 3.2 – N° de formandos.....	76
Gráfico 3-5: Medida 3.2 – Distribuição de formandos por classes etárias.....	77
Gráfico 3-6: Medida 3.2 – Distribuição de formandos por habilitações literárias e sexo.....	78
Gráfico 3-7: Medida 3.2 – Distribuição por sexo e por acção tipo .....	79
Gráfico 3-8: Medida 3.2 – Distribuição formandos por classes etárias.....	79
Gráfico 3-9: Medida 3.2 – Variação da idade dos formandos por sub-região .....	80
Gráfico 3-10: Medida 3.2 – Distribuição do n° de formandos por Sub-Região, Sexo e Relação com a Entidade Promotora .....	81
Gráfico 3-11: Medida 3.2 – N° de formandos por dimensão das empresas .....	82
Gráfico 3-12: Medida 3.2 – % TIC, Ambiente e Equidade (Volume de Formação).....	85
Gráfico 3-13: Medida 3.2 – Distribuição de volume de formação contratado por trimestre.....	86
Gráfico 3-14: Medida 3.2 – Escala de qualificação por Número de Cursos .....	90
Gráfico 3-15: Medida 3.2 – Escala de qualificação por Volume de Formação .....	90
Gráfico 3-16: Medida 3.2 – Distribuição de formandos por forma de qualificação .....	94
Gráfico 3-17: Medida 3.2 – Estrutura financiamento executado por acção tipo.....	97
Gráfico 3-18: Medida 3.2 – Taxa de execução financeira por acção tipo .....	98
Gráfico 3-19: Medida 3.2 – Custo hora formando por acção tipo.....	99
Gráfico 3-20: Medida 3.2 – Distribuição do montante executado por rubricas .....	100
Gráfico 3-21: Medida 3.2 – Execução financeira por rubrica (face a contratado).....	101
Gráfico 4-1: Medida 3.3 – N° de projectos por acção tipo .....	113
Gráfico 4-2: Medida 3.3 – N° de cursos por acção tipo.....	113
Gráfico 4-3: Medida 3.3 – Volume de formação realizada por acção tipo .....	114
Gráfico 4-4: Medida 3.3 – N° de formandos por acção tipo.....	114
Gráfico 4-5: Medida 3.3 – Distribuição de formandos por classes etárias.....	115
Gráfico 4-6: Medida 3.3 – Distribuição de formandos por habilitações literárias e sexo.....	116
Gráfico 4-7: Medida 3.3 – Distribuição por sexo e por acção tipo .....	117
Gráfico 4-8: Medida 3.3 – Distribuição formandos por classes etárias.....	118
Gráfico 4-9: Medida 3.3 – Distribuição formandos por sexo e sub-regiões .....	119
Gráfico 4-10: Medida 3.3 – Distribuição do tipo de desemprego por acção tipo .....	120
Gráfico 4-11: Medida 3.3 – Distribuição de formandos por Tipo de Desemprego e por Sub-Região .....	120
Gráfico 4-12: Medida 3.3 – % TIC, Ambiente e Equidade (Volume de Form.).....	123
Gráfico 4-13: Medida 3.3 – Distribuição de volume de formação contratado e executado por trimestre.....	124
Gráfico 4-14: Medida 3.3 – Escala de qualificação por Número de Cursos .....	127
Gráfico 4-15: Medida 3.3 – Escala de qualificação por Volume de Formação .....	127
Gráfico 4-16: Medida 3.3 – Escala de qualificação por N° de Formandos .....	128
Gráfico 4-17: Medida 3.3 – Distribuição de formandos por forma de qualificação .....	131

Gráfico 4-18: Medida 3.3 – Montantes aprovados e Executados por trimestre .....	134
Gráfico 4-19: Medida 3.3 – Distribuição por rúbricas do montantes Executado .....	136
Gráfico 4-20: Medida 3.3 – Execução financeira por rubrica (face a contratado).....	136
Gráfico 4-21: Medida 3.3 – Taxa de Execução Financeira por Acção Tipo.....	137
Gráfico 4-22: Medida 3.3 – CHF por acção tipo .....	137
Gráfico 6-1: Medida 3.15 – Valores Financeiros da Despesa Pública .....	157
Gráfico 6-2: Medida 3.15 – Índices de aprovação em número e valor dos projectos (Semestral).....	158
Gráfico 6-3: Relação entre os Índices de Aprovação e de Execução (Semestral) .....	159
Gráfico 6-4: Distribuição geográfica dos projectos e do investimento .....	159
Gráfico 6-5: Medida 3.15 – Dimensão Média da Ajuda Financeira por Projecto e Número de Projectos por Acção.....	160
Gráfico 6-6: Medida 3.15 – Estrutura de Participação na Acção 1. ....	164
Gráfico 6-7: Compromisso e execução da Acção 2, por Subacção.....	165
Gráfico 6-8: Compromisso e execução da Acção 3.....	167
Gráfico 6-9: Realização física da subacção 3.4 .....	169
Gráfico 6-10: Distribuição Regional dos projectos aprovados da Acção 4 .....	173
Gráfico 6-11: Compromisso e execução da Acção 5, por subacção .....	175
Gráfico 6-12: Distribuição Geográfica dos projectos aprovados na Acção 5 .....	176
Gráfico 6-13: Realização física da Acção 5.....	177
Gráfico 6-14: Compromisso e execução da Acção 6, por subacção .....	180
Gráfico 6-15: Compromisso e execução da Acção 7.....	183
Quadro 1-1: Distribuição Territorial dos Projectos e do Investimento .....	14
Quadro 1-2: contributo dos projectos para o cumprimento dos objectivos específicos – eficácia potencial (a), provável (b) e efectiva (c) .....	15
Quadro 1-3: Correspondência entre as categorias previstas de beneficiários e as efectivas (promotores de projectos aprovados).....	16
Quadro 1-4: Distribuição geográfica dos projectos - Caracterização geral por NUTS 3.....	16
Quadro 1-5: Distribuição geográfica dos projectos - Tipos de promotores por NUTS 3 (nº de projectos) .....	16
Quadro 1-6: distribuição geográfica dos projectos - Caracterização geral por tipologia territorial .....	17
Quadro 1-7: distribuição geográfica dos projectos - Tipos de promotores por tipologia territorial.....	17
Quadro 1-8: timings de aprovação - Caracterização geral.....	17
Quadro 1-9: timings de aprovação - Projectos segundo o ano de aprovação por tipos de promotores .....	17
Quadro 1-10: projectos da medida 1.5, terminados e que possuem relatório final .....	22
Quadro 1-11: Efeitos - Programado vs Realizado.....	23
Quadro 1-12: Datas previstas e efectivas dos projectos com relatório final .....	34
Quadro 1-13: Desvios relativamente à data prevista de fim, por periodos de dias .....	36
Quadro 1-14: Projectos segundo as classes de desvios - projectos terminados com mais de 31 dias de antecedência.....	36
Quadro 1-15: Projectos segundo as classes de desvios - Projectos terminados com antecedência entre 15 e 31 dias .....	36
Quadro 1-16: Projectos segundo as classes de desvios - Projectos terminados antecedência até 15 dias.....	36
Quadro 1-17: Projectos segundo as classes de desvios - Projectos terminados na data prevista.....	37
Quadro 1-18: Projectos segundo as classes de desvios - projectos terminados com um atraso até 15 dias.....	37
Quadro 1-19: Projectos segundo as classes de desvios - Projectos terminados com um atraso entre 31 e 62 dias .....	37

Quadro 1-20: Projectos segundo as classes de desvios - Projectos terminados com um atraso entre 62 e 124 dias .....	37
Quadro 1-21: Projectos segundo as classes de desvios - Projectos terminados com um atraso entre 124 e 248 dias .....	37
Quadro 1-22: Projectos segundo as classes de desvios - Projectos terminados com mais de 248 dias de atraso .....	38
Quadro 2-1: timings de aprovação: Caracterização geral .....	43
Quadro 2-2: timings de aprovação: projectos segundo o ano de aprovação por tipo de promotor .....	43
Quadro 2-3: timings de aprovação: investimento aprovado segundo o ano de aprovação por tipos de promotores (mil euros) .....	43
Quadro 2-4: correspondência entre as categorias previstas de beneficiários e as efectivas (promotores de projectos aprovados) .....	44
Quadro 2-5: distribuição geográfica dos projectos - Caracterização geral por NUTS 3 .....	45
Quadro 2-6: distribuição geográfica dos projectos: nº de projectos por tipo de promotor e NUTS III .....	45
Quadro 2-7: distribuição geográfica dos projectos Investimento aprovado por tipo de promotor e NUTS III .....	46
Quadro 2-8: indicadores associados aos projectos aprovados .....	48
Quadro 2-9: relação entre os objectivos específicos da medida e os projectos concluídos .....	49
Quadro 2-10: Apreciação dos desvios entre as datas previstas e efectivas, de início e de fim, e dos desvios relativamente ao período previsto de execução do projecto .....	50
Quadro 2-11: Contributo dos projectos para o cumprimento dos objectivos específicos – eficácia potencial (a), provável (b) e efectiva (c) .....	51
Quadro 2-12: Objectivos vs Efeitos .....	52
Quadro 2-13: Datas previstas e efectivas, de início e de fim, dos projectos com relatório final .....	64
Quadro 3-1: Medida 3.2 – Distribuição do nº de formandos por classe etária e sexo .....	77
Quadro 3-2: Medida 3.2 – execução física por acção tipo .....	83
Quadro 3-3: Medida 3.2 – Acções de Formação executadas por áreas temáticas .....	84
Quadro 3-4: Indicadores e metas associados à medida 3.2 (valores anualizados) .....	87
Quadro 3-5: Medida 3.2 – Qualificação e Empregabilidade dos activos empregados conforme duração das acções e nível de saída .....	89
Quadro 3-6: Medida 3.2 – Distribuição do nº de cursos, nº de Formandos e Volume de Formação por AT conforme nº de horas do curso e Elevação do nível de qualificação do Curso .....	91
Quadro 3-7: Medida 3.2 – Distribuição do nº de cursos, nº de Formandos e Volume de Formação por Tipo de Promotor conforme nº de horas do curso e Elevação do nível de qualificação do Curso .....	91
Quadro 3-8: Medida 3.2 – Distribuição do nº de cursos, Formandos e Volume de Formação por Área de Formação conforme nº de horas do curso e Elevação do nível de qualificação do Curso .....	92
Quadro 3-9: Medida 3.2 – Escala de qualificação por Nº de Formandos .....	93
Quadro 3-10: montantes aprovados por acção tipo Programação Financeira e situação do compromisso e da execução a 30/06/05 .....	96
Quadro 3-11: montantes aprovados por acção tipo .....	96
Quadro 3-12: Montantes Executados por acção tipo .....	97
Quadro 4-1: Programação Financeira e situação do compromisso e da execução a 30/06/05 .....	108
Quadro 4-2: Metas e Indicadores em 2006 .....	109
Quadro 4-3: Medida 3.3 – Execução Física por Acção Tipo .....	115
Quadro 4-4: Medida 3.3 – Distribuição do nº de formandos por classe etária e sexo .....	116
Quadro 4-5: Distribuição do nº de formandos por classe etária e sexo .....	117
Quadro 4-6: Medida 3.3 – Distribuição por resultados de formação por acção tipo .....	121
Quadro 4-7: Medida 3.3 – Cursos executados por áreas temáticas .....	122

Quadro 4-8: Medida 3.3 – Qualificação e Empregabilidade dos activos Desempregados conforme duração das acções e nível de saída .....	125
Quadro 4-9: Medida 3.3 – Distribuição do nº de cursos, nº de Formandos e Volume de Formação por AT conforme nº de horas do curso e Elevação do nível de qualificação do Curso .....	129
Quadro 4-10: Medida 3.3 – Distribuição do nº de cursos, nº de Formandos e Volume de Formação por Área de Formação conforme nº de horas do curso e Elevação do nível de qualificação do Curso .....	129
Quadro 4-11: Medida 3.3 – Distribuição do nº de cursos, nº de Formandos e Volume de Formação por Tipo de Promotor conforme nº de horas do curso e Elevação do nível de qualificação do Curso .....	130
Quadro 4-12: Medida 3.3 – Taxas de influxo no emprego e desemprego (1).....	132
Quadro 4-13: Programação Financeira e situação do compromisso e da execução a 30/06/2005 .....	133
Quadro 4-14: montantes aprovados por acção tipo.....	134
Quadro 4-15: Montantes executados por acção tipo.....	134
Quadro 5-1: Dados gerais sobre a execução da Medida 3.9 .....	144
Quadro 5-2: Níveis de execução.....	144
Quadro 5-3: Timings de aprovação - Caracterização geral .....	145
Quadro 5-4: Distribuição geográfica dos projectos – Caracterização geral por NUTS III.....	145
Quadro 5-5: Projectos aprovados e concluídos segundo o tipo de promotor.....	146
Quadro 5-6: Distribuição geográfica dos projectos - Tipos de promotores por NUTS III .....	146
Quadro 5-7: Metas e Indicadores da Medida 3.9 .....	147
Quadro 5-8: Conclusão do Ensino Secundário Profissional, 2000-2003 .....	147
Quadro 5-9: Percurso pós-estágio (conclusão do curso) dos diplomados no ano lectivo de 2001/2002.....	149
Quadro 5-10: Situação dos diplomados 2001/2002, 12 meses após a conclusão do curso.....	149
Quadro 6-1: Estrutura e objectivos das acções da medida 3.15 .....	153
Quadro 6-2: Valores Máximos de Ajuda previstos para a Medida 3.15 .....	155
Quadro 6-3: Enquadramento legal relevante da Medida 3.15 .....	156
Quadro 6-4: Medida 3.15 – Reprogramação, Compromisso e Execução globais.....	157
Quadro 6-5: Medida 3.15 – Programação e execução por acção/sub-acção (despesa pública).....	161
Quadro 6-6: Medida 3.15 – Indicadores de acompanhamento .....	162
Quadro 7-1: Medidas com contributo para os domínios de intervenção 18 e 24, de acordo com o respectivo peso na programação financeira total da medida .....	190
Quadro 7-2: Sistematização programática das medidas em que se inserem os projectos referentes aos domínios de análise 18 e 24.....	191
Quadro 7-3: Distribuição de projectos, investimento aprovado e executado e taxas de execução, por domínios e medidas .....	193
Quadro 7-4: Caracterização dos projectos segundo o contributo para os objectivos específicos das medidas.....	194
Quadro 7-5: Distribuição de projectos e montante de investimento por tipos de promotores (promotores de projectos aprovados).....	196
Quadro 7-6: Distribuição geográfica dos projectos - Caracterização geral por NUTS 3.....	197
Quadro 7-7: Distribuição geográfica dos projectos por tipos de promotores.....	198
Quadro 7-8: timings de aprovação em UG - Caracterização geral.....	198
Quadro 7-9: Contributo dos projectos para o cumprimento dos objectivos específicos - eficácia potencial, provável e efectiva .....	200

Caixa de Texto 1-1: em que medida a definição das acções específicas se enquadrou no cumprimento dos objectivos/conteúdo do programa, do eixo prioritário, da medida/acções? .....	14
Caixa de Texto 1-2: em que medida estas acções alcançaram os objectivos em matéria de cooperação territorial e desempenho funcional relacional, competitividade urbana/territorial e ordenamento e requalificação? .....	19
Caixa de Texto 1-3: em que medida as acções específicas se justificaram enquanto formas particulares de concepção/intervenção e implementação de uma resposta à situação da região e de integração num programa regional? .....	20
Caixa de Texto 2-1: Em que medida a acção integrada de base territorial se justificou como forma específica de concepção de uma resposta à situação do Vale do Tejo? e enquanto forma específica de intervenção e de implementação? .....	46
Caixa de Texto 4-1: Objectivos e destinatários das acções tipo da formação profissional .....	110
Caixa de Texto 6-1: síntese da acção 1 .....	163
Caixa de Texto 6-2: Síntese da Acção 2 .....	165
Caixa de Texto 6-3: Síntese da Subacção 2.1 .....	166
Caixa de Texto 6-4: Síntese da Subacção 2.2 .....	166
Caixa de Texto 6-5: Síntese da Acção 3 .....	167
Caixa de Texto 6-6: Síntese da Subacção 3.1 .....	170
Caixa de Texto 6-7: Síntese da Subacção 3.2 .....	170
Caixa de Texto 6-8: Síntese da Subacção 3.3 .....	171
Caixa de Texto 6-9: Síntese da Subacção 3.4 .....	171
Caixa de Texto 6-10: Síntese da Subacção 3.5 .....	172
Caixa de Texto 6-11: Síntese da Acção 4 .....	172
Caixa de Texto 6-12: Síntese das Subacções 4.1. E 4.2 .....	174
Caixa de Texto 6-13: Síntese da Acção 5 .....	175
Caixa de Texto 6-14: Síntese da Subacção 5.1 .....	178
Caixa de Texto 6-15: Síntese da Subacção 5.2 .....	178
Caixa de Texto 6-16: Síntese da Subacção 5.3 .....	179
Caixa de Texto 6-17: Síntese da Acção 6 .....	179
Caixa de Texto 6-18: Síntese da Subacção 6.1 e 6.2 .....	181
Caixa de Texto 6-19: Síntese da Acção 7 .....	182
Caixa de Texto 6-20: Síntese da Subacção 7.1 .....	184
Caixa de Texto 6-21: Síntese da Subacção 7.2 .....	184
Caixa de Texto 6-22: Síntese da Acção 8 .....	185
Caixa de Texto 6-23: Em que medida o conteúdo das Subacções definidas permitiram ou permitem prosseguir a finalidade e a concretização da respectiva Subacção e da Acção? .....	186
Caixa de Texto 6-24: Em que medida a definição e implementação das subacções se adequam à capacidade de formulação e prossecução de projectos correspondentes e à adesão de promotores? .....	187
Caixa de Texto 6-25: Em que medida os projectos formulados são adequados à sua própria prossecução? ..	187
Caixa de Texto 6-26: Em que medida se verifica uma adequação entre a concepção, a implementação e a gestão destas Subacções? .....	187
Caixa de Texto 7-1: Questões Fundamentais da Avaliação de Programas e Intervenções Públicas .....	195
Caixa de Texto 7-2: Questões Fundamentais da Avaliação de Programas e Intervenções Públicas .....	201
Caixa de Texto 7-3: Questões Fundamentais da Avaliação de Programas e Intervenções Públicas .....	202

## NOTA INTRODUTÓRIA

A actualização das avaliações intercalares comporta dois grandes objectivos, de natureza vincadamente pragmática, a que deverão ser dados resposta neste processo de avaliação. O primeiro consiste em actualizar e analisar as realizações e os resultados já alcançados pelo Programa, produzindo igualmente uma estimativa dos principais resultados e impactes expectáveis no horizonte da sua conclusão. O segundo objectivo visa fornecer um quadro de recomendações para preparar as futuras intervenções co-financiadas pelos Fundos Estruturais na Região (2007-2013).

O Relatório Final da Actualização da Avaliação Intercalar do PORLVT adopta uma estrutura que procura responder às exigências do respectivo caderno de encargos e à proposta apresentada e encontra-se organizado em três partes.

Uma primeira parte, em que se procede à actualização das realizações e resultados do Programa e da evolução recente da Região de Lisboa e Vale do Tejo, confrontando-a, sistematicamente, com as conclusões e recomendações avançadas no âmbito da Avaliação Intercalar. Nesta parte começa-se por analisar o contributo das alterações efectuadas na programação e nos processos de operacionalização para a melhoria da pertinência, relevância, eficiência e eficácia do Programa. Seguidamente, aborda-se a evolução recente da região de Lisboa e Vale do Tejo quer no contexto nacional e europeu quer à luz das prioridades da Estratégia de Lisboa. Esta parte termina com a estimativa dos principais resultados e impactes expectáveis no horizonte da conclusão do Programa.

Uma segunda parte que isola os principais resultados da avaliação em profundidade, prevista no caderno de encargos, ao nível do Sistema de Gestão, Acompanhamento e Controle e das Medidas e Áreas Temáticas seleccionadas.

Finalmente, uma terceira parte onde se sistematizam as grandes lições da experiência e as principais conclusões desta actualização da avaliação, evidenciando o novo quadro de problemas, necessidades e desafios da região de Lisboa à luz da evolução mais recente e as grandes recomendações para a configuração do quadro estratégico de referência para o próximo ciclo de programação estrutural na região, tendo em consideração as mudanças de orientação da política estrutural europeia.

**Este Volume Autónomo constitui parte integrante do Relatório Final da Actualização da Avaliação Intercalar do PORLVT e apresenta a versão completa das medidas e áreas temáticas objecto de análise em profundidade e sintetizadas na parte II do corpo central do Relatório Final.** Analisam-se assim detalhadamente as medidas 1.5, 2.3, 3.2, 3.3, 3.9 e 3.15 do PORLVT e

duas áreas temáticas que se referem aos domínios de intervenção “*Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos*” e “*Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação*”.

Apresentada a estrutura e opções do relatório, entende a equipa de avaliação, relevar uma nota de reconhecimento, nomeadamente no quadro do Grupo Técnico de Acompanhamento, seja ao nível da Comissão Europeia, seja ao nível das Autoridades Nacionais, seja ao nível das estruturas de gestão do programa, nomeadamente do Gestor, Gestores de Eixo, Chefes das EAT, Coordenadores de Medidas, na medida em que sempre pôde contar, ao longo dos trabalhos de avaliação, com uma colaboração empenhada das diferentes entidades, seja no sentido de ultrapassar as lacunas e deficiências da informação acima referidas, seja na resolução de problemas práticos que se foram colocando, seja na produção de um conjunto de úteis sugestões e críticas.

Novembro de 2005

A equipa de avaliação

## 1. MEDIDA 1.5 – ACÇÕES ESPECÍFICAS DE VALORIZAÇÃO TERRITORIAL

### 1.1. INTRODUÇÃO

Neste relatório, procede-se à avaliação em profundidade da Medida 1.5 - Consolidação e valorização do sistema urbano regional e qualificação das áreas suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa - com base na análise de conteúdo dos dossiers de candidatura e dos relatórios finais dos projectos que à data de 30 de Junho de 2005 estavam concluídos (cfr Anexo 2), dos resultados da auscultação da gestão e de informação vária sobre os projectos concluídos<sup>1</sup>.

Os principais bloqueios sentidos pela gestão da medida 1.5 podem ser sintetizados em:

- Falta de meios financeiros para assegurar a contrapartida nacional e responder ao QCA;
- Falta (na fase inicial) de projectos técnicos para arrancar;
- Dificuldades ao nível do quadro legislativo e normativo.

Relativamente aos recursos humanos e logísticos para o acompanhamento dos projectos, verificou-se algum défice que não impediu, contudo, a execução das tarefas, apenas introduziu algum atraso nos procedimentos.

As consequências do *Phasing Out*, fizeram-se sentir: desde logo nos meios financeiros disponíveis. Este facto originou, dentro de uma perspectiva de justiça territorial, que se tivesse feito uma discriminação positiva relativamente ao Vale do Tejo e Oeste no sentido de minimizar aí esses efeitos.

### 1.2. SINOPSE DA MEDIDA

*Designação: Medida 1.5 – Acções específicas de valorização territorial (FEDER)*

*Objectivo Geral*

***Valorizar e revitalizar espaços territoriais específicos, com vista à dinamização das suas potencialidades e à promoção da sua competitividade, e fazendo face a estrangulamentos e fragilidades locais e regionais.***

<sup>1</sup> A realização das Eleições Autárquicas a 9 de Outubro passado impediu que fosse realizada a sessão de *Focus Group* com os promotores seleccionados para a participação nesse workshop. Todavia, a informação disponível sobre os projectos permitiu colmatar essa lacuna.

*Objectivos específicos*

- **Preservar, recuperar e valorizar conjuntos territoriais de grande importância municipal, intermunicipal ou regional.**
- **Implementar acções de revitalização económica e social de espaços degradados em áreas circunscritas, designadamente em zonas urbanas e no âmbito de processos de recuperação ambiental.**
- **Criar ou melhorar as condições, designadamente infra-estruturais, promovendo o adequado aproveitamento e utilização dos recursos existentes, sobretudo urbano.**
- **Contribuir para o desenvolvimento articulado, em rede, do território nacional, apoiando estratégias concertadas de qualificação e de desenvolvimento urbano, bem como sistemas de informação e comunicação.**

*Categorias de beneficiários:*

- **Municípios e Associações de Municípios**
- **Empresas Municipais**
- **Empresas Concessionárias Municipais**
- **Empresas Públicas, Concessionárias do Estado, e de Capitais Mistos**
- **Fundações e Associações sem fins lucrativos**
- **Associações Empresariais**
- **Agências de Desenvolvimento Regional e Local**
- **Associações de Desenvolvimento Local**
- **Serviços Desconcentrados da Administração Central**
- **Instituições de Ensino Superior e Politécnico**
- **Estruturas de I&D**
- **Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos**

*Programação financeira e situação do compromisso e da execução a 30/06/05:*

**Programado Inicial – 135.629.389 Euros (123.850.852 Despesa Pública e 11.778.537 Financiamento Privado)**

**Reprogramado – 209.817.731 Euros (Relat. Execução do PORLVT 2004)**

**Aprovado – 181.861.908,43 Euros (181.861.908,43 Despesa Pública)**

**Taxa de aprovação (sobre o reprogramado) – 86,68%**

**Executado – 89.128.545,98 Euros (89.128.545,98 Euros Despesa Pública)**

**Taxa de execução (sobre o reprogramado) – 42,48%**

*Indicadores e metas para 2006:*

**Número de projectos de reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos apoiados – 9**

**Número de projectos de requalificação e valorização urbanística apoiados – 20**

**Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos apoiados – 200 ha**

**Número de projectos de criação de infraestruturas e equipamentos em rede - 10**

*Reprogramação (montante e justificação):*

*Esta Medida foi reforçada com 31.598.156 € da componente FEDER, através da reserva de eficiência.*

*As justificações para o reforço da Medida foram as seguintes:*

- *Estruturação de uma intervenção para o Litoral Oeste, tendo em vista aproveitar cabalmente o potencial turístico e de lazer existente e ainda não massificado, situado muitas das vezes em áreas sensíveis e de grande valor paisagístico, que é necessário proteger da poluição ambiental e pressão urbanística e turística. A intervenção será estruturada por uma rede de centros urbanos cuja qualificação é fundamental para o reforço da sua imagem e atractividade. As áreas de intervenção são a valorização e protecção de áreas ambientalmente sensíveis, o ordenamento da área costeira, a qualificação urbana e a formação. O montante afectado a esta vertente da Medida foi de 12 milhões de euros provenientes da reserva de eficiência.*
- *Reforço das intervenções do PROQUAL (assunção dos compromissos financeiros decorrentes das intervenções em 7 concelhos da AML) e reforço da componente “Sistema Urbano Regional” (completar as redes de equipamentos dando ênfase a projectos que contribuam de forma mais eficaz para a competitividade territorial). O montante afectado foi proveniente da reserva de eficiência e da reafecção de recursos provenientes de outras Medidas do PORLVT.*

### 1.3. EXECUÇÃO DA MEDIDA

Até ao final de Junho de 2005 foram aprovados 127 projectos o que corresponde a um investimento total elegível de 181.861.908€. O investimento apresenta um padrão pouco concentrado, ilustrado pelo facto de os 4 maiores projectos representarem apenas 19,5% do investimento total, valor bastante inferior à média das medidas do PO (49,9%) e análogo às outras 5 medidas do Eixo 1 (média - 19,7%). A taxa de aprovação (sobre o montante reprogramado) é bastante elevada (86,7%), mas a taxa de execução situa-se num patamar baixo (42,5%).

Os municípios e as associações de municípios são os grandes promotores desta medida, sendo responsáveis por 96,1% dos projectos e por 95,8% do investimento.

A distribuição territorial dos projectos aprovados é muito equilibrada em termos absolutos mas não em termos relativos (p.e. o investimento per capita varia entre 231€ no Oeste e 15€ na Grande Lisboa), o que traduz claramente a intenção de promover uma discriminação positiva das NUTS III que abandonam a RLVT, tendo acesso no próximo período de programação (2007-2013) às condições subjacentes ao Objectivo 1, ou seja, a gestão do PO incorporou desde o início a situação de *Phasing Out*.

**QUADRO 1-1: DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS PROJECTOS E DO INVESTIMENTO**

	Projectos		Investimento Total		Investimento per capita (*)	Taxa de Execução (Junho 2005)
	Nº	%	€	%	€	
Grande Lisboa	27	21,3	29.940.160,82	16,5	15,38	37,29%
Península Setúbal	24	18,9	13.982.712,56	7,7	19,57	54,44%
Oeste	41	32,3	78.269.633,74	43,0	231,08	32,33%
Lezíria do Tejo	12	9,4	18.371.173,44	10,1	76,28	79,00%
Médio Tejo	23	18,1	41.298.227,87	22,7	182,66	73,94%
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>100,0</b>	<b>181.861.908,43</b>	<b>100,0</b>	<b>52,45</b>	<b>49%</b>

(\*) População residente em 2001

Fonte: Equipa de avaliação com base na informação fornecida pela gestão do PO

A taxa de execução é, no entanto, bastante diferenciada nas diversas sub-regiões, sendo bastante elevada na Lezíria e no Médio Tejo e particularmente reduzida na Grande Lisboa e no Oeste. Neste último caso, a reprogramação de 2004 justifica uma execução ainda reduzida.

**CAIXA DE TEXTO 1-1: EM QUE MEDIDA A DEFINIÇÃO DAS ACÇÕES ESPECÍFICAS SE ENQUADROU NO CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS/CONTEÚDO DO PROGRAMA, DO EIXO PRIORITÁRIO, DA MEDIDA/ACÇÕES?**

A coerência e relevância da Medida 1.5 no quadro do PORLVT e do Eixo 1 estão claramente justificadas nos estudos de avaliação - ex-ante e intercalar - efectuados anteriormente. No que diz respeito ao perfil das iniciativas apoiadas face aos objectivos específicos da medida, os níveis de coerência e relevância são igualmente elevados.

Os propósitos dos projectos aprovados correspondem bem aos quatro objectivos específicos da medida, embora remetam sobretudo para acções de natureza material e especificamente infraestrutural. Os projectos já concluídos concentram-se significativamente na construção ou melhoria de equipamentos sociais, com particular incidência em áreas degradadas, na melhoria das condições infraestruturais urbanas e na qualificação do espaço público.

Tipo de acções realizadas	Nº de projectos
Construção ou reabilitação de espaços desportivos	5
Construção ou reabilitação de espaços escolares	3
Construção de mercado	1
Construção de centro de saúde	1
Remodelação de equipamentos culturais (salas de espectáculos)	3
Infra-estruturas rodoviárias	3
Instrumentos de ordenamento e planeamento do território	8
Qualificação de espaços públicos urbanos	10 (*)
Instalação do gabinete PROQUAL	1

(\*) Três destes projectos incidiram na requalificação do espaço envolvente da Câmara Municipal.

A medida 1.5 esteve estruturada, antes da reprogramação efectuada, em duas vertentes distintas: a que se relaciona com o PROQUAL, mais virada para a área social, e a da recuperação dos centros urbanos sedes de município. Devido à sua natureza distinta, os resultados e impactes constituíram contribuições diferentes para os objectivos do Programa.

**QUADRO 1-2: CONTRIBUTO DOS PROJECTOS PARA O CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS – EFICÁCIA POTENCIAL (A), PROVÁVEL (B) E EFECTIVA (C)**

		Objectivos específicos da Medida			
		Preservar, recuperar e valorizar conjuntos territoriais de grande importância municipal, intermunicipal ou regional.	Implementar acções de revitalização económica e social de espaços degradados em áreas circunscritas, designadamente em zonas urbanas e no âmbito de processos de recuperação ambiental.	Criar ou melhorar as condições, designadamente infraestruturais, promovendo o adequado aproveitamento e utilização dos recursos existentes, sobretudo urbano.	Contribuir para o desenvolvimento articulado, em rede, do território nacional, apoiando estratégias concertadas de qualificação e de desenvolvimento urbano, bem como sistemas de informação e comunicação
(A) TOTAL DE PROJECTOS APROVADOS	Nº projectos	11	47	53	16
	Investimento total	3.701.143,83	52.359.862,24	98.510.236,83	27.290.665,53
	% projectos na Grande Lisboa + Pen. Setúbal	3 (27,27%)	27 (57,45%)	20 (37,54%)	-
	% investimento total em projectos na Grande Lisboa + Pen. Setúbal	176.291,32 (4,76%)	25.058.622,21 (47,86%)	18.231.409,85 (18,51)	-
(B) PROJECTOS COM TAXA DE EXECUÇÃO SUP A 50%	Nº projectos	11	30	30	10
	Investimento total	3.701.143,83	28.816.580,24	42.130.841,85	17.662.436,51
	% projectos na Grande Lisboa + Pen. Setúbal	3 (27,27%)	17 (56,67%)	11 (36,67%)	-
	% investimento total em projectos na Grande Lisboa + Pen. Setúbal	176.291,32 (4,76%)	14.194.863,21 (49,26%)	6.236.124,85 (14,80%)	-
(C) PROJECTOS CONCLUÍDOS <sup>2</sup>	Nº projectos	8	13	15	3
	Investimento total	673.625,87	7.273.970,07	21.024.644,93	9.383.402,50
	% projectos na Grande Lisboa + Pen. Setúbal	3 (37,50%)	9 (69,23%)	6 (40,00%)	-
	% investimento total em projectos na Grande Lisboa + Pen. Setúbal	176.291,32 (26,17%)	4.442.492,99 (61,07%)	3.357.827,85 (15,97%)	-

<sup>2</sup> Foram considerados projectos terminados todos aqueles que possuem relatório final (independentemente da taxa de execução na base de dados não ser 100%) e todos os restantes projectos com taxas de execução superiores a 99,5%.

**QUADRO 1-3: CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS CATEGORIAS PREVISTAS DE BENEFICIÁRIOS E AS EFECTIVAS (PROMOTORES DE PROJECTOS APROVADOS)**

<i>Categorias previstas de beneficiários</i>	<i>Nº projectos</i>	<i>% Projectos</i>	<i>Investimento total (€)</i>	<i>% Investimento</i>
<i>Administração Central</i> <sup>3</sup>	1	0,8%	359.487,48	0,2%
<i>Municípios e Associações de Municípios</i>	122	96,1%	174.284.430,75	95,8%
<i>Empresas Municipais</i>	1	0,8%	3.609.518,00	2,0%
<i>Empresas Concessionárias Municipais</i> <sup>4</sup>	1	0,8%	1.490.367,00	0,8%
<i>Empresas Públicas, Concessionárias do Estado, e de Capitais Mistos</i>	-	-	-	-
<i>Fundações e Associações sem fins lucrativos</i> <sup>5</sup>	2	1,6%	2.118.105,20	1,2%
<i>Associações Empresariais</i>	-	-	-	-
<i>Agências de Desenvolvimento Regional e Local</i>	-	-	-	-
<i>Associações de Desenvolvimento Local</i>	-	-	-	-
<i>Instituições de Ensino Superior e Politécnico</i>	-	-	-	-
<i>Estruturas de I&amp;D</i>	-	-	-	-
<i>Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos</i>	-	-	-	-
<i>Total</i>	127	100%	181.861.908,43	100%

**QUADRO 1-4: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS - CARACTERIZAÇÃO GERAL POR NUTS 3**

<i>NUTS 3</i>	<i>Nº projectos</i>	<i>Investimento Total</i>	<i>Execução Actual</i>	<i>Taxa de Execução Actual</i>
<i>Grande Lisboa</i>	27	29.940.160,82	11.163.688,36	37,29%
<i>Península Setúbal</i>	24	13.982.712,56	7.612.062,58	54,44%
<i>Oeste</i>	41	78.269.633,74	25.302.615,96	32,33%
<i>Lezíria do Tejo</i>	12	18.371.173,44	14.513.373,33	79,00%
<i>Médio Tejo</i>	23	41.298.227,87	30.536.805,73	73,94%
<i>Total</i>	127	181.861.908,43	89.128.545,96	49%

**QUADRO 1-5: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS - TIPOS DE PROMOTORES POR NUTS 3 (Nº DE PROJECTOS)**

<i>NUTS 3</i>	<i>AP Central</i>	<i>AP Local</i>	<i>Empresas Municipais</i>	<i>Empresas Concessionárias Municipais</i>	<i>Fundações e associações sem fins lucrativos</i>
<i>Grande Lisboa</i>	-	26	1	-	-
<i>Península Setúbal</i>	1	23	-	-	-
<i>Oeste</i>	-	40	-	-	1
<i>Lezíria do Tejo</i>	-	12	-	-	-
<i>Médio Tejo</i>	-	21	-	1	1
<i>L. do Tejo + M. Tejo</i>	-	33	-	1	1

<sup>3</sup> A administração central não se encontra na lista de beneficiários da Medida, patente no DOCUP. A sua inclusão justifica-se tendo em atenção que o IGAPHE - não enquadrável em qualquer outra categoria - se encontra entre os beneficiários efectivos da Medida.

<sup>4</sup> Inclui-se nesta categoria a Empresa de Melhoramentos de Alcanena S.A., empresa com 86% de capital municipal.

<sup>5</sup> Inclui-se nesta categoria a. A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos, associação de direito privado de interesse público sem fins lucrativos.

**QUADRO 1-6: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS - CARACTERIZAÇÃO GERAL POR TIPOLOGIA TERRITORIAL**

Tipologia Urbano-Rural (Ver Anexo 1)	Nº projectos	Investimento total	Execução Actual	Taxa de Execução Actual
<b>TIPO 1</b>	27	25.359.585,16	11.235.756,18	44,31%
<b>TIPO 2</b>	44	71.088.091,16	35.247.329,55	49,58%
<b>TIPO 3</b>	15	18.481.640,32	12.523.347,66	67,76%
<b>TIPO 4</b>	23	52.633.963,47	24.167.839,60	45,92%
<b>TIPO 5</b>	17	13.596.186,18	5.538.353,19	40,73%
<b>Territórios Mistos</b>	1	702.442,14	415.919,80	59,04%

**QUADRO 1-7: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS - TIPOS DE PROMOTORES POR TIPOLOGIA TERRITORIAL**

Tipologia Urbano-Rural (Ver Anexo 1)	AP Central	AP Local	Empresas Municipais	Empresas Concessionárias Municipais	Fundações e associações sem fins lucrativos
<b>TIPO 1</b>	-	27	-	-	-
<b>TIPO 2</b>	1	42	-	-	1
<b>TIPO 3</b>	-	14	-	-	1
<b>TIPO 4</b>	-	21	1	1	-
<b>TIPO 5</b>	-	17	-	-	-
<b>Territórios Mistos</b>	-	1	-	-	-

**QUADRO 1-8: TIMINGS DE APROVAÇÃO - CARACTERIZAÇÃO GERAL**

Ano	Nº projectos	% Projectos	Investimento total	% Investimento	Execução Actual	Taxa de Execução Actual
<b>2000</b>	-		-		-	-
<b>2001</b>	24	18,9%	29.519.345,82	16,2%	28.095556,80	95,18%
<b>2002</b>	27	21,3%	35.024.055,58	19,3%	27.868436,85	79,57%
<b>2003</b>	27	21,3%	43.678.860,58	24,0%	23.132.972,19	52,96%
<b>2004</b>	39	30,7%	59.232.051,84	32,6%	10.031.580,14	16,94%
<b>2005 (Junho)</b>	10	7,9%	14.407.595,00	7,9%	-	-

**QUADRO 1-9: TIMINGS DE APROVAÇÃO - PROJECTOS SEGUNDO O ANO DE APROVAÇÃO POR TIPOS DE PROMOTORES**

Ano	AP Central	AP Local	Empresas Municipais	Empresas Concessionárias Municipais	Fundações e associações sem fins lucrativos
<b>2000</b>	-	-	-	-	-
<b>2001</b>	1	22	-	-	1
<b>2002</b>	-	27	-	-	-
<b>2003</b>	-	25	-	1	1
<b>2004</b>	-	39	-	-	-
<b>2005 (Junho)</b>	-	9	1	-	-

#### 1.4. EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DAS INTERVENÇÕES

Considerando a medida na sua globalidade, o nível de eficácia é reduzido. Os indicadores revelam um desvio negativo grande face às metas programadas no que diz respeito a:

- Reforço de dinâmicas de desenvolvimento entre conjuntos urbanos - iniciativas correspondentes ao 1º objectivo específico da medida (“Preservar, recuperar e valorizar conjuntos territoriais de grande importância municipal, intermunicipal ou regional”) (meta - 9 projectos, concluídos 3 projectos).
- Espaços recuperados para zonas verdes e equipamentos, aspecto que não corresponde a nenhum dos objectivos específicos em particular (meta 200 ha, executado 20 ha)

Já no que respeita às iniciativas de requalificação e valorização urbanísticas, o número de projectos apoiados (16) está próximo do previsto (20) e no domínio da criação de infra-estruturas e equipamentos em rede, o número de projectos aprovados (23) já excede largamente o programado (10) e mesmo o reprogramado (18).

Ao nível dos projectos já concluídos, verifica-se uma correspondência muito forte entre objectivos e resultados atingidos. Salientam-se apenas 3 excepções:

- Projecto 1.05.036 - Intervenção Urbanística em Alcanena - Zona Envolvente da Câmara Municipal - na candidatura era proposto o “reordenamento das vias de circulação envolventes à Câmara, a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, de uma zona de lazer e ajardinamento” e no relatório final a execução corresponde à “recuperação e reabilitação de uma rede de esgotos”.
- Projecto 1.05.040 - Completamento do Parque Verde da Bela Vista (4ª Fase) - na candidatura era proposta a “conclusão do Parque da Bela Vista, com execução da rede de rega, caminhos pedonais, espaços verdes, iluminação pública, 6 campos de ténis, baloiços e mobiliário urbano” e no relatório final refere-se a “conclusão do Parque da Bela Vista com a execução de rede de rega, caminhos pedonais, espaços verdes, iluminação pública, 2 campos de ténis, 2 campos de voleibol/basquetebol, 1 campo polivalente, baloiços e mobiliário de madeira”.
- Projecto 1.05.109 - Plano Estratégico da Vila de Alenquer --- importa realçar o prazo de execução deste projecto, 20 dias, período que se afigura claramente insuficiente para a concretização de qualquer processo de planeamento estratégico minimamente participado.

Foram registados atrasos significativos na execução dos projectos já concluídos. Num total de 35 projectos, os desvios são os seguintes:

- Antes do fim previsto - 6 projectos;
- Dentro do prazo (+ ou - 15 dias) - - 6 projectos;
- Até 3 meses de atraso - 7 projectos;
- 3 a 8 meses de atraso - 4 projectos;
- Mais de 8 meses de atraso - 12 projectos.

Os atrasos não se podem justificar pela natureza dos projectos, uma vez que os maiores desvios são registados em acções de tipo variado (intervenções leves, infra-estruturas, planos, ...).

**CAIXA DE TEXTO 1-2: EM QUE MEDIDA ESTAS ACÇÕES ALCANÇARAM OS OBJECTIVOS EM MATÉRIA DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL E DESEMPENHO FUNCIONAL RELACIONAL, COMPETITIVIDADE URBANA/TERRITORIAL E ORDENAMENTO E REQUALIFICAÇÃO?**

**Cooperação territorial**

Muito pouco expressiva ao nível institucional. As parcerias são pouco frequentes e quando existem cumprem objectivos temporariamente limitados e de carácter fundamentalmente instrumental.

A cooperação territorial entendida enquanto reforço da coesão e integração de territórios ao nível intra-municipal assume uma expressão significativa, se atendermos ao elevado número de instrumentos de ordenamento e planeamento do território que foram realizados no âmbito desta medida.

**Desenvolvimento de capital relacional**

Alguns projectos constituem casos demonstrativos relevantes de valorização de capital relacional, nomeadamente as acções desenvolvidas pela Artemrede (rede de cine-teatros) que incluem cooperação a diversos níveis - logístico, recursos humanos, instalações, programação. São igualmente ilustrativos os projectos integrados na rede nacional de bibliotecas. Já no caso dos equipamentos desportivos, a existência de uma rede assume um carácter formal (distribuição espacial de instalações desportivas) não incidindo necessariamente em iniciativas de cooperação entre agentes.

**Competitividade urbana/territorial**

As acções desenvolvidas situam-se mais no domínio da coesão social do que no da competitividade dos territórios. Esta situação explica-se facilmente pela grande incidência das acções em espaços suburbanos problemáticos onde os riscos de exclusão social são elevados. Os efeitos da medida centraram-se muito na luta contra a desqualificação urbana e social.

A reprogramação de 2004 veio reforçar os efeitos da medida em termos de competitividade territorial, designadamente através da nova vertente de intervenção incidente no Oeste Litoral. Esta iniciativa visa fomentar, de forma selectiva e concentrada espacialmente em 7 áreas, a recuperação urbana e das frentes de mar, no sentido de promover e valorizar as actividades turísticas.

De forma indirecta, pode-se considerar também que alguns dos projectos são relevantes em termos de competitividade urbana, nomeadamente (i) as iniciativas que visam o reforço da funcionalidade e a melhoria da imagem estética do espaço público urbano e que, por essa via, contribuem para a atracção de investimento empresarial e de residentes qualificados, (ii) os instrumentos de planeamento que concorrem para a definição de estratégias de atracção de empresas, de qualificação do tecido empresarial local, de qualificação dos recursos humanos, de desenvolvimento turístico, etc.

## 1.5. AVALIAÇÃO DE IMPACTES EXPECTÁVEIS DAS INTERVENÇÕES

Os impactos indicados pelos promotores correspondem a aspectos muito gerais que se reportam essencialmente aos objectivos da medida ou às mais valias do projecto apontadas na candidatura. Estes efeitos potenciais constituem mais expectativas do que valor acrescentado do projecto. São exemplos desta apreciação as seguintes observações sobre os impactes dos projectos:

- Peça fundamental para a revitalização, reabilitação e qualificação do meio urbano;
- Aumento dos níveis de conforto e das acessibilidades;
- Melhoria das condições de vida da população que irão gerar benefícios nas actividades comerciais, industriais e de serviços;
- Contribuição para a melhoria da criação de espaços dinâmicos e apelativos ao usufruto e apropriação dos diversos grupos etários e sociais;
- Melhoria da visibilidade e notoriedade externa da Região.

Não se trata de subestimar a importância de impactos como os que serviram de exemplo, mas antes de salientar o seu carácter genérico que impede uma (auto)avaliação rigorosa e objectiva. De facto, essas transformações não podem ser geradas por um projecto específico, dado que elas decorrem, por um lado, do funcionamento dos sistemas sectoriais e territoriais (local, regional, nacional e internacional) e, por outro, porque resultam da acção conjugada de múltiplas iniciativas e agentes.

### **CAIXA DE TEXTO 1-3: EM QUE MEDIDA AS ACÇÕES ESPECÍFICAS SE JUSTIFICARAM ENQUANTO FORMAS PARTICULARES DE CONCEPÇÃO/INTERVENÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA RESPOSTA À SITUAÇÃO DA REGIÃO E DE INTEGRAÇÃO NUM PROGRAMA REGIONAL?**

A resposta dada pelas iniciativas apoiadas pela medida 1.5 é bastante adequada ao diagnóstico regional e sub-regional relativo aos domínios e aos territórios em causa. O peso das autarquias locais na execução da medida garante, de algum modo, essa adequação, não só porque se tratam de promotores com perspectiva estratégica, com legitimidade democrática e com capacidade técnica elevada, mas também devido à estreita relação entre a gestão do PO e as autarquias o que permite uma resposta consistente e integrada.

A situação de *phasing-out* da região foi acautelada na programação e na execução da medida. Sobretudo, como já se referiu anteriormente, pela adopção de uma perspectiva de justiça territorial, concretizada na discriminação positiva do Vale do Tejo e Oeste.

Efectivamente o que mais distingue esta medida das restantes liga-se à sua base territorial e ao seu carácter sectorialmente transversal. Este conjunto de acções está ancorado na (re)qualificação dos lugares (cidades, subúrbios, frentes de mar) através da conjugação de diversos domínios de intervenção – infra-estruturas, equipamentos, instrumentos de planeamento, ... Os projectos aprovados até Junho de 2005, mostram, contudo, que esta medida corresponde a uma fase relativamente inicial desse processo de valorização dos territórios, dado o peso dos investimentos estruturantes de natureza material.

## 1.6. RECOMENDAÇÕES

A apreciação aprofundada da medida 1.5 conduz ao seguinte conjunto de recomendações:

- Necessidade de reforçar a integração territorial das acções através do trabalho em rede continuado (redes de proximidade e redes internacionais) e de parcerias com fins instrumentais bem definidos.
- Reforço da cooperação entre a administração pública e os outros sectores (terceiro sector e privado).
- Maior incidência nos investimentos imateriais, ligados p.e.:
  - ao desenvolvimento de actividades culturais e artísticas que funcionem como estímulo ao desenvolvimento de uma economia mais criativa/inovadora e como factor de coesão social.
  - à promoção da inovação social oriunda de agentes secundários (pequenas entidades do terceiro sector, por exemplo), que, no caso dos grupos sociais ou das áreas mais vulneráveis à exclusão, desempenham um papel crucial.
  - à integração social de grupos particularmente vulneráveis, como as minorias étnicas, os idosos, as pessoas com deficiência ou doença crónica e as crianças.
- Maior exigência por parte da gestão em termos da qualidade das candidaturas e dos relatórios finais, nomeadamente um maior nível de concretização dos objectivos, das metas e dos resultados e efeitos obtidos. O relatório final dos projectos deveria incluir um pequeno estudo de auto-avaliação que forçaria os promotores a adoptarem uma perspectiva de trabalho por objectivos e por resultados. A gestão do PO deveria disponibilizar documentos guia que orientassem a execução das tarefas assinaladas anteriormente.
- Necessidade de garantir, no futuro, uma programação mais articulada e fundamentada, designadamente ao nível da definição de objectivos mais concretos e passíveis de serem avaliados e de indicadores que permitam uma efectiva apreciação dos resultados e efeitos específicos dos projectos.

## 1.7. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

QUADRO 1-10: PROJECTOS DA MEDIDA 1.5, TERMINADOS E QUE POSSUEM RELATÓRIO FINAL

Código	Designação	Promotor(es)
1.5/002	Complexo Aquático Municipal - 2ª Fase - Santarém	CM de Santarém
1.5/008	Remodelação do Cine-Teatro Ferreira da Silva	CM Torres Vedras
1.5/009	Construção da unidade aquática coberta ( Piscina Municipal)	CM de Tomar
1.5/010	Recuperação do Cine-Teatro Paraíso de Tomar	CM de Tomar
1.5/011	Avenida Andrade Corvo - Torres Novas	CM Torres Novas
1.5/013	Avenida 8 de Julho - Torres Novas	CM Torres Novas
1.5/016	Construção do Mercado da Zona Norte da Baixa da Banheira e Acessos	CM da Moita
1.5/024	Plano de Requalificação Urbana da Cidade de Rio Maior	CM Rio Maior
1.5/025	Cobertura da Piscina Olímpica - Rio Maior	CM Rio Maior
1.5/031	Estudo Sobre os Perfis da População - Características Sócio-Económicas e Condições Habitacionais	CM da Amadora
1.5/033	Requalificação do Espaço Escolar - 1ª Fase	CM da Moita
1.5/034	Reconversão do Espaço Público, do Património e da Imagem Local - 1ª Fase - Moita	CM da Moita
1.5/035	Construção do Centro de Saúde de Arcena e Arranjos Exteriores	CM V.F.Xira
1.5/036	Intervenção Urbanística em Alcanena - Zona Envolvente da Câmara Municipal	CM de Alcanena
1.5/037	Arranjos Exteriores da Zona Envolvente aos Paços do Concelho	CM de Alcobaça
1.5/040	Completamento do Parque Verde da Bela Vista (4ª Fase)	CM de Setúbal
1.5/043	Creche e Jardim de Infância de S. Marçal	CM Oeiras
1.5/044	Plano de Requalificação da Cidade de Rio Maior – Z.Envolvente ao Pavilhão Multiusos - 1ªFase	CM Rio Maior
1.5/046	Via Circular Interior (troço entre o largo General Humberto Delgado e a Av. Dr. J.M. Azevedo)	CM Torres Novas
1.5/055	Elaboração do Plano Estratégico de intervenção - PROQUAL	CM de Setúbal
1.5/056	Concepção e execução da recuperação e remodelação do Cine-Teatro de Alcobaça	CM de Alcobaça
1.5/057	Intervenção urbanística em Alcanena-parque de estacionamento	CM de Alcanena
1.5/062	Elaboração do esquema Director de Estruturação Urbanística de Arcena/Bom Sucesso	CM V.F.Xira
1.5/063	Esquema Director de Estruturação Urbanística	CM da Amadora
1.5/066	Programa Estratégico de Intervenção Urbana	CM da Lourinhã
1.5/069	Ligação Pedonal entre o Largo dos Combatentes e a Ponte da Rua Araújo Guimarães	CM de Alcobaça
1.5/070	Reconversão do espaço Público, do Património e da Imagem local-2ªfase	CM da Moita
1.5/077	Polidesportivo do Bairro 2 de Abril/Arranjo paisagístico no Interior da Pta Afonso Ventura	CM de Setúbal
1.5/079	Valorização de Espaços Urbanos - Bairro Avelar Brotero	CM de Odivelas
1.5/109	Plano Estratégico da Vila de Alenquer	CM de Alenquer
1.5/122	Instalação do Gabinete PROQUAL	CM de Setúbal
1.5/128	Programa de Valorização Urbana da Vila do Bombarral	CM Bombarral
1.5/139	Intervenção Urbana para a Lourinhã - 1ª fase	CM da Lourinhã
1.5/144	Reconversão do Espaço Público, do Património e da Imagem Local - 4ª Fase	CM da Moita
1.5/148	Requalificação do Espaço Escolar - 4ª Fase	CM da Moita

**QUADRO 1-11: EFEITOS - PROGRAMADO VS REALIZADO**

Código do Projecto	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
1.05.002 - Complexo Aquático Municipal - 2ª Fase - Santarém	<p>Construção de infraestruturas básicas no domínio do desporto e lazer.</p> <p>Conclusão da primeira fase do projecto (QCA II)</p>		Desenvolvimento articulado, em rede, do território nacional, apoiando estratégias concertadas de qualificação e de desenvolvimento urbano	<p>Maior intervenção social através de maior abertura à população.</p> <p>Melhoria dos resultados desportivos.</p> <p>Generalização da prática desportiva.</p>	<p>Uma vez que a realização física do projecto decorreu de acordo com o que estava previsto, considera-se que os efeitos pretendidos com o mesmo foram/serão atingidos.</p> <p>Os postos de trabalho criados correspondem, grosso modo, aos que estavam previstos.</p>
1.05.008 - Remodelação do Cine-Teatro Ferreira da Silva	<p>Colmatar carências de espaços para a realização de eventos culturais</p> <p>Reforço da animação e revitalização do centro da Cidade</p> <p>Valorização da imagem da cidade e reforço da atractividade turística</p> <p>Inclusão da cidade nos programas de itinerância cultural</p>	Equipamentos técnicos instalados susceptíveis de permitir uma grande diversidade de soluções em termos de espectáculos.	Capacidade de gerar receitas próprias, procurando um equilíbrio entre patrocínios e esforço próprio	<p>Maior diversidade de profissões e maior qualificação dos funcionários da CM.</p> <p>Dinamização do Centro histórico.</p>	<p>Do ponto de vista da execução física o projecto correu de acordo com o previsto.</p> <p>Assim sendo, existem todas as condições materiais para que os efeitos pretendidos sejam atingidos, obviamente dentro do pressuposto de uma programação de eventos robusta e de uma integração harmoniosa na rede de cine-teatros.</p> <p>Os postos de trabalho criados correspondem aos previstos.</p>
1.05.009 - Construção da unidade aquática coberta ( Piscina Municipal)	<p>Construção de uma piscina coberta e diversos tanques, ginásio, health-club, sala de reuniões/conferências, bar.</p> <p>Área de reserva para dar apoio a equipamentos desportivos a implantar a ponte.</p> <p>Aumento da qualidade de vida das populações locais.</p>	Construção de uma infraestrutura desportiva com condições para a realização de competições nacionais e internacionais.	Potencia o crescimento económico, visto este tipo de infraestrutura constituir um factor de atracção à Cidade	Agente de fomento dinamizador do desporto regional e nacional e uma infraestrutura estruturante da prática desportiva.	<p>Sabendo-se que os trabalhos de execução física corresponderam ao programado, é possível antever que os efeitos previstos no dossier de candidatura serão atingidos plenamente, quer do ponto de vista social, quer dos efeitos económicos e de visibilidade externa que se obtiveram/obterão.</p> <p>Os postos de trabalho criados correspondem aos previstos.</p>
1.05.010 - Recuperação do Cine-Teatro Paraíso de Tomar	<p>Recuperação do Cine-Teatro de Tomar, tendo em vista a dinamização de actividades culturais e a reabilitação, revitalização e qualificação do meio urbano.</p> <p>Possibilidade de acolher as diversas actividades culturais endógenas ou exógenas.</p>	Peça fundamental para a revitalização, reabilitação e qualificação do meio urbano.	<p>Dinamização e qualificação do comércio e serviços, bem como a valorização do espaço urbano.</p> <p>Articulação com outros empreendimentos.</p>	<p>Melhoria das condições de salubridade.</p> <p>Incentivo à instalação de novos equipamentos e actividades indutoras de dinâmica urbana.</p> <p>Aumento dos níveis de conforto e das acessibilidades.</p>	<p>Não se encontraram discrepâncias entre o que estava previsto e o realizado.</p> <p>Do ponto de vista dos efeitos sociais e económicos expressos na candidatura considera-se que foram/serão alcançados, embora para isso concorra (sobretudo no que não tem que ver directamente com a requalificação do espaço urbano), igualmente, o modo como este equipamento é/for utilizado.</p> <p>Não é possível apurar se os postos de trabalho previstos foram efectivados.</p>

Código do Projecto	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
1.05.011 - Avenida Andrade Corvo - Torres Novas	<p>Remodelação de um troço da EN3, que corresponde à área urbana da Cidade.</p> <p>A intervenção contempla a instalação das infraestruturas necessárias (esgotos, iluminação, ...), a criação de um separador central ajardinado regado automaticamente, quatro faixas de rodagem e passeios exteriores. Serão criadas, igualmente, 4 rotundas.</p>	Renovação urbana com a reconversão de um troço da antiga EN3 numa artéria central e estruturante da Cidade	Com a melhoria das condições de vida da população irão ocorrer benefícios nas actividades comerciais, industriais e de serviços.	Melhoria das condições de vida dos utilizadores dos diversos serviços e equipamentos da Cidade, bem como dos seus moradores.	<p>A execução do projecto, do ponto de vista físico, coincide com o programado.</p> <p>Os efeitos pretendidos ao nível da melhoria da circulação viária e da articulação das vias foram atingidos.</p> <p>É possível pensar que os efeitos benéficos nas actividades económicas e na melhoria da qualidade de vida foram/serão, igualmente, atingidos.</p> <p>Não é possível apurar se os empregos criados correspondem aos efectivados, embora seja de pensar que os 45 postos de trabalho permanentes programados constituam uma aproximação demasiado optimista (mais que não seja pela dificuldade de previsão face à natureza do projecto)</p>
1.05.013 - Avenida 8 de Julho - Torres Novas	<p>Beneficiação do principal acesso à Cidade que assegura, igualmente, a ligação ao IP6.</p> <p>Trata-se da instalação de redes pluviais e de iluminação pública, um separador central ajardinado com rega automática, 4 faixas de rodagem ladeadas por passeios e uma faixa ciclável. Serão ainda criadas três rotundas.</p>	Renovação urbana com a requalificação de uma artéria central e estruturante da Cidade	Com a melhoria das condições de vida da população irão ocorrer benefícios nas actividades comerciais, industriais e de serviços.	Melhoria das condições de vida dos utilizadores dos diversos serviços e equipamentos da Cidade, bem como dos seus moradores.	<p>A execução do projecto, do ponto de vista físico, coincide com o programado.</p> <p>Os efeitos expressos na candidatura, ao nível da circulação e da estruturação da rede urbana foram seguramente atingidos.</p> <p>Nos domínios económico e social, é perfeitamente admissível que os objectivos foram/serão também atingidos.</p> <p>Não é possível apurar se os postos de trabalho (sobretudo os permanentes) foram alcançados.</p>
1.05.016 - Construção do Mercado da Zona Norte da Baixa da Banheira e Acessos	<p>Construção de uma nova área comercial tradicional assegurando melhores condições para os vendedores e transacções comerciais.</p> <p>Constará de uma área de bancas (60), uma área de lojas (3) e serviços de apoio (fiscalização, armazenamento e refrigeração).</p>		Revitalização da actividade comercial tradicional.	Melhoria dos serviços prestados e criação de espaços dinâmicos e apelativos ao usufruto e apropriação dos diversos grupos etários.	<p>O projecto teve como resultado físico o que estava previsto (edifício comercial e arranjos exteriores).</p> <p>Os efeitos pretendidos ao nível da melhoria das prestações comerciais e da qualidade de vida urbana afiguram-se atingidos.</p>
1.05.024 - Plano de Requalificação Urbana da Cidade de Rio Maior	<p>Elaboração de três projectos e uma empreitada tendo em vista a requalificação do espaço público da zona central da Cidade.</p> <p>Traduz a necessidade da melhoria da qualidade de</p>	Desenvolvimento articulado e hierarquizado do território e da região.	Desenvolvimento do comércio tradicional e dos serviços através da requalificação da zona central e espaço envolvente à área comercial	Revitalização económica e social.	O plano de requalificação urbana foi realizado, embora não seja totalmente clara a sua total coincidência com o que está expresso no dossier de candidatura: três projectos e uma empreitada.

Código do Projecto	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
	vida e a melhoria da mobilidade e acessibilidade de forma a desenvolver uma vida comunitária aberta pelas novas infraestruturas criadas.		à área comercial.		Do ponto de vista dos efeitos é de esperar que o referido Plano concorra (em função da sua qualidade) para a prossecução dos objectivos ao nível do ordenamento e qualidade do espaço urbano, com os consequentes reflexos na actividade económica e na qualidade de vida.  O número de postos de trabalho programados (252), para além de parecer resultar de um exercício pouco sustentado tendo em atenção a natureza do projecto, não foi confirmado.
1.05.025 - Cobertura da Piscina Olímpica - Rio Maior	Cobertura do tanque de 50 m do conjunto de piscinas municipais.  Criar condições de polarização para o Concelho a fim de proporcionar uma situação de liderança no sector (natação).  Rentabilização e exponencialização de investimentos anteriores na área das infraestruturas desportivas.	Desenvolvimento articulado e hierarquizado do território e da região, promovendo a dinamização da zona urbana.	Este equipamento pode ser considerado como um motor do desenvolvimento económico, nomeadamente do comércio tradicional e dos serviços através das provas que aí decorrerão.	Revitalização económica e social.  Promoção da prática desportiva e melhoria da condição física e da saúde.	A cobertura da piscina de 50m foi realizada, facto que permitiu responder à sobrelotação da anterior piscina coberta e dar resposta às necessidades das escolas e da população em geral.  Assim sendo consideram-se que os objectivos expressos na candidatura, foram/serão alcançados.  No relatório final nota-se, contudo, uma maior ambição quanto a efeitos, sendo considerado este equipamento como um motor do desenvolvimento económico, facto que, embora teoricamente possível, muito dependerá da forma como é/for usado.  Os postos de trabalho efectivamente criados, 13, não correspondem aos programados, 41.
1.05.031 - Estudo Sobre os Perfis da População - Características Sócio-Económicas e Condições Habitacionais	Para actuar urge conhecer as características sócio-económicas da população, tendo em vista dar respostas eficazes às necessidades efectivas da população (muito especialmente no número e características dos fogos destinados ao realojamento).	Maior eficácia no Plano Global de Intervenção Municipal que se pretende levar a cabo na Brandoa a nível sócio-económico e urbanístico.		Concretização de uma resposta eficaz aos problemas da população residente, indo de encontro às suas necessidades.  Disciplinar a utilização e funções do solo, promovendo a qualidade urbanística e ambiental.	O Estudo foi realizado, facto que concorrerá para os efeitos expresso aquando da candidatura: aferição da realidade e respostas mais eficazes às necessidades da população.
1.05.033 - Requalificação do Espaço Escolar - 1ª Fase	O programa de intervenção nas escolas do ensino básico, visa a recuperação e modernização dos espaços			Melhoria da imagem da escola ao desenvolver as condições materiais	O projecto, que permitiu, de acordo com o que estava previsto, melhorar as condições de ensino e a

Código do Projecto	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
Escolar - 1ª Fase	de ensino, a requalificação dos espaços exteriores e a adaptação de espaços para a iniciação e fomento da prática desportiva. Melhoria da qualidade do ensino e combate à rejeição e insucesso.			para o reforço da ligação aluno-espaço. Melhoria da qualidade do ensino e combate à rejeição e insucesso escolares.	qualidade dos espaços exteriores das escolas, foi/será um forte agente no combate ao insucesso e rejeição escolares. Deste modo, consideram-se os efeitos previstos, desde já totalmente cumpridos
1.05.034 - Reconversão do Espaço Público, do Património e da Imagem Local - 1ª Fase - Moita	Requalificação de pequenos espaços urbanos degradados elevando a qualidade da vivência urbana. Incorporação de áreas verdes, mobiliário urbano, infraestruturas pedonais, estacionamento...			O projecto contribui para a melhoria da criação de espaços dinâmicos e apelativos ao usufruto e apropriação dos diversos grupos etários e sociais.	Do ponto de vista físico o que estava programado foi realizado. Nesta medida, os efeitos relativos à inversão da degradação do espaço urbano e luta contra a marginalização - fundamentais em áreas críticas como aquelas em que o projecto incide -, foram/serão seguramente atingidos.
1.05.035 - Construção do Centro de Saúde de Arcena e Arranjos Exteriores	Colmatar a lacuna existente em Arcena no que diz respeito a apoio clínico através da criação de um Centro de Saúde que funcionará como extensão do de Alhandra cuja capacidade não responde às necessidades da população.	Melhoramento do atendimento clínico à população.	A melhoria das condições de vida constitui um factor primordial para o desenvolvimento económico.	Melhoria das condições de vida da população.	Tendo o centro de saúde sido construído, a melhoria do atendimento da população em termos de saúde foi um facto, já porque o Centro de Saúde de Alhandra se encontrava sobrecarregado, já porque as necessidades de deslocações para fora da comunidade foram eliminadas. Consequentemente, a melhoria da qualidade de vida das populações foi/é um facto. Já quanto à contribuição para o desenvolvimento económico, os efeitos do projecto são menos evidentes (porque indirectos).
1.05.036 - Intervenção Urbanística em Alcanena - Zona Envolvente da Câmara Municipal	Reordenamento das vias de circulação envolventes à Câmara, parque de estacionamento subterrâneo, zona de lazer e ajardinamento.	Recuperação e reabilitação de uma rede de esgotos existente há vários anos.	A recolha de esgotos domésticos contribui para o desenvolvimento económico e potência a fixação de população.	Melhoria da qualidade de vida da população.	Os objectivos expressos no dossier de candidatura e os efeitos obtidos pelo projecto patentes no Relatório Final, não são coincidentes. Na verdade, no relatório final alude-se somente à questão dos esgotos, questão essa que, embora enquadrável dentro da natureza do projecto, nem sequer se encontra explícita no dossier de candidatura.
1.05.037 - Arranjos Exteriores da Zona Envolvente aos Paços do Concelho	Revitalização da zona envolvente dos paços do concelho.	Recuperação e remodelação de toda a zona de intervenção, renovação de todo o espaço, incluindo a renovação das redes de rega e iluminação.	Contribuição para a instalação de pequenas indústrias ligadas ao restauro	Potenciação do convívio com a natureza, prática desportiva e passeios.	A execução dos arranjos exteriores aos Paços do Concelho, conjugada com outras infraestruturas já realizadas ou em projecto, permitiu/permitirá, efectivamente, revitalizar toda a área envolvente à sede da edilidade e, desta forma, potenciar a sua atractividade e

Código do Projecto	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
					<p>funcionalidade, quer para os cidadãos, quer para as actividades económicas (não só o restauro).</p> <p>São, ainda, de referir os efeitos positivos ao nível do turismo (referidos no dossier de candidatura).</p> <p>Não foi possível confirmar a efectivação dos empregos programados (26 permanentes e 90 temporários), aliás, tarefa à partida muito difícil tendo em atenção a natureza do projecto.</p>
1.05.040 - Completamento do Parque Verde da Bela Vista (4ª Fase)	<p>Conclusão do Parque da Bela Vista, com execução da rede de rega, caminhos pedonais, espaços verdes, iluminação pública, 6 campos de ténis, baloiços e mobiliário urbano.</p> <p>Criação de zonas verdes que aumentarão a auto-estima e qualidade de vida das populações do Bairro da Bela Vista.</p>			<p>Envolvimento de instituições locais na gestão do parque.</p> <p>Promoção de modalidades desportivas, actividades de risco controlado e iniciativas de carácter recreativo e espectáculos.</p>	<p>Ao nível da execução física é possível detectar um desvio entre o programado (seis campos de ténis) e o executado (dois campos de ténis, dois campos de voleibol/basquetebol e um campo polivalente).</p> <p>No que aos efeitos diz respeito, pode-se afirmar que os efeitos obtidos/a obter correspondem, grosso modo, aos previstos, já que a melhoria da qualidade do espaço físico da área, para além dos efeitos ao nível da promoção das actividades desportivas e recreativas e da revitalização da área, será, seguramente, uma via para a melhoria da auto-estima das populações e respectiva qualidade de vida.</p> <p>Não foi possível confirmar se a criação de empregos previstos (116, 26 dos quais permanentes) se produziu efectivamente.</p>
1.05.043 - Creche e Jardim de Infância de S. Marçal	<p>Construção de uma creche e jardim de infância com capacidade para 120 crianças.</p> <p>Contempla salas de actividades, berçário, refeitório, sala polivalente e espaços administrativos.</p> <p>Pretende dar apoio às faixas etárias mais jovens do Bairro de S. Marçal onde se encontram realojadas 318 famílias. (Enquadramento - PROQUAL)</p>	<p>As condições de trabalho permitem um atendimento consentâneo com os padrões de exigência no âmbito do atendimento à infância.</p>	<p>Impactos na economia das famílias.</p> <p>Impacto no emprego local.</p> <p>Melhoria das taxas de cobertura da rede de serviços destinados à infância.</p>	<p>Possibilidade de conciliar a vida profissional e familiar.</p> <p>Benefício para as crianças ao nível do desenvolvimento cognitivo, afectivo e social.</p>	<p>A construção do presente equipamento de educação de acordo com o que estava estabelecido permitiu/permitirá, efectivamente, apoiar as faixas etárias mais jovens da área em que se insere, bem como as suas respectivas famílias.</p> <p>De notar que os efeitos obtidos se encontram bastante mais especificados do que os programados.</p> <p>Ao nível da criação de emprego verificou-se a criação de 18 postos de trabalho directos, os quais não se encontravam especificados no dossier de candidatura.</p>

Código do Projecto	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
1.05.044 - Plano de Requalificação da Cidade de Rio Maior - Zona Envolvente ao Pavilhão Multiusos - 1ª Fase	<p>Rentabilização e exponencialização dos investimentos já realizados dando-lhes coerência e permitindo o seu funcionamento de forma integrada.</p> <p>Criação de condições de qualidade de vida, através da fruição qualificada da cidade e da natureza e da melhoria da mobilidade e acessibilidade, desenvolvendo uma vida comunitária aberta às transformações sociais decorrentes das infraestruturas entretanto criadas.</p>	Desenvolvimento articulado e hierarquizado do território da região, reforçando as dinâmicas de desenvolvimento entre espaços urbanos.	Desenvolvimento do comércio tradicional e dos serviços através da requalificação da zona central e espaço envolvente à área comercial.	Revitalização económica e social.	<p>O Plano em causa foi efectivado, facto que contribuiu(rá), em função da sua qualidade, para a coerência e integração dos investimentos, bem como para a maximização dos efeitos no que diz respeito às diversas componentes que contribuem para a qualidade de vida das populações e para a vitalidade das actividades económicas.</p> <p>Não foi possível confirmar a efectivação dos postos de trabalho projectados (4, dos quais dois permanentes).</p>
1.05.046 - Via Circular Interior (troço entre o largo General Humberto Delgado e a Av. Dr. João M. de Azevedo)	<p>Prolongamento, em viaduto, da Av. Dr. João Martins de Azevedo, desde o cruzamento com a ruas 1º de Dezembro e da Fábrica, até à zona alta da Cidade.</p>	Renovação urbana com a construção de uma nova artéria central da cidade.	Benefício das actividades comerciais, industriais e de serviços decorrentes da melhoria das condições de vida das populações.	Melhoria das condições de vida dos residentes, bem como dos utilizadores dos serviços e equipamentos da cidade.	<p>A construção da via circular interior que foi efectivada, permitiu estruturar a circulação na zona central da cidade e proporcionar alternativas ao atravessamento por tráfego intenso do centro da cidade.</p> <p>Estes efeitos, induziram(ão), como é óbvio, outros ao nível do desenvolvimento das actividades económicas (sobretudo do comércio e serviços presentes na área central) e a melhoria das condições de vida dos residentes.</p> <p>Os postos de trabalho previstos (155) não foram efectivados, a fazer fê no relatório final (0).</p>
1.05.055 - Elaboração do Plano Estratégico de intervenção - PROQUAL	<p>Elaboração do Programa Estratégico do Concelho de Setúbal a executar no âmbito do Proqual, englobando: diagnóstico urbano e sócio-económico dos bairros, objectivos da intervenção, eixos prioritários de intervenção, acções e projectos, programação física e financeira, envolvimento de parceiros.</p>	Integração de todos os projectos e acções independentemente do suporte financeiro.		<p>Contemplou a elaboração de um enquadramento e diagnóstico estratégico, consubstanciado na caracterização física e social da área de intervenção. Definição dos objectivos da intervenção e acções a realizar.</p>	<p>O programa estratégico foi elaborado.</p> <p>O dossier de candidatura não é explícito relativamente aos efeitos pretendidos. Independentemente desse facto é de admitir que o referido Programa permitiu/permitirá sustentar e integrar os futuros projectos em torno de uma estratégia global para a Cidade (objectivo implícito).</p>
1.05.056 - Concepção e execução da recuperação e remodelação do Cine Teatro da	<p>Recuperação e remodelação do cine-teatro de Alcobaça, tendo em vista a sua salvaguarda como elemento da memória cultural e de referência da Cidade.</p>	Existência de uma infra-estrutura dotada da mais moderna tecnologia e condições para a realização de	Decorrente dos suportes técnico e social.	Possibilidade, por parte da população, do usufruto de uma infra-estrutura dotada da mais moderna tecnologia	<p>Do ponto de vista da execução física o projecto correu de acordo com o previsto.</p> <p>Assim sendo, existem todas as condições materiais para que</p>

Código do Projecto	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
Cine-Teatro de Alcobaça	referência da Cidade. Dotação das necessárias infraestruturas que permitam levar a cabo, de forma flexível, uma dinamização cultural multifacetada. Aumento da área de palco em 50%.	realização de espectáculos e outros eventos.		moderna tecnologia e condições para a realização de espectáculos e outros eventos.	os efeitos pretendidos sejam atingidos (dinamização cultural multifacetada), obviamente dentro do pressuposto de uma programação de eventos robusta e de uma integração harmoniosa na rede de cine-teatros.  Os postos de trabalho previstos não são confirmados.
1.05.057 - Intervenção urbanística em Alcanena-parque de estacionamento	Construção de um parque de estacionamento subterrâneo na zona envolvente da Câmara Municipal.  Tem como objectivos assegurar as condições de acessibilidade e mobilidade internas da zona, bem como racionalizar a implementação e gestão de equipamentos e serviços.  Dignificação e revitalização do espaço central de Alcanena.			Rentabilização da zona envolvente aos paços do concelho.  Aumento da qualidade urbana através do ordenamento do estacionamento e da criação de áreas verdes.  Melhoria da qualidade de vida das populações e desenvolvimento local.  Melhoria da visibilidade e notoriedade externa da Região.	A construção do parque de estacionamento subterrâneo efectivou-se, facto que contribuiu para a melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade da área central da cidade e para a dignificação desse espaço público.  Outros efeitos, tais como os que se prendem com as actividades económicas, qualidade de vida urbana e imagem externa, poderão daqui decorrer (embora não explicitos na candidatura).  Os postos de trabalho criados (4) coincidem com os postos de trabalho permanentes programados.
1.05.062 - Elaboração do esquema Director de Estruturação Urbanística de Arcena/Bom Suce	Projecto de arquitectura de Esquemas Directos de Estruturação Urbanística, tendo em vista definir espacialmente as intervenções que permitam a integração territorial, quer interna, quer externa.  Melhoria das condições de mobilidade/acessibilidade, inversão das tendências de degradação e desqualificação do espaço urbano, melhoria da qualidade de vida dos habitantes e reforço da iniciativa empresarial e criação de emprego.	Promover a integração territorial, quer externa, quer interna, melhorando as condições de acessibilidade e mobilidade.	A melhoria das acessibilidades constitui um factor primordial para o desenvolvimento económico e a dinamização da actividade económica local, fomentando a criação de emprego.	Melhoria da qualidade de vida das populações.	A elaboração, efectuada, do documento em questão, permitiu/permitirá, em função da sua qualidade intrínseca, dar origem aos efeitos pretendidos, seja ao nível da estruturação territorial, seja no que respeita à mobilidade, atractividade económica e melhoria da qualidade geral do espaço urbano e do quadro de vida das populações.
1.05.063 - Esquema Director de Estruturação Urbanística	Análise preliminar das condições geológicas tendo em vista determinar a estabilidade do edificado  Planeamento da área crítica da Brandoa  Plano de intervenção global.  Eliminação da descaracterização do edificado e desenvolvimento da qualidade urbanística e	Documento orientador da gestão do território na Brandoa.  Propostas de intervenção  Sistematização da informação sobre o núcleo urbano da Brandoa		Construção de cenários demográficos.  Necessidades de equipamentos em função dessa evolução  Áreas a submeter a arranjo do espaço público, estrutura verde, circulação, estacionamento e	Tal como o que estava programado, o projecto teve como resultado a elaboração do Esquema Director de Estruturação Urbanística.  A elaboração do referido Estudo, em função da sua qualidade, permitiu/permitirá contribuir para a uma intervenção na área crítica da Brandoa, mais sustentada e articulada, bem como mais em

Código do Projecto	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
	ambiental.			estacionamento e tráfego.	conformidade com as reais necessidades existentes, factos que são indispensáveis para a melhoria da sua qualidade urbanística e ambiental.
1.05.066 - Programa Estratégico de Intervenção Urbana	Elaboração de programa estratégico tendo em vista diagnosticar e propor um conjunto de acções e projectos no sentido de qualificar urbana e ambientalmente a sede do concelho e a frente marítima da parais da Areia Branca; definir acções físicas e imateriais a apoiar pela autarquia no âmbito do PORLVT.	Definição e planeamento técnico dos projectos e acções estratégicas a desenvolver no Concelho da Lourinhã.	Definição e planeamento económico dos projectos e acções estratégicas a desenvolver no Concelho da Lourinhã.	Definição e planeamento social dos projectos e acções estratégicas a desenvolver no Concelho da Lourinhã.	O projecto traduziu-se, tal como estava programado, na elaboração de um documento estratégico para a Vila da Praia da Areia Branca.  Os efeitos deste plano, em função da sua qualidade, contribuirão para definir as acções estratégicas a levar a cabo e para reforçar a qualidade urbanística e a atractividade turística Vila (estes últimos objectivos não expressos explicitamente).  Os postos de trabalho previstos, directos e indirectos, não foram passíveis de serem confirmados.
1.05.069 - Ligação Pedonal entre o Largo dos Combatentes e a Ponte da Rua Araújo Guimaraes	Arranjo do troço da margem direita do Alcôa, proporcionando maior vivência do rio por parte das populações.  Reconstrução de um muro de suporte que ladeia o rio e criação de uma zona pedonal. <sup>6</sup>	Melhoria da qualidade ambiental da zona e possibilidade de usufruto por parte das populações de uma área ambientalmente equilibrada.	Não se prevê.	Possibilidade de usufruto de uma área de lazer, de excelente qualidade ambiental.	O paradeiro do dossier de candidatura é desconhecido na CCRLVT, pelo que não é possível confrontar os efeitos previstos com os efectivados.
1.05.070 - Reversão do espaço Público, do Património e da Imagem local-2ª fase	Requalificação de pequenos espaços urbanos degradados, tendo em vista elevar a qualidade da vivência pela incorporação de espaços verdes, mobiliário urbano, reforço da iluminação, qualificação das infraestruturas pedonais e ordenamento da circulação viária e estacionamento.			Melhoria da criação de espaços dinâmicos e apelativos ao usufruto e apropriação dos diversos grupos etários e sociais.	Do ponto de vista da realização física o realizado corresponde ao programado.  No domínio dos efeitos previstos, tendo em atenção a qualidade dos espaços criados, é de crer que aqueles tenham/venham a ser cumpridos, muito em particular no que diz respeito à melhoria da qualidade da vivência dos diversos grupos etários e sociais.
1.05.077 - Polidesportivo do Bairro 2 de Abril/Arranjo paisagístico no Interior da Pta Afonso Ventura	Criação de espaço para a prática desportiva intergeracional e renovação do espaço envolvente.  Recuperação de uma área completamente degradada que carece de infraestruturas desportivas.			Dinamização desportiva da população do bairro, através do apoio às actividades da colectividade local com possibilidade de alargamento a outros bairros	A recuperação do espaço da Praceta Afonso Ventura e a criação das infraestruturas desportivas foram efectivadas, facto que, para além da dinamização desportiva centrada na associação desportiva local (objectivos expressos no dossier de candidatura), terá os efeitos de

<sup>6</sup> Extraído do relatório final, visto o dossier de candidatura se encontrar extraviado.

Código do Projecto	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
	Recinto desportivo multiusos, recuperação e pavimentação do espaço envolvente e criação de zonas de estar.			envolventes. Ocupação dos tempos livres dos mais jovens.	natureza social daí decorrentes. Assim sendo, considera-se que os objectivos previstos foram alcançados.
1.05.079 - Valorização de Espaços Urbanos - Bairro Avelar Brotero	<p>A candidatura insere-se no projecto definido no Programa estratégico como Requalificação de Espaços Urbanos – Bairro Avelar Brotero.</p> <p>Tem como finalidade a revitalização económica e social no âmbito da regeneração urbana e territorial e a valorização de espaços específicos degradados.</p> <p>Consta de: pavimentação de calçada, pavimentação especial nas área de jogos e parque infantil, bancos e outro mobiliário urbano, brinquedos homologados e espaços verdes com rega automática.</p>	Resposta qualificada na requalificação de espaços públicos urbanos e ao nível local para as necessidades da população na adopção de equipamentos e infraestruturas.	Requalificação e revitalização de uma parte do tecido urbano da zona de intervenção do Projecto Integrado de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Odivelas, possibilitando as condições físicas e materiais para uma vida de qualidade e para a fixação de populações.	Requalificação do espaço público urbano de estadia e lazer de forma a poder ser usufruído pela população das várias faixas etárias.	<p>Tendo em atenção o relatório final e os indicadores nele expressos, é de crer que as realizações programadas tenham sido integralmente efectivadas.</p> <p>Nesta medida, os objectivos explícitos no dossier de candidatura (revitalização social e económica no âmbito da regeneração de espaços urbanos específicos degradados), foram/serão alcançados, com os consequentes efeitos quer nos domínios económicos, quer nos sociais referidos no relatório final.</p> <p>Os postos de trabalho a criar/criados (6) coincidem nos dois documentos, embora tenha que se ter em conta que postos de trabalho temporários não são a mesma coisa que postos de trabalho indirectos.</p>
1.05.109 - Plano Estratégico da Vila de Alenquer	Elaboração do Plano Estratégico da Vila de Alenquer. Realização durante 1 mês.	Requalificação e valorização urbana da Vila de Alenquer.	Afirmar a Vila de Alenquer como um pólo urbano estruturante, fortalecendo a base económica local. Qualificar o comércio e os serviços, atraindo novas actividades económicas.	Fixação e melhoria das condições de vida da população. Posicionar Alenquer, em particular a área central, como palco privilegiado das vivências locais.	<p>O projecto traduziu-se, tal como estava programado, na elaboração de um documento estratégico para a Vila de Alenquer.</p> <p>Embora o dossier de candidatura seja especialmente modesto no que se refere a efeitos esperados, é de crer que, em função da sua qualidade, este documento contribuiu/contribuirá para a requalificação e valorização de Alenquer, com tudo o que isso significa(rá) a jusante, ao nível económico, mas também social (aspectos somente explícitos no relatório final).</p> <p>Pensamos ser importante realçar o prazo de execução deste projecto, 20 dias, período que se nos afigura claramente insuficiente para a concretização de qualquer processo de planeamento estratégico minimamente participado (como a própria teoria do planeamento estratégico pressupõe).</p>

Código do Projecto	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
1.05.122 - Instalação do Gabinete PROQUAL	<p>Adaptação e equipamento de um espaço para a instalação do gabinete onde irá funcionar a Equipa Técnica Local do PROQUAL.</p> <p>Pavimento, pintura, divisórias, tratamento dos vidros, peças sanitárias, instalações eléctricas e telefónicas, reparação de infiltrações, canalização de gás, tecto falso, equipamentos contra riscos, aparelhos de ar condicionado, aquisição de mobiliário e outro equipamento necessário.</p>			<p>Proporcionar a proximidade com a população e as entidades que intervêm no território, logo favorece um melhor relacionamento e participação destes intervenientes quer ao nível das acções materiais, quer das acções imateriais.</p>	<p>O projecto concretizou o que estava expresso no dossier de candidatura em termos de realizações físicas.</p> <p>No dossier de candidatura não se encontram explícitos os efeitos esperados com a iniciativa, embora se depreenda que terá como alvo o aumento da eficácia das intervenções no domínio do PROQUAL.</p> <p>No dossier de candidatura é dada ênfase à aproximação entre a equipa e as populações o que, embora concorra para a referida eficácia, não a determina.</p>
1.05.128 - Programa de Valorização Urbana da Vila do Bombarral	<p>A elaboração do programa de Valorização Urbana do Bombarral, constitui um documento de apoio à tomada de decisão política e técnica.</p> <p>Modelo territorial urbano compatível com o protagonismo estratégico que a Vila pretende alcançar.</p>	<p>Elaboração de um programa fundamental para traçar estratégias, aferindo as reais necessidades da Vila, para posterior implementação de planos.</p>	<p>Permitirá criar equipamentos necessários ao desenvolvimento do Vila, incrementando os índices de atractividade e de investimento particular.</p>	<p>Permitirá lançar a base para a implementação de uma série de equipamentos que servirão directamente a população residente e imigrante, melhorando a sua qualidade de vida.</p>	<p>O projecto traduziu-se, tal como estava programado, na elaboração de um documento estratégico para a Vila do Bombarral.</p> <p>Os objectivos expressos no dossier de candidatura, embora sejam qualificados como inovadores, são aqueles que é de esperar associados à produção de um documento de planeamento estratégico em meio urbano.</p> <p>É de crer, em função da qualidade do Programa, que os objectivos explícitos no documento de candidatura, tenham/venham sido/a ser alcançados.</p>
1.05.139 - Intervenção Urbana para a Lourinhã - 1ª fase	<p>Dotação da Vila de equipamentos inexistentes, tais como os que permitem a patinagem em linha, o Free Ride (BTT), o Skate e a prática de ténis.</p> <p>Consta da construção de um Skate Park e quatro campos de ténis, com objectivos turístico-desportivos.</p> <p>Visa colmatar carências para a prática daquelas modalidades, apoiar o desenvolvimento turístico, valorizar a imagem da Lourinhã, assegurar a realização de competições e apoiar o desporto escolar.</p>	<p>Criação de dois tipos de infraestruturas diferentes.</p>	<p>O aumento do número de praticantes e das competições desportivas deverá aumentar as receitas económicas da Lourinhã.</p>	<p>Prática das modalidades desportivas, contribuindo para evitar deslocações para fora do Concelho e para a vinda de outros praticantes não residentes.</p> <p>Possibilita a ocupação dos tempos livres dos jovens e a realização de competições desportivas.</p>	<p>A construção do <i>Skate Park</i> e dos campos de ténis efectivou-se de acordo com o programado em termos físicos.</p> <p>Este facto permitiu cumprir os o objectivo imediato de dotar a Vila de infraestruturas, até então inexistentes, para a prática de alguns desportos ditos radicais, bem como para a prática do ténis.</p> <p>É de crer, que outros objectivos, tais como o desenvolvimento turístico, a promoção da imagem da Lourinhã, o apoio ao desporto escolar e a realização de competições desportivas, tenham sido/sejam também alcançados (o <i>Skate Park</i> é o maior da Região Oeste).</p> <p>Os postos de trabalho previstos (4), não foram totalmente concretizados (1 indirecto).</p>

Código do Projecto	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
1.05.144 - Reversão do Espaço Público, do Património e da Imagem Local - 4ª Fase	Requalificação de pequenos espaços urbanos degradados, elevando a qualidade da envolvente urbana, seja pela incorporação de zonas verdes e mobiliário urbano, seja pela construção ou qualificação de infraestruturas pedonais, ordenamento da circulação e do estacionamento e construção de zonas de estar.			Atenuação dos efeitos negativos gerados pelo crescimento urbano fraccionado, proporcionando uma melhoria da qualidade do ambiente urbano e da actividade local.  Visa-se o ordenamento e funcionalidade do espaço urbano de forma a ajustá-lo às necessidades dos seus habitantes e a criação de espaços dinâmicos e apelativos ao usufruto e apropriação pelos diversos grupos etários.	Do ponto de vista da realização física o realizado corresponde ao programado.  No domínio dos efeitos previstos, tendo em atenção a qualidade dos espaços criados, é de crer que aqueles tenham/venham a ser cumpridos, muito em particular no que diz respeito à potenciação e apropriação do espaço pela população.
1.05.148 - Requalificação do Espaço Escolar - 4ª Fase	Recuperação e a modernização dos espaços de ensino.  Contribui para a melhoria da imagem da escola, o reforço das condições materiais para o incremento da ligação aluno-espaço, qualidade do ensino e combate à rejeição escolar e ao insucesso.			Recuperação e modernização dos espaços de ensino.  Melhoria da imagem da escola, desenvolvimento das condições materiais para o reforço da ligação aluno-espaço, melhoria da qualidade do ensino e combate à rejeição escolar e ao insucesso.	A intervenção constou, tal como o que estava programado, na intervenção (remodelação do edificado) em cinco escolas básicas da Baixa da Banheira.  Os objectivos que o projecto perseguia, foram/serão seguramente alcançados tendo em atenção a natureza das intervenções (melhoria da imagem da Escola, reforço da ligação espaço/aluno, diminuição da rejeição da escola e do insucesso escolar).

QUADRO 1-12: DATAS PREVISTAS E EFECTIVAS DOS PROJECTOS COM RELATÓRIO FINAL

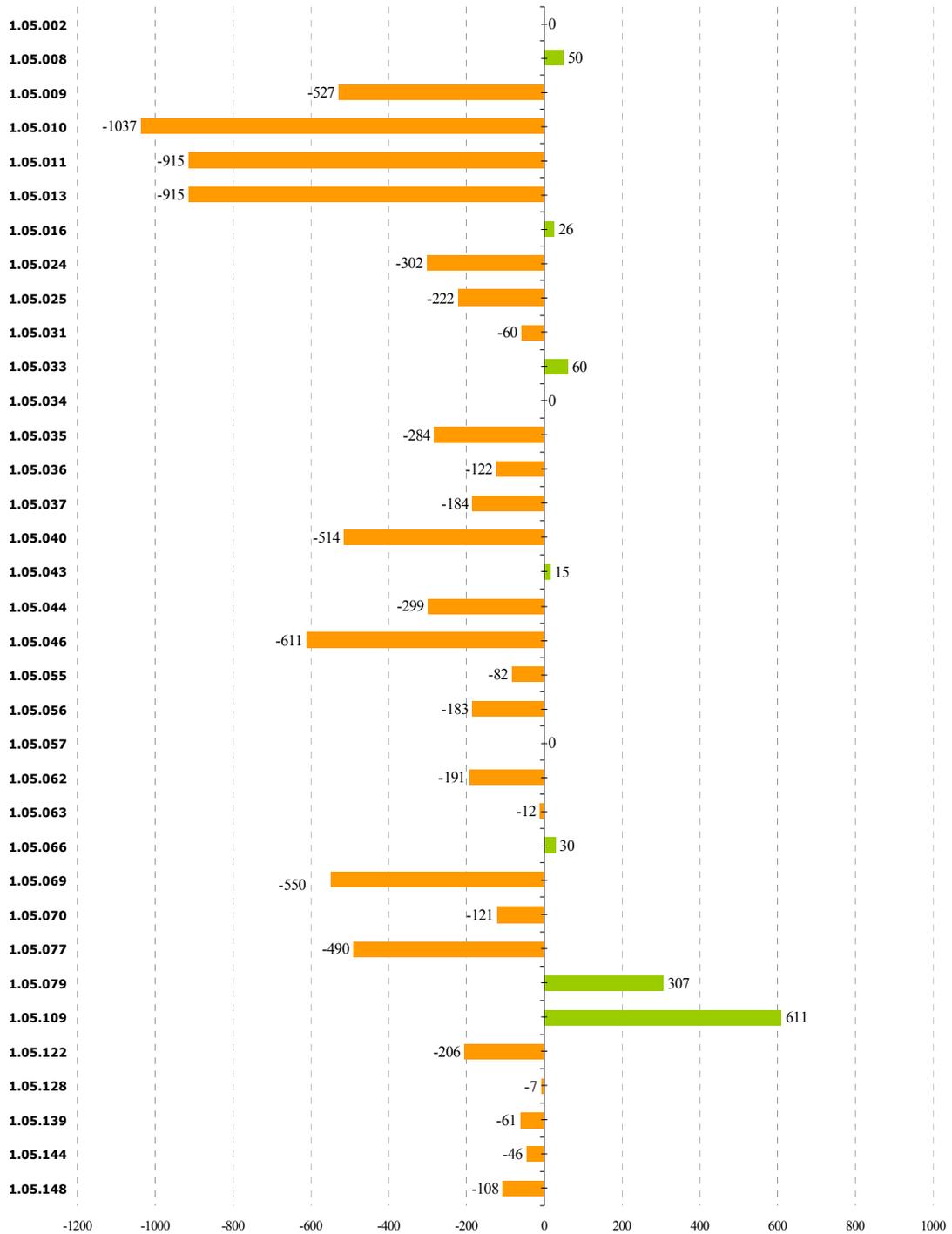
Projecto	A - Início Previsto <sup>7</sup>	B - Início Efectivo	A-B dias	C - Fim Previsto <sup>8</sup>	D - Fim Efectivo	C-D dias	A-B+C-D
1.05.002	01-10-2000	11-09-2000	20	30-03-2001	30-03-2001	0	20
1.05.008	01-09-2000	25-09-2000	-24	31-12-2001	11-11-2001	50	26
1.05.009	01-01-2000	29-05-2000	-149	31-12-2001	11-06-2003	-527	-676
1.05.010	14-07-1998	31-01-2001	-932	28-02-2002	31-12-2004	-1037	-1969
1.05.011	31-05-2000	16-04-2001	-320	30-06-2002	31-12-2004	-915	-1235
1.05.013	31-05-2000	30-04-2001	-334	30-06-2002	31-12-2004	-915	-1249
1.05.016	06-07-2000	07-06-2000	29	31-07-2002	05-07-2002	26	55
1.05.024	21-07-2000	21-07-2000	0	04-04-2002	31-01-2003	-302	-302
1.05.025	01-05-2001	10-12-2001	-223	30-11-2002	10-07-2003	-222	-445
1.05.031	00-03-2001	08-03-2001	0	00-07-2001	25-10-2001	-60	-60
1.05.033	01-12-2001	27-12-2001	-26	30-04-2003	01-03-2003	60	34
1.05.034	08-07-1999	08-07-1999	0	24-06-2002	24-06-2002	0	0
1.05.035	16-06-2000	03-10-2000	-109	31-12-2001	00-09-2002	-284	-393
1.05.036	00-01-2002	00-01-2002	0	00-07-2002	00-12-2002	-122	-122
1.05.037	28-09-2001	28-09-2001	0	30-06-2002	31-12-2002	-184	-184
1.05.040	08-05-2001	08-05-2001	0	03-12-2002	30-04-2004	-514	-514
1.05.043	00-09-2001	02-05-2001	-92	00-04-2002	15-03-2002	15	-77
1.05.044	04-03-2001	04-03-2001	0	06-03-2002	30-12-2002	-299	-299
1.05.046	30-04-2002	16-10-2002	-169	30-04-2003	31-12-2004	-611	-780
1.05.055	10-10-2001	10-10-2001	0	31-05-2002	21-08-2002	-82	-82
1.05.056	01-09-2002	26-09-2002	-25	30-11-2003	31-05-2004	-183	-208
1.05.057	00-05-2002	00-05-2002	0	00-12-2002	00-12-2002	0	0
1.05.062	16-02-2000	15-04-2000	-59	31-12-2002	10-07-2003	-191	-250
1.05.063	00-05-2002	21-06-2002	-30	00-11-03	27-12-2003	-12	-42
1.05.066	00-05-2002	00-05-2002	0	00-12-2003	00-11-2003	30	30
1.05.069	15-12-2002	16-04-2002	243	30-06-2003	31-12-2004	-550	-307
1.05.070	01-09-2000	22-09-2000	-21	31-03-2003	30-07-2003	-121	-142
1.05.077	29-10-2002	29-10-2002	0	27-01-2003	31-05-2004	-490	-490
1.05.079	01-01-2000	03-12-2001	-702	31-12-2003	27-02-2003	307	-395
1.05.109	01-02-2003	10-04-2003	-68	31-12-2004	30-04-2003	611	543
1.05.122	14-04-2003	14-04-2003	0	31-01-2004	24-08-2004	-206	-206
1.05.128	23-10-2002	30-10-2002	-7	23-05-2004	30-05-2004	-7	-14
1.05.139	01-07-2004	01-07-2004	0	30-09-2004	30-11-2004	-61	-61
1.05.144	22-05-2004	22-05-2004	0	31-03-2005	16-05-2005	-46	-46
1.05.148	01-08-2004	01-08-2004	0	31-12-2004	18-04-2005	-108	-108
Média da diferença			-86			-199	-284
Desvio médio <sup>9</sup>			102,3			261,4	324,7

<sup>7</sup> Quando se verificaram diferenças entre o dossier de candidatura e o relatório final, foram adoptadas as datas presentes neste último documento.

<sup>8</sup> Quando se verificaram diferenças entre o dossier de candidatura e o relatório final, foram adoptadas as datas presentes neste último documento.

<sup>9</sup> O desvio é considerado em módulo.

**GRÁFICO 1-1: DESVIOS RELATIVAMENTE À DATA DE FIM PREVISTA, EM DIAS**



**QUADRO 1-13: DESVIOS RELATIVAMENTE À DATA PREVISTA DE FIM, POR PERÍODOS DE DIAS**

< -248	[-248 a -124]	[-124 a -62]	[-62 a -31]	[-31 a -15]	[-15 a 0]	0	[0 a 15]	[15 a 31]	> 31
1.05.009	1.05.025	1.05.036	1.05.031		1.05.063	1.05.002	1.05.043	1.05.016	1.05.008
1.05.010	1.05.037	1.05.055	1.05.139		1.05.128	1.05.034		1.05.066	1.05.033
1.05.011	1.05.056	1.05.070	1.05.144			1.05.057			1.05.079
1.05.013	1.05.122	1.05.148							1.05.109
1.05.024									
1.05.035									
1.05.040									
1.05.044									
1.05.046									
1.05.062									
1.05.069									
1.05.077									

**QUADRO 1-14: PROJECTOS SEGUNDO AS CLASSES DE DESVIOS - PROJECTOS TERMINADOS COM MAIS DE 31 DIAS DE ANTECEDÊNCIA**

Código	Nome do Projecto
1.05.008	Remodelação do Cine-Teatro Ferreira da Silva
1.05.033	Requalificação do Espaço Escolar - 1ª Fase
1.05.079	Valorização de Espaços Urbanos - Bairro Avelar Brotero
1.05.109	Plano Estratégico da Vila de Alenquer

**QUADRO 1-15: PROJECTOS SEGUNDO AS CLASSES DE DESVIOS - PROJECTOS TERMINADOS COM ANTECEDÊNCIA ENTRE 15 E 31 DIAS**

Código	Nome do Projecto
1.05.016	Construção do Mercado da Zona Norte da Baixa da Banheira e Acessos
1.05.066	Programa Estratégico de Intervenção Urbana

**QUADRO 1-16: PROJECTOS SEGUNDO AS CLASSES DE DESVIOS - PROJECTOS TERMINADOS ANTECEDÊNCIA ATÉ 15 DIAS**

Código	Nome do Projecto
1.05.043	Creche e Jardim de Infância de S. Marçal

**QUADRO 1-17: PROJECTOS SEGUNDO AS CLASSES DE DESVIOS - PROJECTOS TERMINADOS NA DATA PREVISTA**

Código	Nome do Projecto
1.05.002	Complexo Aquático Municipal - 2ª Fase - Santarém
1.05.034	Reconversão do Espaço Público, do Património e da Imagem Local - 1ª Fase - Moita
1.05.057	Intervenção urbanística em Alcanena-parque de estacionamento

**QUADRO 1-18: PROJECTOS SEGUNDO AS CLASSES DE DESVIOS - PROJECTOS TERMINADOS COM UM ATRASO ATÉ 15 DIAS**

Código	Nome do Projecto
1.05.063	Esquema Director de Estruturação Urbanística
1.05.128	Programa de Valorização Urbana da Vila do Bombarral

**QUADRO 1-19: PROJECTOS SEGUNDO AS CLASSES DE DESVIOS - PROJECTOS TERMINADOS COM UM ATRASO ENTRE 31 E 62 DIAS**

Código	Nome do Projecto
1.05.031	Estudo Sobre os Perfis da População - Características Sócio-Económicas e Condições Habitacionais
1.05.139	Intervenção Urbana para a Lourinhã - 1ª fase
1.05.144	Reconversão do Espaço Público, do Património e da Imagem Local - 4ª Fase

**QUADRO 1-20: PROJECTOS SEGUNDO AS CLASSES DE DESVIOS - PROJECTOS TERMINADOS COM UM ATRASO ENTRE 62 E 124 DIAS**

Código	Nome do Projecto
1.05.036	Intervenção Urbanística em Alcanena - Zona Envolvente da Câmara Municipal
1.05.055	Elaboração do Plano Estratégico de intervenção - PROQUAL
1.05.070	Reconversão do espaço Público, do Património e da Imagem local-2ª fase
1.05.148	Requalificação do Espaço Escolar - 4ª Fase

**QUADRO 1-21: PROJECTOS SEGUNDO AS CLASSES DE DESVIOS - PROJECTOS TERMINADOS COM UM ATRASO ENTRE 124 E 248 DIAS**

Código	Nome do Projecto
1.05.025	Cobertura da Piscina Olímpica - Rio Maior
1.05.037	Arranjos Exteriores da Zona Envolvente aos Paços do Concelho
1.05.056	Concepção e execução da recuperação e remodelação do Cine-Teatro de Alcobaca
1.05.122	Instalação do Gabinete PROQUAL

**QUADRO 1-22: PROJECTOS SEGUNDO AS CLASSES DE DESVIOS - PROJECTOS TERMINADOS COM MAIS DE 248 DIAS DE ATRASO**

<b>Código</b>	<b>Nome do Projecto</b>
1.05.009	Construção da unidade aquática coberta ( Piscina Municipal)
1.05.010	Recuperação do Cine-Teatro Paraíso de Tomar
1.05.011	Avenida Andrade Corvo - Torres Novas
1.05.013	Avenida 8 de Julho - Torres Novas
1.05.024	Plano de Requalificação Urbana da Cidade de Rio Maior
1.05.035	Construção do Centro de Saúde de Arcena e Arranjos Exteriores
1.05.040	Completamento do Parque Verde da Bela Vista (4ª Fase)
1.05.044	Plano de Requalificação da Cidade de Rio Maior - Zona Envolvente ao Pavilhão Multiusos - 1ª Fase
1.05.046	Via Circular Interior (troço entre o largo General Humberto Delgado e a Av. Dr. João M. de Azevedo)
1.05.062	Elaboração do esquema Director de Estruturação Urbanística de Arcena/Bom Sucesso
1.05.069	Ligação Pedonal entre o Largo dos Combatentes e a Ponte da Rua Araújo Guimarães
1.05.077	Polidesportivo do Bairro 2 de Abril/Arranjo paisagístico no Interior da Pta Afonso Ventura

## 2. MEDIDA 2.3 – VALTEJO

### 2.1. INTRODUÇÃO

Neste relatório, procede-se à avaliação em profundidade da Medida 2.3 – VALTEJO (Valorização do Tejo) do PORLVT, tendo por referência a análise e a reflexão em torno da informação recolhida, nomeadamente através da consulta dos dossiers de candidatura e dos relatórios finais dos projectos (cfr Anexo 3) que à data de 30 de Junho de 2005, estavam concluídos, e dos resultados da auscultação da gestão e dos promotores envolvidos na sua execução.

Os projectos aprovados no âmbito da Medida 2.3. do PORLVT já se encontravam formalmente consensualizados e contratualizados desde Setembro de 2000, data a que se refere o documento “Acção Integrada VALTEJO: Programa Estratégico e Operacional”, promovido pela CCDR-LVT, com o envolvimento dos municípios abrangidos, a par e na sequência do processo de elaboração do Plano Estratégico da Região.

Relativamente às questões relacionadas com a gestão da Medida, e do ponto de vista da equipa de avaliação, o SIFEC apresenta limitações no que respeita aos indicadores de acompanhamento e de realização, constituindo-se como um retrocesso face à experiência adquirida com o SIDReg, onde estes estavam organizados de forma arborescente cobrindo quase todos os tipos de projectos potencialmente implementáveis.

É a Estrutura de Apoio Técnico (informalmente com duas pessoas que dão uma maior assistência ao coordenador da Medida 2.3) que escolhe e alimenta os indicadores. Do ponto de vista da gestão, atendendo a que sempre existiu um acompanhamento no terreno constante e personalizado, por parte do coordenador da Medida, de todos os projectos, os problemas associados à monitorização da execução através de indicadores foram sempre ultrapassados, apesar de se reconhecer que para efeitos de avaliação por parte de uma entidade externa essa questão não é pacífica. Refira-se ainda que os indicadores, na maior parte dos casos referidos a valores absolutos das realizações (número de intervenções de determinado tipo, por exemplo) não permitem descortinar a verdadeira amplitude destas intervenções, pois não as relativizam face aos contextos específicos em que se desenvolvem.

No que respeita ao apoio prestado aos promotores, dado o trabalho prévio, datado de Setembro de 2000, para a definição da estratégia e identificação dos projectos tendentes à sua concretização que envolveu os actuais promotores, os procedimentos de informação e apoios a eles prestados não constituíram qualquer problema no âmbito da implementação da Medida.

## 2.2. SINOPSE DA MEDIDA

**Designação:** Medida 2.3 – VALTEJO – Valorização do Tejo (FEDER)

### Objectivo Geral

Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismos, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social

### Objectivos específicos

- Apoiar e promover as intervenções destinadas à preservação de ecossistemas e ao desenvolvimento de práticas balneares, bem como à protecção e à valorização das espécies da fauna e da flora;
- Apoiar e promover o Vale do Tejo como área de turismo e lazer – turismo cultural, rural, natureza, activo e aventura, de saúde e de negócios e congressos;
- Valorizar, preservar e divulgar os elementos patrimoniais de carácter histórico e construído, bem como as vivências e tradições, apoiando também as actividades tradicionais e criando infra-estruturas de combate à desertificação do mundo rural;
- Tornar as condições de mobilidade e de transporte mais favoráveis para a população e região.

### Categorias de beneficiários:

- Administração Central
- Municípios e Associações de Municípios
- Empresas Municipais
- Empresas Concessionárias Municipais
- Empresas Públicas, Concessionárias do Estado, e de Capitais Mistos
- Fundações e Associações sem fins lucrativos
- Associações Empresariais
- Agências de Desenvolvimento Regional e Local
- Associações de Desenvolvimento Local
- Serviços Desconcentrados da Administração Central
- Instituições de Ensino Superior e Politécnico
- Estruturas de I&D
- Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos

**Programação financeira e situação do compromisso e da execução a 30/06/05:**

Programado Inicial – 119 445 539 € (70.312.539 Despesa Pública e 49.133.000 de Financiamento privado)/

Reprogramado(\*) – 85.076.262 € (Custo total = Despesa Pública)

Aprovado – 78.340.526,6 €

Taxa de aprovação (sobre o reprogramado) – 92,08 %

Executado – 54.954.047,2 €

Taxa de execução (sobre o reprogramado) – 70,1%

(\*) Fonte: Relatório de Execução de 2004. A redução da investimento total programado de 2000 para 2004, deveu se à anulação da componente de investimento privado, tendo se reforçado a despesa pública total em mais 8.858.244 € provenientes do FEDER e 5.905.479 € da contrapartida nacional.

**Indicadores e metas para 2006:**

Nº de intervenções de valorização do património histórico, apoiadas - 9

Nº de intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas - 10

Nº de áreas de lazer criadas e recuperadas, apoiadas - 10

Nº de projectos de reabilitação, valorização e melhoria da funcionalidade dos aglomerados urbanos ribeirinhos (s/ quantificação)

Nº de projectos de melhoria da mobilidade e acessibilidades na área intervencionada (s/ quantificação)

**Reprogramação (montante e justificação):**

Em Dezembro de 2004, esta Medida foi reforçada com 8.858.244 € da componente FEDER (1.358.244 € da reserva de programação) e 5.905.479 € da contrapartida nacional, o que no conjunto representa um aumento de 14.763.723 € de despesa pública. A diferença significativa entre o investimento total inicialmente programado e o vigente após a reprogramação de Dezembro de 2004, foi grandemente influenciada pela anulação da componente de financiamento privado que se mostrou desadequada face ao tipo de promotores elegíveis nesta medida.

As justificações para o reforço da componente FEDER desta Medida foram as seguintes:

- “elevada procura pelos beneficiários da tipologia de projectos prioritários a financiar (requalificação das frentes ribeirinhas, recuperação e revitalização dos centros históricos e do seu património, criação de novos espaços lúdico-ambientais);
- elevada taxa de aprovação da Medida (87%);
- necessidade de apoiar novos projectos no âmbito dos domínios prioritários;
- alargar o âmbito da tipologia de projectos com o objectivo de reforçar a competitividade no Vale do Tejo, nomeadamente:
  - apoiar a promoção de projectos integrados turísticos de natureza estruturante de base regional;
  - apoiar a modernização e consolidação das instituições de “interface” e de assistência empresarial. Enquadram-se neste tipo de instituições, designadamente os Centros Tecnológicos, os Parques e Pólos Tecnológicos, as Agências Públicas e outras que tenham o mesmo objectivo social;
  - modernizar e expandir as infra-estruturas de apoio às entidades que promovam a inovação e a competitividade regional;
  - apoiar a reconversão de parques industriais, tornando-os verdadeiros centros de negócios, incluindo o fomento da sustentabilidade.”

(Fonte: Relatório de Execução do PORLVT, 2004)

### 2.3. EXECUÇÃO DA MEDIDA

No âmbito da Medida 2.3 – VALTEJO do PORLVT, à data de 30 de Junho de 2005, estavam aprovados 67 projectos a que correspondia um montante global de 78.340.526,56 euros de investimento elegível, todo ele enquadrado na categoria de despesa pública com co-financiamento FEDER no montante de 39.417.368,05 euros, o que resultou, para o total dos projectos, numa taxa de comparticipação de 50,3% (2 projectos apoiados à taxa de 40%, 4 à taxa de 45%, 37 a 50%, 23 a 60% e 1 a 75%).

À mesma data, a taxa de execução da Medida situava-se nos 70,1%, existindo 22 projectos com taxa de execução próxima da conclusão (valor acima de 50% e, em média de 85,1% do montante aprovado já realizado), 29 projectos já concluídos e 4 sem qualquer investimento realizado, sendo que um deles, relativo ao “Projecto de Concepção do Parque Aventura integrado no Parque Almourol”, foi entretanto abandonado e os outros 3 correspondem a projectos homologados em Junho de 2005.

O ritmo de aprovação de candidaturas tende para uma concentração nos anos de 2001 a 2003 (79,1% do total de projectos e 68,3% do total de investimento elegível), surgindo o ano de 2004 como atípico, já que nele são aprovadas 9% das candidaturas correspondentes a 22% do total do investimento aprovado na Medida, situação que resulta do forte compromisso financeiro (10.404.060,82 euros, valor correspondente a 60,4% do montante total aprovado em 2004) associado ao projecto de construção do açude insuflável integrado no Aquapólis em Abrantes. No ano 2000, por razões associadas ao processo de estabilização das estruturas de gestão, foram aprovados apenas 5 projectos totalizando 6,2% do total do investimento aprovado até à data em referência (Junho de 2005).

O ritmo de realização de despesa segue uma tendência traduzida em taxas de execução mais elevadas para as candidaturas de aprovação mais antiga, em sintonia com o que seria de esperar tendo em conta os tempos de execução dos projectos, pesem embora alguns atrasos, por vezes associados aos procedimentos de homologação mas que são mais evidentes nos casos de estudos, planos ou projectos de execução, sendo que neste particular se deva ter em atenção o facto de se tratarem de acções que incluem assistência técnica a obras cuja realização é posterior à elaboração do respectivo projecto.

**QUADRO 2-1: TIMINGS DE APROVAÇÃO: CARACTERIZAÇÃO GERAL**

Ano	Projectos		Investimento Total Aprovado		Execução Actual	Taxa de Execução Actual
	Nº	%	Euros	%		
2000	5,0	7%	4.884.596,5	6%	4.726.182,1	96,8%
2001	24,0	36%	16.435.106,0	21%	15.748.318,5	95,8%
2002	19,0	28%	25.436.584,0	32%	22.505.070,3	88,5%
2003	10,0	15%	11.618.946,0	15%	8.221.273,5	70,8%
2004	6,0	9%	17.238.230,0	22%	3.753.202,8	21,8%
2005 (Junho)	3,0	4%	2.727.064,6	3%	0,0	0,0%
<b>Total</b>	<b>67,0</b>	<b>100%</b>	<b>78.340.527,0</b>	<b>100%</b>	<b>54.954.047,2</b>	<b>70,1%</b>

Fonte: Equipa de avaliação com base na informação fornecida pela gestão do PO

**QUADRO 2-2: TIMINGS DE APROVAÇÃO: PROJECTOS SEGUNDO O ANO DE APROVAÇÃO POR TIPO DE PROMOTOR**

Ano Homologação	Administração Central	Agências de Desenvolvimento Regional e Local	Associações Empresariais	Empresas Concessionárias Municipais	Emps. Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos	Fundações e Associações sem fins lucrativos	Municípios e Associações de Municípios	Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos	Total
2000	0	0	0	0	0	0	5	0	5
2001	1	1	5	3	0	0	13	1	24
2002	1	0	1	3	0	0	12	2	19
2003	0	0	0	0	0	1	9	0	10
2004	0	0	0	0	2	0	4	0	6
2005 (Junho)	0	0	0	0	0	1	2	0	3
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>45</b>	<b>3</b>	<b>67</b>

Fonte: Equipa de avaliação com base na informação fornecida pela gestão do PO

**QUADRO 2-3: TIMINGS DE APROVAÇÃO: INVESTIMENTO APROVADO SEGUNDO O ANO DE APROVAÇÃO POR TIPOS DE PROMOTORES (MIL EUROS)**

Ano Homologação	Administração Central	Agências de Desenvolvimento Regional e Local	Associações Empresariais	Empresas Concessionárias Municipais	Emps. Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos	Fundações e Associações sem fins lucrativos	Municípios e Associações de Municípios	Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos	Total
2000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4884,60	0,00	4.884,60
2001	363,58	120,66	972,81	562,83	0,00	0,00	14.391,09	24,14	16.435,11
2002	2.171,12	0,00	18,30	1.598,14	0,00	0,00	21.500,87	148,15	25.436,58
2003	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	537,56	11.081,39	0,00	11.618,95
2004	0,00	0,00	0,00	0,00	926,69	0,00	16.311,54	0,00	17.238,23
2005 (Junho)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	421,49	2.305,57	0,00	2.727,06
<b>Total</b>	<b>2.534,70</b>	<b>120,66</b>	<b>991,11</b>	<b>2.160,97</b>	<b>926,69</b>	<b>959,05</b>	<b>70.475,06</b>	<b>172,29</b>	<b>78.340,53</b>

A relação entre a tipologia de promotores prevista e a efectiva não é perfeita, destacando-se o maior peso dos municípios, individualmente ou em parceria (67,2% do total de projectos e 90,0% do montante total aprovado na Medida) e a ausência de instituições ligadas ou ao ensino, ou à investigação, ou ao desenvolvimento local. As categorias de beneficiários elegíveis nesta medida não se dirigem a promotores privados, o que justificou a anulação da componente privada do investimento da medida no âmbito da reprogramação intercalar de 2004 (o custo total passou de 119.445.539 euros para 85.076.262 euros), apesar de se ter procedido a um reforço da despesa pública em mais 14.763.723 euros (8.858.244 euros provenientes da componente FEDER e 5.905.479 euros da de contrapartida nacional).

**QUADRO 2-4: CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS CATEGORIAS PREVISTAS DE BENEFICIÁRIOS E AS EFECTIVAS (PROMOTORES DE PROJECTOS APROVADOS)**

Categorias previstas de beneficiários	Projectos		Investimento total	
	Nº	%	(€)	%
Administração Central	2	3,0	2.534.699,47	3,2
Municípios e Associações de Municípios	45	67,2	70.475.055,67	90,0
Empresas Municipais	0	0,0	0	0,0
Empresas Concessionárias Municipais (*)	6	9,0	2.160.967,69	2,8
Empresas Públicas, Concessionárias do Estado, e de Capitais Mistos	2	3,0	926.693,00	1,2
Fundações e Associações sem fins lucrativos (**)	2	3,0	959.052,50	1,2
Associações Empresariais	6	9,0	991.105,48	1,3
Agências de Desenvolvimento Regional e Local	1	1,5	120.659,22	0,2
Associações de Desenvolvimento Local	0	0,0	0	0,0
Serviços Desconcentrados da Administração Central	0	0,0	0	0,0
Instituições de Ensino Superior e Politécnico	0	0,0	0	0,0
Estruturas de I&D	0	0,0	0	0,0
Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos (***)	3	4,5	172.293,53	0,2
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>100,0</b>	<b>78.340.526,56</b>	<b>100,0</b>

(\*) Inclui-se nesta categoria a “Sociedade Parque Almourol-Promoção e Desenvolvimento Turístico, Lda”, empresa da qual fazem parte o Nersant e os Municípios de Vila Nova da Barquinha, Chamusca e Constância.

(\*\*) Incluíram-se as “pessoas colectivas de utilidade pública”, como é o caso da Santa Casa da Misericórdia. Relativamente às associações empresariais, que se constituem como “associações sem fins lucrativos”, elas foram incluídas no respectivo descritor específico e explícito no DOCUP (“associações empresariais”).

(\*\*\*) Incluíram-se aqui as “pessoas colectivas de direito público”, como é o caso das Regiões de Turismo (Cf. [Decreto-Lei n.º 287/91, de 9 de Agosto](#), que aprovou o novo regime jurídico das regiões de turismo).

Fonte: Equipa de avaliação com base na informação fornecida pela gestão do PO

As candidaturas aprovadas abrangem, individualmente ou em grupo, 8 concelhos da NUTS III Médio Tejo (Abrantes, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha) e 10 da Lezíria do Tejo (Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Coruche, Golegã, Salvaterra de Magos e Santarém), sendo que se privilegiou uma localização do investimento, dada a própria natureza e objectivos da Medida, em grupos de concelhos marginais ao Tejo, o que justifica o relativo desequilíbrio entre o número de candidaturas incidentes em cada uma daquelas unidades territoriais (22 e 35, respectivamente) ainda que tal não se verifique quando se consideram os montantes envolvidos (33474337,3 euros e 41591014,4 euros, respectivamente), cuja distribuição média por município, em cada um dos casos, é muito semelhante (4.184.292,16 euros/município para o Médio Tejo e 4.159.101,44 euros/município para a Lezíria do Tejo).

**QUADRO 2-5: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS - CARACTERIZAÇÃO GERAL POR NUTS 3**

NUTS 3	Nº projectos	Investimento Total (€)	Taxa de Execução Actual (%)
Grande Lisboa	0	0,00	0,0
Península Setúbal	0	0,00	0,0
Oeste	0	0,00	0,0
Lezíria do Tejo	35	41.591.014,4	77,4
Médio Tejo	22	33.474.337,3	61,7
Misto	10	3.275.174,92	64,7
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>78.340.526,6</b>	<b>70,1</b>

Fonte: Equipa de avaliação com base na informação fornecida pela gestão do PO

**QUADRO 2-6: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS: Nº DE PROJECTOS POR TIPO DE PROMOTOR E NUTS III**

Tipo de Promotor	Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Misto		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Administração Central	2	5,7	0	0,0	0	0,0	2	3,0
Agências de Desenvolvimento Regional e Local	1	2,9	0	0,0	0	0,0	1	1,5
Associações Empresariais	0	0,0	4	18,2	2	20,0	6	9,0
Empresas Concessionárias Municipais	0	0,0	0	0,0	6	60,0	6	9,0
Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos	2	5,7	0	0,0	0	0,0	2	3,0
Fundações e Associações sem fins lucrativos	2	5,7	0	0,0	0	0,0	2	3,0
Municípios e Associações de Municípios	27	77,1	17	77,3	1	10,0	45	67,2
Outras entidades públicas e privadas sem fins lucrativos	1	2,9	1	4,5	1	10,0	3	4,5
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>52,2</b>	<b>22</b>	<b>32,8</b>	<b>10</b>	<b>14,9</b>	<b>67</b>	<b>100,0</b>

**QUADRO 2-7: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS INVESTIMENTO APROVADO POR TIPO DE PROMOTOR E NUTS III**

Tipo de Promotor	Lezíria do Tejo		Médio Tejo		Misto		Total	
	Euros	%	Euros	%	Euros	%	Euros	%
Administração Central	2.534.699,5	6,1	0,00	0,0	0,00	0,0	2.534.699,5	3,2
Agências de Desenvol. Regional e Local	120.659,2	0,3	0,00	0,0	0,00	0,0	120.659,2	0,2
Associações Empresariais	0,00	0,0	646.222,6	1,9	344.882,9	10,5	991.105,5	1,3
Emps. Concessionárias Municipais	0,00	0,0	0,00	0,0	2.160.967,7	66,0	2.160.967,7	2,8
Emps. Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos	926.693,0	2,2	0,00	0,0	0,00	0,0	926.693,0	1,2
Fundações e Associações s.f. lucrativos	959.052,5	2,3	0,00	0,0	0,00	0,0	959.052,5	1,2
Municípios e Associações de Municípios	36.954.132,2	88,9	32.775.740,9	97,9	745.182,5	22,8	70.475.055,7	90,0
Outras entidades pública e privadas s.f. lucrativos	95.777,9	0,2	52.373,8	0,2	24.141,8	0,7	172.293,5	0,2
<b>Total</b>	<b>41.591.014,4</b>	<b>53,1</b>	<b>33.474.337,3</b>	<b>42,7</b>	<b>3.275.174,9</b>	<b>4,2</b>	<b>78.340.526,6</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Equipa de avaliação com base na informação fornecida pela gestão do PO

**CAIXA DE TEXTO 2-1: EM QUE MEDIDA A ACÇÃO INTEGRADA DE BASE TERRITORIAL SE JUSTIFICOU COMO FORMA ESPECÍFICA DE CONCEPÇÃO DE UMA RESPOSTA À SITUAÇÃO DO VALE DO TEJO? E ENQUANTO FORMA ESPECÍFICA DE INTERVENÇÃO E DE IMPLEMENTAÇÃO?**

Os projectos aprovados no âmbito da Medida 2.3. do PORLVT já se encontravam formalmente consensualizados e contratualizados desde Setembro de 2000, data a que se refere o documento “Acção Integrada VALTEJO: Programa Estratégico e Operacional”, promovido pela CCDR-LVT, com o envolvimento dos municípios abrangidos, a par e na sequência do processo de elaboração do Plano Estratégico da Região.

Tendo por referência este documento, esta acção integrada de base territorial “... baseia-se numa óptica de sistema, ou seja, na valorização de um conjunto de elementos, materiais e imateriais, que dependem reciprocamente uns dos outros de maneira a formarem um todo organizado, um todo complexo, cujas partes estão interligadas e formam uma unidade” (CCDRLVT, 2000:14).

No entanto, dado que o conjunto da área de intervenção (com cerca de 70.000 ha e abrangendo 265.900 habitantes) não é homogénea, tanto do ponto de vista físico-ambiental como do dos recursos culturais, económicos e sociais, foram definidas “estratégias diferenciadas e selectivas” ancoradas em subespaços que, tendo o Tejo como elemento central, se estruturam em torno de aglomerações urbanas com capacidade/potencial suficientes (demografia, actividades e património) para viabilizarem o sucesso das intervenções previstas (Abrantes – Constância - Vila Nova da Barquinha - Arripiado, sobre a chamada “zona de barro”; Alpiarça – Almeirim - Santarém e Cartaxo – Azambuja - Salvaterra de Magos - Benavente, ambos os “clusters” na chamada “zona de areia”).

Tanto os promotores, como a gestão, entendem que a falta continuada de intervenções sobre o Tejo e as suas margens conduziu a uma situação insustentável de degradação. Sendo o rio um dos elementos estruturantes da Região, tanto em termos da integração como da identidade territoriais, entende-se que a estratégia de intervenção concertada e consubstanciada na Medida 2.3 do PORLVT, se constitui como uma resposta inequívoca para a sua valorização, nomeadamente através da potenciação das suas aptidões

em termos turísticos, onde se incluem as actividades de desporto e lazer ou apenas de pura contemplação.

Enquanto forma específica de intervenção e de implementação, devem salientar-se os seguintes aspectos:

- processo participado de contratualização e consensualização das acções intrínsecas aos projectos por parte dos agentes sub-regionais;
- esforço de enquadramento estratégico das intervenções por forma a garantir a sua coerência, articulação e complementaridade, tanto em termos da sua execução física, como da produção de resultados territorialmente integrados;
- selectividade territorial da aplicação do investimento, directamente revertível para maiores níveis de eficácia e eficiência das intervenções;
- facilitação do processo de acompanhamento e gestão, tanto por razões de maior confinamento territorial (face a um programa operacional que abrange um território mais vasto), como pelo longo período de maturação conducente ao estabelecimento de laços mais estreitos (sobretudo, mas não só, do ponto de vista da co-responsabilização) entre a gestão da Medida e os promotores.

No que respeita à adequação das acções à natureza da intervenção (acção integrada) e ao programa operacional, é opinião unânime dos promotores e da gestão que todas as acções correspondentes aos projectos concluídos se adequam aos objectivos e à natureza da Medida. Do ponto de vista da equipa de avaliação também não se encontraram motivos para assim não se entender. De facto, mesmo no caso de projectos que aparentemente surgem desviados da matriz de objectivos e do âmbito territorial da Medida, resultou da auscultação dos agentes que existe uma lógica forte para a sua implementação. Este facto deriva da existência de um programa estratégico que valoriza complementaridades entre lugares com base nas suas potencialidades, directamente relacionadas com os objectivos geral e específicos da Medida.

#### 2.4. EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DAS INTERVENÇÕES

Estavam definidas como metas reprogramadas para 2006, 9 intervenções de valorização do património histórico, 24 de valorização do património paisagístico e 10 de criação ou recuperação de áreas de lazer e, em Junho de 2005 estavam concluídos projectos correspondentes ao cumprimento de 55,6%, 66,7% e 90,0%, respectivamente, de cada uma destas metas. Note-se que alguns projectos, apesar de ainda não estarem formalmente concluídos por implicarem intervenções faseadas, têm já capacidade de produção de resultados, como por exemplo é o caso da requalificação do Arripiado, no concelho da Chamusca.

Por outro lado, se considerarmos a prevalência de elevadas taxas de execução dos projectos em conjugação com o horizonte definido para as metas reprogramadas (2006), a par do ritmo temporal de homologação/finalização das intervenções (pesem embora alguns atrasos sobretudo mais evidentes no caso de estudos, planos ou projectos de execução), não existem riscos de comprometimento da sua concretização. De facto, retirando os projectos que foram homologados já no mês tomado como referência para a actualização da avaliação intercalar, verifica-se que apenas 28,6% apresenta uma taxa de execução abaixo de 80%, e 17,5% abaixo de 50%.

No entanto, as metas iniciais e as reprogramadas para a Medida apoiam-se em quatro indicadores (aos antes referidos acresce a “% de freguesias com pólos de atracção turística”, para o qual não existe quantificação), o que se revela insuficiente para abranger toda a tipologia de intervenções associadas aos projectos, dado que estes, algumas vezes, apenas indirectamente produzirão efeitos, de ordem material ou imaterial, sobre os objectivos previstos.

Assim, o quadro de indicadores que a seguir se apresenta retrata de forma mais fidedigna os resultados directos da medida considerando o conjunto dos projectos aprovados, em execução ou já concluídos, destacando se o maior peso das intervenções directamente relacionadas com a valorização do património histórico e paisagístico, mas a que se podem acrescentar aquelas que têm por objectivo recuperar ou requalificar áreas urbanas ou requalificar ou reabilitar o ambiente natural. As intervenções ao nível da criação ou recuperação de áreas de lazer diluem se por um conjunto diversificado de projectos, desde aqueles que têm em vista a recuperação ou beneficiação de áreas de lazer, até àqueles cujos campos de acção são, não só os espaços urbanos em geral, mas também a construção ou recuperação de edifícios.

**QUADRO 2-8: :INDICADORES ASSOCIADOS AOS PROJECTOS APROVADOS**

Indicadores	Projectos	
	Nº	%
1020569 - Centros de formação criados/adquiridos/remodelados/ampliados	1	1,5
1062554 - Intervenções de valorização do património histórico e paisagístico	15	22,4
1062585 - Teatros/cinemas/cine teatros recuperados/remodelados	2	3,0
1104527 - Equipamentos de lazer e desportivos construídos	2	3,0
1104538 – Infraest., equip. e serviços instalados nas zonas fluviais/albufeiras	2	3,0
1104539 – Interv. em áreas degradadas e respect. valoriz. p/ apoio ao turismo/lazer	1	1,5
1104566 - Zonas de lazer beneficiadas/recuperadas	6	9,0
1115045 - Infraestruturas de apoio à actividade económica remodeladas/ampliadas	1	1,5
1115048 - Infraestruturas recuperadas de suporte às actividades tradicionais	1	1,5
1157005 - Acções de qualificação/reabilitação ambiental e paisagística	6	9,0
1167516 - Intervenções de renovação urbana	1	1,5
1167518 - Intervenções integradas de renovação urbana	2	3,0
1167522 - Projectos de requalificação e valorização urbanística, apoiados	6	9,0
1188577 - Edifícios construídos	1	1,5
1188578 - Edifícios recuperados	1	1,5
1188595 - Equipamentos adquiridos e/ou renovados	4	6,0
1188612 - Estudos temáticos realizados	4	6,0
1188613 - Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos	8	11,9
1188629 - Iniciativas de promoção/animação cultural	1	1,5
3062549 - Infraestruturas culturais	1	1,5
3178027 - Infraestruturas desportivas construídas	1	1,5
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Equipa de avaliação com base na informação fornecida pela gestão do PO

Face ao exposto considera-se, por um lado, que existe uma correspondência muito forte entre as metas definidas e os resultados atingidos pelos projectos já concluídos e, por outro, tendo em conta o conjunto de projectos aprovados, serão de esperar no horizonte de 2006 elevados níveis de eficácia.

**QUADRO 2-9: RELAÇÃO ENTRE OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DA MEDIDA E OS PROJECTOS CONCLUÍDOS**

Objectivos específicos da Medida	Nº de projectos	Montante de investimento 100% realizado	
		Euros	%
Apoiar e promover as intervenções destinadas à preservação de ecossistemas e ao desenvolvimento de práticas balneares, bem como à protecção e à valorização das espécies da fauna e da flora;	5	3.493.045,25	15,7
Apoiar e promover o Vale do Tejo como área de turismo e lazer – turismo cultural, rural, natureza, activo e aventura, de saúde e de negócios e congressos;	12	10.183.330,55	45,6
Tornar as condições de mobilidade e de transporte mais favoráveis para a população e região.	3	1.658.646,02	7,4
Valorizar, preservar e divulgar os elementos patrimoniais de carácter histórico e construído, bem como as vivências e tradições, apoiando também as actividades tradicionais e criando infra-estruturas de combate à desertificação do mundo rural;	8	6.979.557,15	31,3
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>22.314.578,97</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Equipa de avaliação com base na informação fornecida pela gestão do PO

Em termos do grau de eficiência associado às acções já concluídas, a sua apreciação deve ser balizada pelas seguintes notas:

- a contabilidade dos atrasos verificados nos projectos é amenizada por aqueles que se relacionam com os verificados ao nível do processo de homologação das candidaturas;
- apesar da simples aritmética entre inícios e finais previstos e efectivos mostrar, em 13 casos, atrasos iguais ou superiores a 10 meses, esse número reduz-se para 6 quando se considera o período previsto e efectivo de decurso temporal do projecto, sendo de salientar que, em 10 outros casos se verificam mesmo ganhos temporais que por vezes chegam a atingir 1 ano (Quadro 2-10);
- o montante total de investimento mobilizado já executado por relação aos objectivos específicos da Medida, mostra um elevado nível de conformidade, com destaque para a sua concentração nos objectivos que têm em vista valorizar o Tejo, tanto do ponto de vista do património (natural, cultural e construído), como da potenciação das capacidades de atracção turística (Quadro 2-11).

**QUADRO 2-10: APRECIÇÃO DOS DESVIOS ENTRE AS DATAS PREVISTAS E EFECTIVAS, DE INÍCIO E DE FIM, E DOS DESVIOS RELATIVAMENTE AO PERÍODO PREVISTO DE EXECUÇÃO DO PROJECTO**

Código do Projecto	Designação do Projecto	Apreciação do cumprimento dos <i>timings</i>
2.3/001	Valor. Ambiental e Paisagística de Sta Margarida-Integração Paisagística do Açude	56 dias de atraso sobre o fim previsto.
2.3/003	Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere (POMTEZE II-1ªfase)	Previsto igual ao efectivo.
2.3/004	Valorização Turística da Vala de Alpiarça-1ªfase	Um total de 124 dias de atraso que são quase compensados pela redução do tempo de execução.
2.3/006	Estudo Base de Planeamento, Viabilidade e Mercado dos Equipamentos a instalar no Parque Almourol	Total acumulado de mais de 1 ano de atraso. Arranque muito tardio do projecto mas recuperação do atraso em cerca de 9 meses.
2.3/007	Recuperação do Páteo do Valverde - 2ªfase	Quase 10 meses de atraso sobre o final previsto.
2.3/008	Valorização Ambiental e Paisagística de Sta Margarida - 2ªfase: Parque Ambiental	Previsto igual ao efectivo.
2.3/009	AQUAPOLIS - Projecto de Ordenamento das Margens do Tejo em Barreiras do Tejo - Abrantes	Quase 9 meses de atraso sobre o final previsto.
2.3/012	Parque Urbano da Zona Norte de Almeirim	Atraso de quase 2 anos na finalização dentro do prazo previsto.
2.3/015	Valorização Urbana da Tapada –Ribeirinha	1 ano de atraso no arranque do projecto mas cumprimento da data de fim candidatada.
2.3/017	Muralhas de Santarém	Cerca de 4 meses de atraso sobre o final previsto.
2.3/019	Estudo de Viabilidade da Universidade do Vinho - Alpiarça	Um total de 124 dias de atraso que são quase compensados pela redução do tempo de execução.
2.3/022	Programa de Reabilitação do Tejo - I Encontro	Cerca de ano e meio de atraso sobre o final previsto.
2.3/023	Valorização Ambiental e Paisagística no âmbito do VALTEJO ç Projecto de Execução	Quase 2 anos de atraso, sobretudo devido à diferença entre o final previsto e o efectivo.
2.3/024	Projecto de Arquitectura do Museu do Almourol	Mais de 9 meses de atraso, considerando tanto o arranque como a finalização do projecto.
2.3/025	AQUAPOLIS - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Acessos no Rossio ao Sul do Tejo	Previsto igual ao efectivo.
2.3/028	Aquisição de Equipamentos p/ Recreio e Desportos Náuticos, Equip. Informático, Equip. Transmissões	Pouco mais de um ano de atraso, apesar de o período de execução do projecto ter sido reduzido em 77 dias.
2.3/029	Proj. Exec. do Acoradouro de Tancos; Est. Geotéc.; Lev. Topográf., Proj. Espec. do Museu Almourol	594 dias de atraso sobretudo devido ao arranque tardio do projecto (mais 224 dias que o previsto). O período de execução do projecto estende-se por mais 446 dias relativamente ao previsto.
2.3/031	Aquisição de fatos de protecção e material de canoagem, vest., de insuláveis, BTT, Montanhismo, Tiro	Atraso global de cerca de 2 anos, tendo o período de execução do projecto sido reduzido em 102 dias.
2.3/033	Parque Almourol - Aquis. de Materiais e Equipam. p/ apoio às Actividades Turismo Activo e Aventura	Atraso global de cerca de 2 anos, tendo o período de execução do projecto sido reduzido em 81 dias.
2.3/034	Museu Ferroviário - Edifício 24	Atraso acumulado de 490 dias, apesar de o período de execução do projecto se ter estendido por mais 252 dias.
2.3/035	Requalificação do Centro Cívico de Almeirim	Projecto concluído dentro do prazo previsto, tendo o atraso no seu arranque (243 dias) sido compensado pela redução do tempo de execução.
2.3/038	Complexo EQUUSPOLIS	Quase 1 ano e meio de atraso, sobretudo por não cumprimento das datas de fim previstas, facto que conduz a um idêntico alargamento do período de execução do projecto (mais 661 dias que o previsto).
2.3/039	Parque Almourol-Mapas, Percursos TT/BTT/pedestres, Provas Combinadas/Provas Tipo Challenger Trophy	Grande atraso no arranque do projecto com larga recuperação (menos 522 dias que o previsto) no período de execução.

Código do Projecto	Designação do Projecto	Apreciação do cumprimento dos <i>timings</i>
2.3/040	Acessos ao Castelo do Almourol	Cerca de 2 meses de atraso na conclusão do projecto tendo-se este iniciado na data prevista.
2.3/044	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo para a Albufeira de Castelo de Bode	Atraso acumulado de cerca de 1 mês.
2.3/047	Requalificação Amb. e Infraest. da Zona de Localização das Activ. Económicas de Almeirim-1-ª fase	Cerca de 2 meses de atraso sobre o fim previsto, mas recuperado pelos ganhos de tempo associados à sua execução mais rápida em valor idêntico.
2.3/051	Requalificação Urbana e Ambiental de Constância	Cerca de 5 meses de atraso sobretudo devido à diferença entre o fim previsto e o efectivo.
2.3/054	Muralhas de Santarém - 2ª Fase	Quase 1 mês de atraso sobre o fim previsto.

Fonte: Equipa de avaliação com base na informação fornecida pela gestão do PO

**QUADRO 2-11: CONTRIBUTO DOS PROJECTOS PARA O CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS – EFICÁCIA POTENCIAL (A), PROVÁVEL (B) E EFECTIVA (C)**

		Objectivos específicos da Medida					Total
		Apoiar e promover as intervenções destinadas à preservação de ecossistemas e ao desenvolvimento de práticas balneares, bem como à protecção e à valorização das espécies da fauna e da flora.	Apoiar e promover o Vale do Tejo como área de turismo e lazer – turismo cultural, rural, natureza, activo e aventura, de saúde e de negócios e congressos.	Tornar as condições de mobilidade e de transporte mais favoráveis para a população e região.	Valorizar, preservar e divulgar os elementos patrimoniais de carácter histórico e construído, bem como as vivências e tradições, apoiando também as actividades tradicionais e criando infraestruturas de combate à desertificação do mundo rural.		
<b>(A) Total de projectos aprovados</b>	Nº projectos	10	30	8	19	<b>67</b>	
	Investimento total (Euros)	20667.543	33.640.770	6.963.797	17.068.417	<b>78.340.527</b>	
<b>(B) Projectos com taxa de execução sup. a 50%</b>	Nº projectos	4	12	3	4	<b>23</b>	
	Investimento total (Euros)	6.770.437	15.632.414	324.9948	6.638.330	<b>32.291.129</b>	
<b>(C) Projectos concluídos<sup>10</sup></b>	Nº projectos	5	12	3	9	<b>29</b>	
	Investimento total (Euros)	3.493.045	10.183.331	1.658.646	7.075.335	<b>22.410.357</b>	

Fonte: Equipa de avaliação com base na informação fornecida pela gestão do PO

No quadro seguinte apresenta-se a sistematização da informação tendo em vista a apreciação do cumprimento dos objectivos formulados ao nível da candidatura e do relatório final de execução de cada um dos projectos finalizados, por relação aos impactos formulados pelos promotores.

<sup>10</sup> Foram considerados projectos terminados todos aqueles que possuem relatório final (independentemente da taxa de execução na base de dados não ser 100%) e todos os restantes projectos com taxas de execução superiores a 99,5%.

QUADRO 2-12: OBJECTIVOS VS EFEITOS

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
2.3/001 Valor Ambiental e Paisagística de Sta Margarida-Integração Paisagística do Açude	(...) o açude de Santa Margarida cuja integração paisagística já se encontra em execução, e é uma fase que se apresenta para aprovação, bem como todos os terrenos	O presente projecto teve um impacto muito positivo sob o ponto de vista de integração paisagística com o açude já existente com vantagens acrescidas na área do ambiente e do lazer, bem como se trata de um forte apoio como reserva de água para os bombeiros no combate aos incêndios complementado com o açude anteriormente executado.	Dados os fundamentos atrás referidos e os impactos do projecto já mencionados, a fixação da população e consequentemente o crescimento e desenvolvimento do Concelho irão concertiza trazer benefícios para a região.	Trata-se de um projecto, que dadas as suas características técnicas é de extrema importância para a qualidade de vida das populações abrangidas pelo meio rural onde o mesmo se encontra inserido, contribuindo assim para a fixação da população e consequentemente para um significativo crescimento e desenvolvimento organizado e sustentado do Concelho e da região.	Os impactes formulados no relatório final não são específicos deste projecto, antes podendo ser atribuídos ao “cluster” de acções incidentes sobre o Parque de Santa Margarida.
2.3/004 Valorização Turística da Vala de Alpiarça-1ª fase	Pretende-se com o presente projecto limpar e corrigir a denominada Vala de Alpiarça, no sentido de permitir uma correcta drenagem pluvial no período de Inverno e um aproveitamento dos recursos hídricos para a agricultura no período de estio.	-	-	-	Não são identificados impactes. No entanto, as operações de limpeza de valas de drenagem em áreas de fracos declives é fundamental para a protecção ambiental (utilização de recursos, contribuição para a prevenção de catástrofes naturais, saúde humana, etc.).
2.3/003 Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere (POMTEZE II-1ª fase)	Pretende-se com esta 1ª fase, criar infra-estruturas de estacionamento automóvel (autocarros e ligeiros) para visitantes, e melhoria das condições de realização da feira mensal, assim como evitar o impacto negativo que o pavimento existente oferece.	Concluída a obra em causa, (...) os utentes daquele espaço passaram a ter (...) condições excepcionais em termos de acessibilidade e estacionamento bem como existem vantagens acrescidas relativamente à reconversão urbanística da zona ribeirinha no aspecto paisagístico e ambiental.	Projecto que irá contribuir fortemente para o incremento do turismo no Concelho e na região (...) através de uma melhoria muito significativa das condições de acolhimento (...) no âmbito de acessibilidade e estacionamento, (...) desta forma o presente investimento irá trazer directamente benefícios económicos para o Concelho e para a região (...).	Trata-se de um equipamento importante para a vida das populações abrangidas quer do Concelho, quer da região onde se insere, como peça integrada no programa VALTEJO, contribuindo assim para a sua qualidade de vida e para o incremento do Turismo cultural, científico e educacional, e/ particular relevo para o centro histórico da Vila e Sede do Concelho, Constância e portanto para a qualidade das condições de acolhimento dos visitantes.	Trata-se de uma obra importante para a melhoria das condições de atracção turística de uma Vila em acentuado declínio demográfico. Pese embora alguma excessiva adjectivação dos impactos esperados, nomeadamente em termos económicos, podem já constatar-se no local alguns efeitos em termos do aumento da capacidade de atracção de visitantes, principalmente no Verão, durante os fins-de-semana.

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
2.3/008 Valorização Ambiental e Paisagística de Sta Margarida-2ª fase: Parque Ambiental	Criação de um espaço atractivo (desporto, cultura, lazer) para a população residente e o turismo.	O presente projecto compreende uma área de intervenção com cerca de 7ha onde estão diversos equipamentos (Ecoteca, torre de observação, lagos, parque infantil, parque de merendas, anfiteatro, zonas verdes, plantações, rede rega, mobiliário urbano, equipamento desportivo, iluminação, etc). Todos estes equipamentos interligados com os percursos de observação e interpretação da Natureza são zonas de Lazer por excelência	Projecto que irá contribuir fortemente para a fixação da população, sua qualidade de vida, bem como para o turismo nas suas diversas vertentes, então irá trazer directamente benefícios económicos para o Concelho e para a região onde está inserido.	Trata-se de um equipamento importante para a vida das populações abrangidas contribuindo assim para a sua qualidade de vida e para o incremento do Turismo cultural, científico e educacional	Projecto integrado numa acção mais vasta designada por Parque Almourol. Prazos previstos e efectivos são coincidentes. A criação de 5 postos de trabalho directos e 4 indirectos, a par do interesse da intervenção física, dão alguma relevância a este projecto.  Assim, existem todas as condições materiais para que os efeitos pretendidos sejam atingidos, no pressuposto de uma eficiente gestão do espaço e dos equipamentos criados.
2.3/006 Estudo Base de Planeamento, Viabilidade e Mercado dos Equipamentos a instalar no Parque Almourol	Estes estudos permitirão apresentar uma ideia aglutinadora de todo o espaço. A empresa de capitais mistos a constituir, carece de um Plano de Negócios, o qual deverá responder às questões fundamentais que possam orientar a criação e posterior funcionamento da empresa, bem como, capazes de elucidar os potenciais investidores relativamente à viabilidade, rentabilidade e risco envolvido no eventual investimento que se propõem realizar.	Estes estudos vão apoiar de maneira decisiva os projectistas envolvidos no desenho técnico das várias intervenções programadas para o Parque Almourol.	Os estudos contribuem decisivamente para a definição dos parâmetros de rentabilização, quer dos negócios específicos “Formação Outdoor” e “Turismo Activo e Aventura”, quer da própria sociedade gestora do Parque Almourol.	Os estudos (...) garantem o seu sucesso futuro e, novos empregos, vocacionados para servirem as necessidades dos utentes que frequentarão o Parque Almourol.	Estudo fundamental para uma correcta integração de todas as acções no âmbito do Parque Almourol, não só do ponto de vista físico, como da concepção da sua estrutura de gestão.
2.3/007 Recuperação do Pátio do valverde-2ª fase	Pretende-se recuperar e dinamizar aquele espaço reconstruindo os edificios (actualmente em ruínas) com a finalidade de preservar este património que é um marco da cultura e das tradições do Ribatejo, onde poderão ser recriadas actividades que mantenham os laços que unem o povo de Azambuja ao rio e à lezíria. De igual modo, com a construção de espaços como seja um Auditório para conferências, acções de formação, etc.. Pretende-se dar continuidade ao projecto da 1ª fase – Museu Etnográfico (divulga as vivências e tradição da região).	O projecto veio melhorar as condições arquitectónicas e ambientais da zona, numa perspectiva de desenvolvimento sócio-turístico-cultural, servindo a população de Azambuja e dos Concelhos limítrofes.	A nova infraestrutura possibilita numa perspectiva turística, o aproveitamento de recursos e potencialidades da região com o seu aproveitamento do equipamento numa acção conjugada com os projectos de reconversão da Vala Real, da Vala do Esteiro e do Palácio das Obras Novas, em que todos se complementam numa ligação do Tejo com populações.	A recuperação do espaço e consequente dinamização, teve por finalidade preservar este património que é um marco da cultura e das tradições do Ribatejo, onde poderão ser recriadas actividades que mantenham os laços que unem o povo de Azambuja ao rio e à lezíria.	As intervenções destinadas à recuperação e melhoria das condições físicas do património histórico e cultural induzem efeitos importantes aos níveis técnico, social e económico. No entanto, elas devem ser complementadas por programas de animação/desenvolvimento de actividades, por forma a que o investimento material seja indutor daqueles efeitos.

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
2.3/012 Parque Urbano da Zona Norte de Almeirim	Pretende-se dotar a cidade de uma infra-estrutura que vai servir de interface entre o espaço urbano e os campos agrícolas, através do trilho de ligação à Vala. Leva-se pelo presente a efeito a construção de vários equipamentos que irão servir para a prática do lazer e tempos livres, tanto para a chamada 3ª idade, nomeadamente com o campo de mini-golf, como também para os mais jovens com a pista de desportos radicais entre outros. Na área do ambiente é também este projecto muito importante pois qualificar e embelezar uma área um pouco degradada, mas que se situa na parte nobre da cidade. Com este projecto cria-se condições não só para ocupar ludicamente toda a população do Concelho de Almeirim, mas também a do vizinho Concelho de Alpiarça e restante flutuante.	-	-	-	Relatório Final do projecto não foi localizado. Projecto concluído. Integrado nos objectivos da Medida e com efeitos efectivos (referidos no Documento de Candidatura) positivos ao nível da melhoria da qualidade do ambiente urbano e do encontro intergeracional.
2.3/015 Valorização Urbana da Tapada-Ribeirinha	Com o presente projecto pretende-se (dentro das margens definidas pelo PDM) requalificar a localidade ribeirinha “Tapada”.	Requalificou-se toda uma área, com construção de novos equipamentos sociais, culturais e desportivos, sempre no espírito de aproveitamento do potencial turístico que uma população ribeirinha como a Tapada tem para oferecer. Tecnicamente, todas as novas construções se enquadram numa taça tradicional, de acordo com os planos de ordenamento do território da Autarquia.	Com novos espaços turísticos e de lazer, surgem também novas dinâmicas económicas e de bem-estar social. Assim, consideramos reunidas as condições para que os primeiros beneficiários desse desenvolvimento sejam os comerciantes tradicionais e locais.	Consideramos estarem reunidas condições para ocupação dos tempos livres de todas as gerações, bem como do intercâmbio intergeracional, tão importante, tanto para combater a solidão, como para transmissão de conhecimentos e culturas. Assim, com esta melhoria do padrão de qualidade de vida e de ambiente, consegue-se igualmente uma protecção e valorização dos recursos humanos, isto é, do desenvolvimento do potencial humano.	A valorização do património e a criação de áreas de lazer estão directamente relacionadas com os objectivos específicos da Medida.  Foram efectuadas melhorias ao nível da oferta de equipamentos desportivos.  A execução do projecto, com atraso de arranque de 1 ano, sofreu ainda outro de mais cerca de 1 ano.  Em sede de candidatura constava o indicador "Centros culturais construídos: 113058,55 euros", não havendo nenhuma referência a este tipo de equipamento no Relatório Final.

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
2.3/023 Valorização Ambiental e Paisagística no âmbito do VALTEJO - Projecto de Execução	O projecto em causa visa recuperar e valorizar ambiental e paisagisticamente cerca de 10 km da zona ribeirinha junto ao Tejo, com intervenções específicas nas zonas denominadas por Cais da Vala, Escaroupim; Praia Doce e Cais da Palhota.	-	Prevê-se que economicamente este equipamento vá contribuir de sobremaneira para a melhoria das condições de vida, dado constituir uma infra-estrutura que irá melhorar as condições de vida das populações e implementar a criação de postos de trabalho.	As populações acolheram com grande satisfação a execução do projecto.	
2.3/024 Projecto de Arquitectura do Museu do Almourol	Parque Almourol tem como objectivos dinamizar economicamente o Tejo num espaço de 12 km entre Constância e V. N. Barquinha, abrangendo ambos aqueles concelhos e o concelho de Chamusca. (...) A candidatura agora apresentada tem como objectivo a elaboração do Projecto de Arquitectura do Museu Almourol.	O projecto de arquitectura permitirá definir em concreto os termos do caderno de encargos para a execução da respectiva obra, tendo um impacto técnico evidente na sua realização e na sua adequabilidade ao uso previsto.	O projecto optimiza as soluções de arquitectura e engenharia do Museu do Almourol, produzindo um impacto económico positivo sobre a realização da obra, quer em termos de custos, quer em termos de prazo de execução.	O projecto cria condições adequadas para o desfrute de uma magnífico local pelos visitantes, pois o espaço proposto para o Museu correspondente a um ponto de charneira na possibilidade de usufruto da paisagem, pois este espaço abre-se sobre a Natureza, que permite ao utilizador do espaço um perfeito equilíbrio entre a cultura do local/meio e a Natureza.	O projecto sofre um atraso de mais 30% face ao tempo previsto. É de esperar que o referido projecto de arquitectura concorra (em função da sua qualidade) para a produção dos efeitos previstos.
2.3/025 AQUAPOLIS - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Acessos no Rossio ao Sul do Tejo	(...) melhoria das condições ambientais do espaço abrangido, e que ele enquanto componente de um projecto integrado seja instrumento de fomento do desenvolvimento da obra ribeirinha da cidade (nota: retirado do ponto relativo aos "resultados esperados").	A referida obra integra-se num amplo projecto designado por AQUAPOLIS – Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes, o qual visa introduzir uma visão integradora de ambas as margens no espaço situado entre as duas pontes existentes (ferroviário e rodoviário).	Neste tipo de investimento, pela sua natureza e também pelo que é domínio das atribuições e competências de quem o promove, uma Câmara Municipal teremos que avaliar o projecto, sobretudo, na sua incidência social e pelo que pode vir a significar no reforço da coesão regional, na melhoria da qualidade de vida das populações e no desenvolvimento local e regional.	A requalificação urbana preconizada pelo projecto representa um importante contributo para a melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo pelo que permitirá disponibilizar em termos de espaços de recreio, lazer, contemplação. É objectivo primeiro do projecto AQUAPOLIS na filosofia do qual se integra esta intervenção, "devolver o Tejo à cidade".	O promotor não refere explicitamente os objectivos do projecto e incorpora os efeitos de um projecto integrado como o AQUAPOLIS numa intervenção direccionada apenas para a melhoria da estrutura viária.

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
2.3/017 Murallas de Santarém	Na sequência das recentes intempéries que assolaram o país, provocando o derrube de parte significativa das murallas de Santarém, e no âmbito de Resolução do Conselho de Ministros nº 11-A/2001, de 11 de Janeiro, prevê-se executar obras de consolidação na escarpa que sustenta a muralha, com base em estudos e observações geotécnicas elaborados pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).	(...) consistindo na consolidação de um terreno de suporte dum imóvel classificado e não de uma intervenção directa sobre o património edificado, pelo que estes Serviços beneficiaram duma experiência singular quer do ponto de vista da concepção quer da execução, por ambas as fases da intervenção terem sido devidamente enquadrados por especialistas do LNEC e da firma adjudicatória	Não se identificam impactos económicos resultantes do projecto, considerando-se que estes só são relevantes com a concretização da 2ª candidatura, no âmbito da qual são restabelecidas vias de comunicação.	Do ponto de vista social, considera-se que o projecto tem impacto na preservação da memória colectiva e na auto-estima dos habitantes do Concelho, face ao valor histórico e patrimonial do imóvel a preservar.	O projecto concretizou o que estava expresso no dossier de candidatura em termos de realizações físicas.  A produção de efeitos só pode ser avaliada no contexto geral da protecção e valorização do património concelhio e regional.
2.3/029 Proj. Execução do Acoradouro de Tancos; Est. Geotécnico; Lev. Topográfico, Proj. Espec. do Museu Almourol	No âmbito deste projecto estão previstas um conjunto de intervenções d âmbito e conteúdos diversos, embora todos coerentes com o grande objectivo dinamização deste troço do rio. As candidaturas agora apresentadas, têm como objectivo dar seguimento a algumas das intervenções Museu do Almourol, em particular a realização de estudos geotécnicos e levantamentos topográficos no terreno onde o museu será implementado e o projecto de especialidades do mesmo Museu. Por outro lado, é igualmente apresentada uma candidatura para a elaboração do projecto de execução do Acoradouro de Tancos e do cais da ilha do Almourol, como o previsto inicialmente.	-	-	-	Não se localizou o Relatório Final deste projecto.  Projecto integrado na acção mais vasta do Parque Almourol.  Tratando-se de estudos, os seus efeitos serão visíveis ao nível da qualidade da execução física dos equipamentos e estruturas neles planeadas.
2.3/019 Estudo de Viabilidade da Universidade do Vinho - Alpiarça	Pretende-se criar uma estrutura com carácter inovador que auxilie o desenvolvimento da fileira nacional. Esta estrutura terá como principais actividades: Pesquisa, Formação, Aconselhamento Técnico, Animação cultural, Exposições, Seminários, Debates, etc.	O estudo pretende através da pesquisa e aconselhamento técnico melhorar as condições de produção das vinhas bem como dos processos tecnológicos de vinificação de forma a obter um vinho de melhor qualidade.	-	Uma das componentes do estudo é precisamente a indicação das acções de formação a desenvolver junto dos produtores, técnicos e trabalhadores ligados ao sector de forma a proporcionar-lhes uma requalificação profissional. Só na nossa região trabalham nesta fileira 73.000 pessoas.	Trata-se de um estudo de viabilidade e definição de acções de formação no domínio da produção vitivinícola.  O Relatório Final do projecto apresenta algumas discrepâncias relativamente aos valores do investimento elegível e aos do investimento executado (10923,619 € vs. 120660 €, valor que corresponde ao que consta na base

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
					de dados dos projectos). Não são referidas datas efectivas de início e de fim.
2.3/009 AQUAPOLIS - Projecto de Ordenamento das Margens do Tejo em Barreiras do Tejo - Abrantes	-	Tratou-se de uma intervenção cuja concretização constituiu uma oportunidade única de requalificar e valorizar a povoação das Barreiras do Tejo (freguesia de S. João), localizada na margem direita do Tejo em Abrantes.	(...) teremos que avaliar o projecto, sobretudo, na sua incidência social e pelo que pode vir a significar no reforço da coesão regional, na melhoria da qualidade de vida das populações e no desenvolvimento local e regional.	A requalificação urbana preconizada pelo projecto representou um importante contributo para a melhoria da qualidade de vida da população de Barreiras do Tejo.	Execução com 1 ano de atraso relativamente ao previsto. Projecto integrado numa acção mais vasta designada AQUAPOLIS. Projecto que incluiu trabalhos de desmatagem, levantamento e reposição de lancis, zona de estadia e contemplação, rede de rega, equipamento urbano, rede de águas residuais, aquedutos protegido, arruamentos, rede eléctrica, rede de gás e iluminação pública. Dossier de candidatura não preenchido na maior parte dos campos, pelo que fica impossibilitada uma análise comparativa entre o previsto e o realizado. Efeitos apenas ao nível da melhoria do espaço público.
2.3/034 Museu Ferroviário - Edifício 24	(...) preservação do espólio, pelo que a sua construção se bem que não apresente resultados quantificados, tem a enorme vantagem de contribuir para a não degradação de equipamentos que, de muitos antigos e raros possuem um valor estimativo, cultural e mesmo intrínseco muito grande (nota: retirado do ponto "resultados esperados").	Tratou-se no essencial, de uma cobertura metálica constituída por uma estrutura especial tipo MARTIFER, apoiada em oito pilares em betão circulares com 80 cm. O revestimento do pavimento foi assente à face dos carris já existentes, com o intervalo suficiente para a circulação das rodas dos veículos. A obra integra-se de modo positivo no espaço destinado ao museu e faz parte do Plano director existente.	(...) este projecto é parte de um todo, e por isso a sua eficácia só será medida aquando da entrada em funcionamento do Museu. Não deixa, contudo, de ser uma componente importante de todo o projecto, visto que permite desde já abrigar material circulante que se encontra exposto às condições climáticas evitando assim a sua deterioração.	(...) este projecto é parte de um todo, e por isso a sua eficácia só será medida aquando da entrada em funcionamento do Museu. Não deixa, contudo, de ser uma componente importante de todo o projecto, visto que permite desde já abrigar material circulante que se encontra exposto às condições climáticas evitando assim a sua deterioração.	O projecto visava a construção de uma cobertura e um pavimento para a área museológica, compreendida entre o edifício da báscula (edifício 11) e a oficina/casa de maquinistas (edifício 9). Neste projecto foram gastos 447.581,33 euros. Os efeitos específicos são, tal como referido pelo promotor, a protecção de material circulante que se encontrava exposto às intempéries.

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
2.3/022 Programa de Reabilitação do Tejo - I Encontro	Reedição do Livro “Avieiros do Tejo” e execução do 1º encontro nacional “O Rio da Minha Terra”.	O investimento efectuado pelos fundos FEDER em muito contribuíram, tanto para o sucesso do programa do 1º Encontro Nacional “O Rio da Minha Terra”, através do apoio para a obtenção de material de divulgação e do Encontro propriamente dito, como através do apoio à reedição do Livro “Os Avieiros, os Últimos Pescadores do Tejo” que é o grande meio de divulgação da realidade específica e do carácter único desta fatia da população da Borda d’Água, que se apresenta claramente como uma mais valia do concelho do Cartaxo.	Os benefícios económicos do projecto são de difícil quantificação. Como os objectivos deste projecto são o enriquecimento do património cultural das regiões do Cartaxo e Constância e a criação de uma rede de ONG’s organizada na defesa dos seus rios, tendo como fim a melhoria da qualidade de vida das populares circundantes das respectivas bacias, os benefícios vão muito para além de uma quantificação imediata e é-nos impossível determinar quantias específicas.	O 1º Encontro Nacional dinamizou um sector de ONG’s para um trabalho concertado em prol da defesa dos rios e por outro lado, o livro servirá para a preservação de uma memória etnográfica de Portugal, especificamente a dos pescadores Avieiros.	Projecto de realização pontual. Não existem indicadores de resultados, pelo que os efeitos apresentados pelo promotor não podem ser avaliados.
2.3/038 Complexo EQUUSPOLIS	Edifício (espaços polinucleados dirigidos à temática do cavalo) a implantar nas antigas instalações do Matadouro Municipal, com 3 pisos acima do solo. Arranjos exteriores (ligação harmoniosa e de qualidade urbanística entre o edifício e o espelho de água - Lagoa da Alverca - e a Lezíria). Infraestruturas Eléctricas (implantação de dois postos de transformação e realização de outras infraestruturas eléctricas). Temática Virtual do Cavalo (aquisição de Diaporamas Mistas em imagens normais e em 3D da história da Golegã e da actualidade da Golegã - e sua ligação ao mundo cavalariço -, incluindo todo o equipamento para projecção). Mobiliário (aquisição de todo o mobiliário de escritório e outros para o bom funcionamento de todo o edifício, incluindo ateliers e oficinas). Equipamentos de Som e informática (aquisição de todo o equipamento de som e informática para o bom funcionamento de todo o edifício).	-	-	-	No Relatório Final não são referidos efeitos. Dossier de candidatura com muitas lacunas.

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
2.3/028 Aquisição de Equipamentos p/ Recreio e Desportos Náuticos, Equip. Informático, Equip. Transmissões	Parque Almourol tem como objectivos dinamizar economicamente o Tejo num espaço de 12 km entre Constância e V. N. Barquinha, abrangendo ambos aqueles concelhos e o concelho de Chamusca. No âmbito deste projecto estão previstas um conjunto de intervenções de âmbito e conteúdos diversos embora todos coerentes com o objectivo de dinamização daquele troço do rio, transformando-o num espaço de recreio, turismo e lazer, permitindo utilizar e rentabilizar os investimentos programados a nível de recuperação de cais e rampas e a construção de centros náuticos ao longo do troço, em termos de efeitos directos, e induzindo efeitos indirectos importantes na frequência de público nas outras intervenções, como o Museu do Almourol, Parque Ambiental de Constância, Parque Aventura e todo o restante e vasto conjunto de intervenções programadas para o citado Parque. De notar que, a presente candidatura consubstancia apenas o início da aquisição dos equipamentos previstos, em parte ainda reduzida.	-	O carácter integrado e coerente dos vários projectos a ser implementados no Parque Almourol é um factor importante para o seu funcionamento futuro de modo continuado e rentável. Assim, a aquisição do diverso equipamento englobado nesta medida, é uma chave importante para assegurar a viabilidade económica e financeira de todo o Parque no futuro.	ao garantir uma concepção integrada, complementar e harmoniosa das diversas intervenções previstas para o projecto Parque Almourol no seu lado, esta candidatura contribui directamente para o sucesso dos vários empreendimentos pois vai permitir a dinamização dos centros náuticos criados, cais e rampas e, indirectamente, para a criação futura de iniciativas empresariais locais de apoio do Parque, dinamizando a criação de emprego regional.	Tal como referido pelo promotor, os efeitos desta aquisição de equipamento revertem directamente para o sucesso da acção mais vasta designada por Parque Almourol.
2.3/033 Parque Almourol - Aquis. de Materiais e Equipam. p/ apoio às Actividades Turismo Activo e Aventura	Os objectivos estratégicos nucleares do Pj. Parque Almourol relacionam-se com actividades de turismo activo e aventura, as quais serão oferecidas num espaço coerente de lazer, desporto e cultura viva. A aquisição dos bens e materiais previstos destinam-se a tornar possível a operacionalização das diversas actividades. Tratando-se de um projecto concebido de raiz de maneira integrada e com intenção estratégica de desenvolvimento sustentado do turismo em toda a área, é evidente que esta candidatura resulta e é coerente com todas as outras intervenções deste projecto.	-	O carácter integrado e coerente, dos vários projectos a ser implementados no Parque Almourol é um factor importante para o funcionamento futuro de um modo continuado e rentável; assim, a aquisição do diverso equipamento englobado nesta medida, é uma chave importante para assegurar a viabilidade económica e financeira de todo o Parque no seu futuro.	Ao ser garantida uma concepção integrada, complementar e harmoniosa das diversas intervenções previstas para o projecto no seu todo, esta candidatura também contribui directamente para o sucesso de empreendimentos previstos e, indirectamente, para a criação de iniciativas empresariais locais, dinamizando a criação de emprego regional.	Tal como referido pelo promotor, os efeitos desta aquisição de equipamento revertem directamente para o sucesso da acção mais vasta designada por Parque Almourol.

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
2.3/039 Parque Almourol-Mapas, Percursos TT/BTT/pedestres, Provas Combinadas/Provas Tipo Challenger Trophy	(...) dinamizar economicamente o Tejo, num espaço de 12 km entre Barquinha e Constância, abrangendo aqueles dois concelhos e o de Chamusca. No âmbito deste projecto Parque Almourol, estão previstas um conjunto de intervenções e conteúdos diversos embora todas coerentes entre si e com o objectivo estratégico global de dinamização daquele troço do rio, de forma integrada.	O projecto da elaboração de mapas, percursos e provas combinadas para o Parque permitirá a criação e implementação de diversas actividades de uma forma coerente, tendo presente o projecto na sua globalidade.	O carácter integrado e coerente dos vários projectos a serem implantados é um factor importante para o seu funcionamento futuro de forma continua, consistente e rentável. Assim, a elaboração dos diversos tipos de percursos, provas e mapas englobados nesta medida, é uma chave importante para assegurar a realização das diversas actividades previstas, contribuindo desta forma para ajudar a viabilidade económica e financeira de todo o projecto do Parque Almourol no futuro.	Ao ser garantido uma concepção integrada, complementar e harmoniosa das diversas intervenções previstas para o projecto Parque Almourol no seu todo, esta candidatura também contribui directamente para o sucesso dos vários empreendimentos previstos e, indirectamente, para a criação futura de iniciativas empresariais locais de apoio aos visitantes do Parque, dinamizando a criação de emprego regional.	A candidatura consiste na elaboração de mapas e de percursos. Foram gastos 110.982,53 euros. Não são quantificados indicadores de realização (nº de cartas, extensão levantada, estudos de concepção/definição de percursos, etc.), pelo que não é possível avaliar os efeitos de tal projecto. O promotor confunde os objectivos e os efeitos de aquisição de cartografia com os da acção mais vasta designada por Parque Almourol.
2.3/031 Aquisição de fatos de protecção e material de canoagem, vest., de insufláveis, BTT, Montanhismo, Tiro	O projecto tem como objectivos, dinamizar economicamente o Tejo, num espaço de 12 km entre Barquinha e Constância, abrangendo aqueles dois concelhos e o de Chamusca. No âmbito deste projecto Parque Almourol, estão previstas um conjunto de intervenções e conteúdos diversos embora todas coerentes entre si e com o objectivo estratégico global de dinamização daquele troço do rio, de forma integrada. As candidaturas agora apresentadas, previstas de início na concepção do projecto, têm como objectivo adquirir diversos tipos de equipamento, por forma a dar conteúdo à estratégia de transformar aquela parte do rio num espaço de recreio, turismo e lazer, permitindo utilizar e rentabilizar os investims. programados a nível do Parque Aventura, centros Náuticos e Parque ambiental de Constância, permitindo assim criar uma dinamização destes Parques, através da realização de diversas provas/actividades, em termos de efeitos directos e induzindo efeitos indirectos também importantes para o público noutras intervenções, como por ex. na dinamização dos cais e rampas.	-	O carácter integrado e coerente, dos vários projectos a ser implementados no Parque Almourol é um factor importante para o funcionamento futuro de um modo continuado e rentável; assim, a aquisição do diverso equipamento englobado nesta medida, é uma chave importante para assegurar a viabilidade económica e financeira de todo o Parque no seu futuro.	Ao ser garantida uma concepção integrada, complementar e harmoniosa das diversas intervenções previstas no projecto no seu todo, esta candidatura contribui directamente para o sucesso dos vários empreendimentos pois vai permitir a dinamização dos Centros Náuticos criados, Parque Aventura e Parque Ambiental, etc. e, indirectamente, para a criação futura de iniciativas empresariais locais de apoio aos visitantes do Parque, dinamizando a criação de emprego regional.	Tal como referido pelo promotor, os efeitos desta aquisição de equipamento revertem directamente para o sucesso da acção mais vasta designada por Parque Almourol.

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
2.3/035 Requalificação do Centro Cívico de Almeirim	(...) pretende-se requalificar o centro Cívico da Cidade de Almeirim, promovendo a qualidade do ambiente urbano e dignificando o quotidiano dos habitantes. Pretende-se igualmente ordenar estrategicamente o território. Entende-se que esta candidatura a par do projecto em curso pelos comerciantes a candidatar ao URBCOM, vem reforçar a coesão económica, social e territorial e contribui para o rejuvenescimento do tecido empresarial.	Conseguiu-se uma ordenação e arrumação do trânsito com zonas de estacionamento perfeitamente delimitadas. Criaram-se zonas para usufruto dos peões, e, zonas intervencionadas foram substituídas as redes de infraestruturas subterrâneas.	A zona requalificada é precisamente o centro do comércio tradicional do concelho, a ela associada cria-se condições para que esse mesmo comércio tenha um forte incremento.	Melhoria acentuada de condições de sociabilização, com a criação de novas zonas de convívio.	Alguns atrasos na execução do projecto. Postos de trabalho criados abaixo do que é referido no dossier de candidatura. Efeitos ao nível da melhoria do espaço público urbano (enterramento de redes de infraestruturas, circuitos para peões, estacionamento). Articulação com as recomendações efectuadas no projecto de urbanismo comercial.
2.3/040 Acessos ao Castelo do Almourol	(...) recuperar uma área junto ao Castelo de Almourol, monumento Nacional muito visitado, propondo um projecto de execução para melhoria das vias de acesso, criação de zonas de estacionamento automóvel e zonas de actividades diversas para estadia e apreciação da paisagem, incluindo espaços para a realização de espectáculos.	A situação existente a nível das vias de acesso ao local era bastante deficiente e até mesmo perigosa.	Com este projecto, o Município de Vila Nova da Barquinha pensa ter criado condições que constituam atractivos às actividades económicas locais e regionais.	Valorização da área objecto deste projecto, melhoria das condições de acessibilidade, melhoria da qualidade de vida da população.	A candidatura refere como objectivos a recuperação de “uma área junto ao Castelo de Almourol (...), propondo [a] melhoria das vias de acesso, criação de zonas de estacionamento automóvel e zonas de actividades diversas para estadia e apreciação da paisagem, incluindo espaços para a realização de espectáculos”, mas no Relatório Final apenas se explicita a “melhoria das vias de acesso, criação de zonas de estacionamento automóvel e zonas de actividades diversas para estadia e apreciação da paisagem”. Deste modo, e tendo também em conta que apenas são referidos efeitos relativos à melhoria do acesso (pois só muito indirectamente se poderá acolher como efeito a criação de “condições que constituam atractivos às actividades económicas locais e regionais”), o investimento de 667 652,09 € (mais 83652,09 € que o previsto) aparenta não ter produzido os resultados esperados.

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
2.3/047 Requalificação Amb. e Infraest. da Zona de Localização das Activ. Económicas de Almeirim -1-ª fase	(...) melhorar a atractividade e competitividade da qualificação do território, privilegiando os recursos humanos locais, criando e apoiando estruturas com possibilidade de oferta de novos empregos e serviços, sensibilizando e envolvendo os agentes económicos, sociais e institucionais, para as dinâmicas locais e da divulgação e promoção dos produtos locais.	Conseguiu-se uma ordenação e arrumação do trânsito, com zonas de estacionamento perfeitamente delimitadas. Serve também este espaço para actividades lúdicas e culturais, pois tem condições para nele se realizarem diversificados tipos de eventos.	Este projecto tem um forte impacto pois estão criadas condições para o aparecimento de novos postos de comércio e turismo e consequentes novos postos de trabalho, nomeadamente com divulgação e venda de produtos locais e regionais.	Com o presente projecto conseguiu-se uma melhoria acentuada de condições de sociabilização, com a criação de novas e multifacetadas zonas de convívio. Através da requalificação da imagem do ambiente urbano em toda a área intervencionada, consegue-se uma melhoria na qualidade de vida das populações, criando locais para a boa prática da convivência social.	Na descrição apresentada no dossier de candidatura referia-se que “com o presente projecto pretende-se melhorar a atractividade e competitividade da qualificação do território, privilegiando os recursos humanos locais, criando e apoiando estruturas com possibilidade de oferta de novos empregos e serviços, sensibilizando e envolvendo os agentes económicos, sociais e institucionais, para as dinâmicas locais e da divulgação e promoção dos produtos locais”. No Relatório Final refere-se que “promoveu-se a qualidade do ambiente urbano, tendo sido criadas condições para uma sã vivência colectiva. Criaram-se novas zonas de estacionamento, reconvertendo-se para o efeito o Parque das Tílias, que será igualmente usado como zona de lazer e de convívio da população local”. Tendo em conta os efeitos declarados pelo promotor, o investimento de 1.136.311,41 € necessita de mais esclarecimentos para que possam ser avaliadas as suas eficácia e impactos.
2.3/044 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo para a Albufeira de Castelo do Bode	Elaboração de um Plano Estratégico do Turismo para a Albufeira de Castelo do Bode, plano esse que tem como objectivos definir as potencialidades turísticas da área da Albufeira, construir cenários alternativos consoantes com essas potencialidades e estabelecer um quadro estratégico de desenvolvimento do Turismo, consensual entre parceiros locais e as tutelas.	Disponer de um estudo que define as potencialidades turísticas da área da Albufeira de Castelo do Bode, com cenários alternativos consoantes com essas potencialidades, estabelecendo um quadro estratégico de desenvolvimento do turismo, consensual entre parceiros locais e as tutelas em presença.	Crescimento e diversificação da oferta e dinâmica empresarial a nível da população local e de investidores.	Disponer de uma oferta turística adequada em termos qualitativos e quantitativos, nos vectores do alojamento, restauração, animação e prática de desportos.	Tratando-se de um estudo, os seus efeitos só serão visíveis ao nível da qualidade da execução física dos equipamentos e estruturas ou da implementação de outras acções nele planeadas.

Código do Projecto e Designação	Objectivos expressos no D.C. na caracterização do projecto	Impactos obtidos expressos no Relatório Final			Apreciação sobre o grau de cumprimento dos objectivos
		Técnicos	Económicos	Sociais	
2.3/051 Requalificação Urbana e Ambiental de Constância	(...) substituir todas as infraestruturas subterrâneas existentes, nomeadamente redes de distribuição de água actualmente em adiantado estado de degradação e ainda fibrocimento com cerca de 50 anos de existência, redes de drenagem de águas pluviais e águas residuais existentes na sua maioria em tubagem de grés. (...) Previsto ainda a rede de electricidade (media tensão) e iluminação pública, rede de telecomunicações, Tv Cabo e Rede de gás. Está ainda incluída a pavimentação de todos os arruamentos onde vai haver intervenção com diferentes tipos de pavimento, a saber em calçada de cubos de calcário e/ou granito, seixo rolado e lajes de granito, bem como escadarias, muros e mobiliário urbano.	O presente projecto compreende toda a área de intervenção do centro histórico da Vila e sede de Concelho de Constância onde estão diversos equipamentos de carácter histórico, cultural, social e paisagístico, a saber – Igreja de S. Julião, Igreja da Misericórdia, capela de Santana; Praça do Pelourinho, Casa Memória de Camões, Torre do Relógio, Plano de Ordenamento das Margens dos Rios Tejo e Zêzere, Cine-Teatro, Biblioteca, zonas verdes, etc. Todos estes equipamentos, ao passarem a estar inseridos num espaço urbano dotado de todas as infraestruturas	-	-	O Relatório Final está insuficientemente preenchido. Este Projecto é de importância fundamental para a revitalização do centro histórico da antiga Vila de Punhete, último porto fluvial do Tejo que sobreviveu até aos anos 50 do século XX. Apesar de não serem correctamente formulados impactes técnicos, económicos e sociais, podem adiantar-se como exemplos, respectivamente: 1) aplicação de tecnologias adequadas a zonas de cheias periódicas; 2) revitalização comercial; 3) valorização da identidade local.
2.3/054 Muralhas de Santarém - 2ª Fase	Continuação das obras de consolidação da encosta para recuperação dos troços das muralhas, alargando a zona de intervenção a áreas situadas a jusante nos taludes, por forma a reforçar os trabalhos anteriores.	Face à elevada especialização técnica das obras, no campo da geotecnia, especialidade que não integra o comum das obras de intervenção no património efectuadas pela DGEMN, estes Serviços beneficiaram duma experiência singular quer do ponto de vista da execução das obras, quer da concepção que as antecederam, por ambas as fases da intervenção terem sido enquadradas por especialistas do LNEC e da firma adjudicatória	Não foi possível quantificar impactos económicos no projecto, sendo certo que, pelo menos a reposição da Estrada do Alfange teve impacto positivo nas populações servidas por aquela via de comunicação.	considera-se que o projecto tem impacto na preservação da memória colectiva e na auto-estima dos habitantes do concelho, face ao valor histórico e patrimonial do imóvel a preservar.	Projecto na continuidade do nº 17 desta medida (2.3). O projecto concretizou o que estava expresso no dossier de candidatura em termos de realizações físicas. A produção de efeitos só pode ser avaliada no contexto geral da protecção e valorização do património concelhio e regional.

**QUADRO 2-13: DATAS PREVISTAS E EFECTIVAS, DE INÍCIO E DE FIM, DOS PROJECTOS COM RELATÓRIO FINAL**

Designação do Projecto	A Início previsto	B Início efectivo	A-B (dias)	C Fim previsto	D Fim efectivo	C-D (dias)	A-B+C- D (dias)	Desvios relativame nte ao período previsto de execução do projecto
	D. Candidat	Rel. Final		D. Candidat.	Rel. Final			
2.3/001 Valor.Ambiental e Paisagística de Sta Margarida-Integração Paisagística do Açude	17-04-2000	17-04-2000	0	17-05-2001	12-07-2001	-56	-56	-56
2.3/003 Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere (POMTEZE II- 1ªfase)	10-12-2000	10-12-2000	0	30-12-2002	30-12-2002	0	0	0
2.3/004 Valorização Turística da Vala de Alpiarça-1ªfase	12-01-2001	27-04-2001	-105	12-08-2001	31-08-2001	-19	-124	86
2.3/006 Estudo Base de Planeamento, Viabilidade e Mercado dos Equipamentos a instalar no Parque Almourol	01-03-2000	20-02-2001	-356	31-12-2000	30-03-2001	-89	-445	267
2.3/007 Recuperação do Pátio do Valverde - 2ªfase	10-07-2000	10-07-2000	0	28-02-2003	15-12-2003	-290	-290	-290
2.3/008 Valorização Ambiental e Paisagística de Sta Margarida - 2ªfase: Parque Ambiental	30-11-1999	30-11-1999	0	31-12-2002	31-12-2002	0	0	0
2.3/009 AQUAPOLIS - Projecto de Ordenamento das Margens do Tejo em Barreiras do Tejo - Abrantes	12-11-2001	12-11-2001	0	31-12-2002	24-09-2003	-267	-267	-267
2.3/012 Parque Urbano da Zona Norte de Almeirim	01-09-2000	01-09-2000	0	30-03-2002	31-12-2003	-641	-641	-641
2.3/015 Valorização Urbana da Tapada – Ribeirinha	01-09-2000	01-09-2001	-365	30-04-2004	30-04-2004	0	-365	365
2.3/017 Muralhas de Santarém	01-08-2000	01-08-2000	0	01-04-2002	01-08-2002	-122	-122	-122
2.3/019 Estudo de Viabilidade da Universidade do Vinho - Alpiarça	12-01-2001	27-04-2001	-105	12-08-2001	31-08-2001	-19	-124	86
2.3/022 Programa de Reabilitação do Tejo - I Encontro	20-07-2001	20-07-2001	0	05-08-2001	20-01-2003	-533	-533	-533
2.3/023 Valorização Ambiental e Paisagística no âmbito do VALTEJO, Projecto de Execução	14-05-2001	22-10-2001	-161	10-08-2001	31-12-2003	-873	-1034	-712
2.3/024 Projecto de Arquitectura do Museu do Almourol	31-05-2001	20-09-2001	-112	30-11-2001	21-05-2002	-172	-284	-60
2.3/025 AQUAPOLIS - Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes - Acessos no Rossio ao Sul do Tejo	14-12-2000	14-12-2000	0	22-09-2003	22-09-2003	0	0	0
2.3/028 Aquisição de Equipamentos p/ Recreio e Desportos Náuticos, Equip. Informático, Equip. Transmissões	09-07-2001	18-02-2002	-224	24-09-2001	18-02-2002	-147	-371	77

Designação do Projecto	A Início previsto	B Início efectivo	A-B (dias)	C Fim previsto	D Fim efectivo	C-D (dias)	A-B+C- D (dias)	Desvios relativame nte ao período previsto de execução do projecto
	D. Candidat	Rel. Final		D. Candidat.	Rel. Final			
2.3/029 Proj. Exec. do Ancoradouro de Tancos; Est. Geotéc.; Lev. Topográf.; Proj. Espec. do Museu Almourol	05-07-2001	17-09-2001	-74	31-12-2001	04-06-2003	-520	-594	-446
2.3/031 Aquisição de fatos de protecção e material de canoagem, vest., de insufláveis, BTT, Montanhismo, Tiro	04-07-2001	05-09-2002	-428	14-10-2001	05-09-2002	-326	-754	102
2.3/033 Parque Almourol - Aquis. de Materiais e Equipam. p/ apoio às Actividades Turismo Activo e Aventura	09-07-2001	05-09-2002	-423	28-09-2001	05-09-2002	-342	-765	81
2.3/034 Museu Ferroviário - Edifício 24	01-10-2001	28-01-2002	-119	30-04-2002	06-05-2003	-371	-490	-252
2.3/035 Requalificação do Centro Cívico de Almeirim	01-09-2000	02-05-2001	-243	30-11-2004	30-11-2004	0	-243	243
2.3/038 Complexo EQUUSPOLIS	30-11-2001	18-09-2001	73	30-11-2001	11-07-2003	-588	-515	-661
2.3/039 Parque Almourol-Mapas, Percursos TT/BTT/pedestres, Provas Combinadas/Provas Tipo Challenger Trophy	24-09-2001	14-02-2003	-508	28-02-2003	14-02-2003	14	-494	522
2.3/040 Acessos ao Castelo do Almourol	01-12-2001	01-12-2001	0	20-04-2003	30-06-2003	-71	-71	-71
2.3/044 Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo para a Albufeira de Castelo de Bode	01-11-2001	07-11-2001	-6	01-05-2002	05-06-2002	-35	-41	-29
2.3/047 Requalificação Amb. e Infraest. da Zona de Localização das Activ. Económicas de Almeirim-1.ª fase	02-01-2001	02-01-2001	0	30-06-2004	30-04-2004	61	61	61
2.3/051 Requalificação Urbana e Ambiental de Constância	01-05-2002	28-05-2002	-27	31-12-2003	21-05-2004	-142	-169	-115
2.3/054 Muralhas de Santarém - 2ª Fase	02-08-2001	02-08-2001	0	02-08-2002	28-08-2002	-26	-26	-26

Fonte: Equipa de avaliação com base na informação fornecida pela gestão do PO

## 2.5. AVALIAÇÃO DE IMPACTES EXPECTÁVEIS DAS INTERVENÇÕES

Na avaliação dos impactes expectáveis associados aos projectos concluídos, deve ter-se presente que as intervenções por eles abrangidas, de per si, não terão necessariamente de produzir efeitos directos ao nível das componentes de variação que se pretendiam obter no horizonte de 2010, devendo antes ser encaradas como as “alavancas” indutoras de mudança ao nível das dimensões que poderão configurar um cenário que resulte:

- Na dinamização da iniciativa privada com consequências na aplicação de investimento e na geração de mais empregos;
- Na consolidação de um produto turístico em geral e em particular direccionado para os jovens, através da promoção de actividades de desporto e lazer específicas,;
- Num “território com sustentabilidade económica, institucional e de gestão” (CCDRLVT, 2000:8).

São no entanto expectáveis resultados e impactes directos dos projectos na construção do cenário desejável para a área de intervenção, com destaque para:

- Os contributos para a despoluição do rio e o ordenamento das frentes ribeirinhas;
- A valorização do património histórico e cultural;
- A contribuição para a requalificação urbana e a promoção do equilíbrio ambiental;
- A criação de condições para o desenvolvimento de actividades de recreio e lazer;
- O fortalecimento da capacidade de atracção de turistas e visitantes;
- A permeabilização do rio enquanto barreira física e a facilitação das relações entre as duas margens.

A apreciação sobre a natureza e a intensidade dos contributos dos projectos aprovados no âmbito da Medida, para os objectivos do Programa resultou nas seguintes conclusões:

**a) Qualificação do território**

Forte contributo, não só pelos efeitos directos dos projectos relacionados com a valorização urbana ou do património histórico, mas também pelos que têm no ambiente físico a sua principal área de acção.

**b) Qualificação das pessoas**

Os projectos aprovados não têm, neste particular, efeitos directos, mas deve destacar-se a forte complementaridade existente entre as acções enquadradas na medida 2.4. e aquelas que compõem a medida 2.3.

**c) Qualificação das organizações**

Idem relativamente a b), a que acresce a acumulação de experiência no contexto do desenvolvimento de projectos específicos de engenharia, arquitectura e arquitectura paisagística.

**d) Coesão regional**

Apesar de estrategicamente se terem privilegiado 3 “clusters” territoriais, a consideração do Tejo enquanto elemento aglutinador e principal “destinatário” das intervenções, é um factor de coesão num território fortemente marcado por elementos reconhecidos de identidade “objectiva e subjectiva”.

**e) Qualidade de vida da população**

Todos os contributos referidos neste quadro revertem directa ou indirectamente para a melhoria da qualidade de vida das populações.

**f) Estruturação da região**

A criação de pólos de atracção turística, a par das intervenções que têm em vista melhorar as condições ambientais contribuem directamente para a estruturação da região no seu conjunto e da sub-região Vale do Tejo, em particular, nomeadamente através da promoção de laços de complementaridade entre aglomerações urbanas com diferentes capacidades funcionais instaladas.

**g) Capacidade competitiva das subunidades regionais**

Idem relativamente a f).

**h) Equidade territorial**

Idem relativamente a f), com destaque para a efectiva concretização de projectos integrados envolvendo municípios diferenciados em termos dos seus níveis efectivos e potenciais de desenvolvimento.

**i) Desenvolvimento do potencial humano**

Idem relativamente a b), a que acresce a criação de algumas condições para a fixação e revitalização de recursos humanos.

**j) Desenvolvimento empresarial**

De forma indirecta, os projectos aprovados induzirão maiores níveis de investimento privado e poderão sustentar alguma inovação nas estruturas empresariais dos municípios abrangidos, mais não seja por via do aumento da consciencialização para a protecção do ambiente natural.

**k) Competitividade e a sustentabilidade económica e social da região**

Todos os contributos referidos neste quadro revertem directa ou indirectamente para o aumento da competitividade e a sustentabilidade económica e social da região.

A apreciação sobre a contribuição dos projectos aprovados no âmbito da medida para as prioridades horizontais, conduziu às seguintes conclusões:

**a) Desenvolvimento local**

Contributo forte, sobretudo pela criação de condições objectivas mais favoráveis ao desenvolvimento.

**b) Ambiente**

Contributo forte, sobretudo pela criação de condições objectivas de protecção e valorização ambiental.

**c) Promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres**

Fraco contributo, justificado pela natureza dos projectos aprovados.

**d) Emprego**

Contributo forte, caso se venham a verificar os efeitos previstos ao nível da atracção de investimentos.

**e) Sociedade da informação**

Contributo forte, nomeadamente através das acções directas de valorização do património natural, histórico e cultural que envolvem a criação de estruturas necessárias ao estudo, investigação e promoção dos valores constituintes da "identidade territorial objectiva".

## 2.6. RECOMENDAÇÕES

O conjunto de recomendações resultantes da apreciação da medida 2.3, tem subjacente uma lógica, não só de ultrapassagem dos aspectos menos positivos, mas também de reforço daqueles que se revelam poder constituir exemplos de "boas práticas" no contexto da implementação de políticas públicas:

- Continuação do reforço da integração territorial das acções mantendo o actual trabalho em rede e de parceria entre a gestão, os promotores e os agentes de desenvolvimento local;
- Seria interessante, no futuro, numa medida com estas características, garantir um envolvimento mais activo de agentes/promotores privados, sobretudo na fase de projecto e com mobilização de investimento, e não apenas na fase de funcionamento de instalações/equipamentos;

- As acções de valorização turística podem passar, em contextos de fraca procura e capacidade de atracção, a que acrescem sensibilidades ambientais, por intervenções principalmente destinadas a preservar a paisagem;
- As acções de potenciação da procura turística devem ser acompanhadas de campanhas de marketing (territorial e de produto);
- No caso de projectos de execução que envolvam acompanhamento de obra estes devem ser desdobrados em 2 candidaturas por forma a não se inviabilizar a correcta avaliação dos tempos de realização;
- Supervisão mais exigente sobre os conteúdos, que não apenas os aspectos jurídico/formais, dos relatórios finais dos projectos, nomeadamente no que se refere à correcta explicitação dos objectivos, das metas e dos resultados e efeitos obtidos;
- Sem desvirtuar a natureza das metas inicialmente programadas, os indicadores que a estas se referem devem ser desagregados/detalhados de acordo com as necessidades derivadas do ritmo de aprovação de candidaturas. Por exemplo, tratando-se de “intervenções de valorização do património paisagístico, apoiadas (nº)”, devem detalhar-se aquelas que, por exemplo, incidam em áreas urbanas, ou sobre a transformação do ambiente natural. Devem também ser contemplados mais indicadores de resultados.

### 3. MEDIDA 3.2. – FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE

Pretende-se nesta análise caracterizar, de forma aprofundada a *Medida 3.2. – Formação ao longo da vida e adaptabilidade*, os beneficiários da formação, a execução das acções de formação, a pertinência da estruturação do programa e averiguar, também do ponto de vista da aplicação dos fundos públicos, a sua eficácia.

No início do período em análise, enquanto não foram publicados os respectivos regulamentos e formulários, considerou-se um período de transição, em que foi contratada formação já ao abrigo dos objectivos formulados para o presente QCA, mas cuja informação foi reunida de acordo com os formulários e sistema anterior.

Assim a informação disponibilizada pela Unidade Coordenadora apresentou-se dividida em duas sistemas de informação distintos nos lapsos temporais 2000-2001 e 2001-2005. A informação disponível nestes dois sub-períodos possui pois estruturas diferentes, sendo, para diversos aspectos analisados, impossível o cruzamento de forma a obter séries completas para a análise da totalidade do período. Assim, foi considerada a informação relativamente a este primeiro período nos dados referentes à globalidade da medida, não sendo possível desagregar a formação realizada no período de transição por Acção Tipo. No entanto, nos elementos referentes à medida, são considerados os valores realizados na Medida como 3.2.1.

A análise referente ao segundo sub-período, incidirá, conforme solicitado, com particular enfoque e profundidade sobre as Acções Tipo 3.2.1.1., 3.2.1.2., 3.2.1.3. e 3.2.1.4.

Neste estudo procede-se à análise da realização da medida e concretização dos objectivos, na sua globalidade, e no cumprimento dos respectivos objectivos e em aspectos detalhados nas Acções Tipo para cuja análise foi solicitada. Cruza-se esta análise com a avaliação ao nível das pessoas (formandos e respectivas organizações), com a realização da formação propriamente dita (onde se destaca um capítulo exclusivamente dedicado às questões formuladas para esta avaliação) e finalmente com os aspectos financeiros inerentes, por forma a alcançar um conjunto de dados relevantes. As conclusões e recomendações, fruto da análise, da opinião de peritos consultados e do *Focus Group* realizado encerrarão a análise desta Medida.

### 3.1. SINOPSE DA MEDIDA

**Designação:** Medida 3.2. – FORMAÇÃO AO LONGO DA VIDA E ADAPTABILIDADE

**Objectivo Geral:**

Aumento das competências e qualificações das pessoas, de forma a prevenir o desemprego e fomentar a qualidade de vida dos cidadãos, mas também como instrumento de desenvolvimento organizacional através da integração de novas competências no seu seio

**Objectivos Específicos:**

- apoiar a progressão escolar de activos com reduzidas habilitações de forma contribuir para a redução do défice de Qualificações e Certificação de Adultos Activos, em particular aqueles que se encontram em risco de desemprego
- apoiar acções de formação de actualização e aperfeiçoamento destinadas a trabalhadores qualificados, cujos conhecimentos ou competências estejam desactualizados ou careçam de um complemento ou adequação às actuais exigências e contextos específicos das organizações
- apoio a acções de formação de actualização e aperfeiçoamento destinadas a trabalhadores qualificados, cujos conhecimentos ou competências estejam desactualizados ou careçam de um complemento ou adequação às actuais exigências e contextos específicos das organizações
- apoio à realização de cursos de formação profissional contínua que visam a especialização profissional dos trabalhadores qualificados, com o desenvolvimento/aprofundamento das suas competências técnicas, sociais e relacionais
- promover de forma distinta a actualização e aperfeiçoamento dirigidas a trabalhadores da Administração Pública, incluindo quadros e dirigentes, orientada, fundamentalmente para a promoção do uso das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como trabalhadores do sector da saúde.
- apoio ao desenvolvimento de Acções de Consultoria Formativa especificamente dirigidas a PME e sustentadas em modelos de diagnóstico situacional flexíveis e integrados, numa óptica de adaptação às necessidades e objectivos de pequenas e médias empresas

**Categorias de Beneficiários:**

- Pessoas Colectivas de direito público, incluindo Institutos Públicos
- Empresas
- Entidades Formadoras acreditadas
- Pessoas singulares
- Associações Empresariais e Profissionais
- Organizações representativas dos trabalhadores
- Outras entidades de natureza associativa
- Serviços e Organismos da Administração Pública central, incluindo os seus serviços desconcentrados na região, bem como os Institutos Públicos, as fundações e estabelecimentos públicos, excluindo as empresas concessionárias de serviços municipais

A Medida 3.2. do PORLVT enquadra-se nos objectivos estruturais enunciados para os pilares I e II do Plano Nacional de Emprego (PNE) e, consequentemente, partilha objectivos com o Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, do qual surge como Medida Desconcentrada para a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Para a reestruturação da economia portuguesa a elevação e reforço das qualificações dos activos empregados é estratégico como veículo de promoção da modernização do tecido empresarial contribuindo activamente para o desejável acréscimo de desenvolvimento organizacional, produtividade, inovação e competitividade.

Simultaneamente a dimensão “pessoas” é fundamental nesta medida. O aumento das competências e qualificações das pessoas é também um aspecto fundamental para a adaptabilidade, a empregabilidade e melhoria do nível de vida dos cidadãos. Assume-se pois esta intervenção como instrumento de prevenção do desemprego e de fomento da qualidade de vida dos cidadãos, mas também como instrumento de desenvolvimento organizacional através da integração de novas competências no conjunto das instituições e organizações do sistema económico-social.

Tem como âmbito o desenvolvimento e apoio da formação profissional contínua de activos empregados e a consultoria formativa a PME. Definem-se assim duas distintas tipologias de projectos a apoiar:

- A Formação Profissional Contínua (3.2.1.);
- Formação e Desenvolvimento Organizacional (3.2..2.).

*i) Tipologia Formação Profissional Contínua (3.2.1.)*

Esta Tipologia encontra-se subdividida em diferentes “Acções Tipo” de forma a melhor enquadrar os diferentes objectivos a alcançar.

Na Acção Tipo 3.2.1.1. (**Educação e Formação de Adultos com Certificação Escolar e Profissional**) objectiva-se apoiar a progressão escolar de activos com reduzidas habilitações de forma a contribuir para a redução do défice de Qualificações e Certificação de Adultos Activos, em particular aqueles que se encontram em risco de desemprego.

As acções de formação que visam a qualificação ou reconversão profissionais enquadram-se na Acção Tipo 3.2.1.2. (**Qualificação e Reconversão Profissional**). Esta destina-se fundamentalmente a trabalhadores menos qualificados ou semi-qualificados. A formação deverá assentar em modelos flexíveis e preferencialmente modulares, de forma a que os activos possam seguir percursos formativos acumulando créditos respeitantes às competências adquiridas ao longo de cursos de formação de menor dimensão (unidades capitalizáveis).

A Acção Tipo 3.2.1.3. (**Reciclagem, Actualização e Aperfeiçoamento**) inclui o apoio a acções de formação de actualização e aperfeiçoamento destinadas a trabalhadores qualificados, cujos conhecimentos ou competências estejam desactualizados ou careçam de um complemento ou adequação às actuais exigências e contextos específicos das organizações.

É apoiada a realização de cursos de formação profissional contínua que visam a especialização profissional dos trabalhadores qualificados, com o desenvolvimento/aprofundamento das suas competências técnicas, sociais e relacionais através da Acção Tipo 3.2.1.4. (**Especialização Profissional**).

Procura-se ainda a promover de forma distinta a actualização e aperfeiçoamento dirigidas a trabalhadores da Administração Pública, incluindo quadros e dirigentes, orientada, fundamentalmente para a promoção do uso das novas tecnologias de informação e comunicação (Acção Tipo 3.2.1.5.), bem como trabalhadores do sector da saúde (Acção Tipo 3.2.1.6.).

No âmbito desta tipologia consideram-se prioritários os projectos que se proponham desenvolver:

- Formação destinada a activos de PME;
- Formação que contribua, de forma comprovada, para a elevação do nível de qualificação dos activos;
- Formação que possibilite, de forma comprovada, à promoção na carreira;
- Formação que prossiga os objectivos da política de igualdade de oportunidades, nomeadamente através da inclusão de módulos neste domínio, bem como técnicas orientadas para a autonomia individual e a conciliação da vida profissional e familiar.

#### *ii) Formação e Desenvolvimento Organizacional (3.2.2.)*

Esta Tipologia objectiva o apoio ao desenvolvimento de Acções de Consultoria Formativa especificamente dirigidas a PME e sustentadas em modelos de diagnóstico situacional flexíveis e integrados, numa óptica de adaptação às necessidades e objectivos de pequenas e médias empresas. Estas acções incluem a consultoria nos domínios da gestão, a formação de empresários, quadros e gestores em áreas de suporte ao desenvolvimento empresarial e a formação dos trabalhadores das PME em áreas detectadas como necessárias ao desenvolvimento da empresa.

No âmbito desta tipologia consideram-se prioritários os seguintes projectos:

- Projectos de consultoria formativa dirigidos a micro e pequenas empresas;
- Projectos de consultoria formativa destinados a empresas geridas por mulheres;

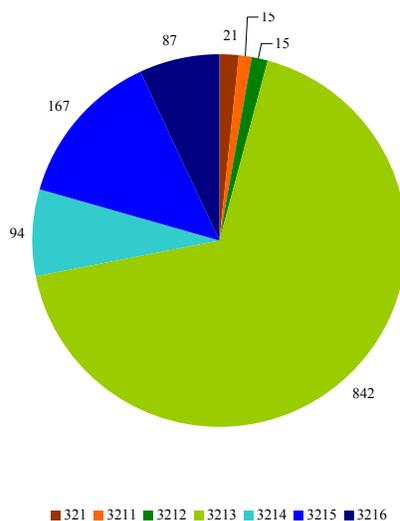
- Projectos que incluam formação que contribua para a introdução de novos modelos organizacionais, na gestão das empresas.

### 3.2. EXECUÇÃO DA MEDIDA

No período em análise foram aprovados 1.241 projectos da tipologia 3.2.1. “Formação Profissional Contínua”<sup>11</sup>. Este número de candidaturas aprovadas e contratadas correspondeu à execução de 11.601 cursos, dos quais 10.967 distribuídos pelas 6 Acções Tipo consideradas nesta tipologia e 634 no Período de Transição. Destes teve clara predominância o número de projectos candidatados à Acção Tipo 3.2.1.3. – *Reciclagem, Actualização e Aperfeiçoamento*.

Nestes cursos beneficiaram-se um número total de 268.763 formandos que os frequentaram, gerando um volume total de formação de 15.385.137 horas. Estes valores são respectivamente de 259.096 e de 14.684.686 horas, caso não se considere os valores gerados pelas candidaturas aprovadas durante o período inicial.

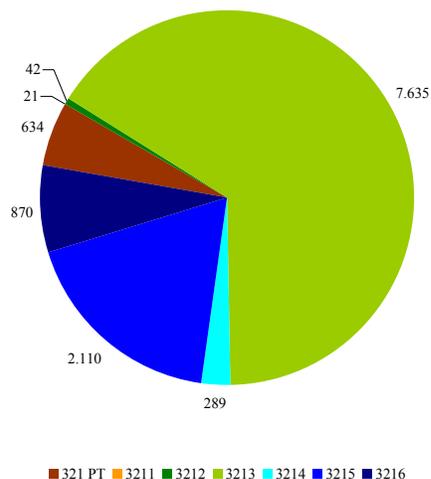
GRÁFICO 3-1: MEDIDA 3.2 – Nº DE CURSOS POR ACÇÃO TIPO



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

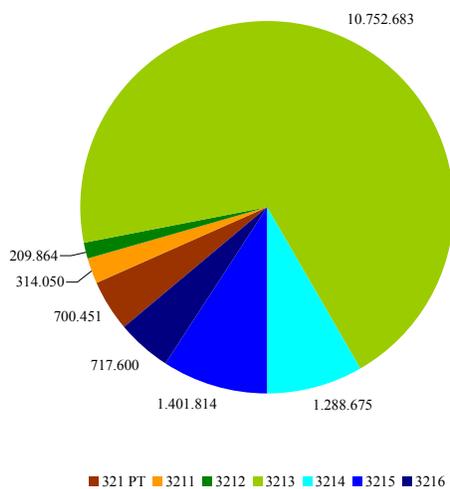
<sup>11</sup> A Tipologia 3.2.2.- Formação e Desenvolvimento Organizacional, foi estruturada de forma a apoiar as micro e pequenas empresas na função Gestão de Recursos Humanos, no entanto por falta de dotação orçamental nunca foi aberta a recepção de candidaturas, pelo que a sua execução é nula.

**GRÁFICO 3-2: MEDIDA 3.2 – Nº DE CURSOS POR ACÇÃO TIPO**



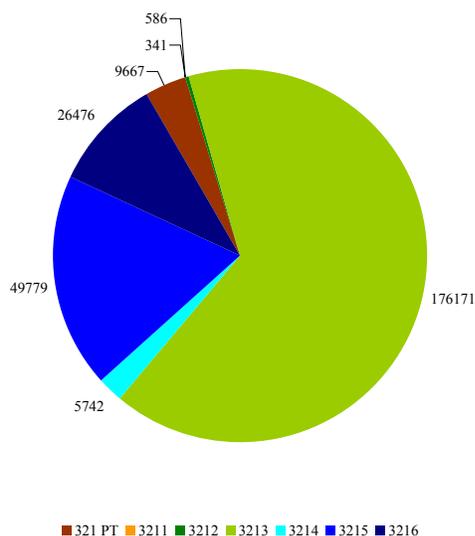
Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 3-3: MEDIDA 3.2 – VOLUME DE FORMAÇÃO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

GRÁFICO 3-4: MEDIDA 3.2 – N° DE FORMANDOS



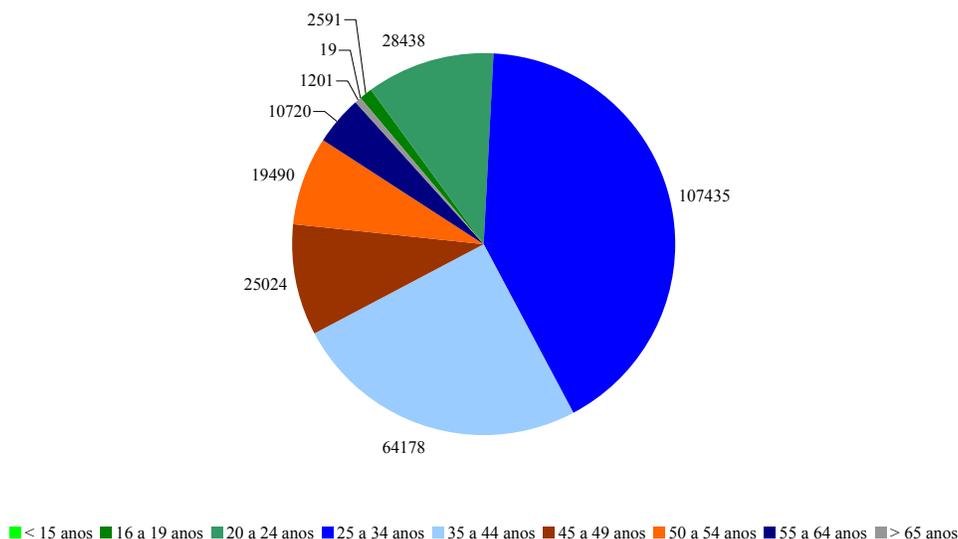
Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

### 3.3. CARACTERIZAÇÃO DOS FORMANDOS<sup>12</sup>

A população dos formandos beneficiada pela Medida de Formação Contínua caracteriza-se pela larga predominância de indivíduos jovens. Por exemplo, apenas a classe etária modal (25 a 34 anos) representa 41,47% do total de formandos. Adicionando a este valor a classe etária imediatamente anterior (20 a 24 anos) observa-se que entre os 20 e os 34 anos (início da vida activa) se concentram a grande maioria dos activos com maior apetência pela frequência das acções de formação disponibilizadas no âmbito desta medida.

<sup>12</sup> Os valores considerados neste capítulo não têm em consideração os valores da formação realizada no Período de Transição.

**GRÁFICO 3-5: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO DE FORMANDOS POR CLASSES ETÁRIAS**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

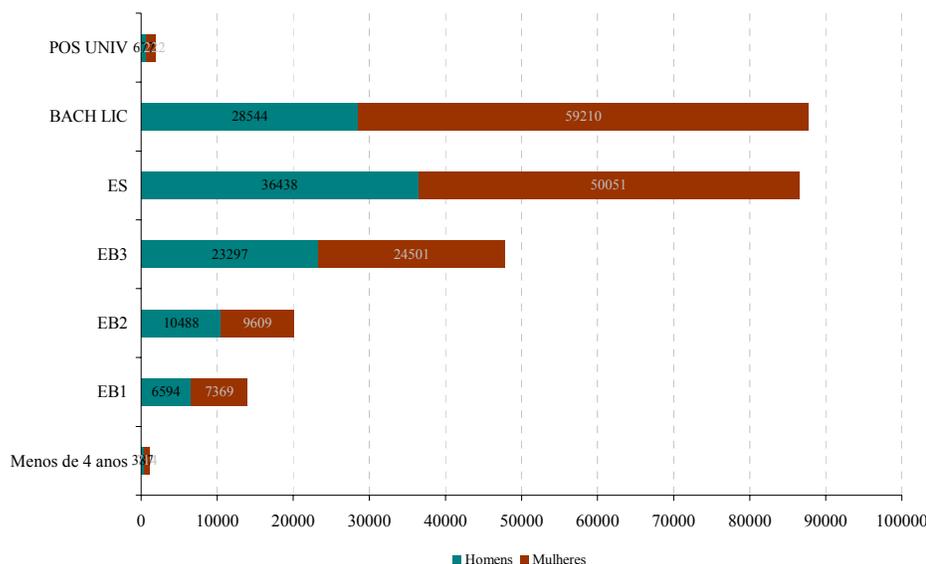
A dominância da frequência de mulheres é muito relevante quando se analisa a distribuição por sexos associada às classes de habilitações literárias. Apenas entre aqueles que têm habilitações literárias ao nível do Segundo Ciclo do Ensino Básico a frequência de indivíduos de sexo masculino é superior.

**QUADRO 3-1: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE FORMANDOS POR CLASSE ETÁRIA E SEXO**

Classe etária	Nº formandos	Formandos / classe etária	Homens (%)	Mulheres (%)
< 15 anos	19	0%	42%	58%
16 a 19 anos	2.591	1%	48%	52%
20 a 24 anos	28.438	11%	40%	60%
25 a 34 anos	107.435	41%	41%	59%
35 a 44 anos	64.178	25%	40%	60%
45 a 49 anos	25.024	10%	42%	58%
>= 50 anos	31.411	12%	44%	56%
<b>Total</b>	<b>259.096</b>	<b>100%</b>	<b>36%</b>	<b>59%</b>

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

GRÁFICO 3-6: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO DE FORMANDOS POR HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E SEXO



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

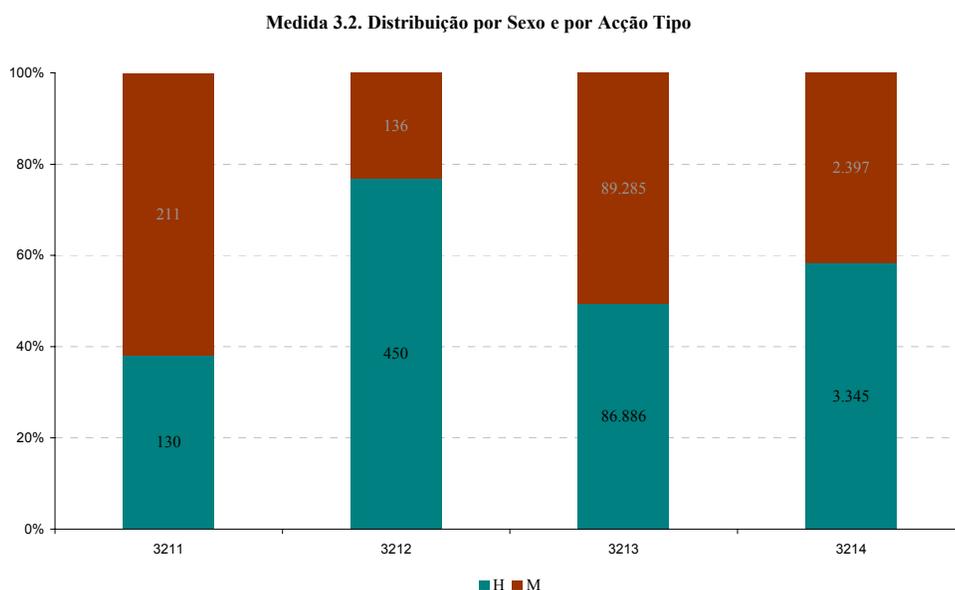
O peso da frequência de formandos com níveis de habilitações literárias mais elevadas, nomeadamente ao nível de ensino secundário e ensino superior é muito evidente. Ainda que não seja explícito nos objectivos uma leitura possível resulta de que o objectivo de “*Aumento das competências e qualificações das pessoas, de forma a prevenir o desemprego e fomentar a qualidade de vida dos cidadãos*” se válido para populações já qualificadas, poderá ter um acréscimo particularmente relevante nas pessoas com um nível de habilitações mais baixo. Assim, tendo em conta que quanto maior o nível de qualificação, maior a apetência para a formação, o incentivo à formação de activos com níveis de escolaridade mais reduzida deverá fazer parte da preocupação das empresas, porque relacionado com a sua capacidade competitiva, e, também, no âmbito deste instrumento de políticas públicas, da gestão do programa. A consultoria a micro e pequenas empresas poderia ter vindo a minorar este desvio.

A dominância da frequência de mulheres na formação é também verificável ao nível das Acções Tipo 3.2.1.1.e 3.2.1.3.. Não se verifica no entanto na Qualificação e Reversão de Activos ou na Especialização Profissional (Acções Tipo 3.2.1.2. e 3.2.1.4.respectivamente).

Em todas as classes etárias é predominante a frequência de indivíduos de sexo feminino, sendo no entanto na classe etária superior a 65 anos e na dos 35 a 44 anos que a proporção de mulheres na formação é mais significativa, ultrapassando em ambos os casos os 60%. No entanto na totalidade

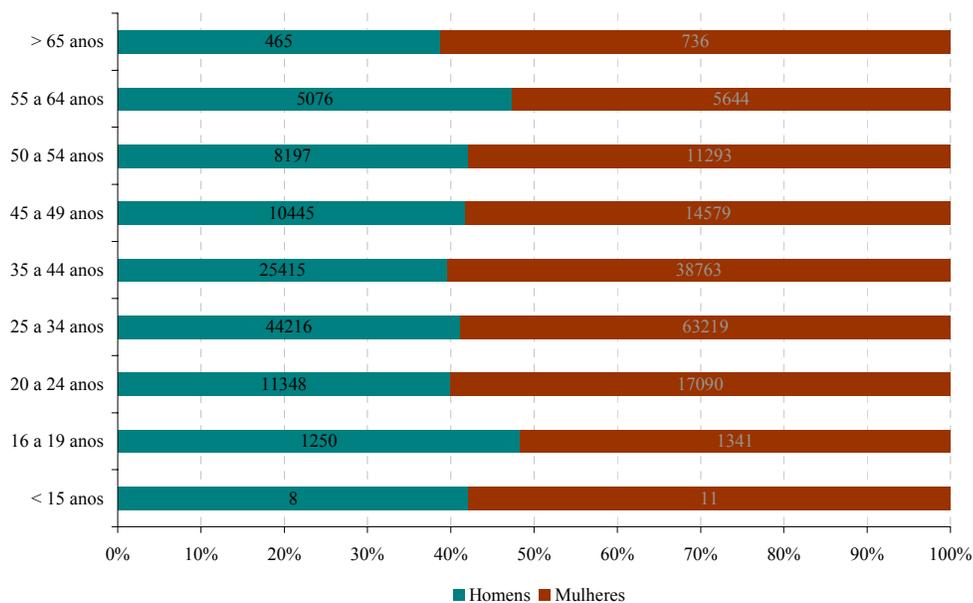
dos formandos a percentagem de frequência de mulheres é de 58,9%, sendo em todas as classes etárias a sua proporção superior ao dos homens.

**GRÁFICO 3-7: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E POR ACÇÃO TIPO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

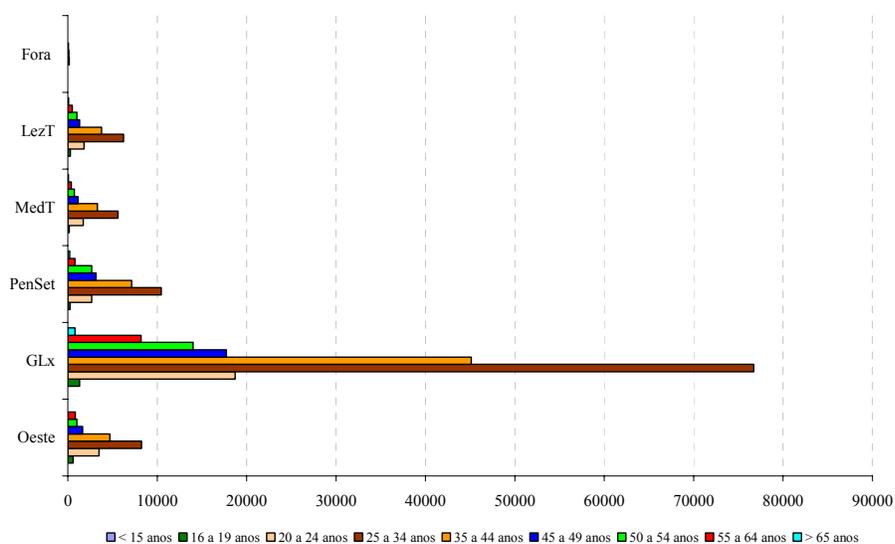
**GRÁFICO 3-8: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO FORMANDOS POR CLASSES ETÁRIAS**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

A distribuição dos formandos pelas Sub-Regiões apresentada não representa a zona de proveniência dos formandos (por local do posto de trabalho ou de residência) mas sim o local de realização da formação. Assim, é na Grande Lisboa que ocorrem a grande maioria das acções de formação o que representa cerca de 66,6% da totalidade dos formandos. É também devido ao sistema de informação estar organizado por localização da formação e não pelo local de trabalho dos formandos que surge uma classe “Fora” da região de Lisboa e Vale do Tejo. Estas acções foram destinadas a trabalhadores da região, mas as acções tiveram lugar em outros locais. Decorre com alguma frequência da promoção de acções a nível nacional, sendo os formandos provenientes de Lisboa e Vale do Tejo financiados através desta medida. Ocorrem situações de acções de formação que englobam participantes de diferentes zonas do país, em que a participação é alocada à medida desconcentrada da região de origem de cada um dos formandos.

**GRÁFICO 3-9: MEDIDA 3.2 – VARIAÇÃO DA IDADE DOS FORMANDOS POR SUB-REGIÃO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

A proporção entre classes etárias nas diferentes regiões mantém-se com algumas variações relacionadas com a própria estrutura da pirâmide etária das respectivas populações activas. Ainda que as variações na globalidade não sejam significativas verifica-se um mais acentuado envelhecimento nas acções realizadas na Península de Setúbal e um maior peso das classes etárias mais jovens na Sub-Região Oeste.

Verifica-se ainda que, nesta medida, a maioria das entidades promotoras de projectos formativos não fazem para os seus trabalhadores, mas sim para os activos de organizações terceiras. Esta realidade verifica-se nomeadamente nas Acções Tipo não sectoriais (3.2.1.1., 3.2.1.2., 3.2.1.3. e 3.2.1.4.).

Esta constatação pode verificar-se pela pequena dimensão da maior parte do tecido empresarial português que não consegue justificar acções de formação para os seus trabalhadores, ou sequer tem capacidade organizativa para promover os respectivos projectos. A realização da formação é pois organizada por entidades terceiras, quer sejam de natureza pública, quer Associativa ou empresarial, organizando-se assim, na maior parte das situações, pelo lado da oferta e não pelo lado da procura.

Na distribuição de formandos por classes de dimensão de organizações há uma predominância natural de grandes empresas, uma vez que são estas as que com maior frequência possuem meios organizacionais e financeiros, bem como número de trabalhadores e capacidade de gestão de recursos humanos para a promoção deste tipo de projectos. No entanto agregando as micro, as pequenas e médias empresas (tendo em conta apenas o número de trabalhadores – único dado disponível na base dados do PO), passará a já ser essa a classe modal, com 141.007 formandos. Pelo que se poderá afirmar que o maior número de trabalhadores beneficiados provém de Micro, Pequenas ou Médias Empresas.

A existência de um número relativamente elevado de grandes empresas é também uma explicação possível para uma tão forte expressão de formandos internos na Península de Setúbal e a verificação do oposto no Oeste.

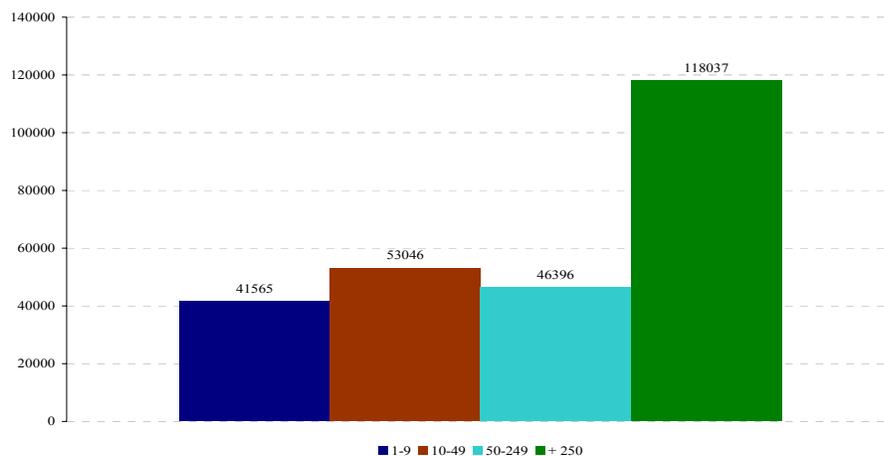
Constata-se que a maioria dos formandos têm origem fora da empresa promotora, quer numa análise por Acção Tipo, quer numa análise regional.

**GRÁFICO 3-10: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE FORMANDOS POR SUB-REGIÃO, SEXO E RELAÇÃO COM A ENTIDADE PROMOTORA**

S.Reg	H		M		Int.		Ext.		Des.		Total
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
OES	8.678	42,21%	11.882	57,79%	3.203	15,58%	17.350	84,39%	7	0,03%	20.560
GLx	73.611	40,31%	109.012	59,69%	62.502	34,22%	120.089	65,76%	32	0,02%	182.623
PSet	11.263	41,14%	16.117	58,86%	12.629	46,12%	14.746	53,86%	5	0,02%	27.380
MedT	6.042	45,96%	7.104	54,04%	3.705	28,18%	9.436	71,78%	5	0,04%	13.146
LezT	6.533	43,65%	8.435	56,35%	2.138	14,28%	12.828	85,70%	2	0,01%	14.968
Fora	293	69,93%	126	30,07%	95	22,67%	324	77,33%	0	0,00%	419
Total	106.420	-	152.676	-	84.272	-	174.773	-	51	-	259.096

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

GRÁFICO 3-11: MEDIDA 3.2 – Nº DE FORMANDOS POR DIMENSÃO DAS EMPRESAS



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

A **taxa de sucesso** da formação, medida pela percentagem de formandos que completaram a formação com “aprovação”, é neste caso muito elevada 93 %, sendo que a percentagem de reprovações dos formandos é de apenas de 2%. Os desistentes perfazem os restantes 5 %.

Não cabe no âmbito deste estudo a avaliação e validação da avaliação do sucesso destes formandos ao nível da aquisição de competências, no entanto, pretende-se com este estudo perceber em que medida a formação contribuiu para a o aumento de qualificação e da empregabilidade. Uma primeira constatação a este nível é que a avaliação dos formandos não é discriminante ao nível do cumprimento de objectivos operacionais da formação ou, tão pouco, ao nível de competências adquiridas. Não existindo um critério comum para a aprovação dos formandos não é possível aferir da distribuição de notas (como reflexo do nível de cumprimento de objectivos e, conseqüentemente, de competências cognitivas ou comportamentais) não é possível a partir da informação disponível concluir da validade qualitativa da formação, face aos objectivos propostos pela Medida.

### 3.4. CARACTERIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

Verifica-se predominância do recurso à Acção Tipo 3.2.1.3. em sede de projectos candidatados e contratados e do respectivo Volume de Formação. Também as Acções Tipo 3.2.1.4. e 3.2.1.5. têm uma expressão muito significativa.

Esta tendência mantém-se nos projectos de formação executados. Verifica-se no entanto uma quebra maior na execução das Acções Tipo 3.2.1.1. e 3.2.1.2., com ganho relativo, em termos de Volume de Formação, da importância da Acção Tipo 3.2.1.3. e 3.2.1.6.

As Acções Tipo 3.2.1.5. e 3.2.1.6. são sectoriais para a Administração Pública e para o sector da Saúde respectivamente, pelo que o seu campo de acção é mais restrito.

Efectivamente são, em termos empresariais e não sectoriais, as Acção Tipo 3.2.1.3.e. a 3.2.1.4. aquelas que enquadram da melhor forma as necessidades de formação para activos empregados. A Acção 3.2.1.4., no entanto, pela sua maior especificidade de campo de acção e pela maior exigência em termos de carga horária tem uma procura e respectiva execução muito inferior à 3.2.1.3..

A taxa de execução física da Medida 3.2., medida pelo ratio entre o volume de formação executado e volume de formação contratado, é na globalidade, para o período considerado, de 87,3 %. Assim, verifica-se que apenas as Acções Tipo 3.2.1.1. e 3.2.1.2. possuem valores de execução significativamente inferiores. De acordo com os peritos ouvidos, este facto fica a dever-se à dificuldade em cativar activos para este tipo de formação, pela sua duração longa.

O melhor desempenho é assegurado pela Acção Tipo 3.2.1.5., o que se justifica, eventualmente, pela maior estabilidade de trabalho e emprego dos trabalhadores da Administração Pública e portanto pelo o menor índice de desistências quer ao nível da promoção das acções de formação, quer ao nível individual.

**QUADRO 3-2: MEDIDA 3.2 – EXECUÇÃO FÍSICA POR ACÇÃO TIPO**

Acção Tipo	Nº de projectos		Cursos		Volume de Formação		Nº de Formandos	
	Nº	%	Nº	%	horas	%	Nº	%
321	21	2%	634	5%	700.451	5%	9.667	4%
3211	15	1%	21	0%	314.050	2%	341	0%
3212	15	1%	42	0%	209.864	1%	586	0%
3213	842	68%	7.635	66%	10.752.683	70%	176.168	66%
3214	94	8%	289	2%	1.288.675	8%	5.742	2%
3215	167	13%	2.110	18%	1.401.814	9%	49.782	19%
3216	87	7%	870	7%	717.600	5%	26.477	10%
<b>Total</b>	<b>1.241</b>	<b>100%</b>	<b>11.601</b>	<b>100%</b>	<b>15.385.137</b>	<b>100%</b>	<b>268.763</b>	<b>100%</b>

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

Apesar dos esforços institucionais para padronizar a oferta formativa objecto de financiamento público esta não se verifica. Assim os cursos realizados encontram-se dispersos por variadas denominações. Interessa, no entanto, analisar a realização de formação por áreas temáticas.

Verifica-se assim, uma grande predominância de formação realizada na área da Informática com a oferta de 6505 acções de formação e de Ciências Empresariais com 5005 cursos. É ainda relevante a área da Saúde (decorrente da própria Acção Tipo 3.2.1.6.), da formação em Engenharias e Áreas

Afins, bem como da Formação de Formadores / Professores por imposição regulamentar e também decorrente das condições verificadas pela Acção Tipo 3.2.1.5.

Esta distribuição por áreas temáticas é indicadora da pertinência dos objectivos propostos, nomeadamente ao nível de promoção de da produtividade e desenvolvimento organizacional em PME e ao nível dos objectivos de aumento de competências em TIC e sensibilização para as questões ambientais e da igualdade de oportunidades.

O número de cursos na área ambiental é modesto, face ao global, sendo de apenas 130. Não se podendo referir este número como condizente com os objectivos estabelecidos.

Verifica-se ainda que em algumas áreas, como é o caso da Informática, a formação executada é superior (em número de cursos) à contratada. Este fenómeno decorre da possibilidade dos promotores alterarem a realização face ao contratado através da apresentação de formulários AB. No caso de outras áreas temáticas o número de cursos diminuiu, como foi o caso das Ciências Empresariais.

**QUADRO 3-3: MEDIDA 3.2 – ACÇÕES DE FORMAÇÃO EXECUTADAS POR ÁREAS TEMÁTICAS**

Área Temática		Nº cursos contrat.		Nº cursos exec.	
		Medida 32	%	Medida 32	%
1	Programas de base	1	0,01%	1	0,01%
9	Alfabetização	590	2,97%	554	2,79%
14	Desenvolvimento pessoal	56	0,28%	54	0,27%
21	Formação de professores/ formadores	154	0,77%	151	0,76%
22	Artes	564	2,84%	609	3,07%
31	Humanidades	270	1,36%	280	1,41%
32	Ciências sociais e do comportamento	259	1,30%	233	1,17%
34	Ciências empresariais	4985	25,07%	5005	25,19%
38	Direito	289	1,45%	333	1,68%
46	Matemática e estatística	20	0,10%	21	0,11%
48	Informática	6438	32,38%	6505	32,74%
52	Engenharia e técnicas afins	898	4,52%	956	4,81%
54	Indústrias transformadoras	202	1,02%	231	1,16%
58	Arquitectura e construção	125	0,63%	127	0,64%
62	Agricultura, silvicultura e pescas	178	0,90%	195	0,98%
72	Saúde	1398	7,03%	1285	6,47%
76	Serviços sociais	239	1,20%	255	1,28%
81	Serviços pessoais	1167	5,87%	1158	5,83%
84	Serviços de Transporte	761	3,83%	710	3,57%
85	Protecção do ambiente	147	0,74%	130	0,65%
86	Serviços de segurança	830	4,17%	810	4,08%
99	Desconhecido ou não especificado	312	1,57%	266	1,34%
Total		19883		19869	

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

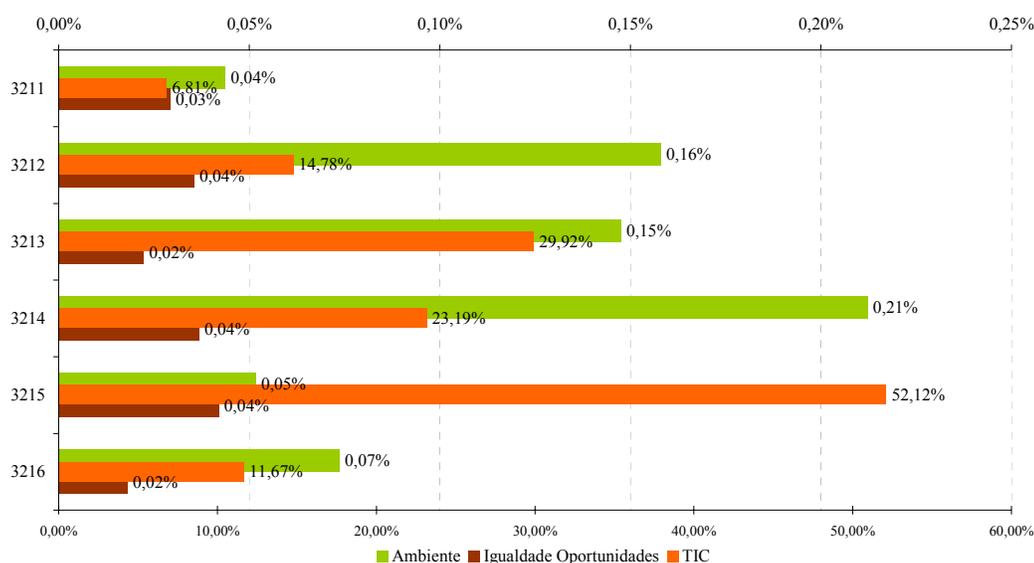
Ao nível da global da Medida verifica-se, entre a aprovação e a execução, um aumento do número de acções realizadas. Efectivamente, o número total de acções contratado, no período em análise, é de 19.883 e o realizado é de 19.869, ou seja há um acréscimo de 30 cursos, que corresponde a um acréscimo pouco expressivo de cerca de 0.02%, mas sintomático da boa gestão dos recursos disponibilizados por parte das entidades promotoras.

Assim as quebras na taxa de execução física não se ficam a dever ao menor número de cursos realizados, mas à quebra de execução ao nível do volume de formação em consequência do menor número de formandos seleccionados face ao previsto, a faltas destes ou a desistências.

A introdução do carácter obrigatório de formação em TIC e a desejável sensibilização para a área do Ambiente e da Igualdade de Oportunidades é analisado no quadro abaixo através da percentagem de horas (em volume de formação) a elas dedicados ao longo dos cursos realizados nas várias Acções Tipo da Medida.

Verifica-se assim, que em todas as Acções Tipo, com excepção da 3.2.1.1. a obrigatoriedade de dedicar pelo menos 10% da formação a TIC foi cumprida e até, como no caso da 3.2.1.5., largamente ultrapassada. Este caso é aliás coerente com o esforço de modernização tecnológico em curso na Administração Pública.

**GRÁFICO 3-12: MEDIDA 3.2 – % TIC, AMBIENTE E EQUIDADE (VOLUME DE FORMAÇÃO)**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

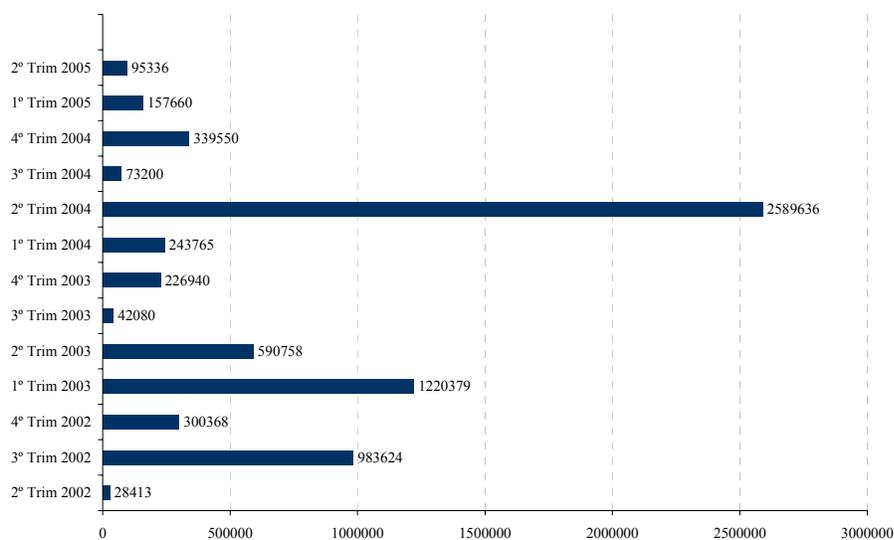
Os valores relativos à área ambiental e da Igualdade de Oportunidades são, no entanto, muito modestos, situando-se sempre abaixo de 1%. O facto de não constituir obrigatoriedade a formação nessas áreas, para a maioria das situações, poderá ser uma explicação para o facto.

Decorrente de várias alterações estruturais e de condições conjunturais, a aprovação de candidaturas e de saldos não tem sido uniforme ao longo dos anos. Efectivamente nem todas as Acções Tipo viram os respectivos períodos de candidatura abertos anualmente.

O maior volume de formação aprovado verificou-se no 1º trimestre de 2003. No entanto, desde então verifica-se um decréscimo médio de aprovações anuais.

Faz sentido no entanto questionar a distribuição de aprovações no período de execução do programa, a concentração de meios disponíveis para a realização de formação num período concentrado de tempo, não parece ser favorável ao cumprimento dos objectivos enunciados, uma vez que a inconstância de contratação de formação pode levar à descontinuidade da oferta formativa e, o cumprimento sustentado de objectivos as intervenções ao nível dos Recursos Humanos, recomenda persistência e continuidade no tempo de forma a garantir a obtenção de resultados duradouros e frutuosa.

**GRÁFICO 3-13: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO DE VOLUME DE FORMAÇÃO CONTRATADO POR TRIMESTRE**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**QUADRO 3-4: INDICADORES E METAS ASSOCIADOS À MEDIDA 3.2 (VALORES ANUALIZADOS)**

Indicador	Situação de partida	Meta 2006	Realização em 2003	Realização em 2004	Valor médio anual (2000-Jun 2005)*
Nº de activos em formação	32.853	22.100	58.770	56.240	48.866
Nº de funcionários e agentes da Administração Pública em formação	18.954	3.800	10.245	9.719	9.050
Nº de PME abrangidas em acções de consultoria formativa	166	50	0	0	0
Contributo da medida de forma a atingir 10% de participação dos activos em formação ao longo da vida (%)	0,74%	0,49%	0,83%	0,79%	n.d.

Nota: \* cálculos da equipa de avaliação

Fonte: Complemento de Programação e Relatórios de Execução do PORLVT, 2003 e 2004

Os indicadores associados a esta medida para os quais foram inicialmente estabelecidas metas referem-se a valores médios anualizados pelo que não foi possível obter por parte da EAT central do Programa a quantificação dos mesmos com referência a Junho de 2005. De qualquer forma as metas definidas estavam já em 2003 e 2004 sobejamente ultrapassadas para todos os indicadores, situação que continua a verificar-se em Junho de 2005, de acordo com os cálculos efectuados, também numa base anualizada, a partir da base de dados para os 3 primeiros indicadores. O nível de eficácia medido em função da realização física é assim claramente elevado e estão já ultrapassadas as metas para 2006, ou seja, estava previsto formar nesta medida 154.700 activos e 26.600 funcionários públicos até 2006 e já se formaram 268.763 activos e 49.782 funcionários públicos. Deve no entanto referir-se que a quantificação inicial das metas terá sido subestimada e não foi corrigida face à execução entretanto revelada, nem sequer ajustada face ao aumento de recursos verificado na medida em 2004.

### 3.5. AVALIAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DA EMPREGABILIDADE DE ACTIVOS EMPREGADOS

A Questão levantada para a presente avaliação é “em que medida as acções desenvolvidas têm contribuído para aumentar a qualificação dos activos empregados” e “...para melhorar as condições de empregabilidade dos activos empregados”?

A resposta a esta questão, tem por base a informação disponibilizada bem como a entrevista a um conjunto de vários peritos e ainda o resultado da auscultação dos participantes no “Focus group” realizado. Na opinião da generalidade dos agentes consultados a questão está colocada de forma pouco clara, uma vez, que por definição, a formação, quando completada com sucesso, proporciona qualificação nas competências desenvolvidas. A empregabilidade de activos empregados, decorre da primeira questão, isto é, segundo o Glossário anexo à regulamentação desta Medida, a Formação Profissional “visa qualificar activos indiferenciados ou semi-qualificados, através da aquisição de conhecimentos e competências adequadas ao exercício de uma profissão bem como das atitudes e formas de comportamento que potenciam uma melhor integração sócio-profissional”.

Não tendo acesso a classificação dos formandos na aquisição de competências e/ou qualificações e não sendo conclusiva a opinião dos peritos consultada, nem a própria definição propicia a uma medição clara inequívoca, foi opção da equipa de avaliação, compreender a dinâmica de aumento de qualificação e respectiva empregabilidade através do aumento de níveis de qualificação obtidas pelos formandos.

Nesta abordagem, considerando que a formação realizada conduziu à aquisição reconhecida de competências e portanto de qualificações, a partir de dois critérios estabeleceu-se uma escala de reconhecimento de qualificação, e, implicitamente, de empregabilidade.

O primeiro critério, relativo ao aumento de nível de qualificação proposto à formação, isto é, os cursos que possuem um nível de saída superior ao de entrada. No entanto considerando que não são apenas estes que permitem “aquisição de competências adequadas ao exercício de uma profissão...”, distinguiu-se ainda os cursos com duração inferior ou igual a 50 horas das de duração superior. Assumiu-se assim, uma escala de aumento de competências e de empregabilidade, conforme

explícito no Quadro seguinte. Por se estar a abordar a formação contínua de activos foi considerado o limite de 50 horas para discriminação<sup>13</sup>.

**QUADRO 3-5: MEDIDA 3.2 – QUALIFICAÇÃO E EMPREGABILIDADE DOS ACTIVOS EMPREGADOS CONFORME DURAÇÃO DAS ACÇÕES E NÍVEL DE SAÍDA**

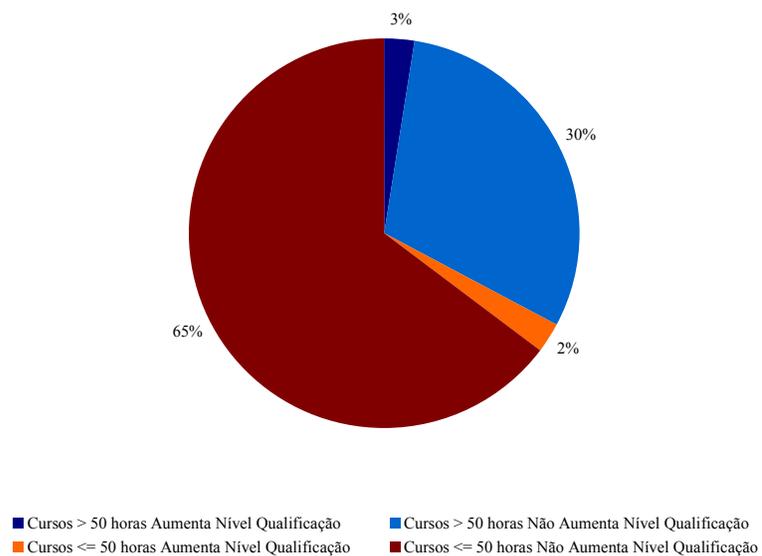
Cursos >50 horas	Aumenta o Nível de Qualificação	Aumento fortemente percebido de qualificação; empregabilidade potencial elevada
	Não Aumenta o Nível de Qualificação	Aumento percebido de qualificação; empregabilidade potencial incrementada
Cursos <=50 horas	Aumenta o Nível de Qualificação	Aumento fortemente percebido de qualificação; empregabilidade potencial pouco incrementada
	Não Aumenta o Nível de Qualificação	Aumento pouco percebido de qualificação; empregabilidade potencial pouco incrementada

Fonte: Equipa de Avaliação

Como se pode confirmar através dos dados constantes nos gráficos seguintes e no Quadro 3-6, Quadro 3-7e Quadro 3-8, nesta medida e de acordo com os critérios enunciados 64,7% dos cursos são pouco qualificantes, isto é, pela análise da sua duração e pelo acréscimo do nível de qualificação, tendo em conta o diferencial entre o nível inicial e o nível final. Dada a sua curta duração, em termos de volume de formação o seu significado relativo é mais reduzido (34,01%). Pelo contrário, o número de cursos conducentes a um aumento fortemente percebido de nível de qualificação representam apenas um total de 4,93% em número e 9,70% em volume. Assim os cursos que, de acordo com a escala definida, são mais propiciadores a um aumento de competências, e portanto qualificantes ou potencialmente qualificantes, representam 30,36% do número de cursos disponibilizados durante o período em questão e o respectivo volume de formação 56,29%, sendo portanto responsáveis pela maior parte da formação realizada.

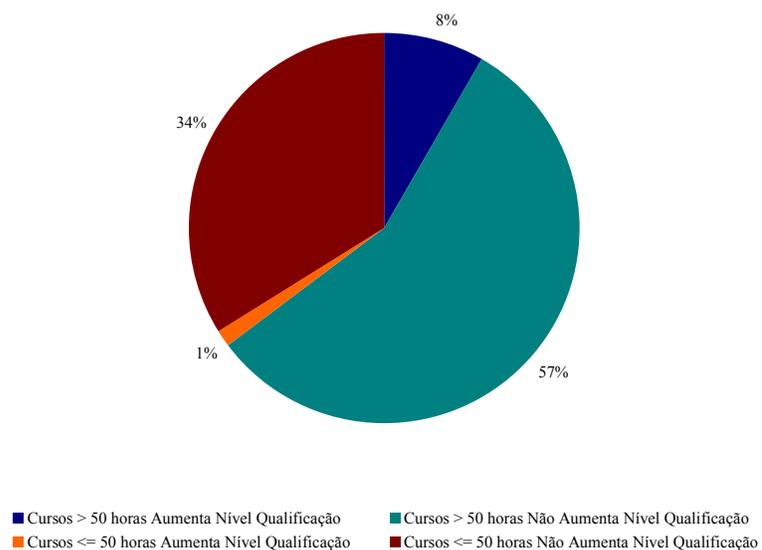
<sup>13</sup> Este valor considera assim não apenas as acções de curta duração, nomeadamente de reciclagem, actualização e aperfeiçoamento, como também os módulos capitalizáveis da Acção Tipo de Qualificação e Reconversão Profissional. A curta duração não é assim penalizável por se entender necessária para a devida articulação com as necessidades da actividade laboral e pessoal dos activos empregados.

**GRÁFICO 3-14: MEDIDA 3.2 – ESCALA DE QUALIFICAÇÃO POR NÚMERO DE CURSOS**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 3-15: MEDIDA 3.2 – ESCALA DE QUALIFICAÇÃO POR VOLUME DE FORMAÇÃO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**QUADRO 3-6: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CURSOS, Nº DE FORMANDOS E VOLUME DE FORMAÇÃO POR AT CONFORME Nº DE HORAS DO CURSO E ELEVÇÃO DO NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DO CURSO**

MEDIDA 3.2.		Cursos > 50 horas						Cursos <= 50 horas					
		Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação			Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação		
		nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação
Ações Tipo	3211 Educ. Formação Adultos com Certif. Escolar e Prof.	11	200	212.753	10	141	101.297						
	3212 Qualificação e Reconversão	14	157	94.387	28	429	115.477						
	3213 Reciclagem, Actualização e Aperfeiçoamento	210	4.747	702.610	2.830	60.040	6.352.519	90	2.239	78.135	4.505	109.142	3.619.419
	3214 Especialização Profissional	24	453	156.545	253	5.109	1.124.676				12	180	7.454
	3215 Formação Profissional para os Funcionários da Administração	15	496	46.543	127	3.548	300.418	115	3.338	91.632	1.853	42.400	963.221
	3216 Formação Profissional para Trabalhadores do Sector da Saúde	2	26	13.606	82	2.411	271.457	59	1.864	27.885	727	22.176	404.652
	TOTAL 3.2.	276	6.079	1.226.444	3.330	71.678	8.265.844	264	7.441	197.652	7.097	173.898	4.994.746

**QUADRO 3-7: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CURSOS, Nº DE FORMANDOS E VOLUME DE FORMAÇÃO POR TIPO DE PROMOTOR CONFORME Nº DE HORAS DO CURSO E ELEVÇÃO DO NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DO CURSO**

MEDIDA 3.2.		Cursos > 50 horas						Cursos <= 50 horas					
		Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação			Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação		
		nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação
Tipo de Entidade Promotora	Centros Protocolares de Formação	34	444	107.553	770	11.977	1.158.863	13	170	5.134	1.165	21.466	715.533
	Entidades Públicas de Formação	86	2.040	423.133	132	3.166	462.186	15	350	13.677	272	6.795	206.196
	Entidades Privadas de Formação	66	1.332	206.956	850	18.778	2.050.690	40	1.369	43.939	1.390	35.995	1.156.171
	Instituições Sociais e Associativas	63	1.782	411.568	993	23.401	2.565.293	45	1.740	57.067	1.401	37.023	1.163.216
	Entidades Públicas	7	98	16.382	171	4.317	558.582	119	3.133	54.105	1.946	47.541	931.253
	Entidades Privadas	20	383	60.852	414	10.039	1.470.230	32	679	23.730	923	25.078	822.377
	TOTAL 3.2.	276	6.079	1.226.444	3.330	71.678	8.265.844	264	7.441	197.652	7.097	173.898	4.994.746

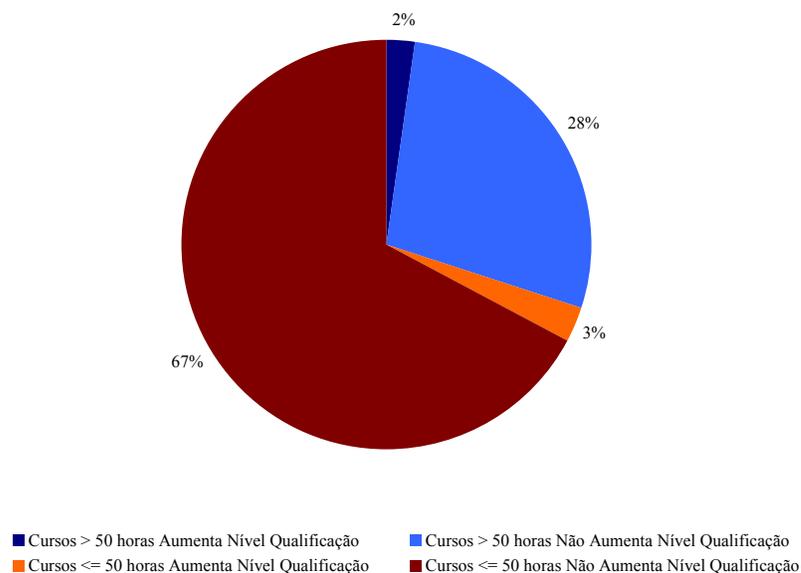
Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**QUADRO 3-8: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CURSOS, FORMANDOS E VOLUME DE FORMAÇÃO POR ÁREA DE FORMAÇÃO CONFORME Nº DE HORAS DO CURSO E ELEVAÇÃO DO NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DO CURSO**

MEDIDA 3.2.	Cursos > 50 horas						Cursos <= 50 horas					
	Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação			Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação		
	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação
10 Programas de base										1	16	540
90 Desenvolvimento pessoal	4	331	19.920	60	1.093	79.395	3	158	6.908	275	6.608	175.109
140 Formação de professores/ formadores e ciências da educação	3	40	7.968	17	393	55.727				17	304	9.044
210 Artes (*)	1	14	2.805	53	1.084	241.896				48	866	31.328
220 Humanidades (*)	4	130	11.288	164	2.983	273.948	12	249	7.836	222	4.723	167.616
310 Ciências sociais e do comportamento	10	217	15.126	19	413	28.371	4	110	4.182	116	3.012	89.680
320 Informação e jornalismo (*)		0		30	1.346	132.503	3	63	2.144	48	1.262	40.097
340 Ciências empresariais(*)	79	1578	327.003	862	18.278	1.841.541	86	2.712	81.675	1.994	44.794	1.302.277
380 Direito	3	57	13.860	24	582	40.289	4	89	2.436	172	4.026	107.022
460 Matemática e estatística				4	51	3.456	1	12	501	13	212	6.938
480 Informática (*)	71	1923	321.321	897	21.419	2.134.502	91	2.234	58.371	2.237	54.164	1.574.816
520 Engenharia e técnicas afins (*)	20	253	98.707	314	4.714	576.997	5	69	2.443	347	5.943	203.563
540 Indústrias transformadoras (*)	5	84	16.718	92	1.492	421.963	2	65	3.185	78	1.238	40.527
580 Arquitectura e construção (*)				52	842	154.990				53	644	22.202
620 Agricultura, silvicultura e pescas (*)	5	55	28.556	119	1.707	269.314	2	24	960	59	897	34.942
720 Saúde (*)	4	101	90.752	97	2.483	277.820	32	1.256	15.077	599	17.785	359.948
760 Serviços sociais (*)	14	274	39.620	89	2.069	304.913	2	27	570	58	1.248	41.436
810 Serviços pessoais (*)	26	365	93.708	180	4.533	596.322	8	214	6.290	268	9.480	321.716
840 Serviços de Transporte	2	57	21.998	114	3.552	523.706				96	4.069	128.035
850 Protecção do ambiente	4	64	3.572	28	447	30.988	1	18	896	74	1.261	38.951
860 Serviços de segurança (*)	12	331	93.893	83	1.667	222.655	2	34	491	216	8.900	220.288
990 Desconhecido ou não especificado	9	205	19.629	32	520	54.548	6	107	3.687	106	2.446	78.671
<b>TOTAL 3.2.</b>	<b>276</b>	<b>6.079</b>	<b>1.226.444</b>	<b>3.330</b>	<b>71.678</b>	<b>8.265.844</b>	<b>264</b>	<b>7.441</b>	<b>197.652</b>	<b>7.097</b>	<b>173.898</b>	<b>4.994.746</b>

Ao nível do número de formandos a qualificação / potencial de empregabilidade da formação realizada o panorama é equivalente. Efectivamente, baseado no acréscimo do nível de qualificação, apenas 5,22% dos formandos aumentaram de forma fortemente perceptível o seu nível de qualificação pela frequência de acções de formação apoiada pela Medida.

**QUADRO 3-9: MEDIDA 3.2 – ESCALA DE QUALIFICAÇÃO POR Nº DE FORMANDOS**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

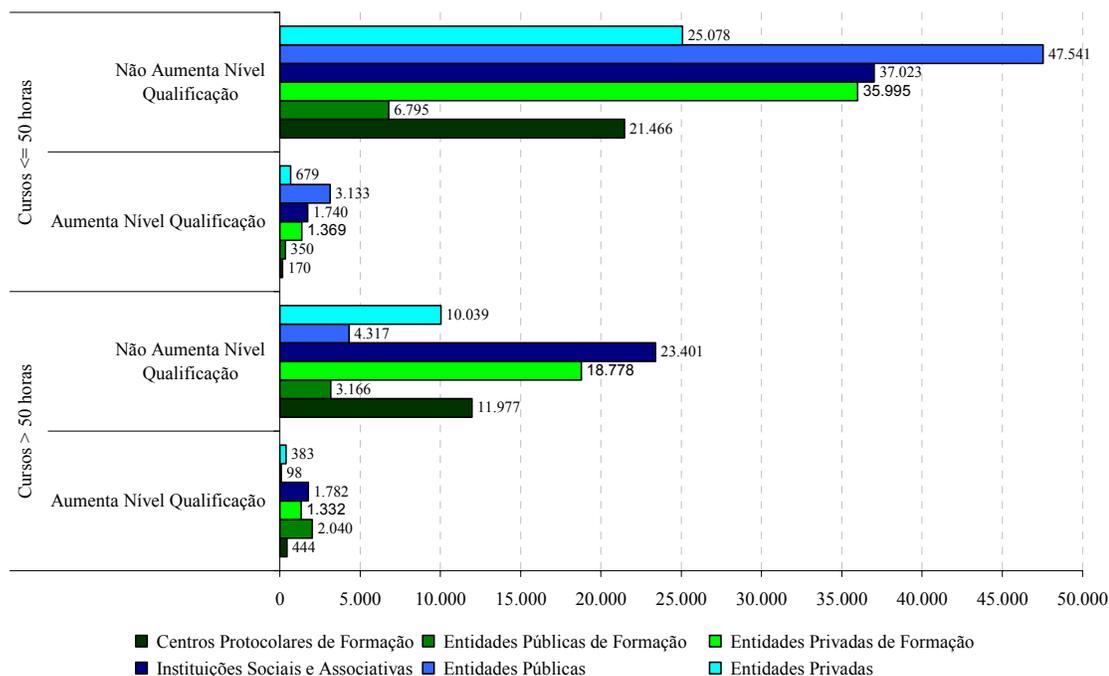
Os formandos que frequentaram acções que, apesar de duração superior a 50 horas, não proporcionam aumento do nível de qualificação são de 27,66%. Assim, pode-se dizer que a maioria dos formandos que frequentaram formação no âmbito desta medida (67,12%) aumentaram a sua qualificação e empregabilidade, mas não de forma fortemente perceptível pelo mercado de trabalho. No entanto, para a sua entidade empregadora, quando esta for a entidade promotora ou por esta tenha sido proposta ou, pelo menos da formação tenha tido conhecimento, pode considerar que a empregabilidade, entendida como prevenção de desemprego pelo acréscimo de utilidade à organização em que está inserido, foi positiva.

No entanto como referido no *focus group*, dada a realização em o horário pós laboral de parte significativa das acções realizadas no âmbito desta medida, e em particular na Acção Tipo 3.2.1.3., uma parte dos formandos não comunicou à entidade empregadora a frequência da formação. Nestes casos a empregabilidade entendida como capacidade de evitar o desemprego é nulo, não se deixando de verificar, no entanto como uma valorização curricular (e portanto de empregabilidade) na procura de novo emprego. Estes casos foram apenas relatados, sendo assim impossível saber a sua

significância no universo dos formandos beneficiados por esta medida, ou de os quantificar por qualquer forma.

É interessante ainda compreender a lógica de qualificação por tipo de promotor.

**GRÁFICO 3-16: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO DE FORMANDOS POR FORMA DE QUALIFICAÇÃO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

Da análise informação dos quadros anteriores importa igualmente destacar que são as entidades públicas (que não especificamente de formação) que são responsáveis pela maior parte da formação com menos de 50h portadoras de aumento de nível de qualificação (e também daquelas que o não são), sendo as entidades públicas de formação (entre as quais se destaca o IEFPP) as principais promotoras de aumento de nível de qualificação em acções de duração superior a 50h. Note-se no entanto que, neste último caso, as Instituições Sociais e Associativas possuem valores muito próximos.

A observação da informação relativas às Áreas de Formação permite verificar que não existe nenhuma área que se destaque pela duração ou aumento de nível de qualificação, sendo a proporção destas entre as classes identificadas aproximada entre si. No entanto, como já observado anteriormente, as áreas de Ciências Empresariais e a Informática que dominam a distribuição, quer ao

nível de nº de cursos, quer de volume de formação ou de nº de formandos, no global, mas também em cada uma das classes estipuladas para a análise da qualificação.

Com excepção dos formandos que não concluíram a formação com aproveitamento, quer por desistência, quer por reprovação, foram, tanto quanto a equipa pode apurar alcançadas qualificações. No entanto esta poderá ter um reconhecimento diferente ao nível do mercado do trabalho, quer para efeitos de valorização e conservação do emprego como também na valorização das suas competências para efeito de novo emprego.

A dimensão, dos números poderão ser compreendidos melhor se, pressupondo que os formandos contabilizados são todos distintos, isto é que nenhum frequentou mais que uma acção, na totalidade do período em questão, qualificaram-se de 2000 a Junho de 2005, 5,24% da População Empregada nacional (fonte: dados do INE, Junho de 2005 e equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS) ou cerca de 20% da População Empregada da Região (fonte: dados do INE, 2005 e equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS).

Assim, como resposta à questão: *”em que medida as acções desenvolvidas têm contribuído para aumentar a qualificação dos activos empregados”* e *”...para melhorar as condições de empregabilidade dos activos empregados”*, poder-se-á afirmar que na generalidade quer uma quer outra pode ser quantificada em cerca de 93%, ou seja, equivalente à taxa de sucesso dos formandos inscritos na formação. O que a equipa propôs realizar foi uma escala que discriminasse este universo em função do número de competências (pela duração da formação) e pelo reconhecimento à partida, através da elevação do respectivo nível de qualificação associado à aprovação na formação.

Neste contexto 2% destes formandos aumentou significativamente a sua qualificação e empregabilidade através do aumento do nível de qualificação e da frequência de formações longas; 28% aumentaram significativamente a sua qualificação mas sem aumento do nível de qualificação e portanto com um menos nítido incremento de empregabilidade; 3% aumentaram o seu nível de qualificação e de empregabilidade de forma menos relevante pela frequência de acções de curta duração e 67% aumentaram a sua qualificação e empregabilidade de forma pouco relevante através da frequência de acções de curta duração e sem aumento de nível de qualificação.

### 3.6. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Como nos pontos anteriores, com excepção da análise global da execução financeira da medida, consideramos apenas as acções de formação aprovadas posteriormente a Outubro de 2001. A execução da medida em termos financeiros é apresentada no quadro seguinte, registando-se, ao nível da despesa pública, uma taxa de compromisso de 100,7% e uma taxa de execução de 74%.

**QUADRO 3-10: MONTANTES APROVADOS POR ACÇÃO TIPO PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E SITUAÇÃO DO COMPROMISSO E DA EXECUÇÃO A 30/06/05<sup>14</sup>**

	Custo Total	Despesa Pública	FSE
Programação Inicial	140.368.600	116.825.600	73.016.000
Reprogramação em vigor	147.159.334	127.611.622	79.757.289
Montante Comprometido (contratado)	156.856.941	128.470.819	80.294.262
Montante Executado (pago)	119.177.138	94.497.111	59.060.694

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

Na distribuição dos montantes contratados e executados, existe, como seria de esperar, uma clara dominância da Acção Tipo 3.2.1.3., em consonância com os volumes de formação realizados. Esta Acção Tipo absorve cerca de 72% dos montantes de Despesa Pública aprovados e Executados.

**QUADRO 3-11: MONTANTES APROVADOS POR ACÇÃO TIPO**

Acção Tipo	Custo Total Elegível	Desp. Pública	FSE	Outros	Desp. Pública (%)
321	4.242.774,90	3.844.896,30	2.403.060,19	397.878,60	3%
3211	2.952.296,23	2.948.726,43	1.842.954,03	3.569,80	2%
3212	1.661.455,26	1.643.870,96	1.027.419,35	17.584,30	1%
3213	108.907.629,32	90.727.825,13	56.704.891,15	18.179.804,19	71%
3214	12.542.124,23	9.587.687,36	5.992.304,67	2.954.436,87	7%
3215	16.867.153,89	12.950.181,25	8.093.863,35	3.916.972,64	10%
3216	9.683.507,30	6.767.632,20	4.229.770,17	2.915.875,10	5%
<b>Total</b>	<b>156.856.941,13</b>	<b>128.470.819,63</b>	<b>80.294.262,91</b>	<b>28.386.121,50</b>	<b>100%</b>

Nota: Os dados relativos ao período transitório apresentam-se agregados no código 321

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

<sup>14</sup> Com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS.

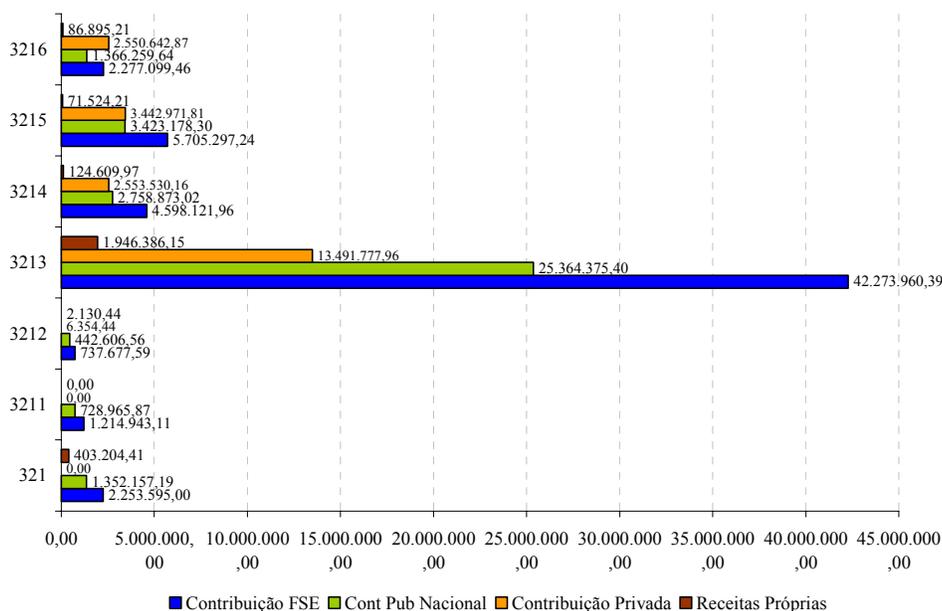
**QUADRO 3-12: MONTANTES EXECUTADOS POR ACÇÃO TIPO**

Acção Tipo	Custo Total Elegível	Desp. Pública	FSE	Outros	Desp. Pública	
					(%)	Tx de execução
321	4.008.956,60	3.605.752,19	2.253.595,00	403.204,41	4%	94%
3211	1.943.908,98	1.943.908,98	1.214.943,11	0,00	2%	66%
3212	1.188.769,03	1.180.284,15	737.677,59	8.484,88	1%	72%
3213	83.076.499,90	67.638.335,79	42.273.960,39	15.438.164,11	72%	75%
3214	10.035.135,11	7.356.994,98	4.598.121,96	2.678.140,13	8%	77%
3215	12.642.971,56	9.128.475,54	5.705.297,24	3.514.496,02	10%	70%
3216	6.280.897,18	3.643.359,10	2.277.099,46	2.637.538,08	4%	54%
<b>Total</b>	<b>119.177.138,36</b>	<b>94.497.110,73</b>	<b>59.060.694,75</b>	<b>24.680.027,63</b>	<b>100%</b>	<b>74%</b>

Nota: Os dados relativos ao período transitório apresentam-se agregados no código 321

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

Quer na contratação quer, em sede de saldo final, ao nível da Execução financeira, a representatividade das Receitas é pouco relevante e, como as outras fontes de financiamento, é proporcional directa ou indirectamente ao volume de formação. Representa um financiamento marginal, fruto da venda de produtos ou serviços gerados durante a formação ou, simplesmente, de receitas de inscrição.

**GRÁFICO 3-17: MEDIDA 3.2 – ESTRUTURA FINANCIAMENTO EXECUTADO POR ACÇÃO TIPO**

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

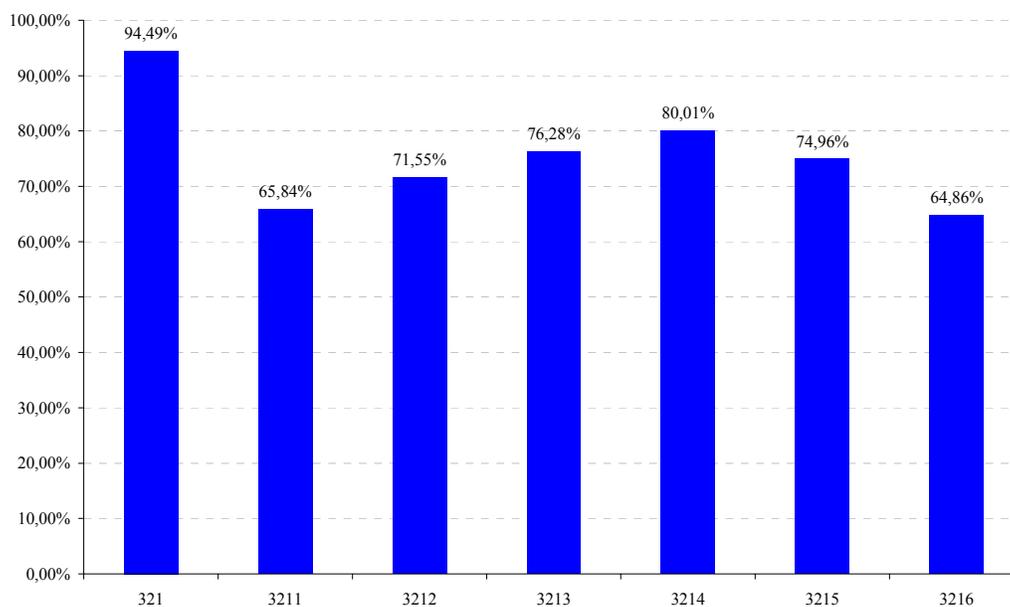
O montante financiado pelo Fundo Social Europeu é fixo relativamente ao montante total elegível e a Contribuição Pública Nacional tem uma componente originária do Orçamento da Segurança Social e, dependendo dos casos, eventualmente, pelo organismo que tutela a formação em causa.

A quebra na execução financeira verificada da contratação para a execução deve-se ao menor volume de formação executado e, em algumas situações à não realização da totalidade dos montantes atribuídos às entidades.

O desvio dos montantes contratados para os montantes executados é, em geral, semelhante entre as diferentes Acção Tipo. No entanto o Gráfico 20 esclarece melhor o grau de eficiência entre Acções Tipo medido através da Taxa de Execução Financeira.

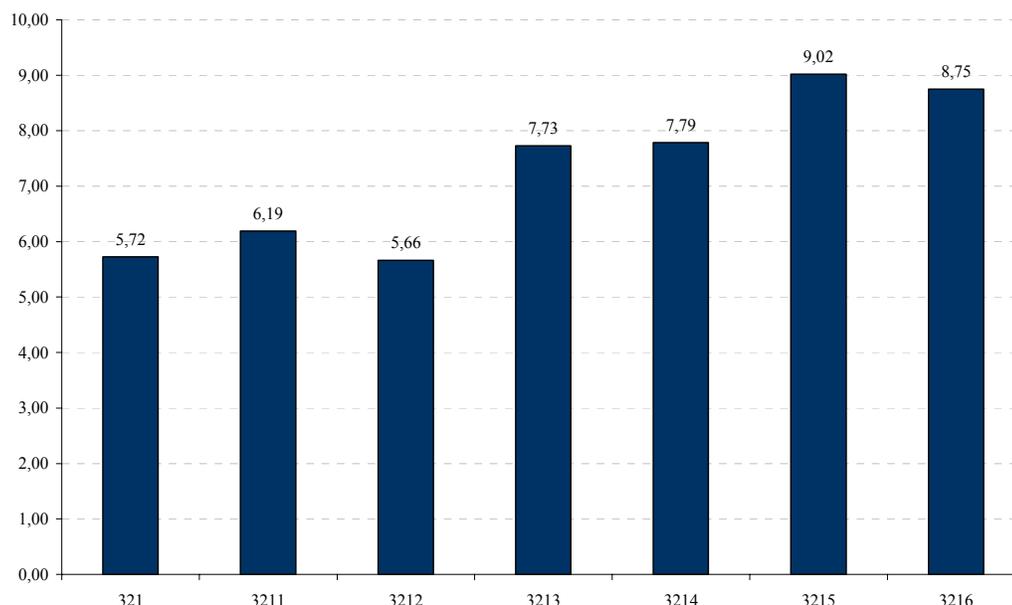
Assim, poder-se-á verificar que, ainda que não seja a que tenha uma maior procura, é a Acção Tipo 3.2.1.4. a que possui um mais elevado nível de execução financeira.

**GRÁFICO 3-18: MEDIDA 3.2 – TAXA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA POR ACÇÃO TIPO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

O nível de eficiência dos montantes totais aplicados é proporcionado pelo custo hora-formando verificado. Este indicador resulta do cruzamento entre o volume de formação e o montante elegível de cada uma das Acção Tipo.

**GRÁFICO 3-19: MEDIDA 3.2 – CUSTO HORA FORMANDO POR ACÇÃO TIPO**

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

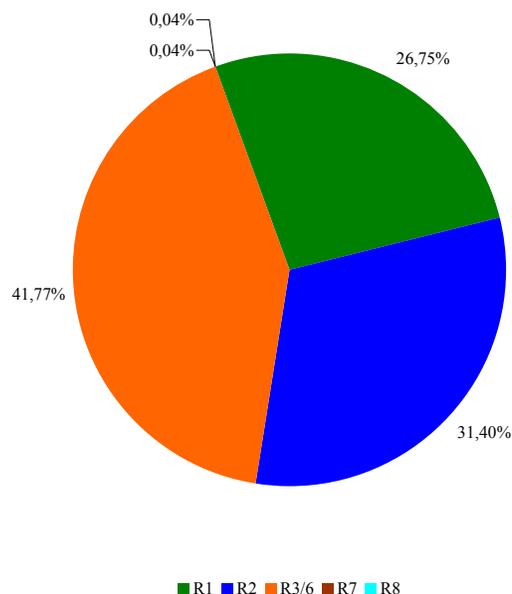
Pode-se pois verificar que pela simples análise dos montantes aplicados versus volume de formação realizado se obtém uma ideia da eficiência dos montantes dispendidos, medida em custo unitário de cada hora de formação frequentado por cada formando.

Verifica-se assim, que a Acção Tipo 3.2.1.2. é, na Medida, detentora de um custo hora-formando inferior às restantes. A Acção Tipo 3.2.1.6. é a menos eficiente, tendo, no entanto, a 3.2.1.5. valores muito aproximados.

Os montantes contratados e executados têm uma relação directa com os respectivos volumes de formação, uma vez que os montantes unitários (por hora-formando) estão padronizados. Os ganhos de eficiência conseguem-se sempre através da aprovação de valores inferiores aos estabelecidos.

Estes valores quantificados através de contabilidade própria são analisados por contas ou rubricas. No caso das duas primeiras rubricas que respeitam a custos com Formandos e com Formadores, respectivamente os valores máximos são estabelecidos, assumindo assim grande rigidez. Em compensação, nas Rubricas que respeitam a preparação e funcionamento da formação existe grande flexibilidade de utilização, sendo por isso melhores indicadores da utilização do financiamento. No gráfico seguinte apresenta-se a estrutura do financiamento por rubricas de custos elegíveis.

GRÁFICO 3-20: MEDIDA 3.2 – DISTRIBUIÇÃO DO MONTANTE EXECUTADO POR RUBRICAS

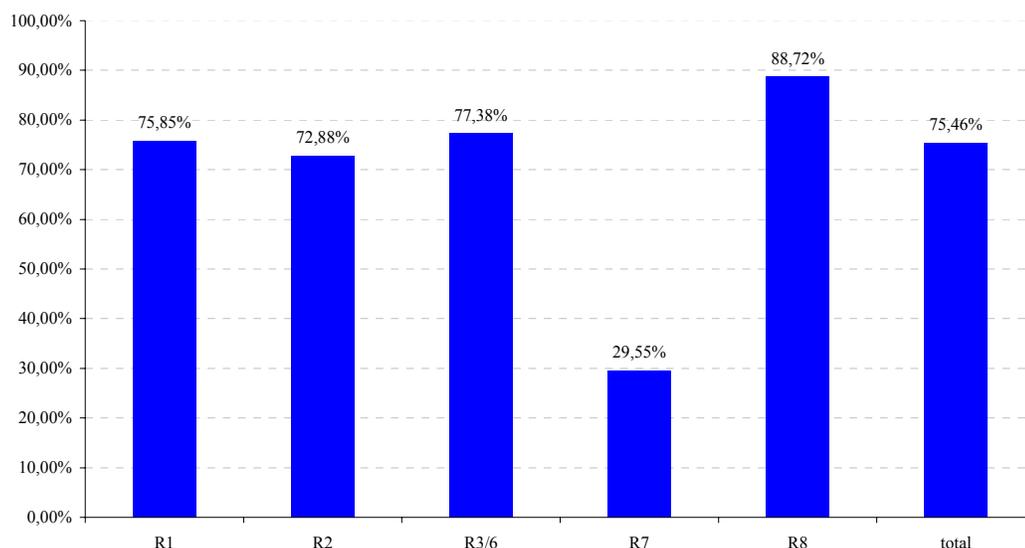


Rubrica	Descrição
1	Encargos com Formandos
2	Encargos com Formadores
3	Encargos com Pessoal não Docente
4	Encargos com a preparação, desenvolvimento e acompanhamento das Acções
5	Rendas, alugueres e amortizações
6	Despesas de avaliação
7	Aquisição de formação no exterior
8	Formação de Iniciativa individual e participações na formação

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

Uma fraca execução, muito inferior à prevista na rubrica 7 pode significar o recurso muito inferior ao previsto a entidades externas para a realização da formação, ou à sistemática má orçamentação desta rubrica por parte dos promotores. Esta rubrica, não apenas tem um significado residual na globalidade da execução, como tem uma Taxa de Execução inferior a 30%.

Entre os peritos consultados foi referida a distorção que se verifica pela atribuição de benefícios aos formandos através da utilização da rubrica 1, particularmente no sector agrícola que beneficia do cruzamento da regulamentação deste PO com a regulamentação específica do sector, bem como algumas regalias ainda auferidas por trabalhadores quando em período pós-laboral. Aliás é essa, alegadamente, a justificação para o desvio entre o valor global da rubrica e os montantes aplicados como contribuição privada.

**GRÁFICO 3-21: MEDIDA 3.2 – EXECUÇÃO FINANCEIRA POR RUBRICA (FACE A CONTRATADO)**

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

### 3.7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na generalidade pode-se afirmar que a Medida tem alcançado os objectivos propostos dentro do quadro regulamentar e orçamental estabelecido. Aliás este sucesso na execução, fruto, em parte, da lógica de oferta de formação por parte das entidades promotoras, foi também causadora de restrições orçamentais que levaram a que a coordenação da medida tivesse que suspender a recepção de candidaturas em algumas Acções Tipo por períodos anuais, em alguns casos, e noutros não tivesse sequer chegado a aceita-las (como é o caso da tipologia 3.2.2.).

Efectivamente no seio da estratégia para este QCA, a tipologia de Formação e Desenvolvimento Organizacional, poderia ter um papel essencial no diagnóstico das necessidades de formação de activos empregados em Micro e Pequenas Empresas, sendo assim um primeiro contributo para que o mercado da formação pudesse funcionar impulsionado por uma procura estruturada. Dado o período ainda disponível para a aprovação de projectos, recomenda-se a abertura desta tipologia, nomeadamente como forma de preparação para o período de transição que se avizinha.

Também a modalidade de formação de iniciativa individual não chegou a ser realizada. Pelo que as pessoas em nome individual, não acederam a apoios nesta Medida, apesar de estar previsto, nomeadamente, nas categorias de beneficiários.

O número de Acções Tipo nesta medida permitiu uma gestão cuidadosa dos objectivos propostos, no entanto, no parecer de muitos actores do processo, não faz sentido a distinção entre a Acção Tipo 3.2.1.3. e 3.2.1.4., dada a falta de precisão entre os objectivos de uma e outra. Também as Acção Tipo sectoriais, ainda que correspondendo a uma opção clara de política, deveriam ser enquadradas nas AT não sectoriais ou integrarem o respectivo PO (à semelhança do que acontece noutros sectores), permitindo assim reduzir a pulverização de Acções Tipo, e, conseqüentemente, contribuindo para reduzir a complexidade e acréscimo de morosidade dos processos administrativos, bem como uma maior focagem nos objectivos definidos para a Medida.

É aliás, a burocracia e a necessariamente correspondente morosidade processual, um dos aspectos mais contestados pelos promotores ouvidos. Efectivamente esta é unanimemente considerada excessiva. Os processos, poderão em algumas situações ser aligeirados uma vez que se considerou haver exigência de informação não relevante ou inútil, e noutras efectuado de forma a permitir um maior celeridade de todos os processos, nomeadamente através da utilização de formulários electrónicos.

Permitir o mercado da formação funcionar a partir da procura, foi um aspecto sublinhado como “imperativo” no *focus group* e por alguns dos entrevistados. A questão de colocar o ónus apenas na procura, passando o financiamento a incidir sobre um *vaucher* de formação foi amplamente discutido, não tendo sido os participantes unânimes relativamente a este aspecto colocando-se novamente a questão da procura individual de formação e da utilização da rubrica 8. Esta parece pois ser a via de revitalizar o mercado de formação em Lisboa, não parecendo no entanto exequível com o actual enquadramento legislativo e operacional do ponto de vista de gestão operacional do programa. Assim, recomenda-se a inclusão desta forma no próximo QREM. É no entanto importante acautelar a candidatura informática, de forma a evitar sobrecarga de trabalho burocrático, assegurar que a candidatura é de iniciativa, ou pelo menos tem a concordância da entidade empregadora e está de acordo com os objectivos estratégicos desta e, finalmente, o compromisso de informação do beneficiado de forma a permitir o *follow up* deste e, desta forma averiguar a eficácia do investimento realizado.

Para que o referido “Mercado da Formação” possa funcionar de forma livre terá que basear-se na Procura, ou seja os mecanismos de intervenção até ao momento aplicados, terão que ser substituídos por outros que permitam apoiar pessoas e organizações que efectivamente tenham o ónus da procura inseridos em planos de desenvolvimento organizacional (ou pessoal) devidamente justificados.

Os beneficiários do processo formativo (pessoas e organizações) terão pois que assumir a formação como um investimento também ao nível económico. Entre as contrapartidas de qualquer eventual apoio público deverá constar de um dever de informação do percurso profissional de cada activo

empregado após a formação, como forma de avaliar a eficácia das acções no curto, médio e longo prazo.

Aliás, essa foi uma das dificuldades com que a equipa de avaliação se debateu. Alguns dos elementos que permitiriam responder às questões colocadas não foram informatizadas pois os formulários são ainda apresentados em suporte de papel, competindo a respectiva informatização aos serviços da EAT. Outras, como a empregabilidade efectiva apenas se pode aferir através de acções de *follow up* em intervalos temporais significativos.

As questões da qualificação e certificação na opinião de alguns peritos consultados coloca-se essencialmente ao nível das Acções Tipo 3.2.1.1. e 3.2.1.2.. Estas são, curiosamente, também aquelas cuja execução é mais modesta. Aparentemente devido às cargas horárias exageradamente elevadas, exigindo aos activos empregados a um prolongado sacrifício da sua vida pessoal para obter o respectivo diploma. Em grande parte, esta elevada carga formativa prende-se com as exigências do Ministério da Educação de forma a permitir as equivalências pretendidas.

Uma questão transversal que se colocou diversas vezes é a da obrigação da frequência de formação em áreas em que os formandos já possuem competências. Este aspecto, corrigível através da certificação de competências (já em curso pelas CRVCC), leva à desmotivação dos formandos, além de induzir ao dispêndio escusado de verbas na sua formação e consequentemente induz menor eficiência à utilização dos fundos.

As questões levantadas relacionam-se em última instância com a problemática da avaliação formativa e sua validação. Efectivamente, recomenda-se que seja implementada um sistema de avaliação que permita discriminar as competências adquiridas pelos formandos face aos objectivos do curso frequentado. Esta questão levantada no *Focus Group* conduziu a numerosas críticas à falta não apenas de critérios de avaliação, como de entidades acreditadas para intervir nesta área, na região, mas também no país em geral.

Foi ainda referido não fazer sentido a atribuição de benefícios aos formandos através da utilização da rubrica 1, particularmente notório no sector agrícola que beneficia do cruzamento da regulamentação deste PO com a regulamentação específica do sector, bem como algumas regalias auferidas por trabalhadores, quando em período pós-laboral.

Na generalidade podemos afirmar que a Medida tem alcançado os objectivos propostos dentro do quadro regulamentar e orçamental estabelecido.

Aliás este sucesso na execução, fruto, em parte, da lógica de oferta de formação por parte das entidades promotoras, foi também causadora de restrições orçamentais que levaram a que a

coordenação da medida tivesse que suspender a recepção de candidaturas em algumas Acções Tipo por períodos anuais, em alguns casos, e noutros não tivesse sequer chegado a aceita-las (como é o caso da tipologia 3.2.2.).

Efectivamente no seio da estratégia para este QCA, a tipologia de Formação e Desenvolvimento Organizacional, poderia ter um papel essencial no diagnóstico das necessidades de formação de activos empregados em Micro e Pequenas Empresas, sendo assim um primeiro contributo para que o mercado da formação pudesse funcionar impulsionado por uma procura estruturada. Dado o período ainda disponível para a aprovação de projectos, recomenda-se a abertura desta tipologia, nomeadamente como forma de preparação para o período de transição que se avizinha.

Também a modalidade de formação de iniciativa individual não chegou a ser realizada (não foi esse o destino dado aos valores atribuídos à rubrica 8, segundo a própria EAT). Pelo que as pessoas em nome individual, não acederam a apoios nesta Medida, apesar de estar previsto, nomeadamente, nas categorias de beneficiários.

O número de Acções Tipo nesta medida permitiu uma gestão cuidadosa dos objectivos propostos, no entanto, no parecer de muitos actores do processo, não faz sentido a distinção entre a Acção Tipo 3.2.1.3. e 3.2.1.4., dada a falta de precisão entre os objectivos de uma e outra. Também as Acção Tipo sectoriais, ainda que correspondendo a uma opção clara de política, deveriam ser enquadradas nas AT não sectoriais ou integrarem o respectivo PO (à semelhança do que acontece na agricultura), permitindo assim reduzir a pulverização de Acções Tipo, e consequentemente contribuindo para reduzir a complexidade e consequente acréscimo de morosidade dos processos administrativos, bem como uma maior focagem nos objectivos definidos para a Medida.

É aliás, a burocracia e a necessariamente correspondente morosidade, um dos aspectos mais contestados pelos promotores ouvidos. Efectivamente esta é unanimemente considerada excessiva. Os processos, poderão em algumas situações ser aligeirados uma vez que se considerou haver exigência de informação não relevante ou inútil, e noutras efectuado de forma a permitir um maior celeridade de todos os processos, nomeadamente através da utilização de formulários electrónicos.

Permitir o mercado da formação funcionar a partir da procura, foi um aspecto sublinhado como “imperativo” no *focus group* e por alguns dos entrevistados. A questão de colocar o ónus apenas na procura, passando o financiamento a incidir sobre um *vaucher* de formação foi amplamente discutido, não tendo sido os participantes unânimes relativamente a este aspecto colocando-se novamente a questão da procura individual de formação e da utilização da rubrica 8. Esta parece pois ser a via de revitalizar o mercado de formação em Lisboa, não parecendo no entanto exequível com o actual enquadramento legislativo e operacional do ponto de vista de gestão operacional do programa.

Assim, recomenda-se a inclusão desta forma no próximo período de programação. É no entanto importante acautelar a candidatura informática, de forma a evitar sobrecarga de trabalho burocrático, assegurar que a candidatura é de iniciativa, ou pelo menos tem a concordância da entidade empregadora e está de acordo com os objectivos estratégicos desta e, finalmente, o compromisso de informação do beneficiado de forma a permitir o *follow up* deste e, desta forma averiguar a eficácia do investimento realizado.

Para que o referido “Mercado da Formação” possa funcionar de forma livre terá que a Oferta acompanhar a Procura, ou seja os mecanismos de intervenção até ao momento aplicados, terão que ser substituídos por outros que permitam apoiar pessoas e organizações que efectivamente tenham o ónus da procura inseridos em planos de desenvolvimento organizacional (ou pessoal) devidamente justificados.

Assim a assumpção por parte de cada um dos beneficiários do processo formativo como um investimento terá que necessariamente o ser também do ponto de vista económico por parte do próprio. A contrapartida do eventual apoio deverá constar de um dever de informação que permita em qualquer instância conhecer o percurso dos formandos apoiados após o seu percurso formativo, de forma a compreender a validade do investimento no curto, médio e longo prazo.

Aliás, essa foi uma das dificuldades com que a equipa de avaliação se debateu. Alguns dos elementos que permitiriam responder às questões colocadas não foram informatizadas pois os formulários são ainda apresentados em suporte de papel, competindo a respectiva informatização aos serviços da EAT. Outras, como a empregabilidade efectiva apenas se pode aferir através de acções de *follow up* em intervalos temporais significativos.

As questões da qualificação e certificação na opinião de alguns peritos consultados coloca-se essencialmente ao nível das Acções Tipo 3.2.1.1. e 3.2.1.2.. Estas são, curiosamente, também aquelas cuja execução é mais modesta. Aparentemente devido às cargas horárias exageradamente elevadas, exigindo aos activos empregados a um prolongado sacrifício da sua vida pessoal para obter o respectivo diploma. Em grande parte, esta elevada carga formativa prende-se com as exigências do Ministério da Educação de forma a permitir as equivalências pretendidas.

Aliás uma questão transversal que se colocou diversas vezes é a da obrigação da frequência de formação em áreas em que os formandos já possuem competências. Este aspecto, corrigível através da certificação de competências (já em curso pelas CRVCC), leva à desmotivação dos formandos, além de induzir ao dispêndio escusado de verbas na sua formação e consequentemente induz menor eficiência à utilização dos fundos.

As questões levantadas relacionam-se em última instância com a problemática da avaliação formativa e sua validação. Efectivamente, recomenda-se que seja implementada um sistema de avaliação que permita discriminar as competências adquiridas pelos formandos face aos objectivos do curso frequentado. Esta questão levantada no *Focus Group* conduziu a numerosas críticas à falta não apenas de critérios de avaliação, como de entidades acreditadas para intervir nesta área, na região, mas também no país em geral.

Foi ainda referido a distorção que se verifica pela atribuição de benefícios aos formandos através da utilização da rubrica 1, notório no sector agrícola que beneficia do cruzamento da regulamentação deste PO com a regulamentação específica do sector, bem como algumas regalias ainda auferidas por trabalhadores, particularmente quando em período pós-laboral.

#### **4. MEDIDA 3.3 – QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DE DESEMPREGADOS**

Neste capítulo procede-se à análise da realização da *Medida 3.3. Qualificação e inserção profissional de desempregados*, na sua globalidade, o cumprimento dos respectivos objectivos e em aspectos detalhados nas Acções Tipo para cuja análise foi solicitada. Cruza-se esta análise com a avaliação ao nível das pessoas (formandos e respectivas organizações), com a realização da formação propriamente dita e finalmente com os aspectos financeiros inerentes, de forma a alcançar um conjunto de dados relevantes. A análise da Medida presente neste Relatório refere-se ao período 2000 – Junho de 2005.

Para o efeito contou-se com a informação disponibilizada pela Unidade Coordenadora, que se apresentou dividida em duas bases distintas nos lapsos temporais 2000-2001 e 2001-2005.No primeiro a regulamentação das medidas não se encontrava ainda completa, levando a que os formulários utilizados, o enquadramento nas Acção Tipo e a organização da informação diferísse da considerada para o restante período em causa – convencionámos por isso denominá-lo Período de Transição (3.3.1.PT ou apenas 3.3.1.). Assim, tendo sido possível distinguir neste período formação para desempregados esta foi considerada diferenciadamente no tratamento da informação apresentada, ou seja, nas tabelas e gráficos em que exista desagregação por Acções Tipo a informação surgirá destacada da demais e referenciada como 3.3.1.PT, e englobando os objectivos da Medida, mas não havendo qualquer informação disponível sobre as várias Acção Tipo.

Considerar-se-á nesta avaliação a formação realizada neste período de tempo apenas na análise global, uma vez que não é possível distinguir entre as várias Acções Tipo, o período em causa não será considerado.

A análise é ainda considerada, por Medida, conforme solicitado, mas ainda com particular enfoque e profundidade no que toca às Acções Tipo 3.3.1.1., 3.3.1.2., 3.3.1.3. e 3.3.1.4.

#### 4.1. SINOPSE DA MEDIDA

**Designação:** Medida 3.3. – QUALIFICAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DE DESEMPREGADOS

**Objectivo Geral:**

Minimizar o risco de desemprego de longa duração e reforço da empregabilidade dos jovens e adultos desempregados

**Objectivos Específicos:**

- Contribuir para a redução do défice de qualificações da população portuguesa, potenciando as suas condições de empregabilidade;
- Promover o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e relacionais, tendo em vista adquirir ou completar uma qualificação profissional
- Apoiar a reciclagem, actualização ou o aperfeiçoamento dos activos desempregados, através do desenvolvimento/aprofundamento das suas competências técnicas, sociais e relacionais, numa lógica de permanente adequação às exigências das organizações, num quadro de acentuada competitividade intra e inter-sectorial
- Aprofundamento de competências transversais e técnicas, por via de processos sistemáticos de creditação de saberes, numa dupla perspectiva de valorização individual e de adequação às exigências das organizações destinadas a quadros superiores desempregados

**Categorias de Beneficiários:**

- Contribuir para a redução do défice de qualificações da população portuguesa, potenciando as suas condições de empregabilidade;
- Promover o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e relacionais, tendo em vista adquirir ou completar uma qualificação profissional
- Apoiar a reciclagem, actualização ou o aperfeiçoamento dos activos desempregados, através do desenvolvimento/aprofundamento das suas competências técnicas, sociais e relacionais, numa lógica de permanente adequação às exigências das organizações, num quadro de acentuada competitividade intra e inter-sectorial
- Aprofundamento de competências transversais e técnicas, por via de processos sistemáticos de creditação de saberes, numa dupla perspectiva de valorização individual e de adequação às exigências das organizações destinadas a quadros superiores desempregados

**QUADRO 4-1: PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E SITUAÇÃO DO COMPROMISSO E DA EXECUÇÃO A 30/06/05**

	<b>Custo Total</b>	<b>Despesa Pública</b>	<b>FSE</b>
Programação Inicial	98.668.800	98.668.800	61.668.000
Reprogramação em vigor	120.765.354	104.107.124	65.066.952
Montante Comprometido (contratado)	97.281.459	97.036.067	60.647.539
Montante Executado (pago)	80.987.437	80.987.437	50.617.145

QUADRO 4-2: METAS E INDICADORES EM 2006

Indicador	Situação de partida	2000/jun2005 (anualizado)	2006
Nº de participações em medidas de política activa de desempregados não DLD/ano (formação e estágios profissionalizantes)	7.284	4.287	4.400
% de desempregados não DLD que receberam acções de política activa	11%	9%	9%

A Medida 3.3. do PORLVT enquadra-se nos objectivos estruturais enunciados para os pilares I e II do Plano Nacional de Emprego (PNE) e, consequentemente, partilha objectivos com o Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, do qual surge como Medida Desconcentrada para a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Enquadrada numa linha de actuação precoce de resposta aos problemas de emprego, esta medida tem por finalidade minimizar o risco de desemprego de longa duração e por objectivo o reforço da empregabilidade dos jovens e adultos desempregados.

Estes objectivos visam o reforço das competências/qualificações profissionais, bem como a integração em processos potenciadores da (re)integração profissional. Por outro lado, sempre que se mostre necessário, será estimulada a progressão escolar.

Neste contexto, propõe-se contemplar um conjunto de medidas que promovam a melhoria da empregabilidade dos desempregados, sendo que a formação profissional, bem como as medidas de estímulo à experiência profissional em empresas, constituem os instrumentos privilegiados neste contexto. Definem-se assim duas distintas tipologias de projectos a apoiar:

- Formação Profissional
- (Re) Inserção Profissional (3.3.2.)

#### *i) Formação Profissional (3.3.1.)*

Esta Tipologia encontra-se subdividida em diferentes “Acções Tipo” de forma a melhor enquadrar os diferentes objectivos a alcançar.

Tendo em vista potenciar as condições de empregabilidade e a adaptação às transformações do mercado de emprego, serão consideradas **prioritárias** as acções que:

- proporcionem maiores garantias de colocação dos Formandos;
- privilegiem públicos com baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional;

- contribuam para o desenvolvimento de sectores de actividade considerados estratégicos, no plano sócio-económico;
- sejam realizadas em zonas com carências manifestas, ao nível do mercado de trabalho;
- prossigam os objectivos da política de igualdade de oportunidades;
- sejam organizadas com base em modelos flexíveis, com recurso a meios didácticos inovadores, designadamente as organizações de tipo modular, apoiadas em suportes multimédia.
- 

#### CAIXA DE TEXTO 4-1: OBJECTIVOS E DESTINATÁRIOS DAS ACÇÕES TIPO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

##### 3.3.1.1. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL COM PROGRESSÃO ESCOLAR

###### Objectivos:

Proporcionar uma oferta integrada de educação e formação destinada a públicos adultos pouco escolarizados e qualificados; Contribuir para a redução do défice de qualificações da população portuguesa, potenciando as suas condições de empregabilidade; Contribuir para a redução do défice de certificação da população portuguesa face às competências e aos saberes adquiridos ao longo da vida.

###### Destinatários:

Desempregados que não possuem a escolaridade básica de 4, 6, ou 9 anos e, numa segunda fase, os que não possuam o 12º ano de escolaridade.

##### 3.3.1.2. QUALIFICAÇÃO E RECONVERSÃO PROFISSIONAL

###### Objectivos:

Promover o desenvolvimento de competências técnicas, sociais e relacionais, tendo em vista adquirir ou completar uma qualificação profissional de nível 2 ou 3, sendo os percursos formativos delineados em função dos interesses e necessidades dos participantes, com base num processo de reconhecimento e validação de competências previamente adquiridas. Os percursos formativos, de preferência flexíveis e modulares, são delineados em função dos interesses e necessidades dos participantes, com base em mecanismos de reconhecimento e validação de competências previamente adquiridas.

###### Destinatários:

Desempregados, não qualificados ou com baixos níveis de qualificação profissional, que tenham completado a escolaridade obrigatória.

##### 3.3.1.3. APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL

###### Objectivos:

Reciclagem, actualização ou o aperfeiçoamento dos activos desempregados, através do desenvolvimento/aprofundamento das suas competências técnicas, sociais e relacionais, numa lógica de permanente adequação às exigências das organizações, num quadro de acentuada competitividade intra e inter-sectorial.

Os percursos formativos, de preferência flexíveis e modulares, são delineados em função dos interesses e necessidades dos participantes, com base em mecanismos de reconhecimento e validação de competências previamente adquiridas.

Sempre que possível, as formações são estruturadas por forma a possibilitar a progressão escolar

**Destinatários:**

Desempregados, que careçam de reciclagem ou actualização das suas competências, face à iminente obsolescência dos conhecimentos, bem como os que necessitem de um aprofundamento dessas competências, numa perspectiva de inovação organizacional ou de adaptação a novos equipamentos, métodos ou contextos de trabalho inerentes ao desenvolvimento empresarial

**3.3.1.4. ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL DE QUADROS SUPERIORES****Objectivos:**

Aprofundamento de competências transversais e técnicas, por via de processos sistemáticos de creditação de saberes, numa dupla perspectiva de valorização individual e de adequação às exigências das organizações, num quadro de acentuada competitividade intra e inter-sectorial

**Destinatários:**

Jovens e adultos desempregados, portadores de habilitações de nível superior, que careçam de actualização das suas competências, bem como os que necessitem de um aprofundamento de conhecimentos, numa perspectiva de inovação organizacional ou de adaptação a novos equipamentos e tecnologias, métodos de produção ou contextos de trabalho, por forma a melhorar os seus graus de empregabilidade.

**3.3.1.5. FORMAÇÃO-EMPREGO****Objectivos:**

Promover a reinserção profissional de desempregados, privilegiando a formação em contexto real de trabalho; Apoiar as entidades empregadoras no recrutamento e selecção de recursos humanos qualificados e adaptados às suas necessidades.

**Destinatários:**

Os activos desempregados, com idade igual ou superior a 16 anos, que possuam a escolaridade obrigatória, de acordo com a idade, ou equivalente.

As entidades empregadoras, públicas ou privadas, que demonstrem interesse na formação e recrutamento de trabalhadores e que apresentem condições técnico-pedagógicas para receber os formandos nas suas instalações, facultando-lhes um período de formação prática em contexto real de trabalho.

**ii) (Re) Inserção Profissional (3.3.2.)**

Possibilitar aos desempregados, estágios profissionais em contexto de trabalho, que promovam a sua (re)inserção no mercado de trabalho, facilitando, igualmente, o processo de recrutamento das empresas.

Para efeitos de selecção dos projectos, são consideradas prioritárias as entidades que apresentem melhores condições de empregabilidade após os estágios ou que tenham demonstrado em outras acções de formação ou estágios um maior grau de empregabilidade dos ex-formandos ou estagiários, com destaque para as que se proponham promover estágios destinados a jovens com menores qualificações.

São ainda prioritários, podendo ser majoradas as bolsas que lhes estão associadas, os estágios seguidamente identificados:

- Estágios destinados a mulheres que procurem uma inserção em áreas profissionais nas quais se encontram sub-representadas;
- Estágios destinados a pessoas portadoras de deficiência;
- Estágios destinados a jovens com baixas qualificações;
- Estágios que visem uma inserção profissional nas áreas do ambiente, segurança, higiene e saúde no trabalho, da cultura e em actividades artísticas.

#### **4.2. EXECUÇÃO FÍSICA DA MEDIDA**

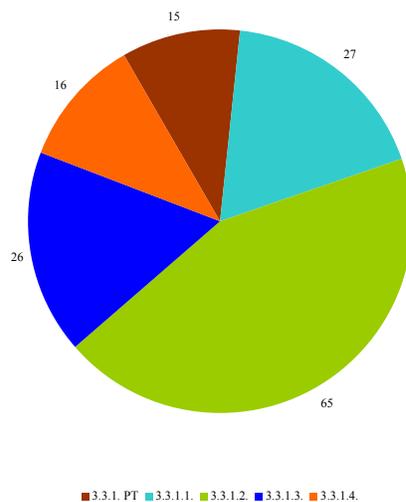
Na Tipologia 3.3.2. foram apoiados 14.766 estágios entre 2000 e 2003. Nestes estágios a predominância de mulheres é notória, sendo que dos beneficiados 10.138 foram mulheres e 11.684 eram candidatos ao primeiro emprego. No entanto, dado o aparente sucesso da tipologia e o seu contributo para o cumprimento dos objectivos da medida, questionamos a pertinência da sua suspensão.

Na Tipologia 3.3.1. e na totalidade do período em análise foram aprovados 149 projectos distribuídos pelas quatro Acção Tipo. destinadas à formação.

Este número de projectos aprovados e contratados corresponderam à aprovação e posterior contratação de 1.166 cursos, dos quais 467 foram aprovados durante o Período de Transição (2000 – 2001) e os restantes 699 aprovados no restante período considerado.

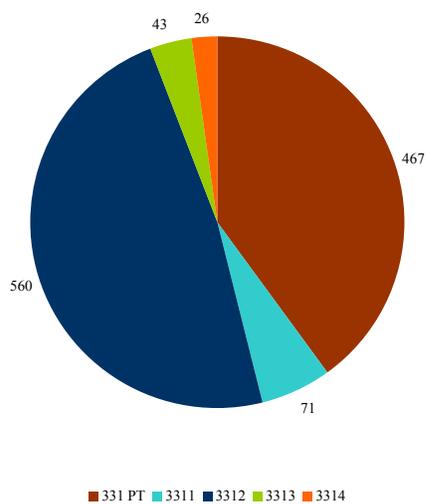
A concentração de recursos evidenciada, em termos financeiros, na Acção 3.3.1.2. Qualificação e reconversão profissional torna-se menos acentuada ao nível dos resultados da medida em termos físicos, abrangendo 48% dos cursos, 67% do volume de formação, e 48% dos formandos.

**GRÁFICO 4-1: MEDIDA 3.3 – N° DE PROJECTOS POR ACÇÃO TIPO**



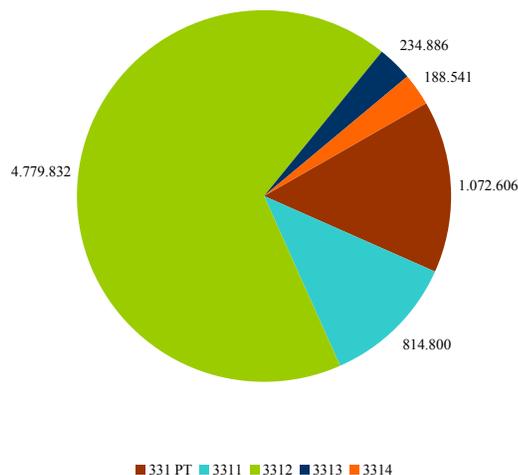
Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-2: MEDIDA 3.3 – N° DE CURSOS POR ACÇÃO TIPO**



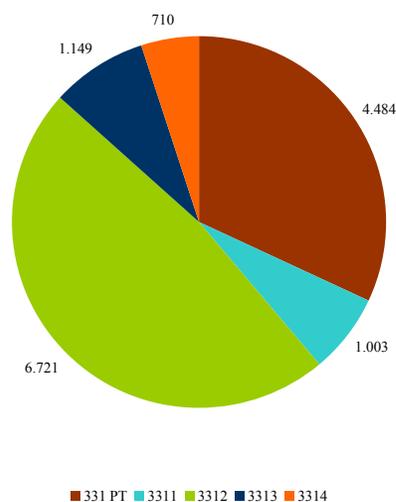
Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-3: MEDIDA 3.3 – VOLUME DE FORMAÇÃO REALIZADA POR ACÇÃO TIPO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-4: MEDIDA 3.3 – Nº DE FORMANDOS POR ACÇÃO TIPO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

Nestes cursos beneficiaram-se um número total de 14.067 formandos, dos quais 9.583 distribuídos pelas Acções Tipo e portanto com aprovação posterior ao último trimestre de 2001. Gerando um volume total de formação de 7.090.665, a que correspondeu 6.018.059 horas/formando, em acções incluídas nas respectivas Acção Tipo.

**QUADRO 4-3: MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO FÍSICA POR ACÇÃO TIPO**

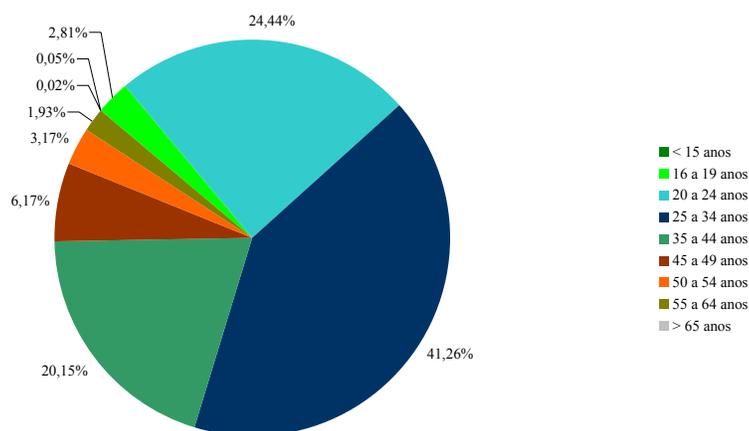
Acção Tipo	Nº projectos		Cursos		Volume de Formação		Nº de Formandos	
	Nº	%	Nº	%	horas	%	Nº	%
331	15	10%	467	40%	1.072.606	15%	4.484	32%
3311	27	18%	71	6%	814.800	11%	1.003	7%
3312	65	44%	560	48%	4.779.832	67%	6.721	48%
3313	26	17%	43	4%	234.886	3%	1.149	8%
3314	16	11%	26	2%	188.541	3%	710	5%
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>100%</b>	<b>1.167</b>	<b>100%</b>	<b>7.090.665</b>	<b>100%</b>	<b>14.067</b>	<b>100%</b>

Nota: Os dados relativos ao período transitório apresentam-se agregados no código 331

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

#### 4.3. CARACTERIZAÇÃO DOS FORMANDOS<sup>15</sup>

A população dos formandos nas Acção Tipo em análise caracteriza-se pela larga predominância de indivíduos jovens. Apenas a classe modal (25 a 34 anos) representa 41,26%. Adicionando a este valor a classe etária imediatamente anterior (20 a 24 anos) obtém-se um valor de 65,7% do total de formandos desempregados que, na região e no período considerado, frequentaram a formação em análise.

**GRÁFICO 4-5: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO DE FORMANDOS POR CLASSES ETÁRIAS**

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

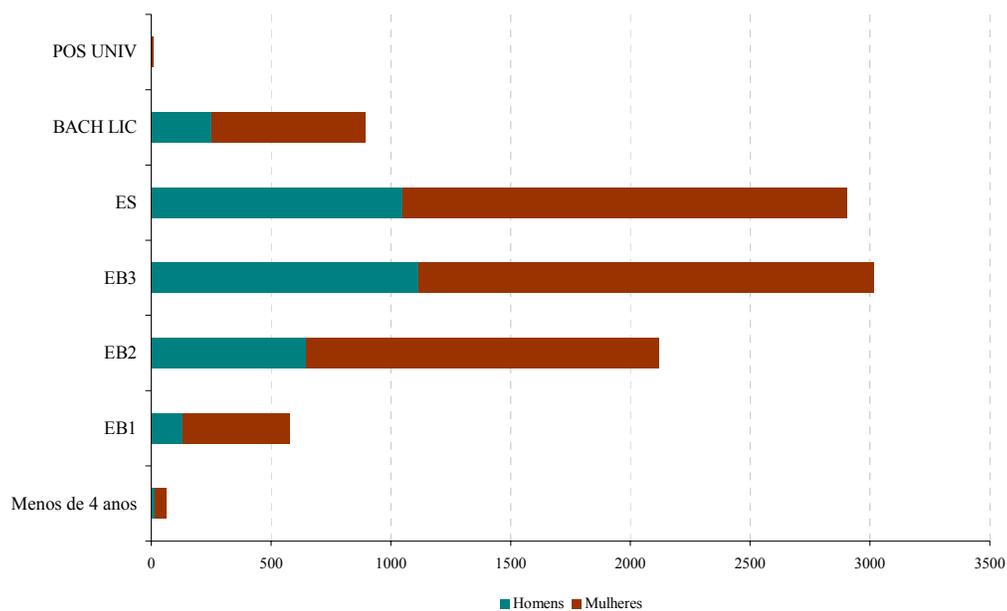
<sup>15</sup> Neste capítulo não foram considerados os valores do Período de Transição, uma vez que a informação não está discriminada de forma a permitir o tipo de análise aqui realizada.

**QUADRO 4-4: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE FORMANDOS POR CLASSE ETÁRIA E SEXO**

Classe Etária	Homens	Mulheres
< 15 anos	2	3
16 a 19 anos	133	136
20 a 24 anos	898	1444
25 a 34 anos	1302	2652
35 a 44 anos	520	1411
45 a 49 anos	161	430
50 a 54 anos	112	192
55 a 64 anos	82	103
> 65 anos	2	0
<b>Total</b>	<b>3212</b>	<b>6371</b>

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-6: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO DE FORMANDOS POR HABILITAÇÕES LITERÁRIAS E SEXO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

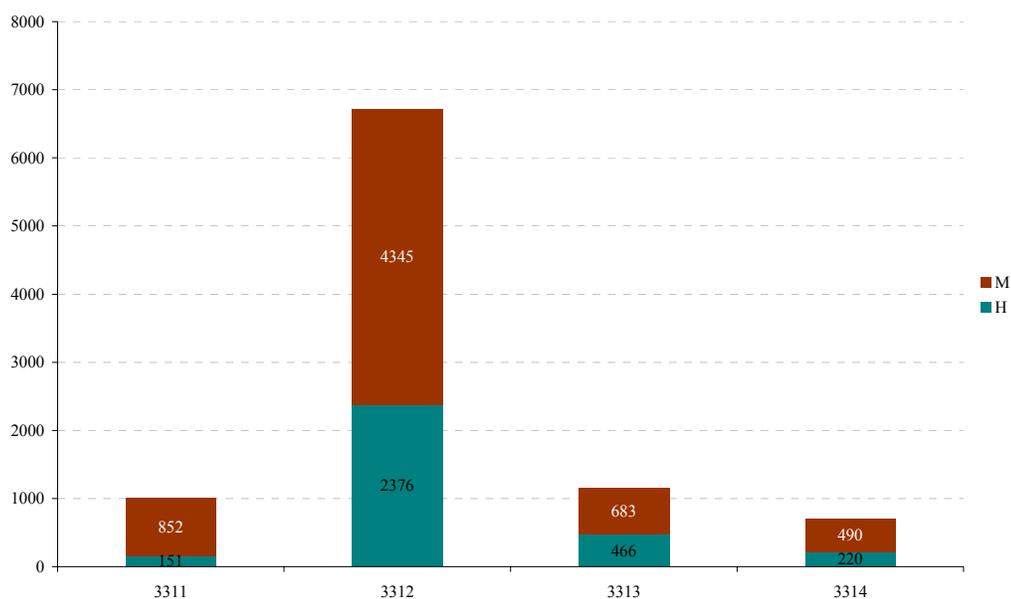
**QUADRO 4-5: DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE FORMANDOS POR CLASSE ETÁRIA E SEXO**

Classe Etária	Total de formandos		% Homens	% Mulheres
	Nº	(%)		
< 15 anos	5	0%	40,0	60,0
16 a 19 anos	269	3%	49,4	50,6
20 a 24 anos	2342	24%	38,3	61,7
25 a 34 anos	3954	41%	32,9	67,1
35 a 44 anos	1931	20%	26,9	73,1
45 a 49 anos	591	6%	27,2	72,8
50 a 54 anos	304	3%	36,8	63,2
55 a 64 anos	185	2%	44,3	55,7
> 65 anos	2	0%	100,0	0,0
<b>Total</b>	<b>9583</b>	<b>100%</b>	<b>33,5</b>	<b>66,5</b>

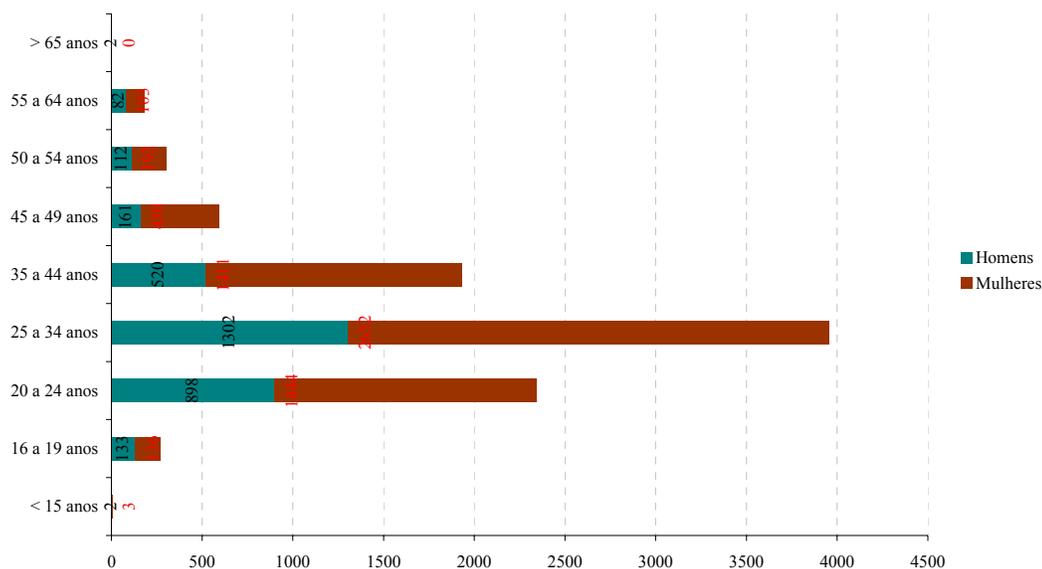
Nota: não foram englobados os dados referentes ao período de transição, uma vez que os dados disponíveis não permitem efectuar uma análise desagregada por classes etárias.

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

A dominância da frequência de mulheres mantém-se quando se analisa a distribuição por sexos associada a classes de habilitações literárias. Apenas entre aqueles que têm habilitações literárias ao nível do Segundo Ciclo do Ensino Básico a frequência de indivíduos de sexo masculino é superior.

**GRÁFICO 4-7: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO POR SEXO E POR ACÇÃO TIPO**

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-8: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO FORMANDOS POR CLASSES ETÁRIAS**

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

A dominância da frequência de mulheres na formação é também verificável ao nível de todas as Acções Tipo.. No entanto é muito mais relevante nas Acções Tipo 3.3.1.1. e 3.3.1.4.

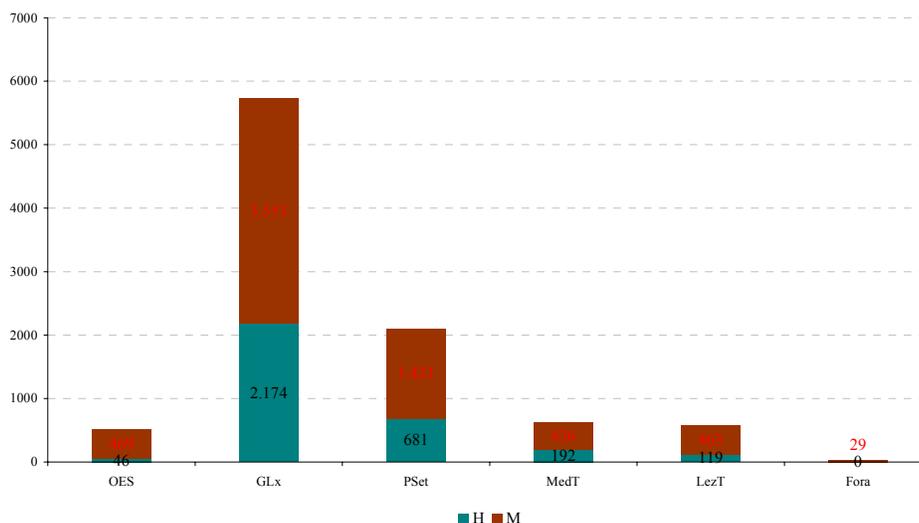
Em quase todas as classes etárias é predominante a frequência de indivíduos de sexo feminino, no entanto na classe etária superior a 65 anos a existência de apenas dois formandos do sexo masculino dá a este a dominância absoluta nessa classe etária. Por outro lado entre os 35 e os 49 a proporção de mulheres na formação é muito mais significativa, ultrapassando em ambos os casos os 70%. No entanto na totalidade dos formandos a percentagem de frequência de mulheres é de 66,5%, uma proporção claramente superior à percentagem de mulheres desempregadas na região (Fonte: INE, 2001) que ronda os 56%.

A distribuição dos formandos pelas Sub-Regiões apresentada não representa a zona de proveniência dos formandos (por local de residência para desempregados ou por local do posto de trabalho) mas sim o local de realização da formação. Assim, é na Grande Lisboa que ocorrem a grande maioria das acções de formação o que representa cerca de 30% da totalidade dos formandos.

É também devido ao sistema de informação estar organizado por localização da formação e não pelo local de residência ou de trabalho dos formandos que surge uma classe “Fora” da região de Lisboa e Vale do Tejo. Estas acções foram destinadas a desempregados da região, mas as acções tiveram lugar em outros locais. Curiosamente, nesta classe, todas as participantes foram do sexo feminino. A

formação realizada fora não é representativa, por não estar relacionada com nenhuma região em particular, no entanto verifica-se que as formandas que o frequentaram eram predominantemente mais jovens que a média dos restantes formandos.

**GRÁFICO 4-9: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO FORMANDOS POR SEXO E SUB-REGIÕES**



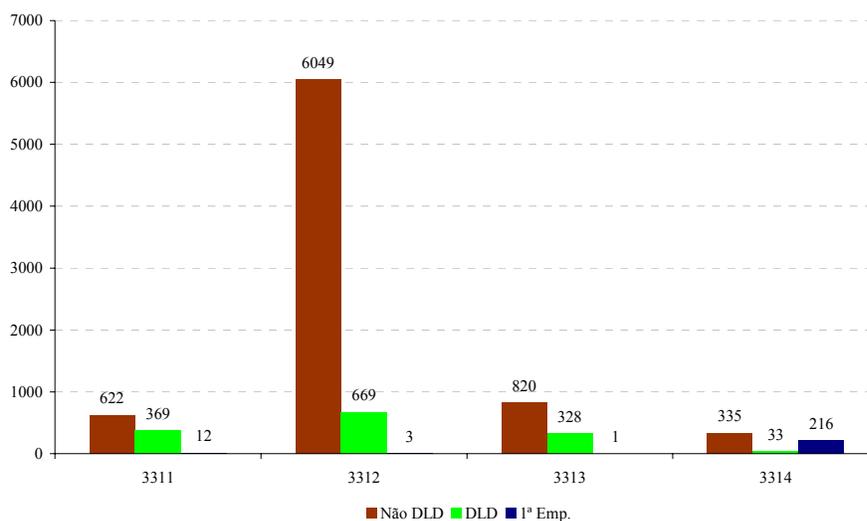
Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

A proporção entre classes etárias nas diferentes regiões mantém-se com algumas variações relacionadas com a própria estrutura da pirâmide etária e da estrutura do desemprego das respectivas populações. É claramente notória a dominância da classe etária 25 a 34 anos em todas as regiões. Sendo a distribuição equilibrada entre classes etárias da População Desempregada da Região de Lisboa (INE, 2001), não se justifica, em termos de objectivos, esta predominância dos escalões mais jovens.

O facto dos jovens terem grande predominância na distribuição etária dos formandos, poderá ser explicado por serem mais disponíveis e possuírem maior apetência para aprendizagem. Para contrariar esta tendência terá que se alterar a política de recrutamento de activos desempregados para a formação profissional desta Medida.

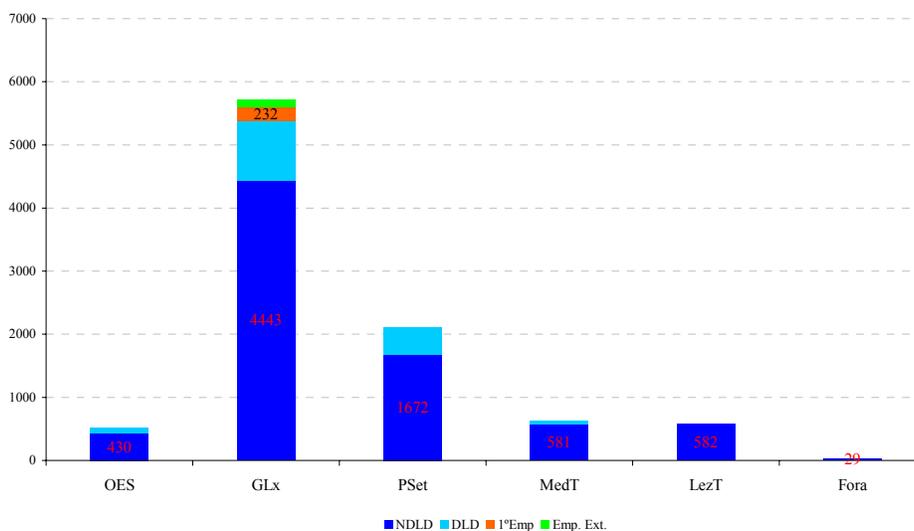
Apesar da População Alvo desta Medida serem desempregados à menos de 12 meses é natural que surjam alguns DLD, ainda que em percentagens menores, dada a extensão e duração dos percursos formativos. No entanto, a importância dos desempregados, candidatos ao primeiro emprego, não é consonante com os objectivos traçados na Medida. Nomeadamente na Acção Tipo 3.3.1.4, a sua importância é relevante e estando aparentemente mal enquadrados.

**GRÁFICO 4-10: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO TIPO DE DESEMPREGO POR ACÇÃO TIPO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-11: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO DE FORMANDOS POR TIPO DE DESEMPREGO E POR SUB-REGIÃO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

Apesar da existência de outro tipo, os desempregados há menos de 12 meses são a classe dominante em todas as regiões, sendo até exclusiva na Lezíria do Tejo, para o período considerado. A formação de desempregados recentes é da maior importância, o objectivo, não formulado na regulamentação

deste PO de proporcionar formação a todos os desempregados nos primeiros meses de desemprego aparenta assim estar a ser perseguido.

**QUADRO 4-6: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO POR RESULTADOS DE FORMAÇÃO POR ACÇÃO TIPO**

Acção - Tipo	Aprovações	Reprovações	Desistências	Total
331	4.235	53	196	4.484
3311	869	25	109	1.003
3312	6.057	173	491	6.721
3313	1.037	30	82	1.149
3314	629	9	72	710
<b>Total</b>	<b>12.827</b>	<b>290</b>	<b>950</b>	<b>14.067</b>

Nota: Os dados relativos ao período transitório apresentam-se agregados no código 331

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

A taxa de sucesso da formação na medida pode ser medido pela percentagem de formandos que completaram a formação com “aprovação”, que neste caso é de 91,18% (89,66% se excluirmos o período de transição), sendo que a percentagem de reprovações dos formandos é de apenas de 2,25%. A proporção de formandos desistentes é habitualmente tanto maior quanto maior a duração dos cursos ou percursos formativos. Esta fica-se a dever a causas tradicionais como desmotivação, mudança de residência ou doença. Neste caso é relevante nomear como causa de desistência a selecção para novos empregos, já que, ainda que não permita completar os objectivos da formação, resolve a causa inicial de selecção para a formação. Há, no entanto, casos relatados de desistência como estratégia de conservação do estatuto de formando e de desempregado, pelo aproveitamento do, nem sempre eficiente, sistema de informação entre diferentes entidades promotoras.

#### 4.4. CARACTERIZAÇÃO DA FORMAÇÃO

Como já referido, verifica-se grande predominância do recurso à Acção Tipo 3.3.1.2. em sede de projectos candidatados, contratados e executados e do respectivo Volume de Formação.

A taxa de Execução física da Medida 3.3., medida pelo ratio entre o volume de formação executado e volume de formação contratado, é, na globalidade, para o período considerado, de 87,3 %. Verifica-se não haver nenhuma Acção Tipo com desempenho significativamente inferior à média, mas, ainda que com menor expressividade ao nível da medida, o melhor desempenho é assegurado pela Acção Tipo 3.3.1.4. com 93,9% enquanto que as 3.3.1.1., 3.3.1.2., 3.3.1.3. obtiveram taxas, respectivamente, de 86,97%, 87,19% e 86,39%..

Apesar dos esforços institucionais para padronizar a oferta formativa objecto de financiamento público esta não se verifica. Assim os cursos realizados encontram-se dispersos por variadas denominações. Interessa, no entanto, analisar a realização de formação por áreas temáticas.

Verifica-se assim, uma grande predominância de formação realizada na área da Informática, com a oferta de 165 cursos e da área de Serviços Pessoais com 160 cursos. É ainda relevante a área da Ciências Empresariais e a área de Serviços Sociais, bem como a da Engenharia e Áreas Afins. (cf. Quadro 3)

O número de cursos na área ambiental é de apenas 1, no período considerado, o que, dada as orientações das políticas para a região é muito modesto.

Também ao nível de componentes da formação, a realização de módulos na área das TIC é modesto na Acção Tipo 3.3.1.2., situando-se abaixo do patamar dos 10%, ocorrendo situação inversa na Acção Tipo 3.3.1.3., o que se justifica pela natureza da sua população alvo.

**QUADRO 4-7: MEDIDA 3.3 – CURSOS EXECUTADOS POR ÁREAS TEMÁTICAS**

Área Temática		Nº de cursos candidatados	Nº de cursos executados
		Medida 33	Medida 33
1	Programas de base	0	0
9	Alfabetização	0	0
14	Desenvolvimento pessoal	2	2
21	Formação de professores/ formadores	20	21
22	Artes	0	0
31	Humanidades	0	0
32	Ciências sociais e do comportamento	16	29
34	Ciências empresariais	136	142
38	Direito	2	2
46	Matemática e estatística	0	0
48	Informática	162	165
52	Engenharia e técnicas afins	78	79
54	Indústrias transformadoras	16	18
58	Arquitectura e construção	19	21
62	Agricultura, silvicultura e pescas	16	18
72	Saúde	3	3
76	Serviços sociais	92	97
81	Serviços pessoais	148	160
84	Serviços de Transporte	6	5
85	Protecção do ambiente	1	1
86	Serviços de segurança	8	8
99	Desconhecido ou não especificado	6	6

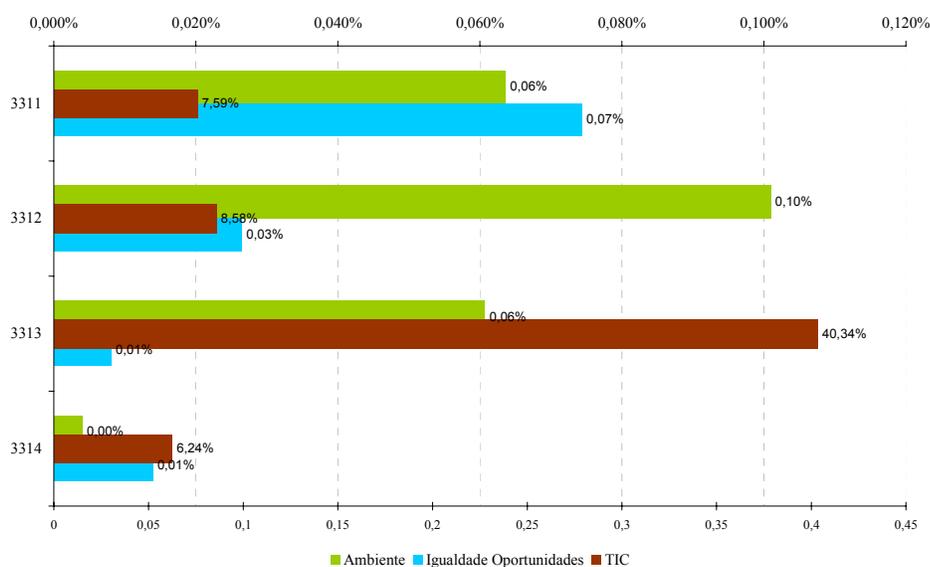
Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

A componente de formação ambiental e de Igualdade de Oportunidades é residual em todas as Acções Tipo, sendo a melhor ocorrência a de 0,1% de formação na área ambiental em 3.3.1.2. e de 0% na 3.3.1.4..

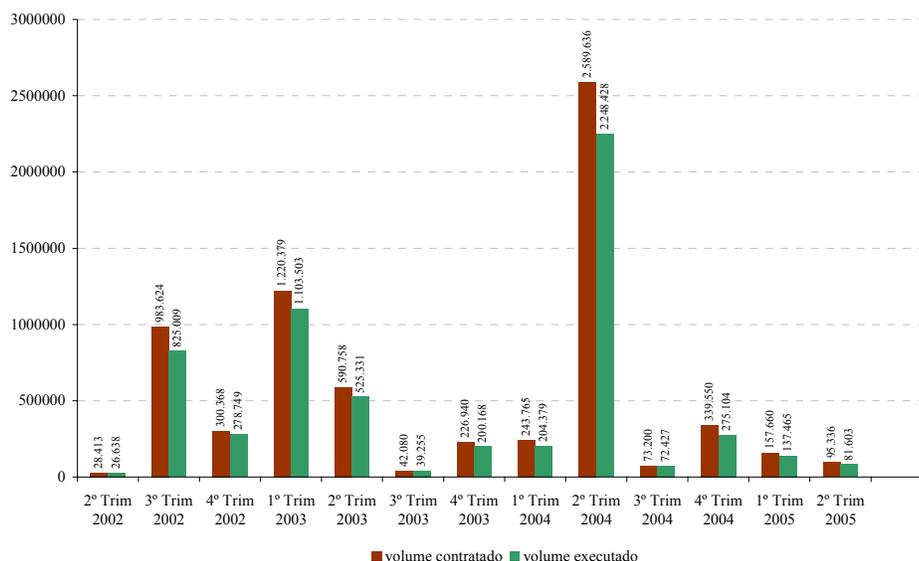
A distribuição de temáticas de cursos deverão ser compatíveis com o potencial de cada formando, mas dever-se-á também procurar desenvolver competências com procura por parte das empresas da sub-região onde são realizadas. Assim a formação nas áreas da informática e de ciências empresariais parecem coadunar-se com este princípio. Parece desequilibrada a importância dada aos serviços sociais e questionamos a pouca expressão dos cursos em desenvolvimento pessoal e de protecção do ambiente, pois nos parecem estarem muito directamente relacionados com os objectivos da medida.

Nos conteúdos programáticos dos percursos formativos realizados não se dá a importância compatível com o enunciado dos objectivos da medida aos módulos ou áreas temáticas de protecção ambiental e igualdade de oportunidades.

**GRÁFICO 4-12: MEDIDA 3.3 – % TIC, AMBIENTE E EQUIDADE (VOLUME DE FORM.)**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-13: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO DE VOLUME DE FORMAÇÃO CONTRATADO E EXECUTADO POR TRIMESTRE**

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

No período considerado, não se realizaram aprovações no último trimestre de 2001 nem no primeiro de 2002.

Verifica-se um máximo quer na aprovação de formação contratada quer de formação executada no 2º trimestre de 2004. Efectivamente, apenas este trimestre tem uma aprovação significativa nesta análise, sendo que os restantes trimestres foram medianos, com excepção do 2º trimestre de 2002, do 4º do mesmo ano, do 3º de 2003 e do 3º de 2004.

O índice de aprovações e de execuções reflecte de alguma forma o facto de o objectivo anualizado de aprovações se encontrar já ligeiramente abaixo da meta estabelecida para 2006, ainda que se tenha estabilizado a percentagem de beneficiados ao nível do limiar estabelecido para 2006.

**QUADRO 4: PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E SITUAÇÃO DO COMPROMISSO E DA EXECUÇÃO A 30/06/2005<sup>16</sup>**

	Custo Total	Despesa Pública	FSE
Programação Inicial	98.668.800	98.668.800	61.668.000
Reprogramação em vigor	120.765.354	104.107.124	65.066.952
Montante Comprometido (contratado)	97.281.459	97.036.067	60.647.539
Montante Executado (pago)	80.987.437	80.987.437	50.617.145

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

<sup>16</sup> De acordo com elementos fornecidos pela EAT

#### 4.5. CONTRIBUIÇÃO DA MEDIDA PARA A EMPREGABILIDADE DOS ACTIVOS DESEMPREGADOS<sup>17</sup>

Em que medida as acções desenvolvidas têm contribuído para melhorar as condições de empregabilidade dos activos desempregados? E para facilitar a sua reinserção profissional, em particular nos casos que resultam de reestruturação de empresas?”

A questão da empregabilidade está associada às competências adquiridas durante o período de formação (Qualificação) e respectiva procura e reconhecimento por parte do mercado de emprego.

Para reforço da resposta a estas questões foram consultados vários peritos e ainda os participantes no “Focus group” realizado.

Para responder às questões recorreu-se à análise da formação, prospectivando-se a potencialidade de emprego face à qualificação e recorreu-se aos dados da empregabilidade do IEFP. Para compreender a melhoria da empregabilidade através da qualificação permitida pela aprovação em cursos discriminou-se esta pela sua duração e pela possibilidade de aumento de nível de qualificação, criando assim uma escala, assumindo que acções mais longas proporcionam mais competências e que o aumento do nível de qualificação reflecte melhoria de utilidade e/ou rendibilidade para o potencial empregador.

**QUADRO 4-8: MEDIDA 3.3 – QUALIFICAÇÃO E EMPREGABILIDADE DOS ACTIVOS DESEMPREGADOS CONFORME DURAÇÃO DAS ACÇÕES E NÍVEL DE SAÍDA**

<b>Cursos &gt;100 horas</b>	Aumenta Nível de Qualificação	Aumento fortemente percebido de qualificação; empregabilidade potencial elevada
	Não aumenta Nível de Qualificação	Aumento percebido de qualificação; empregabilidade potencial incrementada
<b>Cursos &lt;= 100 horas</b>	Aumenta Nível de Qualificação	Aumento fortemente percebido de qualificação; empregabilidade potencial incrementada
	Não aumenta Nível de Qualificação	Aumento pouco percebido de qualificação; empregabilidade potencial pouco incrementada

Fonte: Equipa de Avaliação

Pode-se pois verificar pelo Quadro 4-9, Quadro 4-10 e Quadro 4-11 a análise dos critérios estipulados pelo número de cursos realizado, volume de formação e número de formandos beneficiado. Os gráficos seguintes permitem agregar a informação relevante, não discriminada pelas Acções Tipo, Área de Formação ou Tipo de Entidade Promotora..

<sup>17</sup> Na análise realizada neste capítulo não consideram os dados referentes ao Período de Transição.

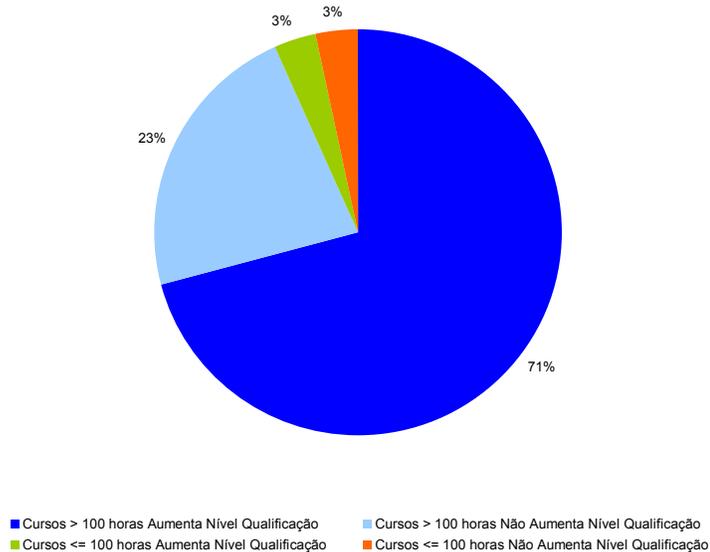
Existe uma dominância constante ao longo das três dimensões analisadas da formação longa (superior a 100 horas), com elevação de nível de qualificação – 71% do número de cursos, 70% do volume de formação e 61% do número de formandos.

A formação longa, mas não motivadora de elevação de nível de qualificação, é ainda significativa. Dado o número de horas de referência, integra módulos capitalizáveis para aquisição de qualificação através do percurso formativo. Note-se no entanto que a Acção Tipo 3.3.1.2 – Qualificação e Reconversão Profissional é dominante nesta classe (cerca de 57% do número de cursos), pelo que uma percentagem elevada da importância desta classe se fica a dever a Cursos de Reconversão Profissional. Assim esta formação pode-se classificar de incrementadora de empregabilidade proporcionando novas qualificações, em áreas potenciadoras de emprego, apesar de não trazer acréscimo do nível de qualificação. Representa 23% do número de cursos e 29% do volume de formação e do número de formandos.

A formação de duração inferior a 100 horas é pouco significativa nesta Medida. Efectivamente, dados os objectivos e as populações alvo desta formação acções de curta duração apenas fazem sentido como módulos de um percurso formativo, como áreas de especialização ou na reconversão. Assim, a Acção Tipo que apresenta valores dominantes nestas dimensões é a 3.3.1.3. - quando não envolve aumento de nível de qualificação e a 3.3.1.2. quando envolve. Naturalmente que este aspecto tem também reflexo nas áreas temáticas, sendo que, respectivamente na primeira são os Serviços Sociais e também de alguma forma Informática e Ciências Empresariais que dominam, enquanto que na segunda a Informática é absolutamente dominante .

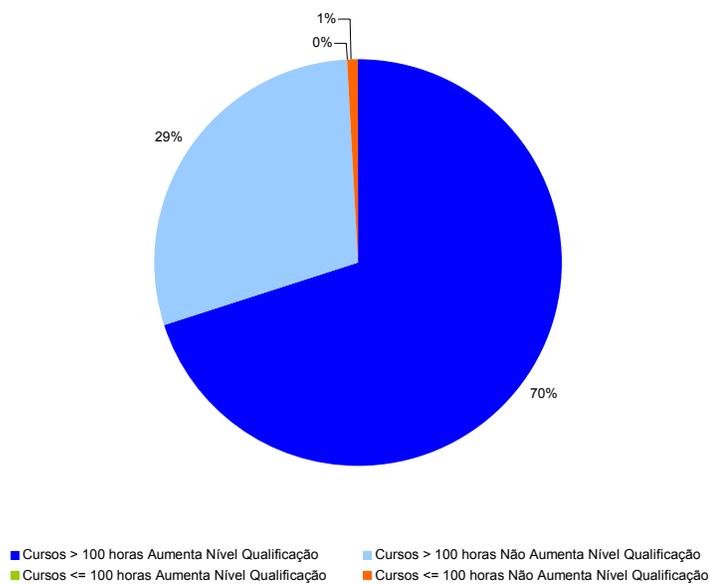
Aliás ao nível do volume de formação estas dimensões são absolutamente vestigiais, não assumindo relevância na totalidade da formação realizada.

**GRÁFICO 4-14: MEDIDA 3.3 – ESCALA DE QUALIFICAÇÃO POR NÚMERO DE CURSOS**



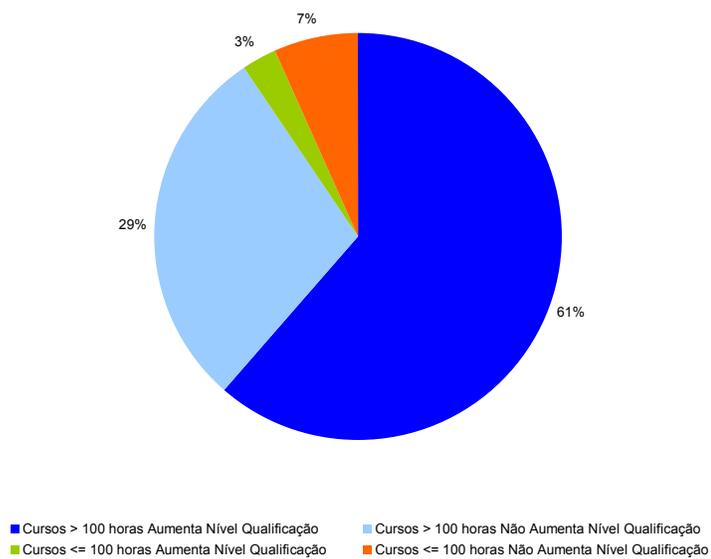
Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS~

**GRÁFICO 4-15: MEDIDA 3.3 – ESCALA DE QUALIFICAÇÃO POR VOLUME DE FORMAÇÃO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-16: MEDIDA 3.3 – ESCALA DE QUALIFICAÇÃO POR N° DE FORMANDOS**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**QUADRO 4-9: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CURSOS, Nº DE FORMANDOS E VOLUME DE FORMAÇÃO POR AT CONFORME Nº DE HORAS DO CURSO E ELEVÇÃO DO NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DO CURSO**

MEDIDA 3.3.		Cursos > 100 horas						Cursos <= 100 horas					
		Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação			Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação		
		nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação
Acção- Tipo	3311 Qualificação Profissional com Progressão Escolar	44	604	534.321	23	337	277.928	2	29	1.519	2	33	1.032
	3312 Qualificação e Reconversão Profissional	444	5.146	3.634.912	90	1.262	1.124.745	20	222	12.139	6	91	8.036
	3313 Aperfeiçoamento Profissional	5	107	32.688	26	591	172.883				12	451	29.315
	3314 Especialização Profissional de Quadros Superiores	3	26	12.041	19	615	172.879				4	69	3.621
	Total	496	5.883	4.213.962	158	2.805	1.748.435	22	251	13.658	24	644	42.004

**QUADRO 4-10: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CURSOS, Nº DE FORMANDOS E VOLUME DE FORMAÇÃO POR ÁREA DE FORMAÇÃO CONFORME Nº DE HORAS DO CURSO E ELEVÇÃO DO NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DO CURSO**

MEDIDA 3.3.		Cursos > 100 horas						Cursos <= 100 horas					
		Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação			Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação		
		nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação
Área de Formação Geral	140 Formação de professores/ formadores e ciências da educação				2	30	34.218						
	210 Artes (*)	14	189	148.761	4	82	60.216	1	16	608	1	16	798
	320 Informação e jornalismo (*)				8	309	39.513		0		1	35	1.044
	340 Ciências empresariais(*)	105	1.218	910.001	19	475	229.108	2	30	2.327	3	27	1.974
	380 Direito				1	30	3.550						
	480 Informática (*)	95	1.168	691.811	21	400	228.188	2	31	2.454	14	486	32.360
	520 Engenharia e técnicas afins (*)	40	460	364.090	30	440	370.864	4	36	1.557	2	32	2.806
	540 Indústrias transformadoras (*)	15	188	141.924	2	21	3.852	1	15	479			
	580 Arquitectura e construção (*)	18	207	193.558	3	47	39.332		0				
	620 Agricultura, silvicultura e pescas (*)	13	159	109.045	5	68	60.650		0				
	720 Saúde (*)	1	12	4.776	2	19	11.448		0				
	760 Serviços sociais (*)	68	851	633.559	19	272	206.522	7	74	4.281	2	33	1.619
	810 Serviços pessoais (*)	124	1.384	993.829	29	372	315.054	5	49	1.952	1	15	1.403
	840 Serviços de Transporte				3	86	33.058						
	850 Protecção do ambiente	1	13	8.793									
	860 Serviços de segurança (*)	2	34	13.815	5	79	75.717						
	990 Desconhecido ou não especificado				5	75	37.145						
	Total	496	5.883	4.213.962	158	2.805	1.748.435	22	251	13.658	24	644	42.004

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

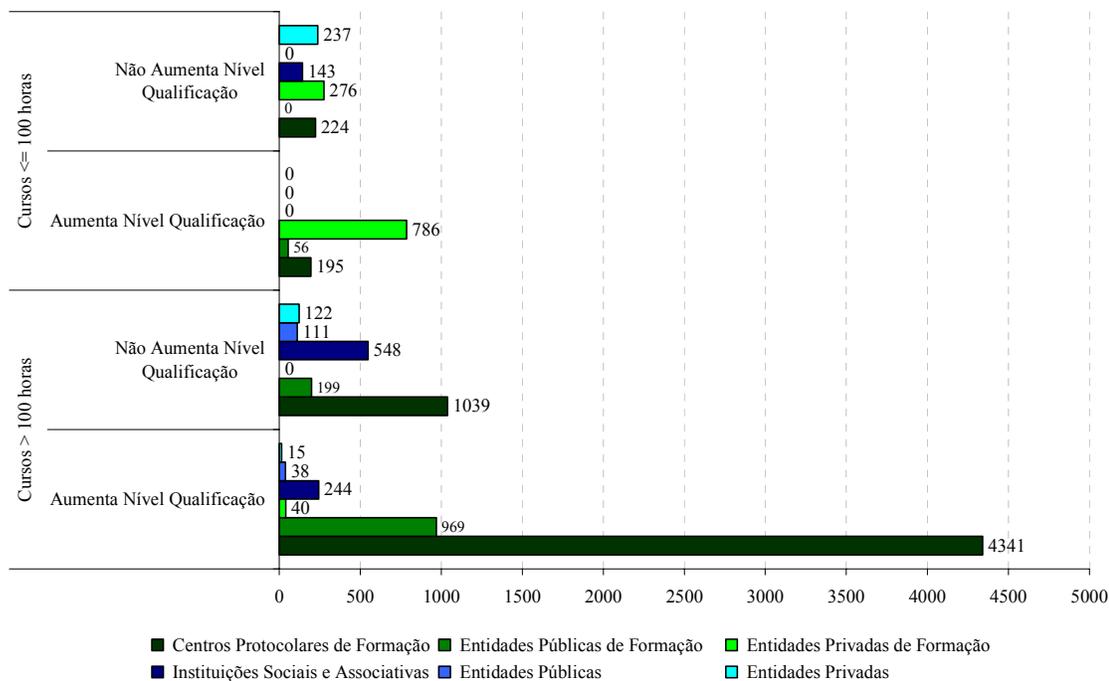
**QUADRO 4-11: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO Nº DE CURSOS, Nº DE FORMANDOS E VOLUME DE FORMAÇÃO POR TIPO DE PROMOTOR CONFORME Nº DE HORAS DO CURSO E ELEVAÇÃO DO NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DO CURSO**

MEDIDA 3.3.		Cursos > 100 horas						Cursos <= 100 horas					
		Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação			Aumenta Nível Qualificação			Não Aumenta Nível Qualificação		
		nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação	nº cursos	nº formandos	volume de formação
Tipo de Entidade Promotora	Centros Protocolares de Formação	361	4341	2926897	65	1039	481783	17	195	9692	15	224	14565
	Entidades Públicas de Formação	94	969	637914	10	199	121793	5	56	3966	.	.	.
	Entidades Privadas de Formação	18	276	311005	42	786	581513	.	.	.	1	40	2280
	Instituições Sociais e Associativas	19	244	282846	31	548	457340	.	.	.	4	143	6515
	Entidades Públicas	3	38	39162	4	111	44614	.	.	.	.	.	.
	Entidades Privadas	1	15	16138	6	122	61392	.	.	.	4	237	18644
	Total	496	5883	4213962	158	2805	1748435	22	251	13658	24	644	42004

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

O Gráfico seguinte permite analisar ainda, em conjunto com o Quadro anterior a formação realizada pela natureza jurídica dos promotores. É interessante de notar que as Entidades Privadas são as principais responsáveis pela realização de acções de curta duração, sendo as restantes entidades residuais nesta dimensão.

**GRÁFICO 4-17: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO DE FORMANDOS POR FORMA DE QUALIFICAÇÃO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

Da análise do Gráfico anterior, pode verificar-se que são os Centros de Formação Protocolares, entidades públicas de formação (entre os quais se encontra o IEFP) as principais entidades promotoras de formação da Medida.

Assim, por este facto, assumiu-se a legitimidade de recorrer a uma amostragem que assume a maioria dos beneficiados (cerca de 70%) proporcionada pelo IEFP, que foi a entidade de referência, encontrada com estudos credíveis e abrangentes de *follow up* que permitem responder à segunda questão, *Em que medida as acções desenvolvidas têm contribuído facilitar a sua reinserção profissional?*.

**QUADRO 4-12: MEDIDA 3.3 – TAXAS DE INFLUXO NO EMPREGO E DESEMPREGO (1)**

Ano (2)	Influxo no Emprego		Influxo no Desemprego	
	PORLVT	Continente	PORLVT	Continente
2000	54,2	55,2	30,4	29,3
2001	59,8	57,1	25,7	27,3
2002	51,3	49,8	32,5	33,3
2003	55,9	46,1	31,5	39,4
Ano (3)	Influxo no Emprego		Influxo no Desemprego	
	PORLVT	Continente	PORLVT	Continente
2004	26,9	24,4	63,9	64,4

(1) Taxas de influxo : Emprego = Percentagem dos ex-formandos que estão emprego após terem participado na Medida relativamente ao total ; Desemprego = Percentagem dos ex-formandos que estão desempregadas após participação na Medida relativamente ao total .

(2) Metodologia utilizada: inquirição, via postal, de todos os formandos, após 9 meses do fim da formação de acções de formação com duração superior a 100h dos CTFP Gestão Directa, Gestão Participada e CTE

(3) Metodologia utilizada: inquirição, via postal, de todos os ex-formandos, após 3 meses do fim da formação de acções de formação com duração superior a 100h dos CTFP Gestão Directa, Gestão Participada e CTE

Fonte: Instituto do Emprego e da Formação Profissional

Assim a empregabilidade média dos formandos num prazo de 9 meses, de acordo com a amostragem realizada é de 55,3%, tendo por base os anos de 2000 a 2003. Tomando o ano de 2004 como referência, a empregabilidade ao fim de 3 meses é de 26,9%. De acordo com este estudo, pode-se pois concluir, que a probabilidade de encontrar emprego num espaço de 9 meses, após a obtenção de qualificação em acções de duração superior a 100 horas é de 55,3% na Região de Lisboa e Vale do Tejo, uma percentagem superior à média nacional.

Considerámos a amostragem válida para qualquer tipo de origem do desemprego (desde que não de Longa Duração), pelo que se assume também o ser para o desemprego gerado pela reestruturação de empresas<sup>18</sup>.

No universo daqueles que terminaram a formação com aprovação, conclui-se que a Medida contribuiu fortemente para a empregabilidade de 61% dos formandos e incrementou significativamente a empregabilidade de 29% dos formandos. Os restantes 10 % viram também a sua qualificação alterada ou incrementada, pelo que o efeito da formação foi também positiva relativamente à empregabilidade. Dado que cerca de 10,44 % dos formandos não tiveram sucesso na formação por serem desistentes ou por terem reprovado, de acordo com o critério estabelecido, a empregabilidade gerada pela Medida ficaria distribuída da seguinte forma:

- 54,63% aumentou fortemente a empregabilidade
- 25,97% incrementou significativamente a empregabilidade
- 8,96% aumentou a sua empregabilidade ligeiramente mas de forma positiva

A taxa de Influxo de Emprego médio efectivo ao fim de 9 meses, por amostragem, é de 55,3%

<sup>18</sup> Não existem dados que permitam correlacionar a formação efectuada no âmbito desta medida e os desempregados originários de empresas em reestruturação. Efectivamente os elementos disponíveis nos formulários de candidatura e nos pedidos de saldo e, logo, na base de dados da medida, não incluem qualquer informação quanto à origem da situação de desemprego dos formandos nem quanto ao seu acompanhamento após a conclusão da formação, tornando difícil a sua identificação.

#### 4.6. EXECUÇÃO FINANCEIRA

Os montantes contratados e executados têm uma relação directa com os respectivos volumes de formação, uma vez que os valores máximos unitários (por hora, rubrica ou conjunto de rubricas) estão, na generalidade, padronizados . Os ganhos de eficiência conseguem-se através da execução de valores unitários inferiores aos estabelecidos.

Assim, a Acção Tipo 3.3.1.2. Qualificação e reconversão profissional assume-se como a forma de intervenção predominante na medida 3.3, absorvendo mais de 75% dos montantes de despesa pública aprovados e executados.

Apesar disso, dadas as dificuldades de gestão orçamental a aprovação de candidaturas não foi constante ao longo do período considerado, nem foi possibilitada a apresentação de candidaturas a todas as medidas todos os anos, sendo que algumas, como a 3.3.1.4., por ser menos relevante face aos objectivos da Medida, apenas inicialmente teve execução.

Quer na Contratação quer, em sede de saldo final, ao nível da Execução, a representatividade das Receitas é pouco relevante e, como as outras fontes de financiamento, é proporcional directa ou indirectamente ao volume de formação.

A quebra na execução financeira verificada da contratação para a execução deve-se ao menor volume de formação executado e, em algumas situações à não realização da totalidade dos montantes atribuídos às entidades.

**QUADRO 4-13: PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E SITUAÇÃO DO COMPROMISSO E DA EXECUÇÃO A 30/06/2005<sup>19</sup>**

	<b>Custo Total</b>	<b>Despesa Pública</b>	<b>FSE</b>
Programação Inicial	98.668.800	98.668.800	61.668.000
Reprogramação em vigor	120.765.354	104.107.124	65.066.952
Montante Comprometido (contratado)	97.281.459	97.036.067	60.647.539
Montante Executado (pago)	80.987.437	80.987.437	50.617.145

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

<sup>19</sup> De acordo com elementos fornecidos pela EAT

**QUADRO 4-14: MONTANTES APROVADOS POR ACÇÃO TIPO**

Acção Tipo	Custo Total Elegível	Desp. Pública	FSE	Outros	Desp. Pública (%)
331	7.468.896	7.418.545	4.636.590	50.324	12%
3311	9.032.834	9.032.834	5.645.521	0	14%
3312	42.015.879	41.958.325	26.223.953	0	67%
3313	2.162.301	2.160.591	1.350.369	0	3%
3314	1.958.292	1.931.030	1.206.893	0	3%
<b>Total</b>	<b>62.638.203</b>	<b>62.501.324</b>	<b>39.063.327</b>	<b>50.324</b>	<b>100%</b>

Nota: Os dados relativos ao período transitório apresentam-se agregados no código 331

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

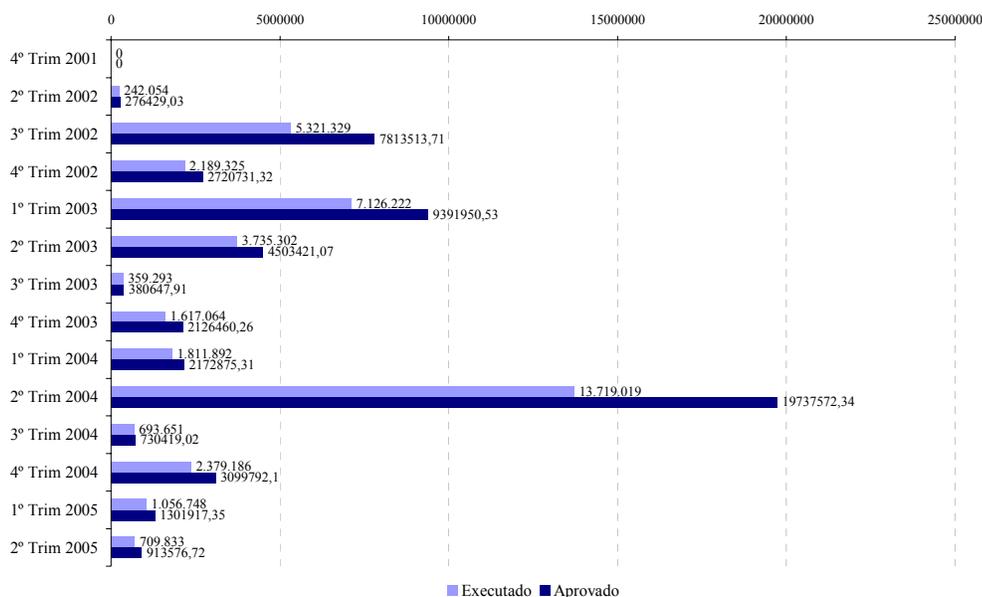
**QUADRO 4-15: MONTANTES EXECUTADOS POR ACÇÃO TIPO**

Acção Tipo	Custo Total Elegível	Desp. Pública	FSE	Outros	Desp. Pública	
					(%)	Tx de execução
331	6.979.888	6.915.457	4.322.161	64.430	14%	93%
3311	6.346.239	6.346.239	3.966.399	0	13%	70%
3312	31.410.445	31.238.524	19.524.077	0	65%	74%
3313	1.721.584	1.720.246	1.075.154	0	4%	80%
3314	1.482.651	1.474.949	921.843	0	3%	76%
<b>Total</b>	<b>47.940.808</b>	<b>47.695.415</b>	<b>29.809.635</b>	<b>64.430</b>	<b>100%</b>	<b>76%</b>

Nota: Os dados relativos ao período transitório apresentam-se agregados no código 331

Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-18: MEDIDA 3.3 – MONTANTES APROVADOS E EXECUTADOS POR TRIMESTRE**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

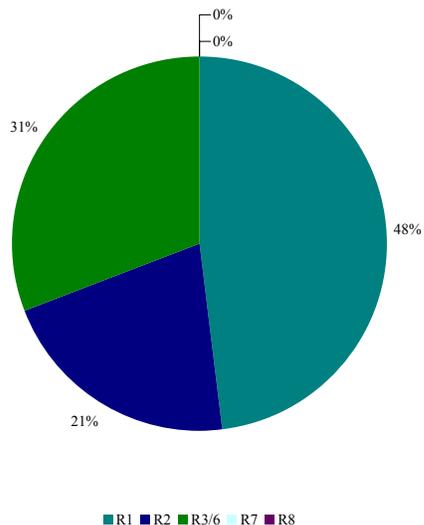
Estes valores quantificados através de contabilidade específica são analisados por contas ou rubricas. No caso das duas primeiras rubricas que respeitam a custos com Formandos e com Formadores, respectivamente os valores máximos são estabelecidos, assumindo assim grande rigidez. Em compensação, nas rubricas que respeitam a preparação e funcionamento da formação existe grande flexibilidade de utilização, sendo por isso melhores indicadores da eficiência da utilização do financiamento.

Na distribuição por rubricas há uma clara dominância da Rubrica 1, destinada ao pagamento de despesas com formandos. Dada a natureza da população alvo desta tipologia, este valor justifica-se pela inclusão nesta rubrica, para além da bolsa, de despesas nomeadamente de deslocação, do subsídio de refeição e de acolhimento de dependentes. Como se pode verificar no Gráfico 19 esta rubrica representa 48% do montante total. Entre os peritos consultados e as questões colocadas no *focus group* a questão da justiça dos valores pagos a formandos foi sempre levantado. Este montante não subtrai valores aos dispendidos pela Segurança Social em Subsídio de Desemprego pois somente o suspende permitindo assim a extensão do período subsidiado de carência de emprego. Entre os especialistas consultados, várias foram as intervenções no sentido de reclamar a injustiça e a perversão que por vezes gera, uma vez que, em certos casos, o somatório dos montantes auferidos ultrapassa o Subsídio de Desemprego ou, no casos de algumas profissões, ao valor que poderiam obter pelo exercício da profissão na maioria dos empregos potencialmente disponíveis. Este fenómeno leva a que em certos casos os formandos sejam levados a desistir ou reprovar para se manterem no Sistema de Formação prolongando voluntariamente desta forma a sua situação de desempregado.

Dada a natureza dos cursos, os custos fixos, como sejam o pessoal não docente, rendas e alugueres tendem a distribuir-se por um maior volume de formação, permitindo custos mais baixos para a realização da formação. Assim, as rubricas da 3 à 7 têm menor expressividade na globalidade.

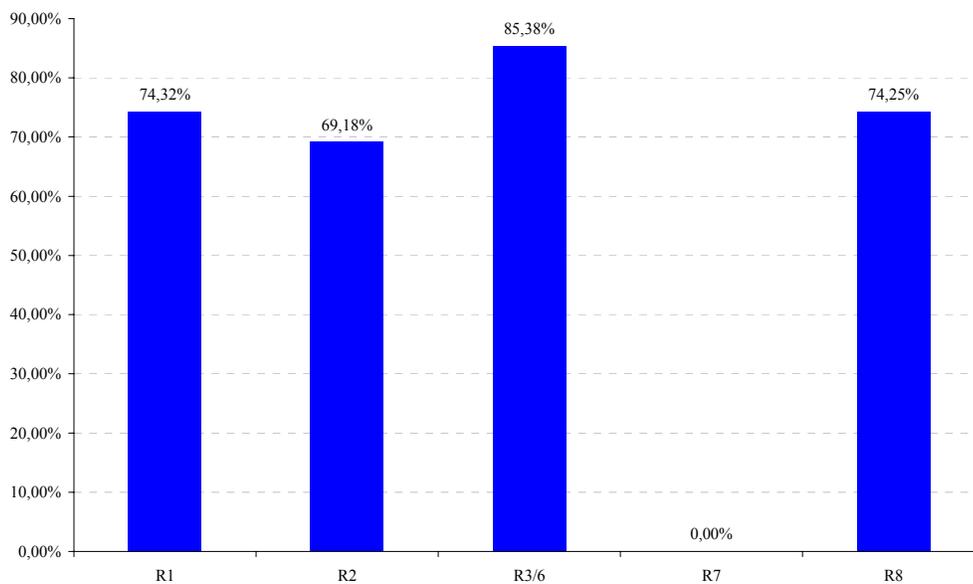
A Rúbrica 8, ainda que presente com uma taxa de execução ao nível da média, não foi utilizada no acesso individual à formação, pelo que a sua relevância, quer no montante total e relativo, quer em termos de execução não é relevante no âmbito desta análise.

**GRÁFICO 4-19: MEDIDA 3.3 – DISTRIBUIÇÃO POR RÚBRICAS DO MONTANTES EXECUTADO**



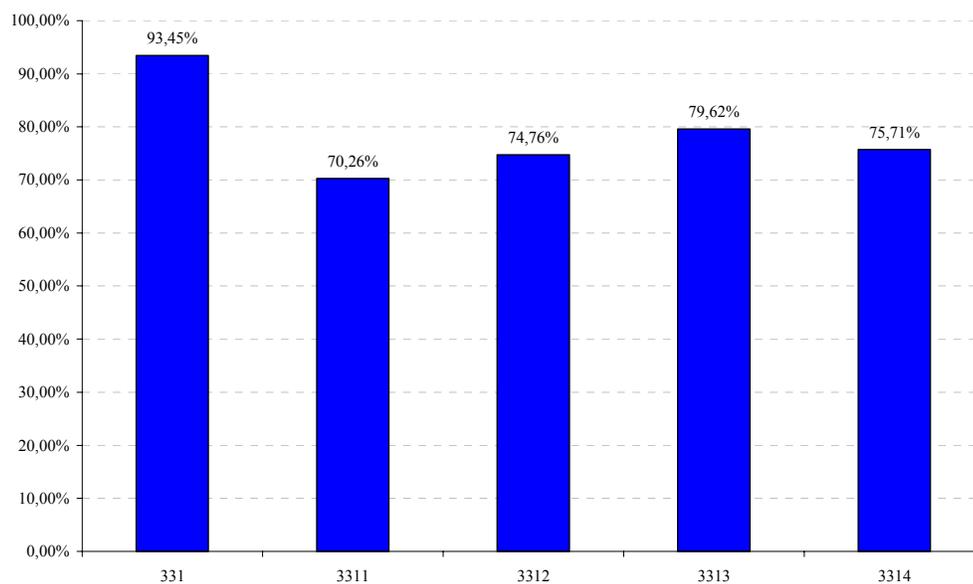
Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-20: MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO FINANCEIRA POR RUBRICA (FACE A CONTRATADO)**



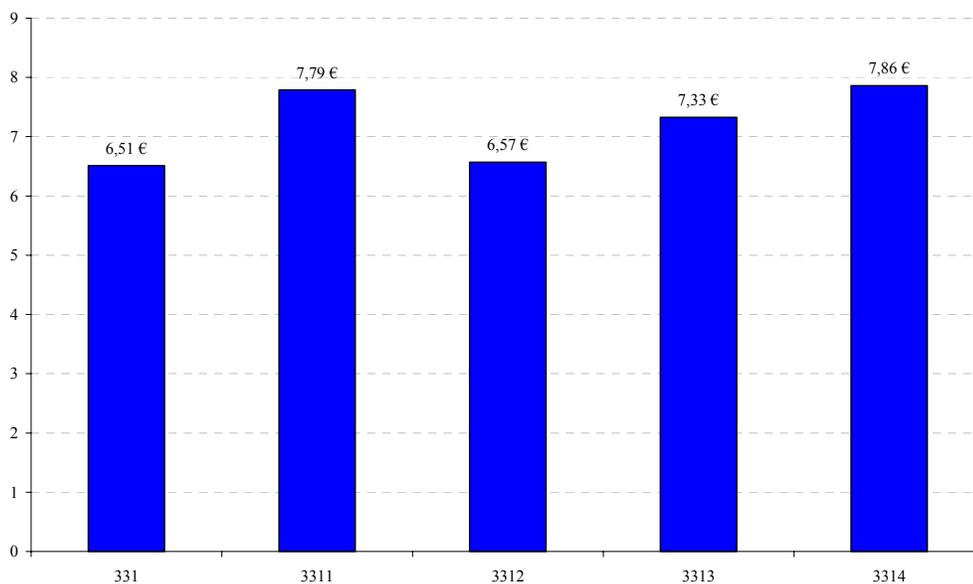
Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-21: MEDIDA 3.3 – TAXA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA POR ACÇÃO TIPO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

**GRÁFICO 4-22: MEDIDA 3.3 – CHF POR ACÇÃO TIPO**



Fonte: Equipa de Avaliação com base nos dados da EAT das medidas desconcentradas do POEFDS

O desvio entre montantes contratados e montantes executados é, em geral, semelhante entre as diferentes Acção Tipo. O Gráfico 23 seguinte esclarece melhor o grau de eficiência entre Acções Tipo medido através da Taxa de Execução Financeira.

Assim, ainda que não seja a que tenha uma maior procura, é a Acção Tipo 3.3.1.3., com 79,62% a que possui um mais elevado nível de execução financeira e a 3.3.1.1. a que tem menor, com 70,26%, as Acção Tipo 3.3.1.2. e 3.3.1.4. têm respectivamente 74,76% e 75,71%. O desvio à média nunca superior a 5%.

O nível de eficiência dos montantes totais aplicados é proporcionado pelo custo hora/formando verificado. Este indicador resulta do cruzamento entre o volume de formação e o custo de cada uma das Acção Tipo.

Verifica-se assim que, exceptuando o Período de Transição, a Acção Tipo 3.3.1.2. é, na Medida, detentora de um custo hora/formando inferior às restantes. A Acção Tipo 3.3.1.1. é a menos eficiente, tendo, no entanto, a 3.2.1.4. valores muito aproximados.

O valor médio para a Medida é de 6,76 € por hora-formando. Este valor atesta a eficiência da Medida, sendo um valor inferior a outras intervenções do FSE no nosso país.

#### 4.7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A Medida tem uma execução física anualizada inferior à dos objectivos propostos. Apesar do desvio relativamente à última reprogramação financeira não ser elevado, constata-se haver margem para aumentar o esforço na formação de desempregados.

Com o aumento sustentado do desemprego na região e no país, parece haver razão para enquadrar maior número de desempregados nas actividades de formação, nomeadamente de reconversão. Este aspecto aparenta particular importância nos escalões etários mais elevados, dada a preponderância dos beneficiados mais novos, não apenas ao nível dos estágios profissionais, como de formações de reconversão e de acções que proporcionem elevação das habilitações literárias. Para o efeito sugere-se a utilização de métodos de recrutamento pró-activos de forma a cativar para a formação desempregados de níveis etários mais elevados (entre os 35 e os 55 anos).

A formação dos desempregados é um instrumento que peritos e participantes no *focus group* acreditam estratégico e assim deverá perdurar para além dos apoios directos da intervenção do FSE. Interessa no entanto melhorar tirando partido da experiência deste e dos anteriores QCA para aumentar a eficiência destas intervenções.

A generalidade dos promotores contactada reclamou de excesso de burocracia, que impede a concentração das entidades no objecto da formação, carecendo de mobilizar meios por vezes importantes para fazer face à carga de trabalho administrativo necessário. A introdução de meios informáticos em todo o processo desde a candidatura ao saldo e ao controlo financeiro poderá contribuir para racionalizar os meios e o trabalho.

A formação propriamente dita não alcança a totalidade dos objectivos propostos pela Medida, sendo que das áreas recomendadas como obrigatórias apenas a informática tem expressão em algumas das Acção Tipo, não apenas como módulos de formações conducentes a qualificações de nível mais elevado, como também em termos de área de formação dos próprios cursos. A formação em áreas ambientais e a sensibilização para a igualdade de oportunidades possuem execuções humildes, distantes dos objectivos propostos.

Assim, a recomendação é de reforço destas matérias nos conteúdos programáticos de todos os cursos, não apenas em sede de candidatura como também da correspondente verificação no fecho de projectos.

Relativamente a esta Medida a questão mais polémica é a atribuição de benefícios aos formandos. Não apenas pela importância que os montantes globais atingem em termos relativos como absolutos, como pela constatação generalizada por parte dos peritos que em alguns casos o valor é exagerado, sobrepondo-se ao valor do Subsídio de Desemprego ou, até em alguns casos, à remuneração expectável no exercício da correspondente profissão no mercado do trabalho. Pode pois colocar as expectativas de remunerações futuras acima da prática do mercado e assim tornar-se uma fonte de desmotivação para a procura de emprego.

Este é um aspecto sensível já que deste aspecto resulta não apenas a motivação para a formação, como em muitos casos a própria possibilidade destes frequentarem os cursos propostos. A regulamentação não pode excepcionar cada um dos casos e tem que estabelecer um conjunto de regras aplicáveis de forma justa à maioria dos desempregados. Parece no entanto imperativo baixar os custos directos com a subsidiação dos formandos eventualmente através da conjugação de critérios com os do Subsídio de Desemprego e eventualmente até de diminuição do carácter suspensivo de Subsídio de Desemprego articulando-o de forma complementar com a bolsa de formação e outros benefícios auferidos.

É também essencial a realização de uma base de dados única de formandos desempregados de forma a impedir que desistentes de formação possam ter novo acesso a esta, evitando a existência dos “profissionais” da formação.

A avaliação, não apenas como forma de discriminação entre si, como também forma de estabelecimento de critérios de validação das competências e respectivo valor para o mercado de trabalho foram aspectos sugeridos à equipa de avaliação. Como forma de aumento da credibilidade e a qualidade do próprio Sistema.

A dispersão pelas várias acções tipo foi considerada adequada pela maioria dos peritos, havendo no entanto algumas críticas à forma como foi instituída a Acção Tipo 3.3.1.4. – Especialização Profissional de Quadros Superiores por fazer pouco sentido o esforço realizado no sentido de dotar aqueles que já têm qualificações acima da média de mais qualificações. Essa foi alegadamente a justificação para a sua suspensão dadas as restrições de dotação orçamental. No futuro não fará sentido este tipo tipologia, podendo sempre que se entender necessário, no quadro de reconversões, executar formações específicas para grupos homogéneos de desempregados com qualificações superiores noutra tipologia.

O sucesso obtido com a tipologia 3.2.2., através dos Estágios, sugere a sua utilidade e importância de continuação assim a respectiva taxa de empregabilidade seja atractiva e a dotação financeira o permita.

## 5. MEDIDA 3.9: ENSINO PROFISSIONAL (FSE)

### 5.1. INTRODUÇÃO

A avaliação em profundidade da Medida 3.9 – Ensino Profissional – baseia-se em fontes de informação diversas:

1. Informação divulgada pela CCDRLVT;
2. Dados dos dossiers dos projectos concluídos – candidaturas e relatórios finais;
3. Resultados do Estudo do Percurso dos diplomados e da compatibilidade da Oferta/ Procura do Ensino Profissional nos Anos Lectivos 2001/2002 e 2002/2003, CESO I&D – PRODEP III, em especial a informação disponibilizada no Anexo IV - Região de Lisboa e Vale do Tejo;
4. Entrevista ao responsável pela Medida;
5. Conjunto de entrevistas (inquérito de resposta aberta enviado via Internet) aos promotores localizados em diferentes NUTS III;
6. Informação disponibilizada nos sites das escolas Profissionais apoiadas pelo PORLVT.

### 5.2. O ENSINO PROFISSIONAL DE NÍVEL 3 NA RLVT

No ano lectivo de 2002/03, estavam inscritos nos cursos profissionais do ensino secundário 9298 alunos na Região de Lisboa e Vale do Tejo, o que corresponde a cerca de 9 % da frequência das diversas modalidades do ensino secundário regular, valor um pouco inferior à parcela nacional (11%). A proporção de alunos nos cursos profissionais de nível 3 não é muito distinta nas diversas subregiões, mas, ainda assim, varia entre 7,2% na Península de Setúbal e 13,4% no Médio Tejo.

No mesmo ano lectivo (últimos dados definitivos disponíveis), funcionavam na RLVT 54 Escolas Profissionais, 49 das quais privadas.

Com um padrão de distribuição similar ao total do Continente, a distribuição dos alunos dos cursos profissionais por áreas de formação na RLVT regista uma concentração significativa nos domínios de Administração, Serviços e Comércio (18%), Informática (14%), Artes Gráficas (10%) e Intervenção Pessoal e Social (10%). Destes 4 domínios, o único que surge nitidamente sobre representado na RLVT é as “artes gráficas”.

Em 2002/2003, os alunos apresentam um perfil masculinizado (57% são homens) e com uma estrutura etária menos jovem que a do restante ensino secundário regular (78% têm entre 15 e 19 anos e 18% 20 a 24 anos). A idade mais avançada e a predominância de homens nas escolas profissionais evidenciam um traço importante da procura deste tipo de ensino - são frequentemente os alunos com níveis de insucesso maiores no ensino básico que optam pelos cursos profissionais.

### 5.3. SINOPSE DA MEDIDA

**Designação:** Medida 3.9 – Ensino Profissional

#### **Objectivo Geral**

Valorizar o Tejo, criando as condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo, como espaço de lazeres e de turismos, mas também como espaço de dinâmicas económicas e de bem estar social

#### **Objectivos específicos**

- Estimular a procura de formação inicial (escolar e profissional), inserida no sistema educativo, através do apoio ao funcionamento de cursos profissionais que preparem os jovens para um exercício profissional qualificado ou, caso os jovens optem pelo prosseguimento de estudos, para o ingresso no ensino superior;
- Qualificar e diversificar a oferta criando uma rede regionalizada de formações iniciais qualificantes de nível III.

#### **Critérios de Selecção:**

- Envolvimento institucional da Escola no tecido económico, social e cultural dos territórios respectivos;
- Relevância da formação proposta, em termos locais, regionais e nacionais, determinada, designadamente, pela tendência de procura social dos cursos e perspectivas de empregabilidade;
- Qualidade e grau de sucesso escolar e profissional das formações realizadas na escola;
- Existência de mecanismos facilitadores da inserção profissional dos diplomados e/ou de acompanhamento do seu percurso no período pós-formação;
- Harmonização da formação com a rede de cursos tecnológicos existentes na região;
- Grau de eficiência pedagógica e de gestão administrativo--financeiro da entidade candidata;
- Qualificação dos recursos humanos que dirigem e ministram a formação;
- Capacidade, qualidade e adequação das infra-estruturas educativas/formativas instaladas;
- Prossecução dos objectivos da política para a igualdade de oportunidades, promovendo designadamente o acesso das mulheres a áreas profissionais não tradicionais.

**Categorias de beneficiários:**

Beneficiários Finais:

- Pessoas singulares ou colectivas de direito privado proprietárias de Escolas Profissionais devidamente autorizadas pelo Ministério da Educação;
- Escolas Profissionais Públicas.

Destinatários Finais:

- Jovens que concluíram o 3º ciclo do ensino básico ou equivalente (9º ano de escolaridade);
- Jovens que, tendo concluído o 2º ciclo do ensino básico, optem por uma formação vocacional artística que exija o desenvolvimento e treino precoces de competência artística.

**Programação financeira e situação do compromisso e da execução a 30/06/05:**

Unidade: 1000 Euros

	Custo total	Despesa Pública	FSE	AP Central	Financiamento privado
Programação (DOCUP-CP)	61 110	57 270	33 001	24 269	3 840
Reprogramação Dezembro 2004	66 668	62.495	36.001	26.494	4.173
Aprovado	68 776	65465	37 643	27.822	
Execução elegível	64.869	60 959	35.051	25 908	
Pago		61 565	35400	13 083	

**Indicadores e metas para 2006:**

Nº de formandos – 12.990

Nº de escolas apoiadas - 21

Nº de turmas apoiadas - 633

Nº de horas de formação – 52.372.800

Nº de jovens que concluíram o ensino profissional com qualificação nível III – 2.800

#### 5.4. EXECUÇÃO DA MEDIDA

As candidaturas das escolas profissionais seguiam os mesmos critérios quer fossem apoiadas pelo PORLVT ou pelo PRODEP III. O PORLVT apoiou projectos até ao passado ano lectivo, sendo preferencialmente financiadas pelo PORLVT aquelas candidaturas que obedeciam aos seguintes critérios:

- Escolas com Câmaras Municipais como sócios;
- Escolas em áreas onde não havia oferta pública de cursos similares;
- Níveis de empregabilidade e taxas de sucesso escolar mais elevados.

A medida 3.9 apoiou 79 projectos de 23 escolas profissionais que, na sua grande maioria, foram financiadas pelo PORLVT nos 4 anos lectivos abrangidos pelo período em análise. Trata-se de um investimento pouco concentrado, dado que os 4 maiores projectos representam apenas 14,3% do total.

**QUADRO 5-1: DADOS GERAIS SOBRE A EXECUÇÃO DA MEDIDA 3.9**

Nº Projectos	Invest. nos 4 maiores proj. da medida e nos 10 maiores do Fundo ou Eixo	Investimento Elegível Total	% Invest. nos maiores projectos	Dimensão média dos projectos aprovados
79	9.821.218	68.776.378	14,3%	870.587

Fonte: Equipa de avaliação, a partir das bases de dados do PORLVT

A medida do ensino profissional tem já comprometida a totalidade dos meios públicos que lhe foram afectos pelo PORLVT e apresenta uma taxa de execução da despesa pública que ronda os 95%.

A duração dos projectos é de um ano lectivo, pelo que a maioria deles (77%) se encontravam já concluídos em Junho de 2005. Estavam apenas por concluir os que respeitam o ano de 2004/2005.

**QUADRO 5-2: NÍVEIS DE EXECUÇÃO**

	Nº projectos	Investimento total (1000€)	Projectos na Grande Lisboa e Pen.. Setúbal	Investimento total em projectos na Grande Lisboa e Pen. Setúbal (1000€)
(A) Total de projectos aprovados	79	68.776	47 (59,5%)	37.999 (55,3%)
(B) Projectos com taxa de execução sup a 50%	18	14.817	11 (61,1%)	9.834 (66,4%)
(C) Projectos concluídos	61	53.959	36 (59,0%)	28.165 (52,2%)

Fonte: Equipa de avaliação, a partir das bases de dados do PORLVT

**QUADRO 5-3: TIMINGS DE APROVAÇÃO - CARACTERIZAÇÃO GERAL**

Ano	Nº Projectos	Investimento Total (1000€)
2000	19	16.957
2001	25	22.938
2002	18	17.137
2003	17	11.748
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>68.776</b>

Fonte: Equipa de avaliação, a partir das bases de dados do PORLVT

A distribuição territorial do investimento associado à medida apresenta uma concentração (40%) na NUTSIII Grande Lisboa (Quadro 5-4). Se atendermos às diferentes características e dimensões das sub-regiões, nomeadamente aos volumes de procura potencial das escolas profissionais em cada região, então existe claramente uma discriminação positiva a favor do Médio Tejo no ensino profissional.

**QUADRO 5-4: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS – CARACTERIZAÇÃO GERAL POR NUTS III**

NUTS III	Nº Projectos	Nº projectos (% total)	Investimento total (1000€)	Investimento total (% do total)	Total Executado (1000€)	Taxa de Execução (%)
Grande Lisboa	36	46%	27.694	40%	26.546	95,85
Península Setúbal	11	14%	10.305	15%	8.050	78,12
Oeste	2	3%	990	1%	990	100,00
Lezíria do Tejo	1	1%	1.240	2%	1.240	100,00
Médio Tejo	17	22%	10.819	16%	10.565	97,65
Não identificado	12	15%	17.728	26%	17.478	98,59
<b>Total</b>	<b>79</b>	<b>100%</b>	<b>68.776</b>	<b>100%</b>	<b>64.869</b>	<b>94,32</b>

Fonte: Equipa de avaliação, a partir das bases de dados do PORLVT

A grande maioria dos projectos aprovados são desenvolvidos por promotores do sector privado ou do terceiro sector, sendo que cerca de 40% dos projectos e do investimento são da responsabilidade de empresas privadas (Quadro 5-5 e Quadro 5-6). Apenas dois projectos são promovidos por uma escola pública, pelo que a participação do sector público na medida, ao contrário do que sucede ao nível do Programa, é residual.

**QUADRO 5-5: PROJECTOS APROVADOS E CONCLUÍDOS SEGUNDO O TIPO DE PROMOTOR**

Categorias de beneficiários	Projectos aprovados (A)		Projectos concluídos (B)		(B)/(A) - %	
	Nº projectos	Investimento total (1000€)	Nº projectos	Investimento total (1000€)	% projectos	Investimento total (%)
Empresas privadas	31	26662	25	22291	80,6	83,6
Cooperativas	8	15163	6	12169	75,0	80,3
Associações	27	17405	19	11358	70,4	65,3
Fundações	7	6982	6	5855	85,7	83,9
Empresas Municipais	4	1755	3	1479	75,0	84,3
Administração Pública Central	2	808	2	808	100,0	100,0

Fonte: Equipa de avaliação, a partir das bases de dados do PORLVT

**QUADRO 5-6: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS - TIPOS DE PROMOTORES POR NUTS III**

	Grande Lisboa	Península Setúbal	Oeste	Lezíria do Tejo	Médio Tejo	Não identificado	Total
<b>Valores absolutos</b>							
Empresas privadas	13	4		1	12	1	31
Cooperativas					1	7	8
Associações	13	5	2		4	3	27
Fundações	4	2				1	7
Empresas Municipais	4						4
Administração Pública Central	2						2
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>17</b>	<b>12</b>	<b>79</b>
<b>Percentagem</b>							
Empresas privadas	36,1	36,4	0,0	100,0	70,6	8,3	39,2
Cooperativas	0,0	0,0	0,0	0,0	5,9	58,3	10,1
Associações	36,1	45,5	100,0	0,0	23,5	25,0	34,2
Fundações	11,1	18,2	0,0	0,0	0,0	8,3	8,9
Empresas Municipais	11,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,1
Administração Pública Central	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Equipa de avaliação, a partir das bases de dados do PORLVT

### 5.5. EFICÁCIA E EFICIÊNCIA DAS INTERVENÇÕES

Todas as metas associadas aos indicadores quantificados pela gestão do Programa foram cumpridas ou ultrapassadas, com excepção da meta relativa às horas de formação (Quadro 5-7). Nalguns casos a realidade da execução ultrapassou de tal forma as metas reprogramadas, que se pode por em causa a correcção da definição destas metas efectuada em 2004 face à execução já evidenciada em 2003, situação que indicia uma eventual falta de coordenação entre a lógica global de execução do Programa e a lógica sectorial de coordenação da medida.

**QUADRO 5-7: METAS E INDICADORES DA MEDIDA 3.9**

Indicadores	Metas 2006		Indicadores Físicos	
	Inicial	Reprogramada	Execução 2003	Execução (Junho 2005)
Nº de formandos	12990	12990	20776	23282
Nº de escolas apoiadas	21	23	23	23
Nº de turmas apoiadas	633	802	802	930
Nº de horas de formação (Volume de formação)	52.372.800	52.372.800	17.547.918	19.288.909
Nº de jovens que concluíram o ensino secundário profissional com qualificação nível III	2.800	2.800	3.406	4.022

Fonte: Bases de Dados do SiPORLVT

Para além das indicações fornecidas no quadro anterior, deve-se também realçar o considerável incremento registado, entre 2000 e 2003, ao nível da conclusão do Ensino Profissional de Nível 3 na Região de Lisboa e Vale do Tejo e nas NUTS III que a constituíam (Quadro 5-8).

**QUADRO 5-8: CONCLUSÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL, 2000-2003**

	2000/2001	2001/2002	2002/2003
Oeste	101	121	164
Grande Lisboa	817	943	1134
Península de Setúbal	206	218	359
Médio Tejo	195	202	241
Lezíria do Tejo	120	129	151
<b>RLVT</b>	<b>1439</b>	<b>1613</b>	<b>2049</b>

Fonte: ME-GIASE - Estatísticas da Educação

## 5.6. AVALIAÇÃO DE IMPACTES EXPECTÁVEIS DAS INTERVENÇÕES

Em que medida as acções desenvolvidas têm contribuído para a diminuição do abandono escolar? E para a melhoria do desempenho escolar em geral?

À semelhança do que se verifica ao nível nacional, a taxa de conclusão dos cursos Profissionais de Nível 3 na RLVT (71%) é bastante superior à que se regista nos cursos gerais (57%) e nos cursos tecnológicos (45%) do Ensino Secundário Regular. Este indicador de sucesso escolar é diferenciado nas várias NUT3, variando entre 62% no Oeste e 99% na Lezíria do Tejo.

O inquérito aos diplomados dos cursos profissionais de nível 3 realizado no âmbito do “Estudo do percurso dos diplomados e da compatibilidade da oferta/ procura do ensino profissional nos anos lectivos 2001/2002 e 2002/2003” (PRODEP III/CESO I&D, Consultoria e Estudos, 2005) permite conhecer em profundidade o Ensino Profissional nas vertentes do abandono escolar e da empregabilidade dos diplomados<sup>20</sup>.

Reforçando a ideia já enunciada sobre a especificidade dos alunos que optam no 10º ano pelo ensino profissional, é muito significativa, entre os diplomados em 2001/2002, a parcela de jovens que transitaram dos cursos gerais ou dos tecnológicos para as escolas profissionais - 40% destes jovens já tinham frequentado o ensino secundário quando ingressaram na escola profissional. No entanto, essa situação não é explicitada nas respostas sobre os motivos da escolha do ensino profissional. Quase metade dos jovens respondentes ao inquérito aponta o gosto/vocação pela prática profissional a que o curso dá acesso como primeira motivação para a opção pelo ensino profissional. Apenas 15% indica o acesso ao diploma do ensino secundário com qualificação profissional como 1ª razão.

As 6 escolas auscultadas pela equipa de avaliação referem bons níveis de desempenho escolar e atribuem a melhoria nos últimos anos à selecção efectuada pela Direcção Geral de Formação Vocacional.

Como factores para a permanência de algum insucesso são apontados: (i) a preparação deficiente dos alunos, (ii) ambientes sócio-familiares desfavoráveis, (iii) escolha inadequada do curso, (iv) entrada precoce no mercado de trabalho. Este último factor é considerado responsável pela grande maioria dos casos de abandono escolar.

---

<sup>20</sup> A amostra da RLVT relativa aos diplomados em 2001/2002 é estatisticamente bastante significativa, incluindo 427 diplomados de 28 escolas.

Em que medida as acções desenvolvidas contribuíram para criar condições favoráveis à inserção dos jovens na vida activa?

O percurso após a conclusão do curso dos diplomados no ano lectivo de 2001/2002 é bastante diversificado tanto na RLVT como no Continente. É significativa a percentagem daqueles que ficaram empregados na entidade onde efectuaram o estágio, o que evidencia o importante papel desta componente educativa quer em termos de aquisição de competências quer no reforço da empregabilidade. É também relevante a parcela de diplomados do ensino profissional que continua os estudos logo após a conclusão do curso, o que mostra que esta modalidade de ensino não constitui uma barreira ao ensino superior.

**QUADRO 5-9: PERCURSO PÓS-ESTÁGIO (CONCLUSÃO DO CURSO) DOS DIPLOMADOS NO ANO LECTIVO DE 2001/2002**

Percurso		RLVT
Integração na entidade acolhedora do estágio		12,5%
Não integração na entidade acolhedora do estágio	Não foi convidado a ficar	40,2%
	Foi convidado mas não aceitou	7,4%
	Surgiu outra oportunidade de trabalho	7,7%
	Prosseguiu estudos	29,9%
Outra situação		14,8%

Fonte: Inquérito aos diplomados 2001/2002, PRODEP III/CESO I&D, Consultoria e Estudos, 2005

Os diplomados que optaram por iniciar a sua vida activa após a conclusão do curso profissional conseguiram o primeiro emprego num prazo relativamente curto: 32% em menos de 1 mês, 59% em menos de 6 meses e apenas 16% aguardaram mais de 1 ano.

A situação dos diplomados UM ano após a conclusão dos cursos revela um panorama muito favorável, 80% dos jovens estão empregados ou a estudar.

**QUADRO 5-10: SITUAÇÃO DOS DIPLOMADOS 2001/2002, 12 MESES APÓS A CONCLUSÃO DO CURSO**

Situação	(%)
Desempregado	13,8
Empresário	1,6
Trabalhador	49,3
Estudante	31,1
Outra situação	4,2

Fonte: Inquérito aos diplomados 2001/2002, PRODEP III/CESO I&D, Consultoria e Estudos, 2005

Os procedimentos levados a cabo pelos diplomados das escolas profissionais em 2001/2002 para encontrar emprego não se afastam do perfil habitual. A grande maioria recorreu a anúncios (69,5%), contactou parentes ou amigos (62,7%), dirigiu-se directamente a potenciais empregadores (62,7%) ou

contactou o centro de emprego (55,9%). O recurso aos serviços da escola profissional é muito pouco frequente.

As escolas auscultadas no âmbito desta avaliação realçam muito o papel das entidades que proporcionam estágios no reforço da empregabilidade dos diplomados. Todas estas escolas possuem estruturas formais para o acompanhamento e inserção profissional dos diplomados, procedimento que é desenvolvido com nível elevado de eficácia.

O trabalho em rede desenvolvido pelas escolas é, contudo, na nossa opinião, um factor crucial para o aumento da empregabilidade dos diplomados. A título ilustrativo apresentam-se no Anexo 4 cinco casos de Escolas Profissionais apoiadas pelo PORLVT que assumem, em nossa opinião, um carácter fortemente demonstrativo no âmbito do reforço do capital relacional.

### 5.7. RECOMENDAÇÕES

A medida 3.9 funcionou como um apoio complementar ao PRODEP III não se diferenciando substancialmente da Medida 1-Ação 1.3 daquele Programa Sectorial. Por isso, a programação, a execução e os efeitos da Medida 3.9 não devem ser lidos de modo autónomo.

Parece conveniente que a complementaridade entre programas regionais e sectoriais se traduza na articulação de estratégias e de objectivos e não resida apenas no concurso de várias fontes de financiamento para o mesmo propósito, o que de facto se verificou.

Para além desta recomendação de carácter programático, importa salientar alguns factores passíveis de reforçar a qualidade e eficácia do ensino profissional de nível 3. Tendo em conta as opiniões decorrentes desta avaliação bem como os resultados do Estudo desenvolvido pelo PRODEP III/CESO I&D (2005) já referido anteriormente, identificam-se as seguintes recomendações:

- Necessidade de aumentar a oferta de ensino profissional de nível 3, não só como forma de combater o intenso abandono escolar no ensino secundário, mas também na óptica de aumentar substancialmente a oferta de profissionais devidamente qualificados;
- Desenvolver uma articulação mais forte entre a rede escolar pública e privada;
- Reforçar a internacionalização das escolas profissionais através de parcerias, redes e projectos conjuntos;
- Manter e desenvolver os princípios e as práticas pedagógicas que têm permitido obter muito bons resultados nas escolas profissionais existentes, em especial a definição clara das

competências a adquirir quer em termos conceptuais quer ao nível instrumental, o ensino modular e o acompanhamento personalizado dos alunos;

- Reforçar ou manter as qualificações profissionais do corpo docente;
- Divulgar de modo mais eficaz as competências dos diplomados do ensino profissional junto dos potenciais empregadores.

## 6. MEDIDA 3.15: AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

A análise a seguir apresentada inclui uma caracterização geral das oito acções que integram a Medida 3.15 (AGRIS), ainda que, de acordo com o Caderno de Encargos, se focalize mais nas Acções 2, 3, 5 e 7. O período de referência da avaliação decorre entre o ano 2000 e o 1º semestre de 2005 e a análise efectuada baseia-se na informação disponibilizada pela Estrutura de Apoio Técnico (EAT) da Medida e o resultado de instrumentos de auscultação de promotores (foi realizada uma sessão de *Focus Group* onde estiveram presentes elementos da EAT da medida e promotores das acções que se pretende ver analisadas em profundidade e foi enviado um inquérito para os promotores dessas mesmas acções, ainda que o número de respostas não tenha permitido constituir uma amostra significativa e, portanto, os resultados do inquérito são apenas de natureza qualitativa e pontual.

### 6.1. SINOPSE DA MEDIDA

**Designação:** Medida 3.15 – Agricultura e Desenvolvimento Rural

**Objectivo geral:**

A melhoria da competitividade agro-florestal e a sustentabilidade rural e reforço do potencial humano e dos serviços à agricultura e às zonas rurais.

**Objectivos específicos:**

- Reforço da competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social;
- Incentivo à multifuncionalidade das explorações agrícolas, compensando-as pela prestação de serviços de carácter agro-ambiental ou outros de interesse colectivo e contribuindo assim para a sua diversificação interna e viabilidade económica;
- Promoção da qualidade e da inovação da produção agro-florestal e agro-rural, com vista a obter um crescimento sustentado da produtividade e a responder eficazmente às novas exigências dos consumidores em matéria de qualidade e segurança alimentar;
- Valorização do potencial específico dos diversos territórios rurais e apoio ao seu desenvolvimento e diversificação económica;
- Melhoria das condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais, através do seu rejuvenescimento e qualificação, da promoção do emprego, da igualdade de oportunidades, da defesa dos rendimentos e da garantia de acesso aos recursos e serviços essenciais ao desenvolvimento humano;
- Reforço da organização, associação e iniciativa dos agricultores, nas vertentes socioeconómica e socioprofissional e dos demais agentes do desenvolvimento rural, considerando-os protagonistas e parceiros de primeira importância na definição e concretização da nova estratégia de desenvolvimento.

**QUADRO 6-1: ESTRUTURA E OBJECTIVOS DAS ACÇÕES DA MEDIDA 3.15**

<b>ACÇÃO 1. DIVERSIFICAÇÃO NA PEQUENA AGRICULTURA</b>	
<i>Objectivos da Acção:</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar os rendimentos agrícolas e as condições de vida, de trabalho e de produção;</li> <li>• Manter e reforçar o tecido económico e social das zonas rurais bem como o potencial humano das áreas rurais;</li> <li>• Promover o desenvolvimento de actividades e de práticas potenciadoras do aproveitamento das condições edafo-climáticas regionais;</li> <li>• Diversificar as actividades em pequenas explorações agro-florestais de modo a viabilizar e desenvolver modelos de agricultura baseados na pluriactividade e plurirendimento familiar;</li> <li>• Promover ocupações múltiplas e rendimentos alternativos para famílias agricultoras que dão um contributo essencial à manutenção do ambiente e do tecido social das zonas rurais.</li> </ul>
<i>Subacções:</i>	SUBACÇÃO 1.1. Apoio à Pequena Agricultura SUBACÇÃO 1.2. Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola SUBACÇÃO 1.3. Incentivo às Actividades Turísticas e Artesanais
<b>ACÇÃO 2. DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS DE QUALIDADE</b>	
<i>Objectivos da Acção:</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver e melhorar a transformação e a comercialização de produtos que, ou pelas suas características marcadamente territoriais, ou pelo seu saber tradicional, se distinguem claramente dos produtos correntes no mercado;</li> <li>• Desenvolver os sistemas necessários à caracterização dos produtos de qualidade e dos seus modos de produção particulares;</li> <li>• Desenvolver acções de controlo da qualidade e dos sistemas e condições de produção dos produtos, bem como a respectiva certificação.</li> </ul>
<i>Subacções:</i>	SUBACÇÃO 2.1. Criação e Modernização de Unidades Produtivas SUBACÇÃO 2.2. Incentivos a Produtos de Qualidade
<b>ACÇÃO 3. GESTÃO SUSTENTÁVEL E ESTABILIDADE ECOLÓGICA DAS FLORESTAS</b>	
<i>Objectivos da Acção:</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção e consolidação do associativismo florestal e a melhoria do desempenho das estruturas organizativas dos baldios;</li> <li>• Desenvolvimento de serviços de natureza florestal especializados, diversificados e de qualidade;</li> <li>• Aumentar a sustentabilidade e a rentabilidade da floresta pelo uso racional dos seus recursos, nomeadamente através da profissionalização da gestão florestal;</li> <li>• Ordenar os espaços florestais e dotá-los de instrumentos de prevenção que diminuam as probabilidades de ocorrência de incêndios ou outras situações provocadas por pragas e doenças;</li> <li>• Conservação e valorização dos espaços florestais de alto valor ecológico.</li> </ul>
<i>Subacções:</i>	SUBACÇÃO 3.1. Instalação de Organizações de Produtores Florestais SUBACÇÃO 3.2. Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais SUBACÇÃO 3.3. Apoio à Prestação de Serviços Florestais SUBACÇÃO 3.4. Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos SUBACÇÃO 3.5. Valorização e Conservação dos Espaços Florestais de Interesse Público

<b>ACÇÃO 4. SERVIÇOS À AGRICULTURA</b>	
<i>Objectivos da Acção:</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar e desenvolver serviços de substituição e de apoio à gestão das explorações agrícolas;</li> <li>• Criar e desenvolver a prestação de outros serviços essenciais à agricultura e a actividades complementares, tendo em vista, nomeadamente, a melhoria da gestão técnica e económica das explorações agrícolas, e das condições de trabalho dos agricultores, a qualidade dos produtos, a protecção do ambiente e o bem estar animal.</li> </ul>
<i>Subacções:</i>	SUBACÇÃO 4.1. Instalação de Serviços de Substituição e Gestão das Explorações SUBACÇÃO 4.2. Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura
<b>ACÇÃO 5. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E EMPARCELAMENTO</b>	
<i>Subacções:</i>	SUBACÇÃO 5.1. Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais SUBACÇÃO 5.2. Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega SUBACÇÃO 5.3. Emparcelamento Rural
<b>ACÇÃO 6. CAMINHOS E ELECTRIFICAÇÃO AGRO-RURAI</b>	
<i>Objectivos da Acção:</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar as acessibilidades nas zonas rurais</li> <li>• Disponibilizar o acesso à energia eléctrica por forma a permitir a modernização, reconversão e diversificação de actividades nas explorações agrícolas e garantir a melhoria das condições de vida dos agricultores</li> </ul>
<i>Subacções:</i>	SUBACÇÃO 6.1. Caminhos Agrícolas e Rurais SUBACÇÃO 6.2. Electrificação
<b>ACÇÃO 7. VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE E DO PATRIMÓNIO RURAL</b>	
<i>Objectivos da Acção:</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar e valorizar a identidade dos pequenos aglomerados rurais, melhorar a sua atractividade e potencial o seu desenvolvimento económico e social</li> <li>• Melhorar a qualidade de vida e de bem-estar da população rural</li> <li>• Aproveitamento dos recursos naturais e da paisagem para fins económicos, sociais e de lazer</li> <li>• Requalificação ambiental em áreas de interface com as explorações agrícolas e as agro-indústrias num quadro de intervenções de carácter colectivo</li> </ul>
<i>Subacções:</i>	SUBACÇÃO 7.1. Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural SUBACÇÃO 7.2. Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais
<b>ACÇÃO 8. DINAMIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL</b>	
<i>Objectivos da Acção:</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio à concepção, implementação, gestão e avaliação de Planos de Acção enquadramentos de iniciativas de desenvolvimento local nos domínios agrícola e rural;</li> <li>• Promoção de medidas de acompanhamento conexas à dinamização dos Planos de Acção, bem como à dinamização e divulgação de experiências de carácter inovador e efeito demonstrativo;</li> <li>• Reforço da cooperação entre iniciativas com distintas incidências territoriais, com vista à prossecução de estratégias comuns de desenvolvimento.</li> </ul>

QUADRO 6-2: VALORES MÁXIMOS DE AJUDA PREVISTOS PARA A MEDIDA 3.15

SUBACÇÕES	Ajuda (Despesa Pública)	FEOGA	
	(em % da Despesa Elegível)	(em % da Despesa Elegível)	(em % da Despesa Pública)
SUBACÇÃO 1.1. Apoio à Pequena Agricultura	50/40	35/30	70/75
SUBACÇÃO 2.1. Criação e Modernização de Unidades Produtivas	50	35	70
SUBACÇÃO 2.2. Incentivos a Produtos de Qualidade	100 (deg)	75 (deg)	75
	75/50	56,25/35	75/70
SUBACÇÃO 3.1. Instalação de Organizações de Produtores Florestais	100 (deg)	75 (deg)	75
	85	64	75
SUBACÇÃO 3.2. Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais	50/60	35	70/58,33
SUBACÇÃO 3.3. Apoio à Prestação de Serviços Florestais	30-80	25,5-60	75
SUBACÇÃO 3.4. Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos	80/100	60/75	75
SUBACÇÃO 4.1. Instalação de Serviços de Substituição e Gestão das Explorações	50	37,5	75
	100 (deg)	75 (deg)	75
SUBACÇÃO 4.2. Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura	30-100	22,5-75	75
	50	35	70
SUBACÇÃO 5.1. Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	100	75	75
SUBACÇÃO 5.2. Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	100	75	75
SUBACÇÃO 5.3. Emparcelamento Rural	100	75	75
SUBACÇÃO 6.1. Caminhos Agrícolas e Rurais	100	75	75
SUBACÇÃO 6.2. Electrificação	100	50	50
SUBACÇÃO 7.1. Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	100	75	75
	75	56,25	75
	50	37,5	75
SUBACÇÃO 7.2. Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	75-100	56,25-75	75
ACÇÃO 8. Dinamização do desenvolvimento agrícola e rural	100	75	75

**QUADRO 6-3: ENQUADRAMENTO LEGAL RELEVANTE DA MEDIDA 3.15**

ACÇÃO	ENQUADRAMENTO LEGAL
ACÇÃO 1. DIVERSIFICAÇÃO NA PEQUENA AGRICULTURA	Esta acção enquadra-se nos artigos 4º a 7º e nos 7º e 10º travessões do artigo 33º do Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg.(CE) n.º 1783/2003, e na Declaração da Comissão relativa a Portugal exarada na Acta do Conselho de 17/18 de Maio de 1999 aquando da adopção dos regulamentos relativos à reforma da PAC/Agenda 2000.
SUBACÇÃO 2.1. Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, - Art.ºs. 25º a 28º
SUBACÇÃO 2.2. Incentivos a Produtos de Qualidade	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art.º 33º, trav. 4
SUBACÇÃO 3.1. Instalação de Organizações de Produtores Florestais	Regulamento (CE) nº 1257/1999, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art.º 30º nº1, trav.5
SUBACÇÃO 3.2. Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais	Regulamento (CE) nº 1257/1999, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art.º 33º, trav.3
SUBACÇÃO 3.3. Apoio à Prestação de Serviços Florestais	Regulamento (CE) nº 1257/1999, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art.º 33º, trav.5
SUBACÇÃO 3.4. Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos	Regulamento (CE) nº 1257/1999, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art.º 30º nº 1, trav.6
SUBACÇÃO 3.5. Valorização e Conservação dos Espaços Florestais de Interesse Público.	Regulamento (CE) nº 1257/1999, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art.º 32º
SUBACÇÃO 4.1. Instalação de Serviços de Substituição e Gestão das Explorações	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art.º 33º, trav. 3
SUBACÇÃO 4.2. Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art.º 33º, trav.5
SUBACÇÃO 5.1. Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art. 33º, trav. 8.
SUBACÇÃO 5.2. Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art.º 33º, trav. 8
SUBACÇÃO 5.3. Emparcelamento Rural	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art. 33º, trav. 2
SUBACÇÃO 6.1. Caminhos Agrícolas e Rurais	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art. 33º, trav. 9
SUBACÇÃO 6.2. Electrificação	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art. 33º, trav. 9
SUBACÇÃO 7.1. Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art. 33º, trav. 6
SUBACÇÃO 7.2. Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art. 33º, trav. 11
ACÇÃO 8. DINAMIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL	Regulamento (CE) nº 1257/99, alterado pelo Reg. (CE) n.º 1783/2003, Art. 33º, trav. 5

## 6.2. EXECUÇÃO DA MEDIDA

A medida 3.15 aprovou, até Junho de 2005, 1.247 projectos que se traduziram num investimento global de 137.348.605 €, dos quais 131.986.600 € correspondem a despesa pública. A taxa de comparticipação comunitária situa-se nos 74%.

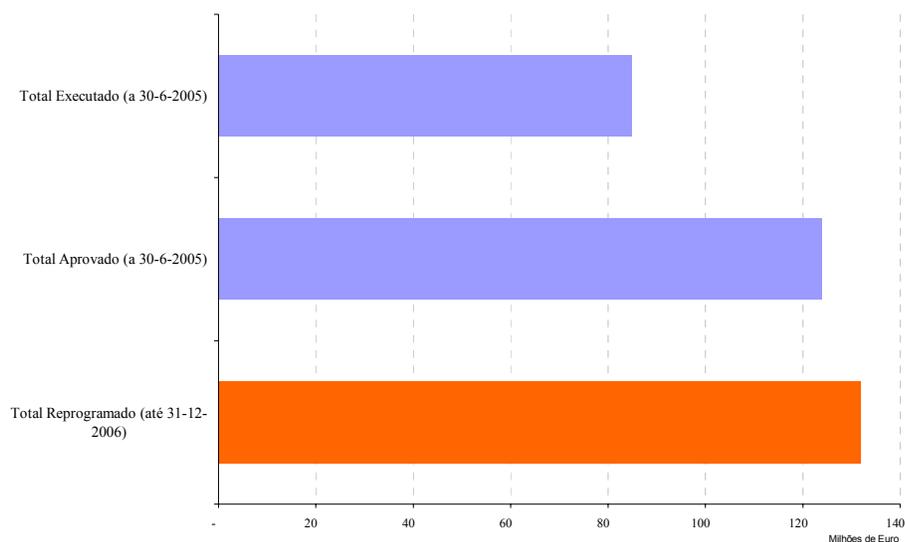
A medida apresenta uma taxa de compromisso elevada (93,9%), no entanto, a taxa de execução revela-se bastante mais moderada (68,4%), sobretudo em resultado da fraca execução associada a algumas das suas acções.

**QUADRO 6-4: MEDIDA 3.15 – REPROGRAMAÇÃO, COMPROMISSO E EXECUÇÃO GLOBAIS**

	Reprogramado			Aprovado			Executado		
	Total	Despesa Pública	FEOGA	Total	Despesa Pública	FEOGA	Total	Despesa Pública	FEOGA
Valores em Euros	175.650.665	131.999.800	97.509.000	137.348.605	123.950.385	91.449.713	94.792.077	84.833.079	62.776.605
% de Aprovação e Execução sobre Reprogramado				78,2%	93,9%	93,8%	54,0%	64,3%	64,4%
% de Execução sobre o Aprovado							69,0%	68,4%	68,7%
% sobre o Total Programado		72,2%	55,5%						
% do Fundo sobre a Despesa Pública			73,9%						

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

**GRÁFICO 6-1: MEDIDA 3.15 – VALORES FINANCEIROS DA DESPESA PÚBLICA**

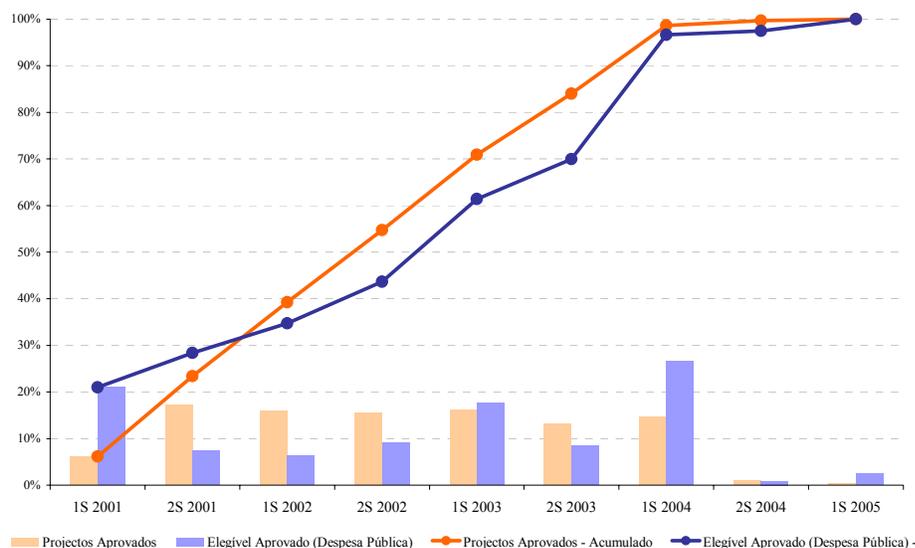


Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

A evolução da medida, quer ao nível do número de projectos quer ao nível do compromisso, caracterizou-se por uma trajectória eminentemente linear (Gráfico 6-2). Esta tendência esconde, no entanto, variações significativas quando analisadas ao nível das acções ou Subacções.

Mantendo-se a taxa de crescimento verificada no último ano, podemos prever que a Medida, na sua globalidade, deverá atingir em 2006 valores de compromisso próximo dos 100%.

**GRÁFICO 6-2: MEDIDA 3.15 – ÍNDICES DE APROVAÇÃO EM NÚMERO E VALOR DOS PROJECTOS (SEMESTRAL)**

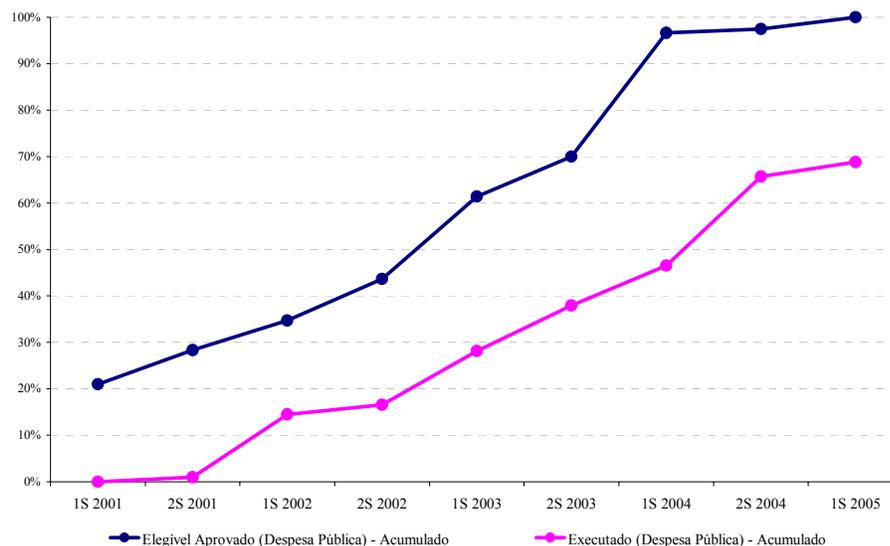


Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

A análise e aprovação de projectos decorreram, maioritariamente, entre o segundo semestre de 2001 e o primeiro semestre de 2004 quando se atingiu perto de 95% do valor reprogramado para a Medida. O ritmo de execução financeira tem, no entanto, criado uma *decalage* estável de cerca 3 semestres (1,5 ano) face às aprovações (Gráfico 6-3).

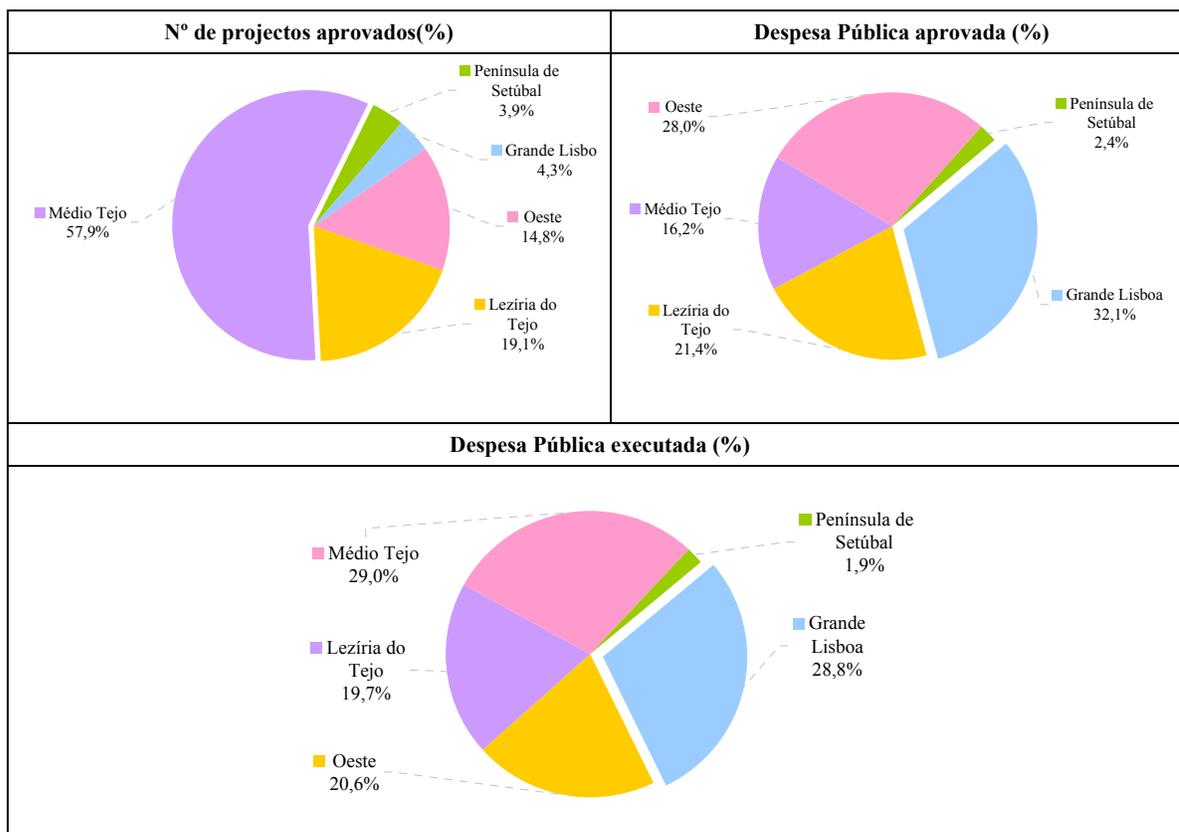
A grande maioria dos projectos aprovados localiza-se no Médio Tejo (58%), a que se seguem a Lezíria do Tejo e o Oeste, no entanto, quando se considera o investimento associado a esses projectos a região da Grande Lisboa absorve 32% dos recursos, o que significa que esta sub-região detém projectos de dimensão média bastante superior à verificada nas restantes NUTS III. A localização geográfica dos montantes associados à execução dos projectos apresenta uma distribuição muito semelhante à verificada ao nível do investimento aprovado (Gráfico 6-4).

**GRÁFICO 6-3: RELAÇÃO ENTRE OS ÍNDICES DE APROVAÇÃO E DE EXECUÇÃO (SEMESTRAL)**



Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

**GRÁFICO 6-4: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS E DO INVESTIMENTO**

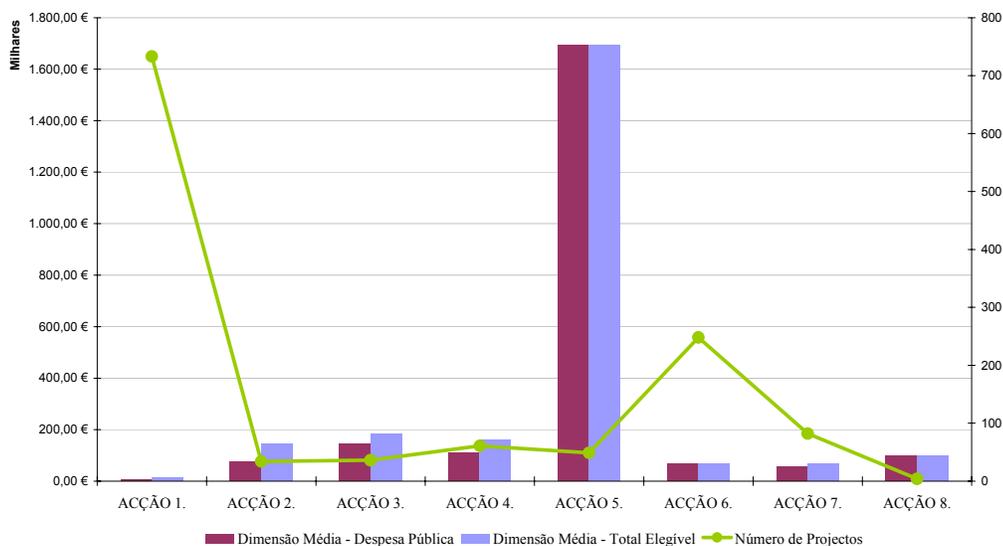


Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

A Medida integra 8 acções com dimensões e características bastante diferenciadas, desde logo, ao nível da concepção, onde a *Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento Rural* (sobretudo no que se refere à subacção 5.1) absorve 67% da despesa pública programada. A dimensão média dos projectos apoiados é também substancialmente diferente entre acções, verificando-se que dos 1.247 projectos aprovados, 733 (58%) se enquadram na *Acção 1. Diversificação na Pequena Agricultura* (Gráfico 6-5).

Também a execução da medida, quando analisada ao nível das acções e subacções, revela desequilíbrios, verificando-se a coexistência de acções com taxa de compromisso acima dos 90% (acções 4, 5 e 6), com acções com taxa de compromisso em torno dos 50% (acção 8). Estes desequilíbrios são mais acentuados ao nível da execução, onde coexistem acções com taxas de execução superiores a 80% (acções 1 e 2) e acções onde estas taxas se situam abaixo dos 30% face aos valores já aprovados. De seguida efectua-se uma análise mais pormenorizada que avalia simultaneamente a execução financeira e física associada a cada acção com base nos dados do Quadro 6-5 e do Quadro 6-6.

**GRÁFICO 6-5: MEDIDA 3.15 – DIMENSÃO MÉDIA DA AJUDA FINANCEIRA POR PROJECTO E NÚMERO DE PROJECTOS POR ACÇÃO**



Fonte: Equipa Avaliadora sobre dados da Unidade Coordenadora

**QUADRO 6-5: MEDIDA 3.15 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO POR ACÇÃO/SUB-ACÇÃO (DESPA PÚBLICA)**

Acção/ Sub- acção	Programação		Aprovado		Taxa de Compromisso	Executado		Taxa de Execução
	valor	%	valor	%		valor	%	
1	5.926.791,01 €	4,5%	4.841.860,83 €	3,9%	81,7%	4.485.792,26 €	5,3%	92,6%
2	4.118.393,75 €	3,1%	2.562.492,00 €	2,1%	62,2%	2.128.548,18 €	2,5%	83,1%
21	2.057.137,68 €	1,6%	2.136.474,03 €	1,7%	103,9%	1.806.589,66 €	2,1%	84,6%
22	2.061.256,07 €	1,6%	426.017,97 €	0,3%	20,7%	321.958,52 €	0,4%	75,6%
3	6.071.990,79 €	4,6%	5.140.878,41 €	4,1%	84,7%	1.460.128,15 €	1,7%	28,4%
31	653.346,21 €	0,5%	1.736.201,09 €	1,4%	265,7%	642.468,04 €	0,8%	37,0%
32	101.402,25 €	0,1%	37.500,00 €	0,0%	37,0%	25.145,72 €	0,0%	67,1%
33	338.209,89 €	0,3%	259.181,66 €	0,2%	76,6%	7.204,19 €	0,0%	2,8%
34	4.632.321,77 €	3,5%	3.107.995,66 €	2,5%	67,1%	785.310,20 €	0,9%	25,3%
35	346.710,67 €	0,3%	0,00 €	0,0%	0,0%	0,00 €	0,0%	0,0%
4	7.141.189,17 €	5,4%	6.782.549,59 €	5,5%	95,0%	4.679.392,98 €	5,5%	69,0%
41	789.815,52 €	0,6%	377.349,50 €	0,3%	47,8%	293.017,56 €	0,3%	77,7%
42	6.351.373,64 €	4,8%	6.405.200,09 €	5,2%	100,8%	4.386.375,42 €	5,2%	68,5%
5	83.753.872,94 €	63,5%	82.959.713,16 €	66,9%	99,1%	58.623.786,70 €	69,1%	70,7%
51	63.116.918,65 €	47,8%	67.129.344,68 €	54,2%	106,4%	47.138.015,19 €	55,6%	70,2%
52	13.006.976,47 €	9,9%	12.157.619,49 €	9,8%	93,5%	9.584.738,76 €	11,3%	78,8%
53	7.629.977,82 €	5,8%	3.672.748,99 €	3,0%	48,1%	1.901.032,75 €	2,2%	51,8%
6	17.318.373,73 €	13,1%	16.709.228,59 €	13,5%	96,5%	10.700.749,53 €	12,6%	64,0%
61	9.921.696,31 €	7,5%	11.653.045,89 €	9,4%	117,5%	8.312.960,45 €	9,8%	71,3%
62	7.396.677,42 €	5,6%	5.056.182,71 €	4,1%	68,4%	2.387.789,08 €	2,8%	47,2%
7	6.811.189,67 €	5,2%	4.554.574,86 €	3,7%	66,9%	2.664.107,93 €	3,1%	58,5%
71	4.795.758,64 €	3,6%	3.529.073,00 €	2,8%	73,6%	1.686.511,25 €	2,0%	47,8%
72	2.015.431,02 €	1,5%	1.025.501,86 €	0,8%	50,9%	977.596,68 €	1,2%	95,3%
8	844.798,72 €	0,6%	399.088,04 €	0,3%	47,2%	90.573,69 €	0,1%	22,7%
<b>Total</b>	<b>131.986.599,76 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>123.950.385,48 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>93,9%</b>	<b>84.833.079,42 €</b>	<b>100,0%</b>	<b>68,4%</b>

Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

QUADRO 6-6: MEDIDA 3.15 – INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO

Ação/Sub-acção	Indicador	Meta para 2006	Realização (30/06/2005)
ACÇÃO 1. Diversificação na pequena agricultura	Nº de Projectos Aprovados	936	733
SUBACÇÃO 2.1. Criação e Modernização de Unidades Produtivas	Nº de Projectos Aprovados	24	24
SUBACÇÃO 2.2. Incentivos a Produtos de Qualidade	Nº de Projectos Aprovados	17	10
SUBACÇÃO 3.1. Instalação de Organizações de Produtores Florestais	Nº de Projectos Aprovados	6	6
SUBACÇÃO 3.2. Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais	Nº de Projectos Aprovados	3	1
SUBACÇÃO 3.3. Apoio à Prestação de Serviços Florestais	Nº de Projectos Aprovados	4	3
SUBACÇÃO 3.4. Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos	Nº de Projectos Aprovados (Comp. Biótica)	4	2
	Área Florestal Intervencionada (Componente Biótica) em hectares	25.000	54.045
	Número de Projectos Aprovados (Componente Abiótica)	38	24
	Área Florestal Intervencionada (Componente Abiótica) em hectares	100.000	96.671
	Nº de Estruturas de Vigilância Aprovadas	-	4 (projectos)
SUBACÇÃO 4.1. Instalação de Serviços de Substituição e Gestão das Explorações	Nº de Projectos Aprovados	3	2
SUBACÇÃO 4.2. Desenvolvimento de Outros Serviços à Agricultura	Nº de Projectos Aprovados	67	59
SUBACÇÃO 5.1. Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais	Nº de Projectos Aprovados	22	23
	Nº de Agricultores Abrangidos pelos Projectos	5.700	6.380
	Área Beneficiada pelos Projectos (hectares)	19.000	20.213
SUBACÇÃO 5.2. Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega	Nº de Projectos Aprovados	21	20
	Nº de Agricultores Abrangidos pelos Projectos	3.600	2.843
	Área Beneficiada pelos Projectos (hectares)	25.000	23.674
SUBACÇÃO 5.3. Emparcelamento Rural	Número de Projectos Aprovados	7	6
	Nº de Agricultores Abrangidos pelos Projectos	4.000	3.213
	Área Beneficiada pelos Projectos (hectares)	11.000	9.786
SUBACÇÃO 6.1. Caminhos Agrícolas e Rurais	Nº de Projectos Aprovados	139	128
	Km de Rede Viária Beneficiada	250	224,7
	Nº de Explorações Agrícolas Beneficiados	3.850	3.945
SUBACÇÃO 6.2. Electrificação	Nº de Projectos Aprovados	118	120
	Nº de Explorações Agrícolas e Agro-Industriais Beneficiados	300	267
	Km de Rede de Média Tensão Instalada	-	129,4
	Km de Rede de Baixa Tensão Instalada	-	46,2
SUBACÇÃO 7.1. Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural	Nº de Projectos Aprovados	-	46
SUBACÇÃO 7.2. Conservação do Ambiente e dos Recursos Naturais	Nº de Projectos Aprovados	-	36
ACÇÃO 8. Dinamização do desenv. agrícola e rural	Nº de Projectos Aprovados	-	4

Nota: Os indicadores apresentados são os indicadores de realização física para os quais existe informação actualizada face ao apresentado no âmbito da Avaliação Intercalar. A actualização dos valores destes indicadores foi efectuada pela equipa de avaliação com base na agregação dos dados disponíveis na base de dados disponibilizada pela EAT do AGRIS, uma vez que no ficheiro disponibilizado pela EAT Central os valores apresentados para estes indicadores são, na generalidade dos casos, os que constam no Relat. de Execução 2004. Os indicadores de realização financeira previstos - Ajudas públicas por acção – estão contemplados no quadro anterior, na coluna que apresenta o montante de despesa pública aprovada por acção.

### 6.2.1 Acção 1 – Diversificação na Pequena Agricultura

A Acção 1 - Diversificação na Pequena Agricultura abrange 733 projectos aprovados (sobretudo no Médio Tejo, onde se situam 84,7% dos projectos), que representam cerca de 58,8 % do total de projectos aprovados na Medida. São todos projectos de pequena dimensão, como se justifica face ao tipo de intervenção e ao tipo de promotores considerados, pelo que representa apenas 4% do investimento aprovado e 5% do executado na Medida. Esta acção apresenta valores elevados quer ao nível do compromisso (82%) quer ao nível da taxa de execução (93%) e atingiu 79% da meta prevista para 2006.

#### CAIXA DE TEXTO 6-1: SÍNTESE DA ACÇÃO 1

##### DIVERSIFICAÇÃO NA PEQUENA AGRICULTURA

###### Objectivos da Acção:

- Melhorar os rendimentos agrícolas e as condições de vida, de trabalho e de produção;
- Manter e reforçar o tecido económico e social das zonas rurais bem como o potencial humano das áreas rurais;
- Promover o desenvolvimento de actividades e de práticas potenciadoras do aproveitamento das condições edafoclimáticas regionais;
- Diversificar as actividades em pequenas explorações agro-florestais de modo a viabilizar e desenvolver modelos de agricultura baseados na pluriactividade e plurirendimento familiar;
- Promover ocupações múltiplas e rendimentos alternativos para famílias agricultoras que dão um contributo essencial à manutenção do ambiente e do tecido social das zonas rurais.

###### Destinatários da Acção:

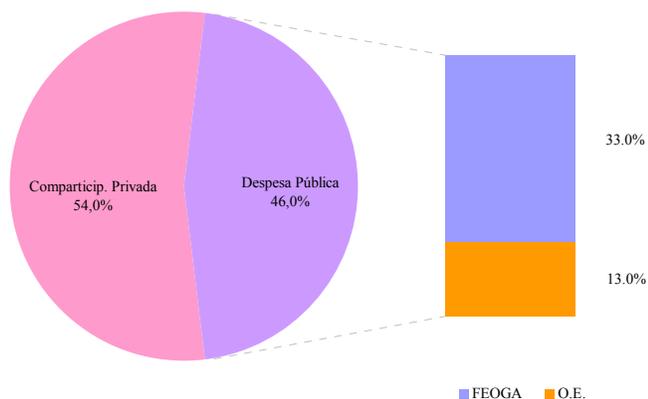
Agricultores titulares de explorações agrícolas de pequena dimensão (menos de 8 UDEs) do tipo familiar (dependentes em mais de 50% da mão-de-obra familiar), com residência única no concelho ou concelhos limítrofes aquele onde se situa a exploração.

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	5.926.791	4.841.861	4.485.792
Percentagem sobre o total da medida 3.15	4,49%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		81,7%	92,7%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

Os níveis máximos de apoio público situam-se entre os 40 a 50% significando assim um investimento executado total de cerca de 9.750.000 €. É nesta acção que se encontra a maior percentagem de projectos 100% executados e encerrados (76%) e apenas 5% dos projectos ainda não obtiveram qualquer execução.

GRÁFICO 6-6: MEDIDA 3.15 – ESTRUTURA DE COMPARTICIPAÇÃO NA ACÇÃO 1.



Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

Pelo índice de aprovações do período em análise parece pouco provável atingir os objectivos financeiros programados, bem como o número de projectos aprovados. Efectivamente o objectivo de 936 projectos aprovados para o final do programa encontra-se muito longe dos 733 actuais.

### 6.2.2. Acção 2 – Desenvolvimento de Produtos de Qualidade

A Acção 2 - Desenvolvimento dos Produtos Tradicionais Regionais apresenta uma taxa de compromisso baixa (62%) e uma taxa de execução relativamente elevada (83%).

Nesta acção verifica-se um claro desequilíbrio na adesão dos promotores às suas duas sub-acções: a procura dirigiu-se essencialmente à Subacção 2.1 - Criação e Modernização de Unidades Produtivas de Produtos de Qualidade, que atingiu já as metas previstas para 2006 (24 projectos, 83% dos quais se destinam à modernização e/ou criação de Lagares de Azeite nas Sub-regiões do Médio Tejo e Lezíria do Tejo), enquanto que a adesão à Subacção 2.2 - Incentivos a Produtos de Qualidade se situou claramente abaixo do previsto ao nível da programação, tendo aprovado apenas 10 projectos (essencialmente na área Horto-Frutícola, propostos na sua maioria por Associações do Oeste) que correspondem a 59% da meta prevista para 2006, o que significa que não será provável que se atinjam os objectivos da acção no que se refere a esta subacção (Gráfico 6-7).

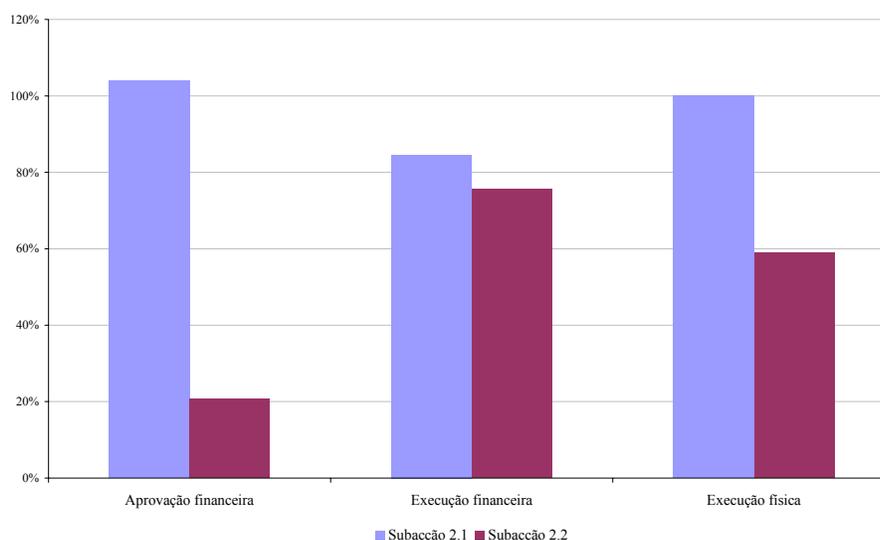
## CAIXA DE TEXTO 6-2: SÍNTESE DA ACÇÃO 2

## DESENVOLVIMENTO DOS PRODUTOS DE QUALIDADE

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Total da Despesa Pública	Total da Despesa Pública	Total da Despesa Pública
Valores em Euros	4.118.394	2.562.492	2.128.548
Percentagem sobre o total da medida 3.15	3,12%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		62,2%	83,1%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

## GRÁFICO 6-7: COMPROMISSO E EXECUÇÃO DA ACÇÃO 2, POR SUBACÇÃO



Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

Dada a importância que esta Acção pode ter no processo de modernização da agricultura da região, parece restritivo o número de projectos executados na totalidade da região. Efectivamente, o desenvolvimento dos sistemas agrícolas típicos do Ribatejo e do Oeste carece de uma maior orientação para o mercado, o que exige desde logo a modernização das unidades produtivas e dos processos de produção, certificação e controlo de qualidade. Esta dimensão do desenvolvimento agrícola é essencial e, na opinião de muitos peritos do sector, estratégica para obter acréscimos de competitividade neste sector.

## CAIXA DE TEXTO 6-3: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 2.1

## CRIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS

*Objectivos da Acção:*

- Apoio à criação e modernização de unidades de transformação e comercialização de produtos de qualidade com marcada vinculação ao território ou ao saber fazer tradicional, limitando-se aos produtos que beneficiam de menções DOP, IGP, DO, IG, , ETG, ETG-RP, AB, PI e outras que venham a ser legalmente consignadas.

*Destinatários da Acção:*

- Agrupamentos de produtores gestores de denominações protegidas;
- Agrupamentos de produtores reconhecidos pelos organismos competentes como sendo constituídos por produtores de agricultura biológica, da protecção integrada ou de outras menções legalmente consignadas;
- Outras Pessoas Singulares ou Colectivas

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	2.057.138	2.136.474	1.806.590
Percentagem sobre o total da Acção 2	49,05%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		103,9%	84,6%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

Nesta Acção, cerca de 65% dos projectos têm uma execução de 100% estando encerrados ou em fase de encerramento.

## CAIXA DE TEXTO 6-4: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 2.2

## INCENTIVOS A PRODUTOS DE QUALIDADE

*Objectivos da Acção:*

- Apoio à aquisição e ao desenvolvimento dos meios e sistemas necessários à melhoria da comercialização dos produtos de qualidade, bem como apoiar a caracterização e controlo dos produtos e dos seus modos de produção bem como a respectiva certificação

*Destinatários da Acção:*

- Agrupamentos de produtores gestores de denominações protegidas;
- Agrupamentos de produtores reconhecidos pelos organismos competentes como sendo constituídos por produtores de agricultura biológica, da protecção integrada ou de outras menções legalmente consignadas;
- Confederações de agricultores e de cooperativas e organizações de produtores agrícolas, bem como empresas cujo capital seja participado em mais de 25% por aquele tipo de organizações (apenas no desenvolvimento de acções que contribuam para o reforço do acesso dos produtos de qualidade aos mercados e quando em associação com os restantes destinatários);
- Organismos privados de controlo e certificação (OPC) (só para as acções de controlo e certificação).

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	2.061.256	426.018	321.959
Percentagem sobre o total da Acção 2	50,05%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		20,7%	75,6%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

### 6.2.3. Acção 3 – Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas

A Acção 3 - Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas apresenta uma taxa de compromisso elevada (85%), ainda que abaixo da média da medida, a que se contrapõe uma taxa de execução muito reduzida (28%). Esta Acção não apresenta nenhum projecto que tenha sido concluído. Por outro lado mais de 8% dos projectos ainda não obtiveram qualquer execução.

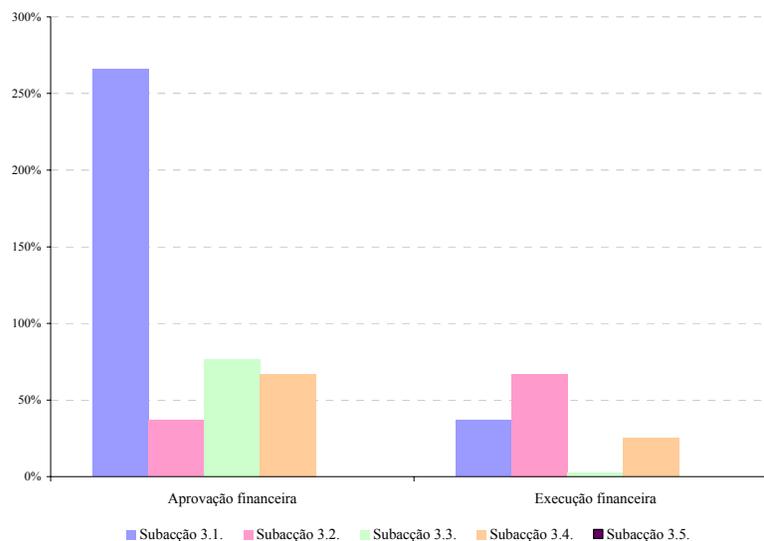
#### CAIXA DE TEXTO 6-5: SÍNTESE DA ACÇÃO 3

##### GESTÃO SUSTENTÁVEL E ESTABILIDADE ECOLÓGICA DAS FLORESTAS

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	6.071.991	5.140.878	1.460.128
Percentagem sobre o total da medida 3.15	4,60%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		84,7%	28,4%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

#### GRÁFICO 6-8: COMPROMISSO E EXECUÇÃO DA ACÇÃO 3



Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

A adesão à Subacção 3.1 - Instalação de Organizações de Produtores Florestais situou-se claramente acima das expectativas enquanto que a procura dirigida às subacções 3.2 - Apoio à Constituição e Instalação de Prestadores de Serviços Florestais e 3.5 - Valorização e Conservação dos Espaços Florestais de Interesse Público se revelou incipiente (na subacção 3.5 não houve mesmo

nenhuma candidatura) face ao previsto em função dos recursos que indicativamente lhe foram afectos em termos de programação. A fraca execução da acção é visível em todas as subacções e mais expressiva nas subacções 3.4 e 3.1 face aos montantes envolvidos (60% e 34% dos montantes aprovados na acção).

A *Subacção 3.1 - Instalação de Organizações de Produtores Florestais* regista a mais elevada taxa de compromisso da medida (266%) e concentrou os seus meios em seis projectos de apoio à instalação de Organizações de Produtores Florestais (4 no Oeste e 2 no Médio Tejo), o que se traduz numa dimensão média de investimento claramente superior à média da medida. A acção cumpriu já a meta prevista em termos de nº de projectos, no entanto regista uma fraca execução dos montantes aprovados (37%).

Na opinião de alguns dos promotores auscultados verifica-se um desajuste entre os meios afectos à constituição de novas organizações e os atribuídos ao apoio a actividade das já existentes.

A *Subacção 3.3. Apoio à Prestação de Serviços Florestais* apresenta uma taxa de compromisso de 77% e uma taxa de execução muito reduzida (2,8%), tendo aprovado 3 projectos face a uma meta de 4 projectos para 2006.

A procura dirigida a esta subacção ficou assim abaixo das expectativas iniciais, apesar da aparente necessidade dos serviços apoiados por esta Subacção (vide exemplo Subacção 3.4). Foram identificadas, por promotores ouvidos no *focus-group*, como as principais causas para a existência de um reduzido número de projectos e a sua baixa execução, a elevada complexidade e desajuste dos métodos processuais associados a esta subacção, com reflexos na execução dos projectos (destaca-se a complexidade associada aos pedidos de pagamento). Foi referido que a não distinção entre o conceito de proponente (organizações de produtores florestais) e o de beneficiário (os produtores florestais), tem implicações ao nível do processo de facturação e de justificação de despesas, não podendo os promotores repercutir (no todo ou em parte) nos beneficiários (os proprietários) os custos cobertos através de financiamentos próprios. Os promotores consideram que os custos máximos associados às despesas elegíveis são baixos e não incluem, por exemplo, o acompanhamento técnico.

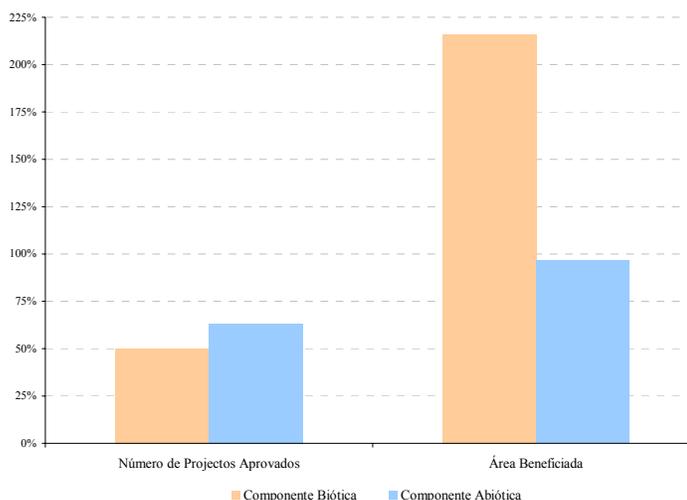
A despesa programada para a *Subacção 3.4. Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos e Abióticos* corresponde a 76% do total da Acção 3, conferindo a esta subacção uma responsabilidade acrescida na intervenção da medida ao nível da Gestão Sustentável e Estabilidade Ecológica das Florestas. Esta subacção aprovou 60% da despesa pública aprovada na Acção 3, condicionando, pela sua importância financeira, os resultados financeiros da própria acção: a subacção 3.4 apresenta uma taxa de compromisso baixa (67%) e uma taxa de execução ainda menor (25%), o que leva a concluir que muito dificilmente poderá cumprir os objectivos financeiros estabelecidos ao nível da concepção.

No que respeita à realização física a subacção 3.4 cumpre os objectivos em termos de área intervencionada (ultrapassa a meta na componente biótica) e não cumpre no que respeita ao nº de projectos aprovados em ambas as componentes (Gráfico 6-9). Refira-se que existe uma concentração dos resultados em dois dos projectos aprovados na subacção, os quais são responsáveis pela intervenção em 131.987 ha (87,6%) dos 150.715 ha de área total beneficiada (biótica e abiótica).

A audição de alguns promotores desta subacção revela:

- (i) a já referida dificuldade associada à não distinção entre os conceitos de promotor e de beneficiário (a acção dos primeiros é efectuada na propriedade dos segundos, sendo os promotores a assumir a totalidade da contrapartida financeira privada),
- (ii) a falta de definição de critérios de imputação de despesas elegíveis e a não consideração das despesas de acompanhamento técnico como elegíveis,
- (iii) dificuldades na operacionalização e execução da candidatura face aos requisitos previstos,
- (iv) inadequação dos processos de acompanhamento (essencialmente no que se refere aos *timings* associados aos mesmos) por parte da gestão da medida, pondo em causa os objectivos da intervenção, ou seja, após a identificação da necessidade de intervenção através de meios químicos (por ex. a *Processionária* nos pinhais da Península de Setúbal) o prazo para a intervenção é muito curto e não se coaduna com o cumprimento/morosidade das formalidades necessárias (informação à DRA e marcação e execução de uma vistoria para confirmar a necessidade de tratamento).

**GRÁFICO 6-9: REALIZAÇÃO FÍSICA DA SUBACÇÃO 3.4**



Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

**CAIXA DE TEXTO 6-6: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 3.1****INSTALAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES FLORESTAIS***Objectivos da Acção:*

- Promoção e consolidação do associativismo florestal através do apoio à constituição e arranque de associações e cooperativas de produtores florestais e das estruturas organizativas dos baldios, para, nomeadamente, apoiar os seus associados na gestão florestal sustentável.

*Destinatários da Acção:*

- Organizações de produtores florestais;
- Órgãos de Administração de baldios e respectivas associações.

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	653.346	1.736.201	642.468
Percentagem sobre o total da medida 3.15	10,76%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		265,7%	37,0%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

**CAIXA DE TEXTO 6-7: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 3.2****APOIO À CONSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS FLORESTAIS***Objectivos da Acção:*

- Apoia a constituição e instalação de entidades prestadoras de serviços técnicos de natureza florestal nos domínios da gestão, do apoio e da divulgação técnica na actividade florestal.

*Destinatários da Acção:*

- Cooperativas de serviços florestais;
- Microempresas de serviços florestais.

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	101.402	37.500	25.146
Percentagem sobre o total da medida 3.15	1,67%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		37,0%	67,1%

**CAIXA DE TEXTO 6-8: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 3.3****APOIO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FLORESTAIS***Objectivos da Acção:*

- Apoio a projectos de prestação de serviços técnicos especializados, diversificados e de qualidade, essenciais ao desenvolvimento sustentável da floresta.

*Destinatários da Acção:*

- Cooperativas de serviços florestais;
- Pequenas empresas de serviços florestais;
- Organizações interprofissionais de carácter florestal;
- Organizações de produtores florestais;
- Órgãos de administração dos baldios e suas organizações

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	338.210	259.182	7.204
Percentagem sobre o total da medida 3.15	5,57%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		76,6%	2,8%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

**CAIXA DE TEXTO 6-9: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 3.4****PREVENÇÃO DE RISCOS PROVOCADOS POR AGENTES BIÓTICOS E ABIÓTICOS***Objectivos da Acção:*

- Componente 1 – Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Bióticos - Promover, a título experimental, a adopção de medidas de protecção fitossanitária, através da elaboração e aplicação de planos de intervenção plurianuais.
- Componente 2 – Prevenção de Riscos Provocados por Agentes Abióticos - Promover o apoio a acções e investimentos em espaços florestais com vista à prevenção de incêndios florestais e de outras situações de emergência, visando em particular a redução do risco de ignição e de progressão e a aplicação de técnicas de silvicultura preventiva.

*Destinatários da Acção:*

- Produtores florestais;
- Organizações de produtores florestais;
- Organismos da Administração Pública Central detentores e gestores de superfícies florestais;
- Órgãos de administração e gestão de baldios ou entidades em que estes deleguem;
- Autarquias locais.

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	4.632.322	3.107.996	785.310
Percentagem sobre o total da medida 3.15	76,29%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		67,1%	25,3%

Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

**CAIXA DE TEXTO 6-10: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 3.5****VALORIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS DE INTERESSE PÚBLICO***Objectivos da Acção:*

- Apoio à preservação e melhoria da estabilidade ecológica das florestas, nas situações onde o seu papel protector e ecológico seja de interesse público notório e deva ser a sua função predominante, e contribuir para a manutenção de corta-fogos através de práticas agrícolas.

*Destinatários da Acção:*

- Organizações de produtores florestais;
- Órgãos de Administração de baldios;
- Autarquias locais.

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	346.711	0	0
Percentagem sobre o total da medida 3.15	5,71%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		0,0%	0,0%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

**6.2.4. Acção 4 – Serviços à Agricultura**

A *Acção 4 - Serviços à Agricultura*, responsável pela aprovação de 6% do investimento da medida, apresenta uma taxa de compromisso próxima dos 100% e uma taxa de execução mais baixa (69%), próxima da verificada ao nível da medida (nesta Acção, 10% dos projectos ainda não tiveram qualquer execução e apenas 36% se encontram encerrados ou em fase de encerramento).

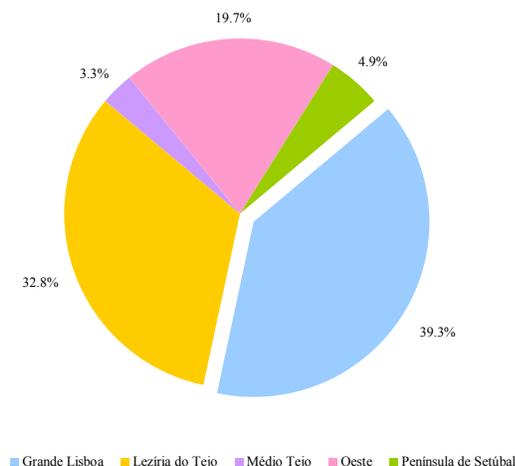
**CAIXA DE TEXTO 6-11: SÍNTESE DA ACÇÃO 4****SERVIÇOS À AGRICULTURA**

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	7.141.189	6.782.550	4.679.393
Percentagem sobre o total da medida 3.15	5,41%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		95,0%	69,0%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

A Acção apresenta uma distribuição geográfica centrada nas NUTSIII Grande Lisboa e Lezíria do Tejo quer em número de projectos aprovados, quer em valor de investimento aprovado (Gráfico 6-10).

**GRÁFICO 6-10: DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PROJECTOS APROVADOS DA ACÇÃO 4**



Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

O valor aprovado no âmbito da *Subacção 4.2 – Desenvolvimento de outros serviços à agricultura* correspondeu às expectativas delineadas na concepção da intervenção (taxa de compromisso de 101%), ainda que não tenha sido atingida a meta associada ao indicador de acompanhamento da subacção (67 projectos aprovados, face a uma aprovação efectiva de 59 projectos), o que se deve ao facto de a dimensão média dos projectos aprovados ter ultrapassado a inicialmente expectável. A *Subacção 4.1 – Instalação de serviços de substituição e gestão das explorações* apenas comprometeu 50% do investimento programado e apresenta uma taxa de realização física de 66%, no entanto, deve referir-se que a pequena dimensão da subacção (11% do programado para a acção 4) não compromete de forma significativa o desempenho da acção.

A audição dos promotores revelou a importância desta acção para as estruturas associativas do sector agrícola da região, sugerindo no entanto a fusão das duas subacções, a necessidade de maior celeridade na análise das candidaturas e de maior homogeneidade e clareza nos procedimentos associados à acção.

## CAIXA DE TEXTO 6-12: SÍNTESE DAS SUBACÇÕES 4.1. E 4.2

## INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO E GESTÃO DAS EXPLORAÇÕES

*Objectivos da Acção:*

- Apoio à instalação ou reforço de serviços de substituição, que possibilitem novas formas de organização do trabalho, de serviços de apoio à gestão técnica, económica, financeira e administrativa das explorações agrícolas e à constituição e arranque de serviços produtivos comuns.

*Destinatários da Acção:*

- Cooperativas e associações de agricultores de 1º grau;
- Organizações interprofissionais de âmbito regional, com ligação ao sector agrícola;
- Associações e outras pessoas colectivas de 1º grau, vocacionadas para o desenvolvimento rural.

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	789.816	377.350	293.018
Percentagem sobre o total da medida 3.15	11,06%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		47,8%	77,7%

## DESENVOLVIMENTO DE OUTROS SERVIÇOS À AGRICULTURA

*Objectivos da Acção:*

- Componente 1 – Apoio à constituição e instalação de entidades prestadoras de serviços agrícolas, designadamente em territórios e/ou domínios em que se revelem essenciais à actividade das explorações e dos agricultores;
- Componente 2 – Apoio a projectos de prestação de serviços agrícolas essenciais para o desenvolvimento da agricultura e das condições de vida e trabalho dos agricultores, para assegurar a qualidade dos sistemas de produção e dos produtos e para a protecção do ambiente e do bem estar dos animais, aferindo-se a essencialidade em função quer do interesse público, quer das necessidades dos agentes económicos e sociais, quer ainda da não existência de uma oferta adequada e satisfatória do tipo de serviços em causa nas zonas rurais.

*Destinatários da Acção:*

- Cooperativas e associações de agricultores de 1º grau;
- Organizações interprofissionais de âmbito regional, com ligação ao sector agrícola;
- Centros tecnológicos;
- Associações e outras pessoas colectivas de 1º grau, vocacionadas para o desenvolvimento rural;
- Pequenas empresas de serviços agrícolas.

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	6.351.374	6.405.200	4.386.375
Percentagem sobre o total da medida 3.15	88,94%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		100,8%	68,5%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

### 6.2.5. Acção 5 – Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento

A Acção 5 - Gestão de Recursos Hídricos e Emparcelamento, que representa 67% da despesa pública aprovada e 69% do investimento realizado na medida 3.15, detém uma taxa de compromisso próxima dos 100% e uma taxa de execução de 71%. Em termos de realização física revela também uma boa performance (realização superior a 75% em todos os indicadores) comparativamente às restantes acções, sendo também de relevar o facto da dimensão média dos projectos se encontrar muito acima da verificada nas restantes acções.

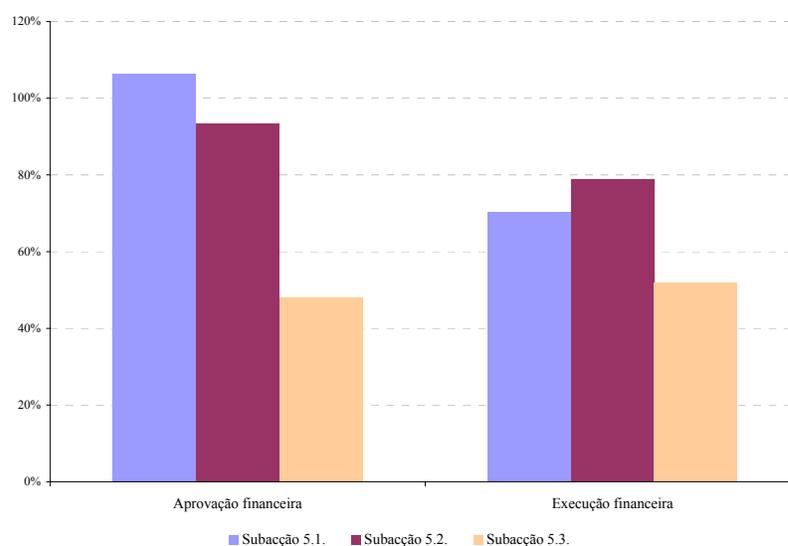
Esta Acção apresenta índices de encerramento muito baixos (4%), ainda que apenas 2% dos projectos aprovados não apresentem qualquer execução.

#### CAIXA DE TEXTO 6-13: SÍNTESE DA ACÇÃO 5

GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E EMPARCELAMENTO			
	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	83.753.873	82.959.713	58.623.787
Percentagem sobre o total da medida 3.15	63,45%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		99,1%	70,7%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

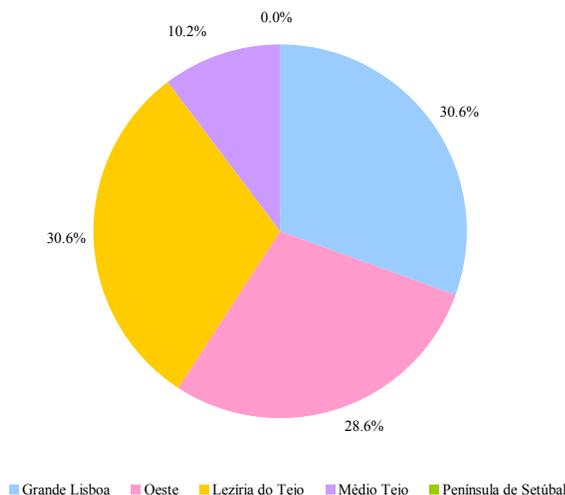
#### GRÁFICO 6-11: COMPROMISSO E EXECUÇÃO DA ACÇÃO 5, POR SUBACÇÃO



Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

A Acção 5 apresenta uma relevante distribuição geográfica, verificando-se que as subregiões Grande Lisboa, Lezíria do Tejo e Oeste contribuem cada uma com cerca de 30% dos projectos aprovados (de notar que a Grande Lisboa é representada, em exclusividade, pelo Concelho de Vila Franca de Xira, no qual se situam 13.600 – 67% – dos 20.200 hectares beneficiados no âmbito da Subacção 5.1).

**GRÁFICO 6-12: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS APROVADOS NA ACÇÃO 5**



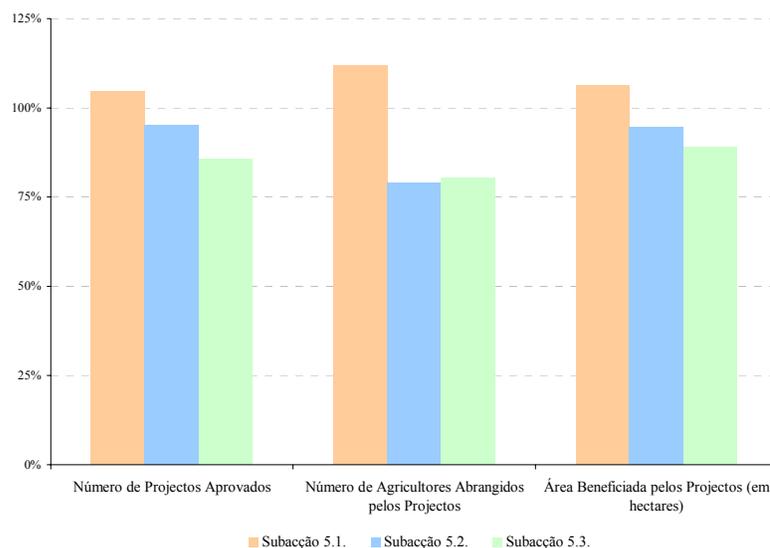
Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida

Dos 43 projectos aprovados no âmbito das Subacções 5.1. *Novos Regadios Colectivos e Beneficiação de Regadios Tradicionais* e 5.2. *Reabilitação e Modernização dos Perímetros de Rega*, cerca de 80% são promovidos pelo Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa). Este Instituto Público absorveu 78% do investimento aprovado na acção 5 e cerca de 50% do aprovado na medida 3.15, sendo que 7 dos seus projectos representam 70% do total aprovado na acção.

A Subacção 5.1 já ultrapassou as metas previstas para 2006 em todos os indicadores, enquanto que a subacção 5.2 se encontra perto das metas estabelecidas relativamente ao nº de projectos aprovados e área beneficiada e cumpre 80% da meta para o nº de agricultores abrangidos pelos projectos (Gráfico 6-13).

A *Subacção 5.3. – Emparcelamento Rural* aprovou 6 projectos (2 na Subregião da Lezíria do Tejo e 4 na Subregião do Oeste) e apresenta taxas de compromisso e execução baixas (em torno dos 50%), pondo em causa a utilização integral do montante afecto em termos de programação financeira, no entanto, em termos de execução física todos os indicadores apresentem uma realização entre 80% e 90% das metas estabelecidas, prevendo-se o cumprimento dos objectivos estabelecidos.

GRÁFICO 6-13: REALIZAÇÃO FÍSICA DA ACÇÃO 5



Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

Esta Acção tem papel preponderante na intervenção nas estruturas de produção quer ao nível da disponibilidade do factor água (tendencialmente cada vez mais escasso) quer ao nível da dimensão média da exploração agrícola. São por isso áreas de intervenção do apoio público tradicionais mas de elevada importância estratégica.

A elevada execução da Subacção 5.1 e 5.2 deve-se à intervenção preponderante de um órgão da Administração Pública responsável pelas estruturas e manutenção das grandes obras de regadio do país. Os elevados valores das dotações programadas para estas acções justificam-se face à dimensão dos projectos em causa, no entanto, estas intervenções deveriam estar incluídas no programa sectorial da agricultura e não no programa regional, quer porque a definição da política que lhe está associada é de âmbito nacional, quer pelo impacto supra regional produzido, quer pela necessidade de acompanhamento técnico altamente especializado.

O emparcelamento é uma necessidade sentida em diversas zonas do país como forma de aumentar a dimensão média das explorações agrícolas. Apesar dos esforços desenvolvidos nas últimas décadas, os projectos de emparcelamento têm obtido resultados modestos: a dificuldade técnica do trabalho, a morosidade do processo envolvido e a dificuldade das organizações de produtores em tomarem estas iniciativas aparenta justificar a baixa taxa de aprovação. As dificuldades processuais (nomeadamente a não uniformização de coeficientes de custos ao nível da análise dos projectos, explicada no próximo ponto) foram indicadas no *focus-group* como a principal causa para a execução verificada.

**CAIXA DE TEXTO 6-14: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 5.1****NOVOS REGADIOS COLECTIVOS E BENEFICIAÇÃO DE REGADIOS TRADICIONAIS***Objectivos da Acção:*

- Identificação de potencialidades hidro-agrícolas a nível regional, nomeadamente em zonas de boa aptidão agrícola e com possibilidades de reorientação produtiva;
- Melhoria da gestão dos recursos hidro-agrícolas numa perspectiva de completo e eficiente aproveitamento do potencial existente;
- Construção de aproveitamentos hidro-agrícolas de média e pequena dimensão, abrangendo todas as infra-estruturas de forma integrada, técnica e ambientalmente equilibrada, que conduzam a uma gestão racional e eficiente dos recursos hídricos;
- Preservação e recuperação dos sistemas de regadio tradicionais de grande interesse económico e social.

*Destinatários da Acção:*

- No caso dos novos Regadios Colectivos, os agricultores e proprietários de prédios rústicos, organizados em Associações de Beneficiários ou Regantes, Juntas de Agricultores ou Cooperativas de Rega, e Organismos da Administração Central.
- No caso da Beneficiação de Regadios Tradicionais, os agricultores organizados em Juntas de Agricultores ou Cooperativas de Rega, Autarquias Locais e Organismos da Administração Central.

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	63.116.919	67.129.345	47.138.015
Percentagem sobre o total da medida 3.15	75,36%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		106,4%	70,2%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

**CAIXA DE TEXTO 6-15: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 5.2****REABILITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS PERÍMETROS DE REGA***Objectivos da Acção:*

- Melhoria da gestão dos recursos hidro-agrícolas numa perspectiva de completo e eficiente aproveitamento do potencial existente;
- Melhoria de aproveitamentos hidro-agrícolas, abrangendo todas as infra-estruturas de forma integrada, técnica e ambientalmente equilibrada, que conduzam a uma gestão racional e eficiente dos recursos hídricos

*Destinatários da Acção:*

- Agricultores utentes dos aproveitamentos hidro-agrícolas, organizados em associações de beneficiários ou de regantes, juntas de agricultores e Cooperativas de Rega e Organismos da Administração Central.

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	13.006.977	12.157.620	9.584.739
Percentagem sobre o total da medida 3.15	15,53%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		93,5%	78,8%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

## CAIXA DE TEXTO 6-16: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 5.3

## EMPARCELAMENTO RURAL

*Objectivos da Acção:*

Promoção do reordenamento do espaço rural através da preparação e execução de:

- Operações de emparcelamento integral em zonas de grande potencial agrícola e com uma deficiente estrutura fundiária, ao nível da fragmentação e dispersão da propriedade ou da exploração;
- Operações de emparcelamento integral, em zonas de grande potencial agrícola e em que se verifique um acentuado conflito entre usos agrícolas e não agrícolas do solo, particularmente usos ambientais, nomeadamente devidas à sua integração em zonas de condicionantes ambientais;
- Operações de emparcelamento de exploração, com ou sem redimensionamento da exploração, associados ou não a processos de reconversão tecnológica, e visando a melhoria das condições de produção no conjunto da exploração ou em alguma das suas vertentes produtivas, em zonas onde a deficiente estrutura da exploração possa ser limitativa destas alterações;
- Planos de ordenamento do espaço rural, nomeadamente os projectos de intervenção em espaço rural previstas na alínea a) do n.º 2, do artigo 91.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que identifiquem linhas de orientação para o desenvolvimento do espaço rural, proponham critérios para a melhor ocupação do solo e intervenções devidamente enquadradas, quantificadas e priorizadas

*Destinatários da Acção:*

- Associações de agricultores;
- Autarquias Locais;
- Organismos da Administração Central.

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	7.629.978	3.672.749	1.901.033
Percentagem sobre o total da medida 3.15	9,11%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		48,1%	51,8%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

**6.2.6. Acção 6 – Caminhos e Electrificação Agro-Rurais**

A Acção 6 - Caminhos e Electrificação Agro-Rurais, à qual foi atribuída uma dotação orçamental equivalente a 13,2 % de toda a medida, é a segunda acção mais importante em termos financeiros e em termos de número de projectos aprovados (248).

## CAIXA DE TEXTO 6-17: SÍNTESE DA ACÇÃO 6

## CAMINHOS E ELECTRIFICAÇÃO AGRO-RURAIS

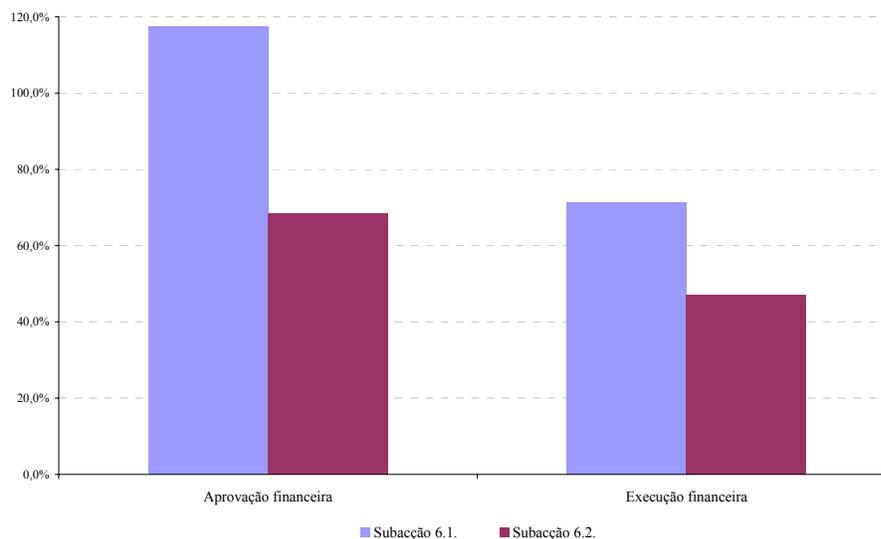
	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	17.318.374	16.709.229	10.700.750
Percentagem sobre o total da medida 3.15	13,12%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		96,5%	64,0%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

A Acção apresenta taxas de execução e de compromisso diferenciadas por subacção (Gráfico 6-14), sendo elevadas no caso dos caminhos rurais (6.1) e modestas no caso da electrificação (6.2). A distribuição regional dos projectos é também distinta entre as subacções, verificando-se que a Subacção 6.1. tem uma forte incidência na Subregião Oeste (46% dos projectos aprovados), seguida da Subregião Lezíria do Tejo (26%), enquanto na Subacção 6.2. esta preponderância se inverte, passando a Lezíria do Tejo a acolher o maior número de projectos (41% face a 25% dos projectos no Oeste).

No final do período em análise, a Subacção 6.1 tinha beneficiado 3.945 explorações agrícolas e 225 Km de via rural e agrícola através da aprovação de 128 projectos, o que se traduz numa boa performance em termos de realização física. A Subacção 6.2. aprovou 120 projectos de electrificação rural, que beneficiaram 267 explorações agrícolas e agro-industriais, tendo sido instalados perto de 130 Km de rede de Média Tensão e 46 Km de Rede de Baixa Tensão, apresentando também muito bons níveis de realização física (ainda que com fraco desempenho em termos de compromisso financeiro).

**GRÁFICO 6-14: COMPROMISSO E EXECUÇÃO DA ACÇÃO 6, POR SUBACÇÃO**



Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

Os promotores auscultados referem a necessidade de, por um lado, aligeirar as exigências processuais ao nível da candidatura (o projecto técnico exigido custa, na maioria dos casos, mais que a construção/beneficiação das infra-estruturas a edificar) e, por outro lado, de introduzir maior celeridade na análise e aprovação dessas candidaturas. A dotação afectada à subacção 6.1 revelou-se insuficiente face à procura, pelo que deveria ser aumentada por contrapartida da subacção 6.2.

## CAIXA DE TEXTO 6-18: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 6.1 E 6.2

## CAMINHOS AGRÍCOLAS E RURAIS

*Objectivos da Acção:*

- Apoio à abertura ou melhoria de caminhos agrícolas e rurais por forma a dotar as zonas rurais de melhor acessibilidade, facilitando assim a circulação de pessoas e equipamentos, o acesso às explorações agrícolas e o escoamento dos produtos.
- Nos caminhos agrícolas aplica-se uma dimensão máxima de plataforma de 4 metros de largura podendo atingir 5 metros no caso dos caminhos rurais.

*Destinatários da Acção:*

- Agricultores organizados em Associações de Agricultores, directamente ou através dos organismos da Administração Pública

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	9.921.696	11.653.046	8.312.961
Percentagem sobre o total da medida 3.15	3,12%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		117,5%	71,3%

## ELECTRIFICAÇÃO

*Objectivos da Acção:*

- Visa disponibilizar o acesso à energia eléctrica às explorações agro-florestais, pequenas agro-indústrias e outras iniciativas e projectos de desenvolvimento local, por forma a permitir a modernização, reconversão e diversificação das actividades produtivas.
- No âmbito desta subacção será concedido apoio à instalação de linhas de distribuição e de alimentação de energia eléctrica e postos de transformação, facilitando assim o acesso pelas explorações agro-florestais, pequenas agro-indústrias e outras iniciativas e projectos de desenvolvimento local a uma fonte de energia não poluente e que permita a sua modernização, reconversão e diversificação, ou mesmo viabilização, proporcionando às populações rurais a melhoria do seu rendimento e qualidade de vida.

*Destinatários da Acção:*

- A candidatura pode ser apresentada pelos utilizadores da energia eléctrica ou seus representantes (organizações de agricultores), directamente ou através do distribuidor de energia eléctrica. No caso de a candidatura ser apresentada directamente pelos utilizadores de energia eléctrica, os mesmos ficam obrigados a entregar a obra concluída ao distribuidor de energia eléctrica, responsável pela rede de abastecimento pública

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	7.396.677	5.056.183	2.387.789
Percentagem sobre o total da medida 3.15	3,12%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		68,4%	47,2%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

### 6.2.7. Acção 7 – Valorização do Ambiente e do Património Rural

A Acção 7 – Valorização do Ambiente e do Património Rural representa 5,2% da dotação orçamental da medida 3.15 e regista taxas de compromisso e de execução modestas. Nesta acção, 42% dos projectos encontram-se encerrados ou em encerramento, no entanto 16% dos projectos não regista qualquer execução.

#### CAIXA DE TEXTO 6-19: SÍNTESE DA ACÇÃO 7

##### VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE E DO PATRIMÓNIO RURAL

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	6.811.190	4.554.757	2.664.108
Percentagem sobre o total da medida 3.15	5,16%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		66,9%	58,5%

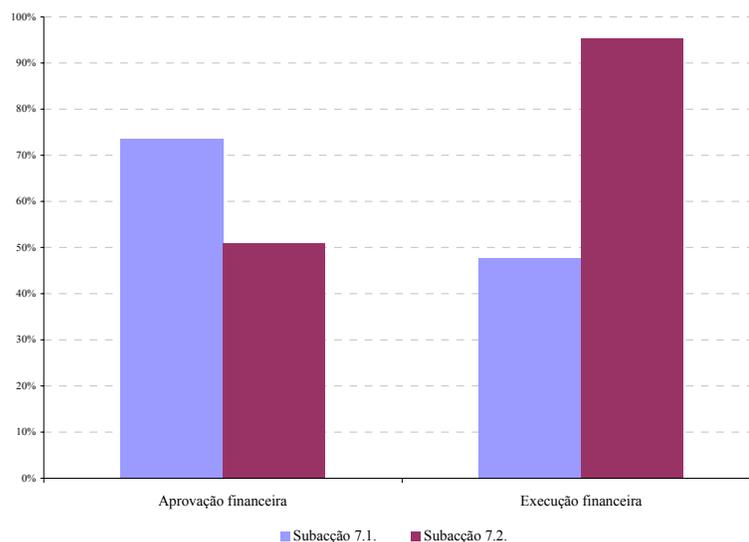
Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

À semelhança do que sucede na maioria das acções do AGRIS, a análise por subacção revela evoluções distintas: a *Subacção 7.1. Recuperação e Valorização do Património Natural, da Paisagem e dos Núcleos Populacionais em Meio Rural* apresenta valores de aprovação perto dos 75%, mas detém níveis de execução muito baixos, enquanto que a *Subacção 7.2. – Conservação do ambiente e dos recursos naturais* apresenta um nível de compromisso baixo (na ordem dos 50%) e uma taxa de execução perto dos 100% (Gráfico 6-15).

No que respeita à distribuição regional dos projectos, a Subacção 7.1. assume uma preponderância na no Oeste (52% dos projectos aprovados), enquanto que a Subacção 7.2. incide sobretudo no Médio Tejo (69,5% dos projectos) e na Lezíria do Tejo (30,5% dos projectos).

A análise da execução física da acção apenas permite constatar a aprovação de 82 projectos (46 na subacção 7.1 e 36 na subacção 7.2), uma vez que não foram estabelecidas metas para os indicadores de acompanhamento.

GRÁFICO 6-15: COMPROMISSO E EXECUÇÃO DA ACÇÃO 7



Fonte: Equipa de avaliação com base nos dados da EAT da medida

De acordo com a política assumida pela Política Agrícola Comum, o desenvolvimento do mundo rural é um vector nuclear para a fixação de populações em zonas em risco de despovoamento, para a preservação do ambiente e para a manutenção das práticas agrícolas. Esta Acção tem por isso um carácter de primordial importância na actual conjuntura.

A valorização do património rural, das estruturas de acolhimento e das actividades ligadas às novas formas de turismo de ocupação de tempos livres constituem aspectos essenciais no âmbito dos objectivos da Subacção 7.1. No entanto, de acordo com os elementos recolhidos no *focus-group*, as dificuldades processuais e a conseqüente necessidade de elevados níveis de fundo de manuseio para a execução dos projectos têm constituído importantes obstáculos à concretização das intervenções por parte das entidades promotoras. Foi também relevado o facto de se detectar ao nível regional alguma carência de prestação de serviços nestas áreas, o que poderia ter contribuído para ultrapassar algumas destas dificuldades.

Num contexto de cada vez maior preocupação da opinião pública com a qualidade do meio ambiente e dos produtos alimentares produzidos nesse contexto, a Subacção 7.2 é um instrumento com um potencial de utilidade elevado. A taxa de aprovação modesta poder-se-á também relacionar com a pulverização da actividade por pequenos projectos, o que sugere que intervenções de maior amplitude e dimensão poderiam produzir resultados mais relevantes a nível regional.

## CAIXA DE TEXTO 6-20: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 7.1

## RECUPERAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL, DA PAISAGEM E DOS NÚCLEOS POPULACIONAIS EM MEIO RURAL

*Objectivos da Acção:*

Recuperação e valorização do património, da paisagem e dos núcleos populacionais em meio rural através da elaboração e execução de Planos Globais de Intervenção abrangendo, nomeadamente, operações de:

- Requalificação de espaços públicos em pequenos aglomerados rurais;
- Recuperação de construções rurais de traça tradicional, nomeadamente de instalações relacionadas com actividades agrícolas e florestais;
- Preservação e valorização paisagística dos espaços rurais;
- Dinamização de espaços agro-florestais para fins lúdicos e/ou pedagógicos relacionados com a actividade em meio rural e melhoramento das condições de acesso aos locais de interesse colectivo;
- Criação de espaços museológicos de temática rural

*Destinatários da Acção:*

Associações de desenvolvimento regional e local;

- Agricultores e produtores florestais e respectivas organizações;
- Autarquias locais e outras entidades públicas;
- Pessoas colectivas de direito privado sem fins lucrativos;
- Parcerias de agentes de carácter colectivo de âmbito local (apenas no âmbito da preparação, dinamização, acompanhamento e avaliação dos Planos de Intervenção);
- Outras pessoas singulares ou colectivas (apenas no âmbito da apresentação de projectos)

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	4.795.759	3.529.073	1.686.511
Percentagem sobre o total da medida 3.15	3,12%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		73,6%	47,8%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

## CAIXA DE TEXTO 6-21: SÍNTESE DA SUBACÇÃO 7.2

## CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS

*Objectivos da Acção:*

- Apoio à requalificação ambiental em áreas de interface com as explorações agrícolas e as agro-indústrias, num quadro de intervenções de carácter colectivo, particularmente para assegurar o pré-tratamento e adequado escoamento dos efluentes de origem agro-pecuária e agro-industrial.

*Destinatários da Acção:*

- Entidades promotoras dos projectos colectivos de requalificação ambiental

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	2.015.431	1.025.502	977.597
Percentagem sobre o total da medida 3.15	3,12%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		50,9%	95,3%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

### 6.2.8. Acção 8 – Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural

A Acção 8 - Dinamização do Desenvolvimento Agrícola e Rural, é aquela que apresenta os mais baixos índices de compromisso e execução. Apenas 4 projectos obtiveram aprovação representando apenas 47% do total programado e nenhum se encontra em fase de encerramento. Não é assim previsível que esta acção possa vir a cumprir os objectivos a que se propunha.

#### CAIXA DE TEXTO 6-22: SÍNTESE DA ACÇÃO 8

##### DINAMIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E RURAL

###### Objectivos da Acção:

- Apoio à concepção, implementação, gestão e avaliação de Planos de Acção enquadradores de iniciativas de desenvolvimento local nos domínios agrícola e rural;
- Promoção de medidas de acompanhamento conexas à dinamização dos Planos de Acção, bem como à dinamização e divulgação de experiências de carácter inovador e efeito demonstrativo;
- Reforço da cooperação entre iniciativas com distintas incidências territoriais, com vista à prossecução de estratégias comuns de desenvolvimento.

###### Destinatários da Acção:

- Pessoas colectivas ou outras entidades sem fins lucrativos de direito privado que, autonomamente ou conjuntamente com organismos da Administração Pública, actuem como entidades dinamizadoras de iniciativas de âmbito local dirigidas a territórios específicos de características rurais bem identificados

	Reprogramado	Aprovado	Executado
	Despesa Pública	Despesa Pública	Despesa Pública
Valores em Euros	844.799	399.088	90.574
Percentagem sobre o total da medida 3.15	0,64%		
Taxa de Compromisso / Taxa de Execução		47,2%	22,7%

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dados da EAT da medida e do complemento de Programação do PORLVT

### 6.3. RELEVÂNCIA E EFICÁCIA DAS INTERVENÇÕES E PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Neste ponto sistematizam-se as principais conclusões decorrentes da análise em profundidade enfatizando as questões específicas de avaliação colocadas no Caderno de Encargos. Optou-se por apresentar as respostas às diversas questões em caixas de texto autónomas afim de permitir uma resposta objectiva às solicitações da Gestão do Programa.

#### **CAIXA DE TEXTO 6-23: EM QUE MEDIDA O CONTEÚDO DAS SUBACÇÕES DEFINIDAS PERMITIRAM OU PERMITEM PROSEGUIR A FINALIDADE E A CONCRETIZAÇÃO DA RESPECTIVA SUBACÇÃO E DA ACÇÃO?**

A existência de Subacções sem aprovações, por ausência de apresentação de candidaturas, bem como de várias Subacções com taxas de aprovação inferiores a 50%, indicia uma desadequação entre os conteúdos propostos nessas acções e as necessidades sentidas regionalmente pelos seus potenciais beneficiários.

Identificaram-se algumas limitações, mais ou menos importantes em função da subacção analisada, em que a deficiente definição da própria acção compromete a adequação entre os projectos formulados e a sua própria prossecução.

As limitações identificadas podem ser agrupadas de acordo com a seguinte classificação temática :

- O carácter regional:

No âmbito da acção 5 - Gestão de recursos hídricos e emparcelamento, foi considerado que a reabilitação do regadio (subacção 5.2) está completamente desenquadrada do programa, visto que em termos de conteúdo, o desenho da subacção não deveria assumir o âmbito regional (deveria manter-se no programa sectorial da agricultura), quer porque a definição da política que lhe está associada é de âmbito nacional, quer pelo impacto supra regional produzido, quer pelos valores financeiros envolvidos. Por outro lado, esta subacção exige um acompanhamento técnico altamente especializado e as direcções regionais não dispõem desse know-how.

Como exemplo desta situação identificou-se um projecto que incluía a reabilitação da Central do Maranhão, que tendo sido apresentado no âmbito da medida 3.15 do PORLVT não foi aprovado integralmente porque apresentava um carácter supra regional, implicando igualmente investimentos na Região do Alentejo,.

- Prazos:

A definição do prazo para a execução dos projectos – dois anos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 ano – revelou-se desadequada, nomeadamente no que se refere às intervenções sobre os recursos hídricos, em virtude da grande dimensão de alguns projectos e do facto de os promotores públicos terem de submeter a concurso público a adjudicação da obra.

- Proponente versus proprietário:

A concepção e regras definidas para proponente e proprietário, relativamente à contribuição privada dos projectos apresentados, revela-se desadequada na acção 3 – Gestão sustentável e estabilidade ecológica das florestas - e mais particularmente na sub acção 3.4. – Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos. Esta é uma situação em que a formulação e a capacidade de prossecução dos projectos são praticamente contraditórios, visto que se trata de uma candidatura de sentido regional (os agentes bióticos e abióticos não são problemas ao nível do proprietário, mas sim da região) e por esse motivo os proponentes são as Associações regionais, sobre quem recai a responsabilidade da contribuição privada (20%) de um projecto que tem incidência em propriedades de outrem.

**CAIXA DE TEXTO 6-24: EM QUE MEDIDA A DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS SUBACÇÕES SE ADEQUAM À CAPACIDADE DE FORMULAÇÃO E PROSECUÇÃO DE PROJECTOS CORRESPONDENTES E À ADESÃO DE PROMOTORES?**

Foi identificada a existência de várias indefinições ao nível primário dos valores elegíveis (na sua definição) que provocaram falhas na concepção dos projectos de investimento e que dificultaram a sua aprovação e compreensão. Este facto pode ser quantificável através da leitura dos Aprovados não elegíveis, com valores médios de 10% para as Acções 1, 2 e 7. Esses valores não elegíveis podem por em risco a capacidade de prossecução dos objectivos definidos nos projectos de investimento.

Da mesma forma, indefinições ou falta de definição de conceitos financeiros (e.g. elegibilidade ou não do IVA), que se manifestam durante a execução dos projectos de investimento, podem comprometer e desvirtuar os pressupostos dos próprios projectos. Foi o que se verificou, por exemplo, no projecto de reabilitação das Salinas do Samouco, em que uma falta de esclarecimento prévio relativamente à elegibilidade do IVA, levou a uma redução do plano de investimentos com consequências no projecto final.

As exigências técnicas ao nível da candidatura não estão, nalgumas situações, adequadas à capacidade de formulação dos potenciais promotores (por exemplo no que se refere à acção 6).

**CAIXA DE TEXTO 6-25: EM QUE MEDIDA OS PROJECTOS FORMULADOS SÃO ADEQUADOS À SUA PRÓPRIA PROSECUÇÃO?**

Não foram identificados problemas ao nível da formulação dos projectos, na recolha directa de informação de carácter qualitativo junto dos promotores da Medida.

**CAIXA DE TEXTO 6-26: EM QUE MEDIDA SE VERIFICA UMA ADEQUAÇÃO ENTRE A CONCEPÇÃO, A IMPLEMENTAÇÃO E A GESTÃO DESTAS SUBACÇÕES?**

A auscultação dos promotores da medida 3.15 permitiu identificar diversas situações que revelam falta de adequação entre a concepção, a implementação e a gestão das subacções:

- Maior burocratização do circuito administrativo e maior número de intervenientes neste mesmo circuito face ao verificado no QCAII:

Esta situação reflecte-se sobretudo no atraso dos pagamentos (a DRA assegura a gestão da medida mas o contrato e os pagamentos são realizados pelo IFADAP, o que implica que todos os assuntos relacionados com pagamentos tenham muitas vezes de ser resolvidos pelo promotor directamente com o IFADAO) e na concretização de adiantamentos sobre o projecto. Para alguns promotores, estes atrasos implicam por vezes o pagamento de juros de mora, que não são financiados, atingindo valores comprometedores principalmente em projectos de grande dimensão.

- Prazos de aprovação do projecto e execução:

Os prazos de aprovação das candidaturas foram classificados por todos os promotores inquiridos como excessivos, o que condicionou muitas vezes a prossecução dos objectivos delineados.

O processo de acompanhamento também se revelou desadequado em termos temporais, sobretudo no que se refere à acção 3,m e em particular à subacção 3.4, em que todo o circuito é tão demorado que compromete fortemente a concretização dos objectivos, nomeadamente ao nível da prevenção e actuação sobre os agentes bióticos e abióticos. Nesta acção é sentida claramente a desadequação entre o objectivo pretendido e a complexidade do circuito inerente à gestão processual dos projectos.

- Ausência de adiantamentos sobre o projecto:

Corresponde a uma alteração de regras no financiamento relativamente ao QCAII, permitindo apenas o adiantamento sobre as facturas, o que na realidade não é mais que um reembolso.

- Falta de clareza nos procedimentos e regras (regulamentação omissa em alguns aspectos):

A tentativa de simplificar alguns procedimentos resultou numa omissão que não permite à partida conhecer as regras de execução dos projectos. Este aspecto agrava-se face à existência de diversos interlocutores no processo, o que resulta do facto do contrato ser celebrado com uma entidade (IFADAP) e o interlocutor, gestão e controlo ser efectuado por outra entidade distinta (DRA). Por outro lado, a fiscalização técnica pode ser da responsabilidade de um Departamento do Ministério da Agricultura, o licenciamento pode ser efectuado pelos Serviços do Ministério do Ambiente e/ou pela Câmara Municipal respectiva.

- Excesso de intervenientes nas comissões de acompanhamento que validam a execução e a validação das despesas dos projectos, devido à falta de conhecimentos técnicos da entidade interlocutora (DRA). Esta situação leva à sobreposição de camadas hierárquicas sem acréscimo de mais valia;

Esta situação tem exemplos bem claros ao nível da acção 5, nomeadamente nos projectos de emparcelamento, em que os levantamentos topográficos geram necessidades técnicas muito específicas, introduzindo dificuldade e morosidade ao processo. Também ao nível da construção de grandes obras de regadio, o prolongamento da cadeia de decisão tem vindo a levantar inúmeras questões, sendo crítica recorrente e fundamentada não fazer sentido a regionalização destes projectos de tão grande envergadura e importância estratégica.

- Não uniformização de coeficientes de custos ao nível da análise dos projectos;

É principalmente referido na acção 5 no que respeita aos projectos de emparcelamento, onde esta desadequação é mais comprometedor da concretização dos objectivos destes projectos (áreas de implementação de pomar etc.). O custo do emparcelamento varia consideravelmente em função da topografia dos terrenos.

- A elevada rotatividade verificada no desempenho das funções de coordenação da medida não permitiu a optimização dos processos de gestão estratégica e operacional adequada às exigências de uma intervenção desta natureza.

Em termos globais a Medida 3.15. apresenta uma taxa de compromisso elevada, uma taxa de execução média e uma considerável heterogeneidade entre os níveis e realização das diversas acções que compõem a medida. Em termos qualitativos os promotores referem o excessivo peso dos procedimentos administrativos associados às candidaturas e acompanhamento dos projectos, o que se reflecte no cumprimento dos prazos estabelecidos, em particular dos prazos de pagamento. O peso destes procedimentos é também visível, no entender dos promotores, ao nível da fiscalização e do número cada vez maior de intervenientes no processo, com sobreposição de camadas hierárquicas sem acréscimo relevante em termos de eficácia. Alguns promotores referem mesmo retrocessos neste aspectos face ao QCAII, estando convictos que não se aproveitou a experiência e o know-how adquiridos no anterior período de programação.

Em termos operacionais parece necessário proceder a uma simplificação e clarificação das regras e procedimentos, apostando numa maior responsabilização das instituições regionais, nas acções de âmbito estritamente regional, de forma a permitir maior celeridade e eficiência aos processos. Neste sentido sugere-se a introdução da figura de um *Tutor* ou *Interlocutor Único*, por cada projecto ou

entidade, o qual seria responsável perante o promotor pelo acompanhamento (nomeadamente em termos de informação) de todas as suas vertentes.

A avaliação em profundidade desta medida serve como um caso ilustrativo da necessidade de no período 2007-2013 adoptar-se um modelo de programação que produza verdadeiras estratégias regionais, colocando a utilização dos fundos estruturais em Portugal na sua lógica transversal de política regional estrutural, superando uma excessiva tendência para modelos de programação de base vertical e sectorial. Este objectivo sugere um processo inverso ao caminho seguido na construção da actual medida 3.15., isto é, concentrando instrumentos sectoriais sob o primado de estratégias regionais em vez de desconcentrar regionalmente instrumentos sectoriais à margem dessas escolhas.

## 7. DESENVOLVIMENTO EM PROFUNDIDADE DAS ÁREAS TEMÁTICAS SELECIONADAS

### 7.1. ANÁLISE TEMÁTICA: DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO 18 E 24

A análise em profundidade dos domínios de intervenção do PORLVT correspondentes à “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológico (IDTI)” (domínio 18) e à “Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação” (domínio 24), baseia-se na afectação de projectos por domínios de intervenção efectuada pela gestão do Programa.

Esta classificação<sup>21</sup> é suportada pela afectação de projectos por medidas e pela correspondência entre cada uma das medidas do PO e os domínios de intervenção para os quais cada uma delas contribui (ainda que potencialmente), de acordo com o peso indicativo que cada domínio de intervenção assume na programação das diferentes medidas, e cuja sistematização se apresenta no Quadro 7-1. No Quadro 7-2 apresenta-se, de forma complementar, uma sistematização programática das medidas em que se inserem os projectos referentes aos domínios de intervenção analisados, tendo presente que apenas as medidas 1.4, 1.5, 3.10 e 3.11 estão representadas nos projectos em análise.

**QUADRO 7-1: MEDIDAS COM CONTRIBUTO PARA OS DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO 18 E 24, DE ACORDO COM O RESPECTIVO PESO NA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA TOTAL DA MEDIDA**

Domínios de Intervenção	Medidas com contributo para os domínios de intervenção	Programação Financeira da Medida	% Domínio Intervenção na Medida (indicativo)	Programação Financeira do Domínio (indicativo)
Domínio 18 - Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)	Medida 1.5	209.817.731 €	10%	20.981.773 €
	Medida 3.10	389.904.227 €	3%	11.697.127 €
	Medida 3.11	6.987.112 €	100%	6.987.112 €
Domínio 24 - Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação	Medida 1.4	33.914.245 €	45%	15.261.410 €
	Medida 2.2	0	20%	0
	Medida 3.2	127.611.662 €	20%	25.522.332 €
	Medida 3.13	3.715.000 €	100%	3.715.000 €

Nota: a medida 2.2 foi suprimida.

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados disponibilizado(s) pela EAT do PORLVT

<sup>21</sup> Assume-se que cada projecto contribui para apenas um domínio de intervenção.

**QUADRO 7-2: SISTEMATIZAÇÃO PROGRAMÁTICA DAS MEDIDAS EM QUE SE INSEREM OS PROJECTOS REFERENTES AOS DOMÍNIOS DE ANÁLISE 18 E 24**

Ano	Medida 1.4 Formação para o Desenvolvimento (FSE)	Medida 1.5 Acções específicas de valorização territorial (FEDER)	Medida 3.10 Economia (FEDER)	Medida 3.11 Ciência Tecnologia e Inovação (FEDER)
Objectivo Geral	Apoiar a qualificação dos recursos humanos de instituições da Administração Local e de outras organizações locais que contam com a participação dos municípios no seu pacto societário	Valorizar e revitalizar espaços territoriais específicos, com vista à dinamização das suas potencialidades e à promoção da sua competitividade, fazendo face a estrangulamentos e fragilidades locais e regionais.	Prosseguir os objectivos e enquadrar-se na estratégia definida no âmbito do Programa Operacional da Economia - PRIME	Apoiar projectos de divulgação científica de natureza estruturante e de cariz regional e prosseguir a criação e requalificação de uma rede de Centros de Ciência
Objectivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a qualificação profissional com vista à certificação de competências de funcionários;</li> <li>Apoiar a realização de formação temática em áreas operativas e instrumentais;</li> <li>Assegurar a actualização de conhecimentos e o aperfeiçoamento profissional;</li> <li>Promover a formação avançada e de especialização para dirigentes e quadros intermédios e superiores;</li> <li>Contribuir para o desenvolvimento da formação na Administração Local;</li> <li>Apoiar a realização de estágios na Administração Local;</li> <li>Apoiar a produção de recursos técnico pedagógicos e didácticos de suporte à formação;</li> <li>Promover a formação inicial de funcionários e candidatos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Preservar, recuperar e valorizar conjuntos territoriais de grande importância municipal, intermunicipal ou regional.</li> <li>Implementar acções de revitalização económica e social de espaços degradados em áreas circunscritas, designadamente em zonas urbanas e no âmbito de processos de recuperação ambiental.</li> <li>Criar ou melhorar as condições, designadamente infraestruturais, promovendo o adequado aproveitamento e utilização dos recursos existentes, sobretudo urbano.</li> <li>Contribuir para o desenvolvimento articulado, em rede, do território nacional, apoiando estratégias concertadas de qualificação e de desenvolvimento urbano, bem como sistemas de informação e comunicação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a criação e desenvolvimento de Áreas de Localização Empresarial</li> <li>Favorecer abordagens territoriais de valorização turística;</li> <li>Contribuir para o desenvolvimento do mercado de consumo do gás natural;</li> <li>Reforço das infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológicos, da qualidade e da formação;</li> <li>Promover a inovação empresarial;</li> <li>Modernizar e expandir as infra-estruturas de apoio às empresas, nos domínios tecnológicos, da qualidade e da formação;</li> <li>Garantir o abastecimento de energia a empresas e consumidores em condições de segurança do aprovisionamento, de eficiência e de baixo custo;</li> <li>Promover a utilização de novas tecnologias com impacte benéfico para o ambiente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>concretização de objectivos programáticos que visam a divulgação científica e tecnológica junto do grande público;</li> <li>criação de contextos adequados à formação de animadores e professores, ao apoio às escolas, à colaboração entre instituições científicas, empresas, autarquias e instituições educativas;</li> <li>desenvolvimento e produção de recursos e conteúdos para a educação formal e não formal.</li> </ul>
Categorias de Beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> <li>Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia;</li> <li>Assembleias Distritais;</li> <li>Empresas Municipais e Intermunicipais;</li> <li>Empresas Concessionárias Serviços Municipais;</li> <li>Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos;</li> <li>Entidades formadoras acreditadas;</li> <li>Associações de Municípios e de Freguesias;</li> <li>Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas;</li> <li>Organismo central de formação para a</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Municípios e Associações de Municípios;</li> <li>Comunidades Intermun. e Áreas Metropolitanas;</li> <li>Empresas Municipais;</li> <li>Empresas Concessionárias Municipais,</li> <li>Empresas Públicas, Concessionárias do Estado e de Capitais Mistos;</li> <li>Fundações e Associações sem fins lucrativos;</li> <li>Associações Empresariais;</li> <li>Agências de Desenvolvimento Regional e Local;</li> <li>Associações de Desenvolvimento Local;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projectos de “Criação de Infra-estruturas Tecnológicas, da Formação e Infra-estruturas específicas” - Entidades de interface e assistência tecnológica empresarial que tenham como atribuição ou objectivo social principal a realização de actividades de apoio técnico e ou IDDT, empresarialmente orientadas, designadamente centros tecnológicos, centros de transferência de tecnologia, institutos de novas tecnologias, centros de incubação de base tecnológica e parques tecnológicos; Entidades de formação, escolas tecnológicas, escolas de hotelaria e turismo do Instituto Nacional de Formação Turística e outras Infra-estruturas de formação que tenham como atribuição ou objectivo social principal a realização de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consórcios ou parcerias de entidades públicas ou privadas, que assumam a coordenação local de um projecto, demonstrada através de mecanismos sólidos de gestão, mediante protocolo ou outra forma de contratualização com o Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior;</li> <li>Agência Nacional para a Cultura Científica – Ciência Viva.</li> </ul>

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Ano	Medida 1.4 Formação para o Desenvolvimento (FSE)	Medida 1.5 Acções específicas de valorização territorial (FEDER)	Medida 3.10 Economia (FEDER)	Medida 3.11 Ciência Tecnologia e Inovação (FEDER)
	<p>Administração Local, nos termos do DL n.º 50/98, de 11/03 (art. 17º);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Instituições de Ensino Superior, Politécnico e Estruturas de I&amp;D;</li> <li>Regiões de Turismo;</li> <li>Entidades vocacionadas para o desenvolvimento local e regional em que a autarquia participa no respectivo pacto societário, nomeadamente Agências de Desenvolvimento, Associações para o Desenvolvimento, Fundações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Instituições de Ensino Superior ;</li> <li>Estruturas de I&amp;D;</li> <li>Outras Entidades Públicas e Privadas sem fins lucrativos.</li> </ul>	<p>actividades de formação profissional; Infra-estruturas de utilização colectiva, nomeadamente na área da protecção ambiental relativa ao tratamento de efluentes e de resíduos de empresas industriais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Projectos de “Criação de Infra-estruturas do Sistema Português da Qualidade” - Entidades que possuam ou demonstrem interesse e capacidade para vir a possuir infra-estruturas laboratoriais acreditadas, no âmbito do SPQ, que sejam ou pretendam ser acreditadas, reconhecidas ou qualificadas, no âmbito do SPQ, como organismos de certificação, organismos de inspecção técnica e auditoria, organismos de verificação metrológica, organismos notificados ou ainda como entidades gestoras de sistemas de qualificação integrados ou registados no SPQ e os organismos reconhecidos no âmbito do SPQ.</li> </ul>	
Programação	33.914.245 Euros (22.044.157 Euros FSE)	209.817.731 Euros (104.908.865 Euros FEDER)	389.904.227 Euros Despesa Pública (158.370.070 Euros FEDER)	6.987.112 Euros Despesa Pública (3.493.556 Euros FEDER)
Aprovação	17.347.421 Euros (17.323.363 Euros Despesa Pública e 11.260.186 Euros FSE)	182.436.867 Euros Despesa Pública (79.722.223 Euros FEDER)	359.223.071 Euros Despesa Pública (142.123.278 Euros FEDER)	6.988.000 Euros Despesa Pública (3.494.000 Euros FEDER)
Taxa de Compromisso (sobre reprogramação)	51%	87%	92%	100%
Execução	9.182.220 Euros (9.166.344 Euros Despesa Pública e 5.958.124 Euros FSE)	89.486.423 Euros Despesa Pública (40.820.051 Euros FEDER)	295.509.087 Euros Despesa Pública (115.832.901 Euros FEDER)	4.718.613 Euros Despesa Pública (2.359.306 Euros FEDER)
Taxa de execução	53%	49%	82%	68%

Nota: no caso da medida 3.10, a tipologia de beneficiários apresentada não é exaustiva, restringindo-se, apenas, aos projectos considerados no âmbito da presente análise em profundidade (projectos inseridos nas acções “Criação de Infra-estruturas Tecnológicas, da Formação e Infra-estruturas específicas” e “Criação de Infra-estruturas do Sistema Português da Qualidade”).

No âmbito dos domínios de intervenção em análise, foram aprovados 30 projectos, a que correspondente um investimento elegível de 18.250.514 Euros, e que atingiram uma taxa de compromisso de 33% e uma taxa de execução de 39% (Quadro 7-3). Com base na sua desagregação pelos dois domínios de intervenção destaca-se que:

- 18 projectos se inserem no domínio “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)”, representam um investimento de 16.968.331 Euros e atingiram uma taxa de execução de 38%;
- 12 projectos se inserem no domínio “Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação”, representam um investimento de 1.282.514 Euros e atingiram uma taxa de execução de 43%.

A representatividade global que estes projectos assumem no contexto do PORLVT corresponde a 0,6% do total de projectos aprovados, a 0,7% da despesa pública aprovada e a 0,4% da despesa pública já executada. Para a relativamente baixa representatividade que estes projectos assumem no contexto do PORLVT contribui a supressão da medida 2.2<sup>22</sup>, a inexistência de projectos aprovados na medida 3.13 e a inexistência de projectos da medida 3.2 classificados no âmbito do domínio 24 - Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação (a tipologia de acção “Formação e Desenvolvimento Organizacional”, estruturada para apoiar as micro e pequenas empresas na função Gestão de Recursos Humanos, tinha sido associada pela gestão a este domínio, mas a recepção de candidaturas nunca foi aberta).

**QUADRO 7-3: DISTRIBUIÇÃO DE PROJECTOS, INVESTIMENTO APROVADO E EXECUTADO E TAXAS DE EXECUÇÃO, POR DOMÍNIOS E MEDIDAS**

Domínios / Medidas		Nº projectos	Programação Financeira	Despesa Pública Aprovada	Despesa Pública Executada	Taxa de Compromisso	Taxa de Execução
Domínio 18	Medida 1.5	4	20.981.773	3.962.250	2.225.902	19%	56%
	Medida 3.10	7	11.697.127	6.018.081	0	51%	0%
	Medida 3.11	7	6.987.112	6.988.000	4.718.613	100%	68%
	Sub-total (Domínio 18)	18	39.666.012	16.968.331	6.944.515	43%	38%
Domínio 24	Medida 1.4	12	15.261.410 €	1.282.514	552.731	8%	43%
<b>Total (Domínios 18 e 24)</b>		<b>30</b>	<b>54.927.422</b>	<b>18.250.845</b>	<b>7.497.245</b>	<b>33%</b>	<b>39%</b>
<b>% do total do PO</b>		<b>0,6%</b>		<b>0,7%</b>	<b>0,4%</b>		

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados disponibilizados pela EAT do PORLVT

<sup>22</sup> Nesta medida estava previsto o contributo para os dois domínios de intervenção em análise. No entanto, na sequência da sua supressão, e ainda que os respectivos projectos tivessem sido englobados na medida 2.4, nenhum deles foi classificado no âmbito do domínio 18 ou do domínio 24.

A distribuição de projectos assume, desta forma, uma clara polarização no contributo para o domínio “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológico” em torno da tipologia de projectos abrangida pelas medidas 3.10 e 3.11, em que se destacam os projectos orientados para o reforço das infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológicos, da qualidade e da formação e os projectos inseridos na rede nacional de Centros de Ciência Viva, e uma polarização no contributo para o domínio “Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação” em torno da tipologia de projectos abrangida pela medida 1.4 e, em concreto, de projectos abrangidos pelo programa Foral (Quadro 7-4).

**QUADRO 7-4: CARACTERIZAÇÃO DOS PROJECTOS SEGUNDO O CONTRIBUTO PARA OS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS DAS MEDIDAS**

Domínios / Medidas		Projectos	
<b>Domínio 18 - Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológico</b>			
<b>Medida 1.5</b>	1 projecto orientado para a preservação, recuperação e valorização de conjuntos territoriais de grande importância regional	1.5/038	Rota de Museus do Oeste
	1 projecto orientado para a criação ou melhoria das condições, designadamente infraestruturais, promovendo o adequado aproveitamento e utilização dos recursos existentes, sobretudo urbano	1.5/098	Tecnopolo de Abrantes-Pavilhão 2
	2 projectos orientados para o desenvolvimento articulado, em rede, do território nacional, e dos sistemas de informação e comunicação	1.5/017 1.5/064	Oeste Digital - 1ª Fase Sistema de Informação Territorial do Médio Tejo
<b>Medida 3.10</b>	7 projectos de reforço das infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológicos, da qualidade e da formação	3.10/096	Centro de Incubação de Base Tecnológica
		3.10/098	Laboratório de Alta Tensão
		3.10/099	Laboratório de Ensaio de Campo
		3.10/110	Laboratório de Ensaio de Acústica
		3.10/109	Laboratório de Ensaio de Revestimento de Coberturas
		3.10/108	Laboratório de Fotometria e Colorimetria
		3.10/097	Parque Tecnológico
<b>Medida 3.11</b>	7 projectos visando a divulgação científica e tecnológica junto do grande público, dos quais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 6 projectos específicos de criação de Centros de Ciência Viva, inseridos na rede nacional de Centros de Ciência Viva (Amadora - 1ª e 2ª fase, Alviela, Constância, Sintra e Torres Novas);</li> <li>• 1 projecto de integração do Planetário Calouste Gulbenkian na rede nacional de Centros de Ciência Viva</li> </ul>	3.11/001	Centro Ciência Viva da Amadora
		3.11/003	Centro Ciência Viva do Alviela
		3.11/004	Centro Ciência Viva de Constância - Parque Astronomia
		3.11/005	Centro Ciência Viva de Sintra
		3.11/006	Centro Ciência Viva de Torres Novas
		3.11/007	Centro Ciência Viva da Amadora - 2ª Fase
		3.11/002	Planetário Calouste Gulbenkian - Ciência Viva
<b>Domínio 24 - Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação</b>			
<b>Medida 1.4</b>	12 projectos inseridos no âmbito do Programa FORAL - Programa de Formação para as Autarquias Locais	1.4/118	Formação para o Desenvolvimento
		1.4/143	Formação para o Desenvolvimento 2003
		1.4/163	Formação para o Desenvolvimento
		1.4/202	Formação para o Desenvolvimento
		1.4/227	Formação para o Desenvolvimento
		1.4/237	Formação para o Desenvolvimento
		1.4/244	Formação para o Desenvolvimento
		1.4/253	Formação para o Desenvolvimento
		1.4/333	Formação para o Desenvolvimento - Sistemas UNIX
		1.4/336	Formação para o Desenvolvimento
		1.4/338	Formação para o Desenvolvimento
		1.4/341	Formação para o Desenvolvimento

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados disponibilizados pela EAT do PORLVT

## CAIXA DE TEXTO 7-1: QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E INTERVENÇÕES PÚBLICAS

### RELEVÂNCIA

Em que medida a concepção e integração destas temáticas no Programa se mostrou adequada à capacidade de prossecução de projectos correspondentes?

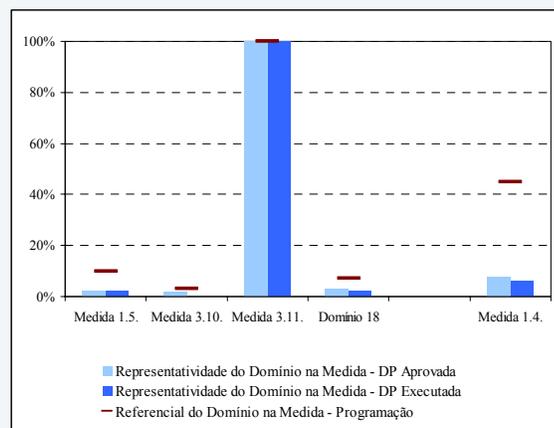
Assumindo como referencial o peso que os projectos que contribuem para a concretização dos domínios de intervenção assumem nas diversas medidas do PORLVT (o que, ainda que indicativamente, permite obter a distribuição dos referenciais de programação financeira dos domínios de intervenção por medidas) e, desta forma, o referencial de programação financeira dos dois domínios em análise no universo das medidas que para eles podem contribuir, é possível estabelecer uma comparação entre o peso que assumiu a despesa pública efectivamente aprovada e executada no âmbito destes domínios (face às medidas em que se inserem), e o peso indicativo que o domínio assumia na programação financeira das diversas medidas.

O gráfico seguinte permite evidenciar que, actualmente, a representatividade destes domínios de intervenção no PORLVT é inferior à representatividade prevista no contexto da programação financeira.

Os projectos que potencialmente podem contribuir para a concretização do domínio “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos” assumiam, em sede de programação financeira, uma representatividade de 7% no total da programação financeira das medidas 1.5, 3.10 e 3.11. Actualmente, os projectos inseridos neste domínio representam apenas 3% da despesa pública aprovada no âmbito destas medidas, e 2% da despesa pública já executada.

Os projectos que potencialmente podem contribuir para a concretização do domínio “Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas TIC” assumiam, em sede de programação financeira, uma representatividade de 45% no total da programação financeira da medida 1.4. Actualmente, os projectos inseridos neste domínio representam apenas 7% e 6%, respectivamente, da despesa pública aprovada e executada no âmbito desta medida.

**Representatividade assumida pelos projectos face ao referencial de representatividade das medidas e domínios em sede de programação**



Em complemento, deve salientar-se que a representatividade global assumida por estes projectos no contexto do PORLVT foi muito pouco expressiva, quer em número de projectos (0,6% do total de projectos aprovados) quer em despesa pública aprovada (0,7% da despesa pública aprovada), o que, de alguma forma, justifica os défices existentes entre a representatividade efectivamente assumida por estes projectos no Programa e o respectivo referencial indicativo. Esta situação pode ser explicada pela conjugação de dois factores:

- por um lado, aspectos como a supressão da medida 2.2, a inexistência de projectos aprovados na medida 3.13 e a inexistência de projectos da medida 3.2 classificados no âmbito do domínio 24 - Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação”, restringiram claramente o âmbito dos projectos com contributo para os domínios de intervenção em análise;
- por outro lado, nas medidas em que, efectivamente, estes projectos se inseriram, detectou-se uma sub-representação do peso assumido no contexto dessas mudanças, face ao referencial indicativo de representatividade dos domínios na programação financeira destas medidas.

Deve referir-se, também, que o facto dos projectos classificados no âmbito dos domínios analisados ser baixa, isso não invalida que existam no PORLVT outros projectos que possam dar um contributo relevante para a concretização dos objectivos associados à definição destes domínios de intervenção (mesmo que não seja o seu contributo primordial e, como tal, sejam projectos classificados no âmbito doutros domínios).

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados disponibilizados pela EAT do PORLVT

A Administração Pública responde por uma parcela significativa do número de projectos aprovados e da despesa pública aprovada que lhes corresponde (Quadro 7-5), sendo perceptível, em ambos os domínios, o reflexo das medidas em que se inserem os projectos aprovados, e das correspondentes tipologias de projectos e de beneficiários, na sua distribuição por tipo de promotores:

- no caso do domínio de intervenção “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológico”, 39% dos projectos aprovados são promovidos pela Administração Central e concentram 37% do investimento elegível aprovado no domínio – esta situação explica-se pelo peso que assumem os projectos aprovados no âmbito das medidas 3.10 e 3.11 (14 projectos em 18 aprovados) e pelo facto de serem projectos de carácter predominantemente infraestrutural;
- no caso do domínio de intervenção “Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação”, é a Administração Local que assume o protagonismo, promovendo 75% dos projectos aprovados e concentrando 88% da despesa pública aprovada do domínio – esta situação explica-se pelo facto dos 12 projectos cujo contributo se considera relevante no âmbito deste domínio se concentrarem totalmente na formação para a Administração Local.

**QUADRO 7-5: DISTRIBUIÇÃO DE PROJECTOS E MONTANTE DE INVESTIMENTO POR TIPOS DE PROMOTORES (PROMOTORES DE PROJECTOS APROVADOS)**

Tipos de promotores	Nº projectos		Despesa Pública (€)		% Investimento		
	Domínio 18	Domínio 24	Domínio 18	Domínio 24	Domínio 18	Domínio 24	
Administração Central	7	0	6.354.641	0	37%	0%	
Administração Local	Entidades Municipais	2	8	1.300.200	928.535	8%	72%
	Associações Municípios	3	1	3.162.732	199.071	19%	16%
Entidades Privadas sem Fins Lucrativos - Associações	3	2	4.115.880	17.334	24%	1%	
Entidades Privadas - Sociedades	3	1	2.034.878	137.573	12%	11%	
<b>Sub-total</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>16.968.331</b>	<b>1.282.514</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	
<b>Total (Domínios 18 e 24)</b>	<b>30</b>		<b>18.250.845</b>		-		

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados disponibilizados pela EAT do PORLVT

Na região da Grande Lisboa concentram-se 50% dos projectos orientados para a “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológico” e 75% dos projectos orientados para a “Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação” (Quadro 7-6). Sendo esta a região que abarca a parcela mais significativa da despesa pública por domínios, os ritmos de execução evidenciam discrepâncias, que sugerem um menor ritmo de execução dos

projectos de formação na Administração Local, no âmbito do Programa FORAL (ainda que se deva relativizar esta conclusão, pois as aprovações destes projectos só se iniciaram em 2003):

- no caso do domínio “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológico”, os 9 projectos aprovados na Grande Lisboa respondem por 43% da despesa pública aprovada, por 59% da despesa pública executada e atingem uma taxa de execução de 56% (Quadro 7-6) – esta concentração intra-regional é explicada pelo facto dos projectos serem predominantemente promovidos pela Administração Central (destes nove projectos aprovados na Grande Lisboa, seis foram promovidos pela Administração Central – Quadro 7-7);
- no caso do domínio “Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação”, os 9 projectos aprovados na Grande Lisboa respondem por 84% da despesa pública aprovada, por 62% da despesa pública executada e atingem uma taxa de execução de 32% - este menor ritmo de execução pode encontrar explicação no facto das aprovações de projectos só se terem iniciado no ano 2003, na sequência do alargamento da tipologia de beneficiários aos membros do executivo das Juntas de Freguesia.

**QUADRO 7-6: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS - CARACTERIZAÇÃO GERAL POR NUTS 3**

Localização dos Projectos	Nº projectos		Despesa Pública (€)		Execução Actual (€)		Taxa de Execução Actual	
	Dom. 18	Dom. 24	Dom. 18	Dom. 24	Dom. 18	Dom. 24	Dom. 18	Dom. 24
Grande Lisboa	9	9	7.216.501	1.071.143	4.070.592	343.370	56%	32%
Médio Tejo	5	1	4.029.815	10.289	1.537.288	10.289	38%	100%
Oeste	1	1	1.230.193	199.071	920.715	199.071	75%	100%
Península de Setúbal	2	1	3.789.380	2.010	0	0	0%	0%
Multi-concelhio	1	0	702.442	-	415.920	-	59%	-
Sub-Total	18	12	16.968.331	1.282.514	6.944.515	552.731	41%	43%
<b>Total (Domínios 18 e 24)</b>	<b>30</b>		<b>18.250.845</b>		<b>7.497.245</b>			

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados disponibilizados pela EAT do PORLVT

O ritmo de apresentação de candidaturas, com reflexos na sua aprovação, permite constatar que as candidaturas dos projectos orientados para o domínio “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológico” se concentraram no ano 2003 (10 projectos aprovados que concentram 53% da despesa pública aprovada no domínio e que atingiram uma taxa de execução de 13%), embora os projectos aprovados durante o ano 2002 assumissem maior dimensão e uma taxa de execução consideravelmente mais elevada (4 projectos que concentram 38% da despesa pública aprovada no domínio e que atingiram uma taxa de execução de 81%).

**QUADRO 7-7: DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJECTOS POR TIPOS DE PROMOTORES**

NUTS 3	Administr. Central	Administração Local				Entidades Privadas sem Fins Lucrativos - Associações		Entidades Privadas - Sociedades	
		Entidades Municipais		Associações Municípios		Dom. 18	Dom. 24	Dom. 18	Dom. 24
	Dom. 18	Dom. 24	Dom. 18	Dom. 24					
Grande Lisboa	6		7			1	1	2	1
Médio Tejo	1	2		1			1	1	
Oeste				1	1				
Península de Setúbal			1			2			
Multi-concelhio				1					
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados disponibilizados pela EAT do PORLVT

O ritmo de apresentação de candidaturas, com reflexos na sua aprovação, permite constatar que as candidaturas dos projectos orientados para o domínio “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológico” se concentraram no ano 2003 (10 projectos aprovados que concentram 53% da despesa pública aprovada no domínio e que atingiram uma taxa de execução de 13%), embora os projectos aprovados durante o ano 2002 assumissem maior dimensão e uma taxa de execução consideravelmente mais elevada (4 projectos que concentram 38% da despesa pública aprovada no domínio e que atingiram uma taxa de execução de 81%).

Por outro lado, as candidaturas dos projectos orientados para o domínio “Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação” só se iniciaram em 2003 (na sequência do alargamento da tipologia de beneficiários aos membros do executivo das Juntas de Freguesia) e atingiram em 2004 a aprovação de 50% dos projectos em causa.

**QUADRO 7-8: TIMINGS DE APROVAÇÃO EM UG - CARACTERIZAÇÃO GERAL**

Datas de aprovação	Nº projectos		Investimento total (€)		Execução Actual (€)		Taxa Execução Actual	
	Dom. 18	Dom. 24	Dom. 18	Dom. 24	Dom. 18	Dom. 24	Dom. 18	Dom. 24
2001	1	-	511.719	-	511.719	-	100%	-
2002	4	-	6.487.635	-	5.271.089	-	81%	-
2003	10	2	8.975.636	88.652	1.161.707	88.652	13%	100%
2004	3	6	993.341	631.789	0	464.078	0%	73%
2005	-	4	-	562.073	-	0	-	0%
<b>Sub-total</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>16.968.331</b>	<b>1.282.514</b>	<b>6.944.515</b>	<b>552.731</b>	<b>41%</b>	<b>43%</b>
<b>Total (domínios 18 e 24)</b>	<b>30</b>		<b>18.250.845</b>		<b>7.497.245</b>		<b>41%</b>	

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados disponibilizados pela EAT do PORLVT

O contributo dos projectos para o cumprimento dos objectivos específicos das medidas em que se inserem, quando cruzado com uma leitura da sua situação face ao grau de execução em que se encontram, permite tecer algumas conclusões relativas à eficácia que atingem em termos de domínios de intervenção (Quadro 7-9).

No que diz respeito ao total de projectos aprovados no âmbito do domínio “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológico”, é possível destacar que:

- os quatro projectos inseridos na medida 1.5 assumem contornos de eficácia provável na concretização dos objectivos específicos da medida;
- os projectos inseridos na medida 3.10 assumem-se como potencialmente eficazes no cumprimento dos objectivos específicos da medida, sendo, no entanto, de destacar, que nenhum deles iniciou, ainda, a sua execução;
- 40% dos projectos aprovados contribuem potencialmente para o cumprimento dos objectivos específicos da medida 3.11, concretizando objectivos programáticos que visam a divulgação científica e tecnológica junto do grande público. Estes projectos concentram 41% da despesa pública aprovada no âmbito destes domínios e 68% da despesa pública já executada. Saliente-se que dois destes projectos, ao terem sido concluídos, atingiram um contributo efectivo em termos de eficácia na prossecução dos objectivos da medida;
- No caso específico da medida 3.11, cuja programação financeira é totalmente afectada ao domínio de intervenção “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológico”, é possível afirmar que a meta de concretização de 7 Centros de Ciência Viva (segundo a reprogramação para 2006) se mostra perfeitamente viável, tendo presente a combinação de uma taxa de compromisso de 100% com uma taxa de execução, já atingida, de 68%, nos sete projectos aprovados correspondentes à inserção na rede nacional de Centros de Ciência Viva.

No que diz respeito ao total de projectos aprovados no âmbito do domínio “Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação”, é possível destacar que, dos doze projectos inseridos na medida 1.4, sete já atingiram eficácia efectiva na concretização dos objectivos específicos da medida, e cinco mantêm-se num estágio de eficácia potencial no contributo para esses objectivos.

**QUADRO 7-9: CONTRIBUTO DOS PROJECTOS PARA O CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS ESPECÍFICOS - EFICÁCIA POTENCIAL, PROVÁVEL E EFECTIVA**

**DOMÍNIO 18 - INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICOS (IDTI)**

Eficácia dos projectos inseridos no domínio 18		Objectivos Específicos da Medida 1.5			Objectivos Específicos da Medida 3.10	Objectivos da Medida 3.11
		Preservar, recuperar e valorizar conjuntos territoriais de grande importância municipal, intermunicipal ou regional.	Criar ou melhorar as condições infraestruturais, promovendo o adequado aproveitamento e utilização dos recursos existentes, sobretudo urbano.	Contribuir para desenvolv. articulado, em rede, do território nacional, apoiando estratégias concertadas de qualificação e de desenvolv. urbano, bem como sistemas de informação e comunicação.	Reforço das infra-estruturas de apoio às empresas nos domínios tecnológicos, da qualidade e da formação.	Concretização de objectivos programáticos que visam a divulgação científica e tecnológica junto do grande público.
Projectos Aprovados ↓ Eficácia Potencial	Nº projectos	1	1	2	7	7
	DP Aprovada	702.442 €	799.518 €	2.460.290 €	6.018.081 €	6.988.000 €
	DP Executada	415.920 €	351.697 €	1.458.285 €		4.718.613 €
Projectos com Execução ↓ Eficácia Provável	Nº projectos	1	1	2	0	7
	DP Aprovada	702.442 €	799.518 €	2.460.290 €	0	6.988.000 €
	DP Executada	415.920 €	351.697 €	1.458.285 €	0	4.718.613 €
Projectos Concluídos ↓ Eficácia Efectiva	Nº projectos					2
	DP Aprovada					3.986.719 €
	DP Executada					3.986.719 €

**DOMÍNIO 24 - ADAPTABILIDADE, ESPÍRITO DE EMPRESA E INOVAÇÃO, NOVAS TIC**

Eficácia dos projectos inseridos no domínio 24		Objectivos Específicos da Medida 1.4	
		Contribuir para o desenvolvimento da formação na Administração Local.	
Projectos Aprovados ↓ Eficácia Potencial	Nº projectos	12	
	DP Aprovada	1.282.514 €	
	DP Executada	552.731 €	
Projectos com Execução ↓ Eficácia Provável	Nº projectos	7	
	DP Aprovada	552.731 €	
	DP Executada	552.731 €	
Projectos Concluídos ↓ Eficácia Efectiva	Nº projectos	7	
	DP Aprovada	552.731 €	
	DP Executada	552.731 €	

Nota: os projectos são classificados quanto ao seu contributo em termos de eficácia para a concretização de objectivos, de acordo com a sua situação face à execução:

- eficácia potencial – engloba todos os projectos aprovados (com ou sem execução);
- eficácia efectiva – engloba, apenas, os projectos já concluídos;
- eficácia provável – engloba todos os projectos aprovados que já se iniciaram (exclui projectos que ainda não têm execução e inclui projectos concluídos).

Fonte: Equipa de Avaliação, com base nos dados disponibilizados pela EAT do PORLVT

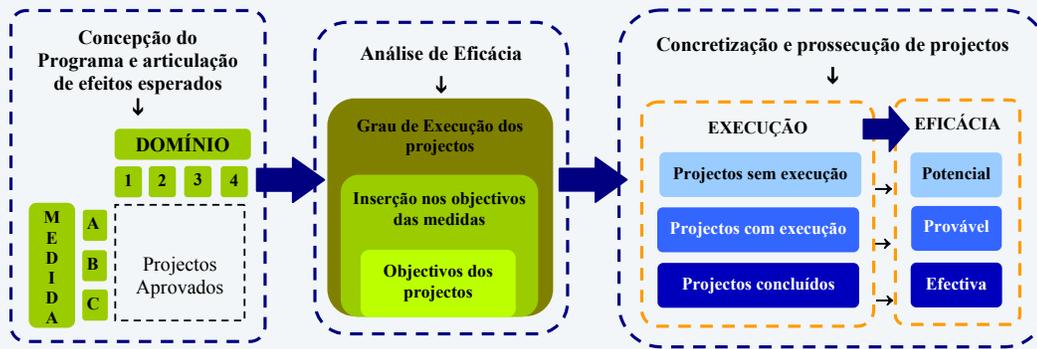
**CAIXA DE TEXTO 7-2: QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E INTERVENÇÕES PÚBLICAS**

**IMPLEMENTAÇÃO:**

Em que medida a modalidade de implementação e gestão se adequaram à viabilidade de concretização e prossecução de projectos correspondentes ou da integração deste domínio enquanto componente em projectos/acções de âmbito diferente?

Com base na relação que se estabelece entre o contributo dos diferentes projectos para a concretização dos objectivos das medidas em que se inserem, obtém-se uma visão dos programas e intervenções públicas orientada para a **eficácia atingida** que, quando cruzada com o **grau de execução dos projectos**, permite analisar os projectos aprovados à luz da sua eficácia potencial, provável ou efectiva para os objectivos propostos.

Uma perspectiva de análise do PORLVT centrada nos aspectos que se prendem com a adequação da modalidade de implementação e gestão à viabilidade de concretização e prossecução de projectos, **pode ser aproximada com base nos resultados que foram atingidos até ao momento em termos de eficácia.**



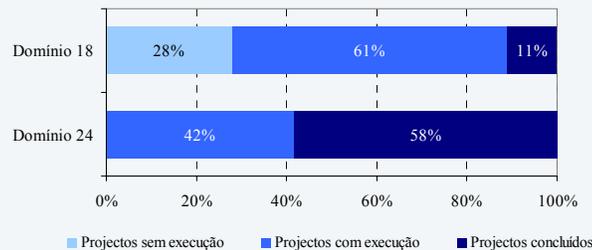
O grau de execução dos projectos inseridos no domínio “Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológico”, permite destacar que o contributo destes projectos para a concretização dos objectivos das medidas em que se inserem e, por esta via, para os objectivos deste domínio de intervenção do PORLVT, se distribui da seguinte forma:

- 11% dos projectos atingem uma **eficácia efectiva**;
- 61% dos projectos atingem uma **eficácia provável**;
- e 28% dos projectos mantêm apenas uma **eficácia potencial**.

No caso do domínio “Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação”:

- 58% dos projectos atingem uma **eficácia efectiva** na prossecução dos objectivos da medida 1.4;
- e 42% dos projectos uma **eficácia provável**.

**Distribuição de projectos segundo o grau de execução**



**CAIXA DE TEXTO 7-3: QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E INTERVENÇÕES PÚBLICAS****PROSECUÇÃO:**

Quais os factores ou indícios positivos ou negativos, quanto à concepção, implementação e gestão, a prosseguir ou a alterar no que respeita à incorporação e prossecução de acções relativas a estas temáticas? Quais os factores que se mostraram relacionados com o seu sucesso ou insucesso?

Os **domínios específicos de intervenção do PORLVT assumiram um carácter de transversalidade às várias medidas que compuseram o Programa**, assumindo-se que um projecto exerceria impactos num único domínio de intervenção. Percebe-se, como tal, que, para além, dos projectos actualmente considerados como primordialmente contributivos para os objectivos dos domínios de intervenção fixados, existam outros projectos cujo contributo também possa ser considerado relevante no âmbito destes domínios, mas que, segundo um critério de “contributo primordial”, estejam unicamente classificados noutra domínio de intervenção, sem que tenha sido ponderada a sua influência noutras áreas de intervenção.

Para reforçar as vantagens de um critério de classificação de projectos baseado na “ponderação de contributos” face a um critério baseado no “contributo primordial”, refere-se a possibilidade da aplicação deste último critério induzir omissões potenciais de contributos, que poderiam ser atenuadas se se internalizar a possibilidade (aliás, realista) do contributo de um único projecto se alargar a mais do que um domínio ou sub-domínio de intervenção. Veja-se, por exemplo, o caso dos projectos inseridos na medida 3.2, que foram classificados no âmbito do domínio “Desenvolvimento da educação e formação profissional não ligada a sector específico” (domínio 23), e cujo impacto pode ser considerado como exercendo efeitos conjugados com o domínio de intervenção “Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas tecnologias da informação e comunicação”.

Para além deste carácter de transversalidade às medidas que compuseram o Programa, os domínios específicos de intervenção no PORLVT basearam-se num **mecanismo de implementação alicerçado em afectações indicativas do contributo potencial dos projectos de cada medida para os domínios de intervenção** em que cada uma delas deveria ter impactos. A este respeito é possível avançar alguns factores que justificam o facto **dos resultados esperados da fixação de domínios prioritários de intervenção serem dificilmente obtidos com base em critérios de afectação orçamental indicativa**:

- Em primeiro lugar, porque, conforme já referido, um projecto não contribui, exclusivamente, para um único objectivo (ainda que possa contribuir primordialmente). Os verdadeiros impactos do Programa num determinado domínio acabam por ser “medidos por defeito”, sendo admissível a possibilidade de **introduzir critérios de ponderação do contributo dos projectos para diferentes domínios de intervenção**;
- Em segundo lugar, porque os normais processos de ajustamento que decorrem ao longo do período de vigência de uma intervenção pública - supressão de medidas, ajustamentos de programação financeira, ou outros - introduzem factores de perturbação que podem desequilibrar a concretização dos objectivos esperados. Considerem-se, por exemplo, factores como a supressão da medida 2.2, que retirou espaço de aprovação de projectos inseridos nos dois domínios de intervenção em análise, sem que a contrapartida da sua inserção na medida 2.4 resultasse na afectação destes projectos aos domínios em causa. Da mesma forma que se pode exemplificar a restrição do espaço indicativo de aprovação de projectos inseridos nestes domínios de intervenção através da inexistência de projectos aprovados na medida 3.13. Se estes factores forem conjugados com o facto de, no âmbito da despesa pública aprovada, o peso indicativo destes domínios nas medidas nunca ter sido atingido (excepção para a medida 3.11, que foi integralmente afecta ao domínio 24), percebe-se que, na prática, os resultados efectivos de uma programação financeira indicativa de afectação de projectos por domínios dificilmente convergem para os resultados previstos ou, mesmo, necessários. Torna-se admissível, nesta perspectiva, avaliar a possibilidade da **programação financeira por medidas ser cruzada com a programação financeira por domínios de intervenção**. A avaliação dos efeitos dos projectos em determinado domínio implica ainda que se associem ao projecto indicadores, de realização e, sobretudo, de resultado, que permitam estabelecer essa ligação e monitorizar a sua evolução.

## ANEXOS

**ANEXO 1: DESCRIÇÃO DA TIPOLOGIA URBANO / RURAL**

DIMENSÕES DE ANÁLISE E INDICADORES		TIPO 1 (2)	TIPO 2 (1)	TIPO 3	TIPO 4	TIPO 5
Dimensão dos lugares/ povoamento	% Pop. em lug. menos de 4999 Habitantes					
	% Pop. em lugares de 5000 a 9999 Habitantes					
	% Pop. em lugares de 10000 a 49999 Habitantes					
	% Pop. em lugares de 50000 e Mais Habitantes					
Dinâmica demográfica	Variação entre 1991 e 2001 (%)					
	Pop. Residente dos 0-14 anos					
Actividades económicas	% Pop. Agricultura					
	% Pop. Indústria					
	% Pop. altamente qualificada					
Infraestruturas e equipamentos	População Servida com Estações de Tratamento de Águas Residuais (%)					
	Recolha e Reciclagem de Resíduos Sólidos em 2001(%)					
	% freguesias com TV Cabo					
	% freguesias com 3 redes telemóvel					
	%escolas básicas com acesso à Internet					

ASSINALA-SE A AZUL O CARÁCTER URBANO E A VERDE O RURAL

Fonte: ISSS, (2005) - Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental, Documento de Trabalho realizado por Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS, IP, com a colaboração da GEOIDEIA.

## **ANEXO 2 – MEDIDA 1.5**

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO RECOLHIDA POR PROJECTO FINALIZADO E COM  
INDICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE RELATÓRIO FINAL NO DOSSIER DE PROJECTO

**Projecto: 1.05.002 - Complexo Aquático Municipal - 2ª Fase - Santarém**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01-10-00 <sup>23</sup>	11-09-00
Data de fim	30-03-01 <sup>24</sup>	30-03-01
Investimento elegível	4.149.000,91	4.148.003,31
Comparticipação FEDER	2.074.001,66	2.074.002,66
Objectivos do projecto	Construção de infraestruturas básicas no domínio do desporto e lazer. Conclusão da primeira fase do projecto (QCA II)	Construção de infraestruturas básicas no domínio do desporto e lazer. Conclusão da primeira fase do projecto (QCA II)
Postos de trabalho directos	44 (28+16)	44
Postos de trabalho indirectos	-	15
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	Reforço da atractividade do complexo desportivo em que se integram as piscinas, com efeitos no desempenho económico das lojas e serviços aí presentes. <sup>25</sup>	Desenvolvimento articulado, em rede, do território nacional, apoiando estratégias concertadas de qualificação e de desenvolvimento urbano
Impacto social	Benefícios para a qualidade de vida da população, nomeadamente a população jovem. Incentivo à natação.	Maior intervenção social através de maior abertura à população. Melhoria dos resultados desportivos. Generalização da prática desportiva.

**Projecto: 1.05.008 - Remodelação do Cine-Teatro Ferreira da Silva**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01-09-00	25-09-00
Data de fim	31-12-01	11-11-01
Investimento elegível	2.666.474	2.666.474
Comparticipação FEDER	1.599.884	1.599.884
Objectivos do projecto	Colmatar carências de espaços para a realização de eventos culturais Reforço da animação e revitalização do centro da Cidade Valorização da imagem da cidade e reforço da atractividade turística Inclusão da cidade nos programas de itinerância cultural	Sala de espectáculos e conferências no Centro Histórico com capacidade para 455 lugares, dispo de tecnologias modernas, adequado para uma grande diversidade de espectáculos

<sup>23</sup> Nalguns casos as datas de início previsto presentes nos dossiers de candidatura e relatório final não são coincidentes. Quando isso aconteceu utilizaram-se estas últimas.

<sup>24</sup> Nalguns casos as datas de finalização prevista presentes nos dossiers de candidatura e relatório final não são coincidentes. Quando isso aconteceu utilizaram-se estas últimas

<sup>25</sup> O texto a azul refere-se impactes não expressos explicitamente na descrição/objectivos dos projectos presentes nos dossiers de candidatura, mas que foi possível deduzir através de outra informação dispersa pelos referidos dossiers.

Postos de trabalho directos	4	2
Postos de trabalho indirectos	-	2
Indicadores físicos	Cine-Teatros remodelados- 1	Cine-teatros remodelados- 1
Impacto técnico	-	Equipamentos técnicos instalados susceptíveis de permitir uma grande diversidade de soluções em termos de espectáculos.
Impacto económico	<a href="#">Desenvolvimento turístico da Cidade e da Região</a>	Capacidade de gerar receitas próprias, procurando um equilíbrio entre patrocínios e esforço próprio.
Impacto social	<a href="#">Reforço da identidade de Torres Vedras face à AML</a> <a href="#">Aumento da qualidade de vida urbana.</a>	Maior diversidade de profissões e maior qualificação dos funcionários da CM. Dinamização do Centro histórico.

**Projecto: 1.05.009 - Construção da unidade aquática coberta ( Piscina Municipal)**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01-01-00	29-05-00
Data de fim	31-12-01	11-06-03
Investimento elegível	3.880.030	3.880.059,53
Comparticipação FEDER	1.940.030	1.940.029,53
Objectivos do projecto	Construção de uma piscina coberta e diversos tanques, ginásio, health-club, sala de reuniões/conferências, bar.  Área de reserva para dar apoio a equipamentos desportivos a implantar a poente.  Aumento da qualidade de vida das populações locais.	Construção de uma piscina coberta e diversos tanques, ginásio, health-club, sala de reuniões/conferências, bar.
Postos de trabalho directos	14 (10+4)	18
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	Construção de piscinas-1	Projectos de criação de infraestruturas e equipamentos em rede-1
Impacto técnico	-	Construção de uma infraestruturas desportiva com condições para a realização de competições nacionais e internacionais.
Impacto económico	-	Potencia o crescimento económico, visto este tipo de infraestruturas constituir um factor de atracção à Cidade
Impacto social	Fomento do desporto nacional e regional. <a href="#">Colocar Tomar no mapa da natação nacional.</a>  Apoio a uma comunidade escolar de 10.000 alunos.	Agente de fomento dinamizador do desporto regional e nacional e uma infraestruturas estruturante da prática desportiva.

**Projecto: 1.05.010 - Recuperação do Cine-Teatro Paraíso de Tomar**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	14-07-98	31-01-01
Data de fim	28-02-02	31-12-04
Investimento elegível	2.575.683	2.255.544,07
Comparticipação FEDER	1.287.841	1.127.772,07
Objectivos do projecto	Recuperação do Cine-Teatro de Tomar, tendo em vista a dinamização de actividades culturais e a reabilitação, revitalização e qualificação do meio urbano. Possibilidade de acolher as diversas actividades culturais endógenas ou exógenas.	Recuperação do Cine-Teatro de Tomar, tendo em vista a dinamização de actividades culturais e a reabilitação, revitalização e qualificação do meio urbano. Possibilidade de acolher as diversas actividades culturais endógenas ou exógenas.
Postos de trabalho directos	6 (2+3)	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	Remodelação /ampliação de cine-teatros-1	-
Impacto técnico	-	Peça fundamental para a revitalização, reabilitação e qualificação do meio urbano.
Impacto económico	-	Dinamização e qualificação do comércio e serviços, bem como a valorização do espaço urbano. Articulação com outros empreendimentos.
Impacto social	Melhoria da qualidade de vida urbana.	Melhoria das condições de salubridade. Incentivo à instalação de novos equipamentos e actividades indutoras de dinâmica urbana. Aumento dos níveis de conforto e das acessibilidades.

**Projecto: 1.05.011 - Avenida Andrade Corvo - Torres Novas**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	31-05-00	16-04-01
Data de fim	30-06-02	31-12-04
Investimento elegível	1.845.552	1.589.619,02
Comparticipação FEDER	1.107.331	953.771,41
Objectivos do projecto	Remodelação de um troço da EN3, que corresponde à área urbana da Cidade.  A intervenção contempla a instalação das infraestruturas necessárias (esgotos, iluminação, ...), a criação de um separador central ajardinado regado automaticamente, quatro faixas de rodagem e passeios exteriores. Serão criadas, igualmente, 4 rotundas.	Remodelação de um troço da EN3, que corresponde à área urbana da Cidade.  A intervenção contemplou a instalação das infraestruturas necessárias (esgotos, iluminação, ...), a criação de um separador central ajardinado regado automaticamente, quatro faixas de rodagem e passeios exteriores. Foram criadas, igualmente, 4 rotundas.
Postos de trabalho directos	63 (45+18)	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	Reforço de dinâmicas de desenvolvimento - 1
Impacto técnico	Reconversão de uma estrada numa artéria urbana, melhorando a circulação viária e a inserção dos diversos arruamentos confluentes.	Renovação urbana com a reconversão de um troço da antiga EN3 numa artéria central e estruturante da Cidade

Impacto económico	A beneficiação de uma das principais artérias da cidade traduz-se num importante projecto para a economia da região atendendo à localização da Cidade num eixo onde se localizam unidades produtivas importantes.	Com a melhoria das condições de vida da população irão ocorrer benefícios nas actividades comerciais, industriais e de serviços.
Impacto social	-	Melhoria das condições de vida dos utilizadores dos diversos serviços e equipamentos da Cidade, bem como dos seus moradores.

**Projecto: 1.05.013 - Avenida 8 de Julho - Torres Novas**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	31-05-00	30-04-01
Data de fim	30-06-02	31-12-04
Investimento elegível	1.496.393	1.409.702,63
Comparticipação FEDER	897.836	845.821,57
Objectivos do projecto	Beneficiação do principal acesso à Cidade que assegura, igualmente, a ligação ao IP6. Trata-se da instalação de <b>redes</b> pluviais e de iluminação pública, um separador central ajardinado com rega automática, 4 faixas de rodagem ladeadas por passeios e uma faixa ciclável. Serão ainda criadas três rotundas.	Beneficiação do principal acesso à Cidade. Procedeu-se à instalação de redes pluviais e de iluminação pública, de um separador central ajardinado com rega automática, de 4 faixas de rodagem ladeadas por passeios e de uma faixa ciclável. Foram ainda criadas três rotundas.
Postos de trabalho directos	50 (38+12)	0
Postos de trabalho indirectos	-	0
Indicadores físicos	-	Reforço de dinâmicas de desenvolvimento-1
Impacto técnico	Valorização e dignificação da principal artéria da Cidade.	Renovação urbana com a requalificação de uma artéria central e estruturante da Cidade
Impacto económico	A beneficiação de uma das principais artérias da cidade traduz-se num importante projecto para a economia da região atendendo à localização da Cidade num eixo onde se localizam unidades produtivas importantes.	Com a melhoria das condições de vida da população irão ocorrer benefícios nas actividades comerciais, industriais e de serviços.
Impacto social		Melhoria das condições de vida dos utilizadores dos diversos serviços e equipamentos da Cidade, bem como dos seus moradores.

**Projecto: 1.05.016 - Construção do Mercado da Zona Norte da Baixa da Banheira e Acessos**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	06-07-00	07-06-00
Data de fim	31-07-02	05-07-02
Investimento elegível	733.856	733.856,41 - PIII (815.189,01) - PI
Comparticipação FEDER	477.005	440.313,05 - PIII (489.113,43) - PI
Objectivos do projecto	Construção de uma nova área comercial tradicional assegurando melhores condições para os vendedores e transacções comerciais.  Constará de uma área de bancas (60), uma área de lojas (3) e serviços de apoio (fiscalização,	Construção de um edifício de 634,07 m2, dividido em dois espaços: um afecto ao mercado e outro a lojas e áreas de apoio. Foi efectuada a infraestruturização do mercado (pavimentação, lancis, rede eléctrica e telefónica, rede de água e esgotos pluviais, estacionamento)

	armazenamento e refrigeração).	
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	Construção de mercados municipais-1 m2 construídos-634,07 % de equipamentos-9,91 % de outros-6,43 Nº de projectos técnicos-1	Construção de mercados municipais-1 m2 construídos-634,07 % de equipamentos-8,97 % de outros-7,61 Nº de projectos técnicos-1
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	Revitalização da actividade comercial tradicional.
Impacto social	Melhoria das condições de suporte à vida urbana.	Melhoria dos serviços prestados e criação de espaços dinâmicos e apelativos ao usufruto e apropriação dos diversos grupos etários.

**Projecto: 1.05.024 - Plano de Requalificação Urbana da Cidade de Rio Maior**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	21-07-00	21-07-00
Data de fim	04-04-02	31-01-03
Investimento elegível	202.751,37	202.749,18
Comparticipação FEDER	101.376,68	101.374,59
Objectivos do projecto	Elaboração de três projectos e uma empreitada tendo em vista a requalificação do espaço público da zona central da Cidade.  Traduz a necessidade da melhoria da qualidade de vida e a melhoria da mobilidade e acessibilidade de forma a desenvolver uma vida comunitária aberta pelas novas infraestruturas criadas.	Projecto globalizante de requalificação do espaço público urbano no sentido de melhorar a qualidade de vida urbana através da fruição qualificada da cidade e da natureza e da melhoria da mobilidade e acessibilidade.
Postos de trabalho directos	252 (22+230)	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	Estudos/projectos técnicos/diagnósticos/planos-1
Impacto técnico	-	Desenvolvimento articulado e hierarquizado do território e da região.
Impacto económico	Desenvolvimento do potencial da região.	Desenvolvimento do comércio tradicional e dos serviços através da requalificação da zona central e espaço envolvente à área comercial.
Impacto social	Aumento da qualidade de vida através da fruição qualificada da cidade e da melhoria da mobilidade e acessibilidade.	Revitalização económica e social.

**Projecto: 1.05.025 - Cobertura da Piscina Olímpica - Rio Maior**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01-05-01	10-12-01
Data de fim	31-11-02	10-07-03
Investimento elegível	3.934.657	2.614.025,20

Comparticip. FEDER	2.330.867	1.307.012,60
Objectivos do projecto	Cobertura do tanque de 50 m do conjunto de piscinas municipais. Criar condições de polarização para o Concelho a fim de proporcionar uma situação de liderança no sector (natação).  Rentabilização e exponencialização de investimentos anteriores na área das infraestruturas desportivas.	Cobertura do tanque de 50 metros no sentido de permitir a utilização durante todo o ano e, desta forma, criar condições para o aproveitamento adequado e integrado do Complexo de Piscinas Municipais.  Pretende-se dar resposta às exigências da vertente de formação, apoiar o sistema de ensino e responder às exigências de lazer da população em geral.
Postos de trabalho directos	41 (8+33)	2
Postos de trabalho indirectos	-	11
Indicadores físicos	-	Piscinas remodeladas/ampliadas-1
Impacto técnico	-	Desenvolvimento articulado e hierarquizado do território e da região, promovendo a dinamização da zona urbana.
Impacto económico	-	Este equipamento pode ser considerado como um motor do desenvolvimento económico, nomeadamente do comércio tradicional e dos serviços através das provas que aí decorrerão.
Impacto social	Melhoria da qualidade de vida e atractividade do meio urbano.	Revitalização económica e social.  Promoção da prática desportiva e melhoria da condição física e da saúde.

**Projecto: 1.05.031 - Estudo Sobre os Perfis da População - Características Sócio-Económicas e Condições Habitacionais**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	00-03-01	08-03-01
Data de fim	00-07-01	25-10-01
Investimento elegível	52.523,42	52.523,42
Comparticipação FEDER	31.514,05	26.261,71
Objectivos do projecto	Para actuar urge conhecer as características sócio-económicas da população, tendo em vista dar respostas eficazes às necessidades efectivas da população (muito especialmente no número e características dos fogos destinados ao realojamento).	Estudo sobre os perfis da população no sentido de aferir as características sócio-económicas da população e condições habitacionais da população residente (caracterização física do espaço habitacional).
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	
Impacto técnico	-	Maior eficácia no Plano Global de Intervenção Municipal que se pretende levar a cabo na Brandoa a nível sócio-económico e urbanístico.
Impacto económico	-	-
Impacto social	-	Concretização de uma resposta eficaz aos problemas da população residente, indo de encontro às suas necessidades.  Disciplinar a utilização e funções do solo, promovendo a qualidade urbanística e ambiental.

**Projecto: 1.05.033 - Requalificação do Espaço Escolar - 1ª Fase**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01-12-01	27-12-01
Data de fim	30-04-03	11-03-03
Investimento elegível	731.676,66	731.675,16
Comparticipação FEDER	365.838,33	365.837,59
Objectivos do projecto	O programa de intervenção nas escolas do ensino básico, visa a recuperação e modernização dos espaços de ensino, a requalificação dos espaços exteriores e a adaptação de espaços para a iniciação e fomento da prática desportiva.  Melhoria da qualidade do ensino e combate à rejeição e insucesso.	O investimento a realizar visa dotar os espaços exteriores dos estabelecimentos das condições adequadas à sua total fruição, proporcionando espaços de recreio.  Melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	Remodelação/ampliação de escolas básicas-3 (segue-se uma lista detalhada)	Remodelação/ampliação de escolas básicas-3 (segue-se uma lista detalhada idêntica à do DP))
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	-
Impacto social	<b>Inversão dos processos de degradação e marginalização de áreas particularmente críticas e desqualificadas.</b>	Melhoria da imagem da escola ao desenvolver as condições materiais para o reforço da ligação aluno-espaco. Melhoria da qualidade do ensino e combate à rejeição e insucesso escolares.

**Projecto: 1.05.034 - Reconversão do Espaço Público, do Património e da Imagem Local - 1ª Fase - Moita**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	08-07-99	08-07-99
Data de fim	24-06-02	24-06-02
Investimento elegível	642.880,66	639.423,00
Comparticipação FEDER	319.714,49	319.712
Objectivos do projecto	Requalificação de pequenos espaços urbanos degradados elevando a qualidade da vivência urbana.  Incorporação de áreas verdes, mobiliário urbano, infraestruturas pedonais, estacionamento...	Requalificação e criação de espaços públicos exteriores, revitalizando espaços territoriais específicos, com vista à dinamização das suas potencialidades
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	Rede de águas residuais-1034m Rede eléctrica-784m Arruamentos-19350m2 % de outros-10 Espaços verdes-1358m2	Rede de águas residuais-1034m Rede eléctrica-784m Arruamentos-19350m2 % de outros-10 Espaços verdes-1358m2
Impacto técnico	-	-

Impacto económico		-
Impacto social	Inversão dos processos de degradação e marginalização.	O projecto contribui para a melhoria da criação de espaços dinâmicos e apelativos ao usufruto e apropriação dos diversos grupos etários e sociais.

**Projecto: 1.05.035 - Construção do Centro de Saúde de Arcena e Arranjos Exteriores**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	16-06-00	03-10-00
Data de fim	31-12-01	00-09-02
Investimento elegível	687.044,22	687.044,22
Comparticipação FEDER	343.522,11	343.522,11
Objectivos do projecto	Colmatar a lacuna existente em Arcena no que diz respeito a apoio clínico através da criação de um Centro de Saúde que funcionará como extensão do de Alhandra cuja capacidade não responde às necessidades da população.	Colmatar a lacuna existente em Arcena e zonas limítrofes no que diz respeito a apoio clínico
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	Centros de Saúde construídos - 1
Impacto técnico	-	Melhoramento do atendimento clínico à população.
Impacto económico	<a href="#">Contribuição indirecta para o desenvolvimento económico da área.</a>	A melhoria das condições de vida constitui um factor primordial para o desenvolvimento económico.
Impacto social	<a href="#">Melhoria da qualidade de vida das populações.</a>	Melhoria das condições de vida da população.

**Projecto: 1.05.036 - Intervenção Urbanística em Alcanena - Zona Envolve da Câmara Municipal**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	00-01-02	00-01-02
Data de fim	00-07-02	00-12-02
Investimento elegível	747.197	747.196,62 – PI 587.161,62 - PIII
Comparticipação FEDER	373.498	373.598,31 – PI 293.580,85 - PIII
Objectivos do projecto	Reordenamento das vias de circulação envolventes à Câmara, parque de estacionamento subterrâneo, zona de lazer e ajardinamento.	Reordenamento das vias de circulação envolventes à Câmara, através de uma rotunda e construção da zona de lazer ajardinada.
Postos de trabalho directos	19 (5+14)	-
Postos de trabalho indirectos	-	5
Indicadores físicos	-	Intervenções integradas de renovação urbana - 1
Impacto técnico	-	Recuperação e reabilitação de uma rede de esgotos existente há vários anos.
Impacto económico	-	A recolha de esgotos domésticos contribui para o desenvolvimento económico e potência a fixação de população.
Impacto social	-	Melhoria da qualidade de vida da população.

**Projecto: 1.05.037 - Arranjos Exteriores da Zona Envolvente aos Paços do Concelho**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	28-09-01	28-09-01
Data de fim	30-06-02	31-12-02
Investimento elegível	666.658,35	519.079,02
Comparticipação FEDER	333,331,67	259.539,51
Objectivos do projecto	Revitalização da zona envolvente dos paços do concelho.	Revitalização e recuperação de toda a zona envolvente dos paços do concelho. A área de intervenção inclui uma zona de desporto e lazer onde se incluem 4 campos de ténis e um jardim, complementando a recente construção de um parque infantil.
Postos de trabalho directos	29 (5+24)	5
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	Intervenções integradas de renovação urbana-1
Impacto técnico	-	Recuperação e remodelação de toda a zona de intervenção, renovação de todo o espaço, incluindo a renovação das redes de rega e iluminação.
Impacto económico	-	Contribuição para a instalação de pequenas indústrias ligadas à restauração.
Impacto social	-	Potenciação do convívio com a natureza, prática desportiva e passeios.

**Projecto: 1.05.040 - Completamento do Parque Verde da Bela Vista (4ª Fase)**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	08-05-01	08-05-01
Data de fim	03-12-02	31-04-04
Investimento elegível	1.514.777	1.514.777 – RFI 1.420.605 - RFIII
Comparticipação FEDER	757.388,50	757.388,50 – RFI 710.302,50- RFIII
Objectivos do projecto	Conclusão do Parque da Bela Vista, com execução da rede de rega, caminhos pedonais, espaços verdes, iluminação pública, 6 campos de ténis, baloiços e mobiliário urbano. Criação de zonas verdes que aumentarão a auto-estima e qualidade de vida das populações do Bairro da Bela Vista.	Conclusão do Parque da Bela Vista com a execução de rede de rega, caminhos pedonais, espaços verdes, iluminação pública, 2 campos de ténis, 2 campos de voleibol/basquetebol, 1 campo polivalente, baloiços e mobiliário de madeira.
Postos de trabalho directos	116 (26+90)	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	Rede de rega-12530 ml Rede de esgotos pluviais-112ml Pavimentos-30.916,46 m2 Zonas verdes-73.029,90 m2 Cabos-4.905 m Colunas e armaduras-113	Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamento polidesportivo descoberto-9,5 ha

Impacto técnico	Requalificação de áreas públicas de espaços exteriores completando a malha urbana. Melhoria da qualidade urbana.	-
Impacto económico	Dinamização económica da área e auto-sustentabilidade em termos de manutenção do espaço (receitas do aluguer dos campos de ténis)	-
Impacto social	Melhoria do ambiente urbano e aumento da vitalidade de toda a área. Melhoria da qualidade de vida urbana, através da criação de zonas de lazer, de estar, de convívio e de desporto.	Envolvimento de instituições locais na gestão do parque. Promoção de modalidades desportivas, actividades de risco controlado e iniciativas de carácter recreativo e espectáculos.

**Projecto: 1.05.043 - Creche e Jardim de Infância de S. Marçal**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	00-09-01	02-05-01
Data de fim	00-04-02	5-03-02
Investimento elegível	470.785,41	470.786
Comparticipação FEDER	235.392,70	235.393
Objectivos do projecto	Construção de uma creche e jardim de infância com capacidade para 120 crianças. Contempla salas de actividades, berçário, refeitório, sala polivalente e espaços administrativos. Pretende dar apoio às faixas etárias mais jovens do Bairro de S. Marçal onde se encontram realojadas 318 famílias. (Enquadramento - PROQUAL)	O equipamento insere-se numa zona de realojamento constituída por 6 bairros de habitação social onde este tipo de equipamentos não respondia às necessidades das famílias. É composto por 4 salas de jardim de infância, sala polivalente, instalações sanitárias, berçário, sala parque, copa de leites, refeitório, cozinha, despensa, lavandaria, recepção/secretaria, gabinete de direcção, gabinete de técnicos, espaço exterior.
Postos de trabalho directos	-	18
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	Creches construídas - 1	Creches construídas - 1
Impacto técnico	-	As condições de trabalho permitem um atendimento consentâneo com os padrões de exigência no âmbito do atendimento à infância.
Impacto económico	-	Impactos na economia das famílias. Impacto no emprego local. Melhoria das taxas de cobertura da rede de serviços destinados à infância.
Impacto social	Aumento dos equipamentos sociais de apoio às populações.	Possibilidade de conciliar a vida profissional e familiar. Benefício para as crianças ao nível do desenvolvimento cognitivo, afectivo e social.

**Projecto: 1.05.044 - Plano de Requalificação da Cidade de Rio Maior - Zona Envolvente ao Pavilhão Multiusos - 1ª Fase**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	04-03-01	04-03-01
Data de fim	06-03-02	30-12-02
Investimento elegível	156.572,66	141.598,75
Comparticipação FEDER	78.286,33	70.799,38

Objectivos do projecto	Rentabilização e exponencialização dos investimentos já realizados dando-lhes coerência e permitindo o seu funcionamento de forma integrada. Criação de condições de qualidade de vida, através da fruição qualificada da cidade e da natureza e da melhoria da mobilidade e acessibilidade, desenvolvendo uma vida comunitária aberta às transformações sociais decorrentes das infraestruturas entretanto criadas.	O projecto pretende requalificar a zona envolvente ao Pavilhão Multiusos. Criação de condições de qualidade de vida, através da fruição qualificada da cidade e da natureza e da melhoria da mobilidade e acessibilidade, desenvolvendo uma vida comunitária aberta às transformações sociais decorrentes das infraestruturas entretanto criadas.
Postos de trabalho directos	4 (2+2)	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores fisicos	-	Intervenções integradas de renovação urbana-1 Área intervencionada-2000m2
Impacto técnico	-	Desenvolvimento articulado e hierarquizado do território da região, reforçando as dinâmicas de desenvolvimento entre espaços urbanos.
Impacto económico	-	Desenvolvimento do comércio tradicional e dos serviços através da requalificação da zona central e espaço envolvente à área comercial.
Impacto social	Melhoria da qualidade de vida urbana e da atractividade da Cidade.	Revitalização económica e social.

**Projecto:** 1.05.046 - Via Circular Interior (troço entre o largo General Humberto Delgado e a Av. Dr. João M. de Azevedo)

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	30-04-02	16-10-02
Data de fim	30-04-03	31-12-04
Investimento elegível	2.744.000	2.530.215
Comparticipação FEDER	1.646.400	1.265.107,50
Objectivos do projecto	Prolongamento, em viaduto, da Av. Dr. João Martins de Azevedo, desde o cruzamento com a ruas 1º de Dezembro e da Fábrica, até à zona alta da Cidade.	Construção do último troço da Via Circular Interior, com a extensão de 510m, dos quais 305,05m em viaduto. Construção de uma via estruturante, criando alternativas aos fluxos de tráfego que se desenvolvem na área da Cidade.
Postos de trabalho directos	155 (120+35)	0
Postos de trabalho indirectos	-	0
Indicadores fisicos	-	Reforço das dinâmicas de desenvolvimento - 2
Impacto técnico	Libertação da zona Central da Cidade dos fluxos de tráfego, melhorando a ligação entre a parte alta e baixa da Cidade.	Renovação urbana com a construção de uma nova artéria central da cidade.
Impacto económico	-	Benefício das actividades comerciais, industriais e de serviços decorrentes da melhoria das condições de vida das populações.
Impacto social	-	Melhoria das condições de vida dos residentes, bem como dos utilizadores dos serviços e equipamentos da cidade.

**Projecto: 1.05.055 - Elaboração do Plano Estratégico de intervenção - PROQUAL**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	10-10-01	10-10-01
Data de fim	31-05-02	21-08-02
Investimento elegível	34.914.000	34.914.000
Comparticipação FEDER	17.457.000	17.457.000
Objectivos do projecto	Elaboração do Programa Estratégico do Concelho de Setúbal a executar no âmbito do Proqual, englobando: diagnóstico urbano e sócio-económico dos bairros, objectivos da intervenção, eixos prioritários de intervenção, acções e projectos, programação física e financeira, envolvimento de parceiros.	Elaboração do Programa Estratégico do Concelho de Setúbal a executar no âmbito do Proqual, englobando: diagnóstico urbano e sócio-económico dos bairros, objectivos da intervenção, eixos prioritários de intervenção, acções e projectos, programação física e financeira, envolvimento de parceiros.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	Integração de todos os projectos e acções independentemente do suporte financeiro.
Impacto económico	-	-
Impacto social	-	Contemplou a elaboração de um enquadramento e diagnóstico estratégico, consubstanciado na caracterização física e social da área de intervenção. Definição dos objectivos da intervenção e acções a realizar.

**Projecto: 1.05.056 - Concepção e execução da recuperação e remodelação do Cine-Teatro de Alcobaça**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01-09-02	26-09-02
Data de fim	30-11-03	31-05-04
Investimento elegível	4.110.000	4.461.384,55
Comparticipação FEDER	2.055.000	2.230.692
Objectivos do projecto	Recuperação e remodelação do cine-teatro de Alcobaça, tendo em vista a sua salvaguarda como elemento da memória cultural e de referência da Cidade.  Dotação das necessárias infraestruturas que permitam levar a cabo, de forma flexível, uma dinamização cultural multifacetada.  Aumento da área de palco em 50%.	Recuperação e remodelação do cine-teatro de Alcobaça, mantendo o aspecto exterior do edifício, tendo sido ampliada a área do palco, para 150m2.  Construção de um piso novo, abaixo do piso térreo dotado da tecnologia mais avançada, em especial no que diz respeito ao equipamento cénico.  Novas redes de infraestruturas de esgotos, águas, electricidade, telefones, ...
Postos de trabalho directos	34 (10+24)	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	Infraestruturas gerais de recintos de espectáculos - 3.032,49 m2  Equipamentos técnicos (palco) - 167,24 m2	Recintos de espectáculos - 3.385,36 m2  Equipamentos técnicos (palco) - 167,24 m2

Impacto técnico	-	Existência de uma infraestrutura dotada da mais moderna tecnologia e condições para a realização de espectáculos e outros eventos.
Impacto económico	-	Decorrente dos suportes técnico e social.
Impacto social	-	Possibilidade, por parte da população, do usufruto de uma infraestrutura dotada da mais moderna tecnologia e condições para a realização de espectáculos e outros eventos.

**Projecto: 1.05.057 - Intervenção urbanística em Alcanena-parque de estacionamento**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	00-05-02	00-05-02
Data de fim	00-12-02	00-12-02
Investimento elegível	822.342	822.342 – RFI 774.383,52 - RFIII
Comparticipação FEDER	349.495	349.495, 35 – RFI 329.113 - RFIII
Objectivos do projecto	Construção de um parque de estacionamento subterrâneo na zona envolvente da Câmara Municipal.  Tem como objectivos assegurar as condições de acessibilidade e mobilidade internas da zona, bem como racionalizar a implementação e gestão de equipamentos e serviços.  Dignificação e revitalização do espaço central de Alcanena.	Construção de um parque de estacionamento subterrâneo na zona envolvente da Câmara Municipal.
Postos de trabalho directos	18 (4+14)	2
Postos de trabalho indirectos	-	2
Indicadores físicos	-	Parques de estacionamento construídos - 1
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	Melhoria da visibilidade e notoriedade externas da região, com os impactos económicos daí decorrentes	-
Impacto social	Melhoria do bem estar das populações.	Rentabilização da zona envolvente aos paços do concelho. Aumento da qualidade urbana através do ordenamento do estacionamento e da criação de áreas verdes. Melhoria da qualidade de vida das populações e desenvolvimento local Melhoria da visibilidade e notoriedade externa da Região.

**Projecto: 1.05.062 - Elaboração do esquema Director de Estruturação Urbanística de Arcena/Bom Sucesso**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	16-02-02	15-04-02
Data de fim	31-12-02	10-07-03
Investimento elegível	86.067,58	86.078
Comparticip. FEDER	55.943,93	55.944,20

Objectivos do projecto	Projecto de arquitectura de Esquemas Directos de Estruturação Urbanística, tendo em vista definir espacialmente as intervenções que permitam a integração territorial, quer interna, quer externa. Melhoria das condições de mobilidade/acessibilidade, inversão das tendências de degradação e desqualificação do espaço urbano, melhoria da qualidade de vida dos habitantes e reforço da iniciativa empresarial e criação de emprego.	O projecto tem como objectivo definir um conjunto de intervenções de ordenamento do território, que permitam: a melhoria das condições de mobilidade/acessibilidade, a inversão das tendências de degradação e desqualificação do espaço urbano, a melhoria da qualidade de vida dos habitantes e o reforço da iniciativa empresarial e a criação de emprego.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	<a href="#">Elaboração de um documento de apoio à requalificação e revitalização urbanística da área</a>	Promover a integração territorial, quer externa, quer interna, melhorando as condições de acessibilidade e mobilidade.
Impacto económico	-	A melhoria das acessibilidades constitui um factor primordial para o desenvolvimento económico e a dinamização da actividade económica local, fomentando a criação de emprego.
Impacto social	<a href="#">Melhoria da qualidade de vida dos residentes.</a>	Melhoria da qualidade de vida das populações.

**Projecto:** 1.05.063 - Esquema Director de Estruturação Urbanística

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	00-05-02	21-06-02
Data de fim	00-11-03	27-12-03
Investimento elegível	56.032,96	56.032,96
Comparticipação FEDER	33.619,78	33.619,78
Objectivos do projecto	Análise preliminar das condições geológicas tendo em vista determinar a estabilidade do edificado Planeamento da área crítica da Brandoa Eliminação da descaracterização do edificado.	Articulação de um conjunto de medidas e opções integradas em diversos instrumentos de gestão territorial tendo em vista a requalificação e regeneração urbanas.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	Documento orientador da gestão do território na Brandoa. Propostas de intervenção Sistematização da informação sobre o núcleo urbano da Brandoa
Impacto económico	-	-
Impacto social	-	Construção de cenários demográficos. Necessidades de equipamentos em função dessa evolução Áreas a submeter a arranjo do espaço público, estrutura verde, circulação, estacionamento e tráfego.

**Projecto: 1.05.066 - Programa Estratégico de Intervenção Urbana**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	00-05-02	00-05-02
Data de fim	00-12-03	00-11-03
Investimento elegível	46.449,36	44.449,36
Comparticipação FEDER	30.192,08	27.869,12
Objectivos do projecto	Elaboração de programa estratégico tendo em vista diagnosticar e propor um conjunto de acções e projectos no sentido de qualificar urbana e ambientalmente a sede do concelho e a frente marítima da parais da Areia Branca; definir acções físicas e imateriais a apoiar pela autarquia no âmbito do PORLVT.	Elaboração de programa estratégico tendo em vista diagnosticar e propor um conjunto de acções e projectos no sentido de qualificar urbana e ambientalmente a sede do concelho e a frente marítima da parais da Areia Branca; definir acções físicas e imateriais a apoiar pela autarquia no âmbito do PORLVT
Postos de trabalho directos	14 (4+10)	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	Não se aplica
Impacto técnico	-	Definição e planeamento técnico dos projectos e acções estratégicas a desenvolver no Concelho da Lourinhã.
Impacto económico	-	Definição e planeamento económico dos projectos e acções estratégicas a desenvolver no Concelho da Lourinhã.
Impacto social	-	Definição e planeamento social dos projectos e acções estratégicas a desenvolver no Concelho da Lourinhã.

**Projecto: 1.05.069 - Ligação Pedonal entre o Largo dos Combatentes e a Ponte da Rua Araújo Guimarães**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	15-12-02	16-04-02
Data de fim	30-06-03	31-12-04
Investimento elegível	-	235.060
Comparticipação FEDER	-	94.024
Objectivos do projecto	-	Arranjo do troço da margem direita do Alcôa, proporcionando maior vivência do rio por parte das populações. Reconstrução de um muro de suporte que ladeia o rio e criação de uma zona pedonal.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	Arranjos urbanísticos-1.225m2
Impacto técnico	-	Melhoria da qualidade ambiental da zona e possibilidade de usufruto por parte das populações de uma área ambientalmente equilibrada.
Impacto económico	-	Não se prevê.
Impacto social	-	Possibilidade de usufruto de uma área de lazer, de excelente qualidade ambiental.

**Projecto: 1.05.070 - Reconversão do espaço Público, do Património e da Imagem local-2ª fase**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01-09-00	22-09-00
Data de fim	31-03-03	30-07-03
Investimento elegível	-548.831	548.831 – RFI 550.979,70 - RFIII
Comparticipação FEDER	-274.415,50	219.532,40
Objectivos do projecto	Requalificação de pequenos espaços urbanos degradados, tendo em vista elevar a qualidade da vivência pela incorporação de espaços verdes, mobiliário urbano, reforço da iluminação, qualificação das infraestruturas pedonais e ordenamento da circulação viária e estacionamento.	Requalificação e criação de espaços públicos exteriores, devidamente ordenados e dotados de espaços verdes adequados. Atenuação dos efeitos negativos gerados pelo crescimento urbano fraccionado, melhorando a qualidade do ambiente urbano e da actividade local. Acções no domínio da segurança da circulação rodoviária.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	Rede viária urbana: Sinalização - 1 Sinalização vertical - 1200 Reabilitação de zonas degradadas - Área infraestruturada: Rede de águas residuais – 442 m Rede eléctrica - 596 m Arruamentos - 5.598 m2 Outros: Espaços verdes – 842 m2 Equipamentos desportivos - 1	Sinalização - 1 Sinalização vertical - 1 Rede de águas residuais - 442m Rede eléctrica - 596 m Arruamentos - 5.598 m2 Outros - 34,08% Espaços verdes - 842 m2 Equipamentos desportivos - 1
Impacto técnico	<a href="#">Qualificação da estrutura metropolitana.</a>	-
Impacto económico	-	-
Impacto social	<a href="#">Inversão dos processos de marginalização.</a>	Melhoria da criação de espaços dinâmicos e apelativos ao usufruto e apropriação dos diversos grupos etários e sociais.

**Projecto: 1.05.077 - Polidesportivo do Bairro 2 de Abril/Arranjo paisagístico no Interior da Pta Afonso Ventura**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	29-10-02	29-10-02
Data de fim	27-01-03	31-05-04
Investimento elegível	155.000	155.000
Comparticipação FEDER	54.250	54.250
Objectivos do projecto	Criação de espaço para a prática desportiva intergeracional e renovação do espaço envolvente. Recuperação de uma área completamente degradada que carece de infraestruturas desportivas. Recinto desportivo multiusos, recuperação e pavimentação do espaço envolvente e criação de zonas de estar.	Criação de espaço para a prática desportiva intergeracional e renovação do espaço envolvente. Recuperação de uma área completamente degradada que carece de infraestruturas desportivas. Recinto desportivo multiusos, recuperação e pavimentação do espaço envolvente e criação de zonas de estar.

Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	Área de solo recuperado para zonas verdes e equipamentos polidesportivo descoberto-2.240,87m2
Impacto técnico	Requalificação urbana.	-
Impacto económico	-	-
Impacto social	Criação de dinâmicas de sociabilidade e integração. Luta contra o insucesso escolar. Melhoria da qualidade de vida dos moradores.	Dinamização desportiva da população do bairro, através do apoio às actividades da colectividade local com possibilidade de alargamento a outros bairros envolventes. Ocupação dos tempos livres dos mais jovens.

**Projecto: 1.05.079 - Valorização de Espaços Urbanos - Bairro Avelar Brotero**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01-01-00	03-12-01
Data de fim	31-12-03	27-02-03
Investimento elegível	402.682,97	402.969 – RFI 400.089,56 - RFIII
Comparticipação FEDER	141.039,15	141.039,15 – RFI 140.031,35 - RFIII
Objectivos do projecto	A candidatura insere-se no projecto definido no Programa estratégico como Requalificação de Espaços Urbanos – Bairro Avelar Brotero.  Tem como finalidade a revitalização económica e social no âmbito da regeneração urbana e territorial e a valorização de espaços específicos degradados.  Consta de: pavimentação de calçada, pavimentação especial nas área de jogos e parque infantil, bancos e outro mobiliário urbano, brinquedos homologados e espaços verdes com rega automática.	Projecto consistiu na recuperação de um espaço público de recreio e lazer, que se encontrava em avançado estado de degradação.
Postos de trabalho directos	6 (0+6)	-
Postos de trabalho indirectos	-	6
Indicadores físicos	-	Intervenções de renovação urbana-1
Impacto técnico	-	Resposta qualificada na requalificação de espaços públicos urbanos e ao nível local para as necessidades da população na adopção de equipamentos e infraestruturas.
Impacto económico	-	Requalificação e revitalização de uma parte do tecido urbano da zona de intervenção do Projecto Integrado de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Odivelas, possibilitando as condições físicas e materiais para uma vida de qualidade e para a fixação de populações
Impacto social	Promoção da qualidade do ambiente urbano com vista a uma sã convivência colectiva.  Dignificar o quotidiano dos cidadãos e debelar os problemas inerentes à pobreza.	Requalificação do espaço público urbano de estadia e lazer de forma a poder ser usufruído pela população das várias faixas etárias

**Projecto: 1.05.109 - Plano Estratégico da Vila de Alenquer**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01-02-03	10-04-03
Data de fim	31-12-04	30-04-03
Investimento elegível	27.370	27.370
Comparticipação FEDER	17.790	17.790
Objectivos do projecto	Elaboração do Plano Estratégico da Vila de Alenquer. Realização durante 1 mês.	O projecto seu resposta às diversas prioridades de intervenção, conjuntamente com a implementação de uma estratégia de ordenamento do território entre Alenquer e o Carregado, por forma a reforçar esse corredor. Qualificação da zona central da Vila. Requalificação dos edifícios com valor patrimonial. Estruturar e aumentar a conectividade do espaço urbano.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	Requalificação e valorização urbana da Vila de Alenquer.
Impacto económico	-	Afirmar a Vila de Alenquer como um pólo urbano estruturante, fortalecendo a base económica local. Qualificar o comércio e os serviços, atraindo novas actividades económicas.
Impacto social	-	Fixação e melhoria das condições de vida da população. Posicionar Alenquer, em particular a área central, como palco privilegiado das vivências locais.

**Projecto: 1.05.122 - Instalação do Gabinete PROQUAL**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	14-04-03	14-04-03
Data de fim	31-01-04	24-08-04
Investimento elegível	95.166,68	94.634 – RFI 93.880,54 - RFIII
Comparticipação FEDER	47.583,34	61.512,10 – RFI 61.022,35 - RFIII
Objectivos do projecto	Adaptação e equipamento de um espaço para a instalação do gabinete onde irá funcionar a Equipa Técnica Local do PROQUAL.  Pavimento, pintura, divisórias, tratamento dos vidros, peças sanitárias, instalações eléctricas e telefónicas, reparação de infiltrações, canalização de gás, tecto falso, equipamentos contra riscos, aparelhos de ar condicionado, aquisição de mobiliário e outro equipamento necessário.	Adaptação e equipamento de um espaço para a instalação do gabinete onde irá funcionar a Equipa Técnica Local do PROQUAL.  Pavimento, pintura, divisórias, tratamento dos vidros, peças sanitárias, instalações eléctricas e telefónicas, reparação de infiltrações, canalização de gás, tecto falso, equipamentos contra riscos, aparelhos de ar condicionado, aquisição de mobiliário e outro equipamento necessário.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	Projectos de criação de infraestruturas e equipamentos - 1	Projectos de criação de infraestruturas e equipamentos - 1

Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	-
Impacto social	-	Proporcionar a proximidade com a população e as entidades que intervêm no território, logo favorece um melhor relacionamento e participação destes intervenientes quer ao nível das acções materiais, quer das acções imateriais.

**Projecto: 1.05.128 - Programa de Valorização Urbana da Vila do Bombarral**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	23-10-02	30-10-02
Data de fim	23-05-04	30-05-04
Investimento elegível	20.765,50	20.765,50
Comparticipação FEDER	13.497,58	13.497,90
Objectivos do projecto	A elaboração do programa de Valorização Urbana do Bombarral, constitui um documento de apoio à tomada de decisão política e técnica.  Modelo territorial urbano compatível com o protagonismo estratégico que a Vila pretende alcançar.	A elaboração do programa de Valorização Urbana do Bombarral, constitui um documento de apoio à tomada de decisão política e técnica.  Modelo territorial urbano compatível com o protagonismo estratégico que a Vila pretende alcançar.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	<a href="#">Preparação de Bombarral para os grandes desafios que se avizinhm: sustentabilidade, competitividade, coesão, qualificação, valorização do património, bem estar das populações.</a>	Elaboração de um programa fundamental para traçar estratégias, aferindo as reais necessidades da Vila, para posterior implementação de planos.
Impacto económico	-	Permitirá criar equipamentos necessários ao desenvolvimento do Vila, incrementando os índices de atractividade e de investimento particular.
Impacto social	-	Permitirá lançar a base para a implementação de uma série de equipamentos que servirão directamente a população residente e imigrante, melhorando a sua qualidade de vida.

**Projecto: 1.05.139 - Intervenção Urbana para a Lourinhã - 1ª fase**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01-07-04	01-07-04
Data de fim	30-09-04	30-11-04
Investimento elegível	200.000	200.000
Comparticipação FEDER	121.514,15	90.000
Objectivos do projecto	Dotação da Vila de equipamentos inexistentes, tais como os que permitem a patinagem em linha, o Free Ride (BTT), o Skate e a prática de ténis.  Consta da construção de um Skate Park e quatro campos de ténis, com objectivos turístico-desportivos.  Visa colmatar carências para a prática daquelas modalidades, apoiar o desenvolvimento turístico,.	Dotação da Vila de equipamentos inexistentes, tais como os que permitem a patinagem em linha, o Free Ride (BTT), o Skate e a prática de ténis.  Foram construídos 4 campos de ténis e um Skate Park (o maior da Região Oeste).

	valorizar a imagem da Lourinhã, assegurar a realização de competições e apoiar o desporto escolar.	
Postos de trabalho directos	4 (2+2)	-
Postos de trabalho indirectos	-	1
Indicadores físicos	-	Aquisição de piso p/2 campos-2 Aquisição de piso p/2 campos-2 Construção de Skate Park na Lo-1
Impacto técnico	-	Criação de dois tipos de infraestruturas diferentes.
Impacto económico	-	O aumento do número de praticantes e das competições desportivas deverá aumentar as receitas económicas da Lourinhã.
Impacto social	-	Prática das modalidades desportivas, contribuindo para evitar deslocações para fora do Concelho e para a vinda de outros praticantes não residentes. Possibilita a ocupação dos tempos livres dos jovens e a realização de competições desportivas.

**Projecto:** 1.05.144 - Reconversão do Espaço Público, do Património e da Imagem Local - 4ª Fase

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	22-05-04	22-05-04
Data de fim	31-03-05	16-05-05
Investimento elegível	283.094,49	283.095
Comparticipação FEDER	99,083,07	99.088,25
Objectivos do projecto	Requalificação de pequenos espaços urbanos degradados, elevando a qualidade da envolvente urbana, seja pela incorporação de zonas verdes e mobiliário urbano, seja pela construção ou qualificação de infraestruturas pedonais, ordenamento da circulação e do estacionamento e construção de zonas de estar.	Requalificação de espaços públicos dispersos. Consta do levantamento dos pavimentos betuminosos e calçadas existentes, colocação de tapetes betuminosos com inertes de basalto, fornecimento da calçada e assentamento de lancil, colocação de pilaretes e papeleiras, execução de colector e ligação à rede. Reforço da iluminação pública.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	Espaços verdes - 25.000 m2	Espaços verdes - 25.000 m2
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	-
Impacto social	<a href="#">Inversão dos processos de marginalização e degradação.</a>	Atenuação dos efeitos negativos gerados pelo crescimento urbano fraccionado., proporcionando uma melhoria da qualidade do ambiente urbano e da actividade local- Visa-se o ordenamento e funcionalidade do espaço urbano de forma a ajustá-lo às necessidades dos seus habitantes e a criação de espaços dinâmicos e apelativos ao usufruto e apropriação pelos diversos grupos etários.

**Projecto: 1.05.148 - Requalificação do Espaço Escolar - 4ª Fase**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01-08-04	01-08-04
Data de fim	31-12-04	18-04-05
Investimento elegível	624.613,08	624.614 – RFI 625.060,67 - RFIII
Comparticipação FEDER	218.614,58	249.845,60
Objectivos do projecto	<p>Recuperação e a modernização dos espaços de ensino.</p> <p>Contribui para a melhoria da imagem da escola, o reforço das condições materiais para o incremento da ligação aluno-espaco, qualidade do ensino e combate à rejeição escolar e ao insucesso.</p>	<p>Remodelação do edificio da cantina refeitório da EB1.</p> <p>Remodelação integral das instalações eléctricas, de telecomunicações e segurança, circuito de iluminação de urgência, aquisição de mobiliário escolar – EB3.</p> <p>Remodelação de parte do edificado da EB4 – pinturas, pavimentos, instalações sanitárias, construção de rampas, remodelação integral da rede eléctrica, telecomunicações e segurança.</p> <p>Remodelação de parte do edificado da EB7 – pavimentos, cozinha, pintura e remodelação integral da rede eléctrica, telecomunicações e segurança.</p> <p>Remodelação de parte do edificado da EB8 – instalações sanitárias, cobertura, silicone nos vãos, remodelação integral da rede eléctrica, telecomunicações e segurança.</p> <p>Aquisição de mobiliário diverso para as escolas básicas do 1º Ciclo.</p>
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores fisicos	Obras de remodelação-5 Equipamentos-	Obras de remodelação-5m2 Equipamentos-
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	-
Impacto social	<a href="#">Inversão dos processos de marginalização e desqualificação.</a>	<p>Recuperação e modernização dos espaços de ensino.</p> <p>Melhoria da imagem da escola, desenvolvimento das condições materiais para o reforço da ligação aluno-espaco, melhoria da qualidade do ensino e combate à rejeição escolar e ao insucesso.</p>

### **ANEXO 3 – MEDIDA 2.3**

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO RECOLHIDA POR PROJECTO FINALIZADO E COM  
INDICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE RELATÓRIO FINAL NO DOSSIER DE PROJECTO

**Projecto: 2.3/001 - Valorização Ambiental e Paisagística de Santa Margarida; Integração paisagística do Açude**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	17/04/200	17/04/2000
Data de fim	17/05/2001	12/07/2001
Investimento elegível	465139,01	478920,80
Comparticipação FEDER	279082,41	287352,48
Objectivos do projecto	Criação de infraestruturas de lazer para a população residente e visitante (Centro de Ciência Viva - Ecoteca e Torre de observação da natureza – em articulação com outros equipamentos do Parque Almourol, nomeadamente o Observatório de Constância (construído) e o Projecto do Museu do Tejo). O conjunto das infraestruturas oferece um variado produto educacional, susceptível de completar a função educativa das escolas.	Objectivo principal: execução de um arranjo paisagístico de toda a zona envolvente ao açude de Santa Margarida, obra participada pelo QCA II, conforme a descrição que a seguir se passa a referir: A) movimentos de terra incluindo escavações, aterros, compactação e regularização final; B) execução de drenagens, valetas para escoamento das águas pluviais, etc; C) execução da rede de rega e de abastecimento de água, drenagem de esgotos domésticos e construção de fossa séptica; D) pavimentações em calçadinho, betuminosos e saibro; E) execução de plantações de diversas árvores e sementeiras; F) execução de rede de electricidade e de iluminação pública; G) fornecimento do diverso mobiliário urbano, nomeadamente meios troncos de madeira na delimitação dos caminhos, equipamento infantil, bancos, mesas, papeleiras, módulo de sanitários pré-fabricados, sinalética, vedações, etc.
Postos de trabalho directos	Permanentes: homens - 8; mulheres - 5. Temporários: homens - 3; mulheres - 3	-
Postos de trabalho indirectos	Empregos que o projecto permitirá manter: homens - 2; mulheres - 4	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	O presente projecto teve um impacto muito positivo sob o ponto de vista de integração paisagística com o açude já existente com vantagens acrescidas na área do ambiente e do lazer, bem como se trata de um forte apoio como reserva de água para os bombeiros no combate aos incêndios complementado com o açude anteriormente executado.
Impacto económico	Projecto sustentável (custos anuais de exploração e manutenção: pessoal permanente (1000 mil escudos), custos de materiais para manutenção (1000 mil escudos) Total: 2000 mil escudos – receitas: 2000 mil escudos).	Dados os fundamentos atrás referidos e os impactos do projecto já mencionados, a fixação da população e consequentemente o crescimento e desenvolvimento do Concelho irão concerta trazer benefícios para a região.
Impacto social	Criação de um espaço atractivo para: - população jovem: recreio activo e diversificado - população escolar: visitas organizadas - população da região: condições singulares para o lazer e recreio de fim-de-semana - população local: espaços e equipamentos de recreio e lazer de proximidade.	Trata-se de um projecto, que dadas as suas características técnicas é de extrema importância para a qualidade de vida das populações abrangidas dado o meio rural onde o mesmo se encontra inserido, contribuindo assim para a fixação da população e consequentemente para um significativo crescimento e desenvolvimento organizado e sustentado do Concelho e da região.

**Projecto: 2.3/003 - Plano de Ordenamento das Margens do Tejo e do Zêzere**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	10/12/2000	10/12/2000
Data de fim	30/12/2002	30/12/2002
Investimento elegível	328054,39	328054,39

Comparticipação FEDER	196832,63	196832,63
Objectivos do projecto	Pretende-se com esta 1ª fase, criar infra-estruturas do estacionamento automóvel (autocarros e ligeiros) para visitantes, e melhoria das condições de realização de feira mensal, assim como evitar o impacto negativo que o pavimento existente oferece	-
Postos de trabalho directos	Empregos a criar: permanentes: mulheres - 2	4
Postos de trabalho indirectos	Empregos que o projecto permitirá manter: mulheres - 2	3
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico		Concluída a obra em causa, pode-se constatar facilmente que os utentes daquele espaço passaram a ter sem dúvida condições excepcionais em termos de acessibilidade e estacionamento bem como existem vantagens acrescidas relativamente à reconversão urbanística da zona ribeirinha no aspecto paisagístico e ambiental.
Impacto económico		Projecto que irá contribuir fortemente para o incremento do turismo no Concelho e na região (...) através de uma melhoria muito significativa das condições de acolhimento (...) no âmbito de acessibilidade e estacionamento, (...) desta forma o presente investimento irá trazer directamente benefícios económicos para o Concelho e para a região (...).
Impacto social		Trata-se de um equipamento importante para a vida das populações abrangidas quer do Concelho, quer da região onde se insere, como peça integrada no programa VALTEJO, contribuindo assim para a sua qualidade de vida e para o incremento do Turismo cultural, científico e educacional, com particular relevo para o centro histórico da Vila e Sede do Concelho, Constância e consequentemente p/ a qualidade das condições de acolhimento dos visitantes.

**Projecto: 2.3/004 - Valorização Turística da Vala de Alpiarça-1ª fase**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	-	-
Data de fim	-	-
Investimento elegível	1815785	-
Comparticipação FEDER	882953	-
Objectivos do projecto	Pretende-se com o presente projecto limpar e corrigir a denominada Vala de Alpiarça, no sentido de permitir uma correcta drenagem pluvial no período de Inverno e um aproveitamento dos recursos hídricos para a agricultura no período de estio.	-
Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Temporários. homens – 60; mulheres – 20; Permanentes: homens – 12; mulheres - 28	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	-
Impacto social	-	-

**Projecto: 2.3/006 - Estudo Base de Planeamento, viabilidade e Mercado dos Equipamentos a instalar no Parque Almourol**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01/03/2000	20/02/2001
Data de fim	31/12/2000	30/03/2001
Investimento elegível	94047,87	54743,07
Comparticipação FEDER	61131,12	32845,84
Objectivos do projecto	Estes estudos permitirão apresentar uma ideia aglutinadora de todo o espaço. A empresa de capitais mistos a constituir, carece de um Plano de Negócios, o qual deverá responder às questões fundamentais que possam orientar a criação e posterior funcionamento da empresa, bem como, capazes de elucidar os potenciais investidores relativamente à viabilidade, rentabilidade e risco envolvido no eventual investimento que se propõem realizar.	Estes 2 estudos visam reforçar o conceito integrado de investimento do “Projecto Parque Almourol”, (...) [para] definir correctamente os “produtos” a oferecer (...), incluindo a segmentação das clientelas a atingir e os consequentes modelos de desenvolvimento e de posicionamento estratégicos dessas iniciativas, por forma a atrair futuros utilizadores/clientes, bem como, definindo (...) os tipos de investimentos a realizar e os investidores a captar. Por outro lado, o “Plano de Negócios do Parque” define as condições de gestão e de rentabilização daquela sociedade, assegurando a sua sustentação económica e financeira futura, bem como (...) a política de marketing e o modelo organizacional da sociedade gestora (...).
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos		-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	Estes estudos vão apoiar de maneira decisiva os projectistas envolvidos no desenho técnico das várias intervenções programadas para o Parque Almourol.
Impacto económico	-	Os estudos contribuem decisivamente para a definição dos parâmetros de rentabilização, quer dos negócios específicos “Formação Outdoor” e “Turismo Activo e Aventura”, quer da própria sociedade gestora do Parque Almourol.
Impacto social	-	Os estudos (...) garantem o seu sucesso futuro e, novos empregos, vocacionados para servirem as necessidades dos utentes que frequentarão o Parque Almourol.

**Projecto: 2.3/007 - Recuperação do Pátio do Valverde – 2ª fase**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	10/07/2000	10/07/2000
Data de fim	28/02/2003	15/12/2003
Investimento elegível	2040020,36	2040020,36
Compart. FEDER	1020010,18	1020010,18
Objectivos do projecto	Pretende-se recuperar e dinamizar aquele espaço reconstruindo os edifícios (actualmente em ruínas) com a finalidade de preservar este património que é um marco da cultura e das tradições do Ribatejo, onde poderão ser recriadas actividades que mantenham os laços que unem o povo de Azambuja ao rio e à lezíria. De igual modo, com a construção de espaços como seja um Auditório para conferências, acções de formação, etc. Pretende-se dar continuidade ao projecto da 1ª fase – Museu Etnográfico (divulga as vivências e tradição da região).	Continuação do projecto “Recuperação do Pátio Valverde – 1ª fase”, já aprovado e executado no âmbito do PORLVT do QCA II. Engloba obras de recuperação e dinamização do antigo Pátio constituído por edifícios de interesse arquitectónico com o objectivo de recriar as actividades e as tradições do Ribatejo, mantendo viva a cultura da região e dinamizando as actividades económicas locais.

Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Permanentes: homens – 3; mulheres – 3; Temporários: homens – 3; mulheres - 3	12 (6 permanentes, 6 temporários)
Postos de trabalho indirectos	Empregos que o projecto permitirá manter: homens – 3; mulheres - 3	homens – 9; mulheres - 3
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	O projecto veio melhorar as condições arquitectónicas e ambientais da zona, numa perspectiva de desenvolvimento sócio-turístico-cultural, servindo a população de Azambuja e dos Concelhos limítrofes.
Impacto económico	Criar-se-á um polo dinamizador das actividades económicas, de lazer e de turismo, constituindo uma referência para residentes e visitantes.	A nova infra-estrutura possibilita numa perspectiva turística, o aproveitamento de recursos e potencialidades da região com o seu aproveitamento do equipamento numa acção conjugada com os projectos de reconversão da Vala Real, da Vala do Esteiro e do Palácio das Obras Novas, em que todos se complementam numa ligação do Tejo com populações.
Impacto social	Este projecto visa melhorar as condições arquitectónicas e ambientais da zona, numa perspectiva de desenvolvimento sócio-turístico-cultural.	A recuperação do espaço e conseqüente dinamização, teve por finalidade preservar este património que é um marco da cultura e das tradições do Ribatejo, onde poderão ser recriadas actividades que mantenham os laços que unem o povo de Azambuja ao rio e à lezíria.

**Projecto: 2.3/008 - Ambiental com Centro de Ciência Viva e percursos da Natureza**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	30/11/1999	30/11/1999
Data de fim	31/12/2002	31/12/2002
Investimento elegível	1733242,88	1733242,88
Comparticip. FEDER	1039945,73	1039945,73
Objectivos do projecto	Criação de um espaço atractivo (desporto, cultura, lazer) para a população residente e o turismo.	(...) os trabalhos executados em conformidade com a filosofia dos objectivos definidos na candidatura aprovada (...)
Postos de trabalho directos	Empregos a criar (H e M, permanentes e temporários): Peramnentes: homens – 10; mulheres – 2; Temporários: homens – 4; mulheres - 2	5
Postos de trabalho indirectos	Empregos que o projecto permitirá manter: homens: 2; mulheres: 3	4
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	O presente projecto compreende uma área de intervenção com cerca de 7ha onde estão diversos equipamentos (Ecoteca, torre de observação, lagos, parque infantil, parque de merendas, anfiteatro, zonas verdes, plantações, rede rega, mobiliário urbano, equipamento desportivo, iluminação, etc). Todos estes equipamentos interligados com os percursos de observação e interpretação da Natureza são zonas de Lazer por excelência
Impacto económico	-	projecto que irá contribuir fortemente para a fixação da população, sua qualidade de vida, bem como para o turismo nas suas diversas vertentes, então irá trazer directamente benefícios económicos para o Concelho e para a região onde está inserido.
Impacto social	O parque de Almourol pelo tipo de equipamentos e de infra-estruturas de que dispõe, terá uma especial vocação para acolher população jovem podendo constituir uma área de características singulares na região e no país.	(...) trata-se de um equipamento importante para a vida das populações abrangidas contribuindo assim para a sua qualidade de vida e para o incremento do Turismo cultural, científico e educacional

**Projecto: 2.3/009 - AQUAPOLIS – Projecto de ordenamento das margens do Tejo em Barreiras do Tejo**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	12/11/2001	12/11/2001
Data de fim	31/12/2002	24/09/2003
Investimento elegível	1.082.251,06	1092482,12
Comparticipação FEDER	541.125,53	546241,00
Objectivos do projecto	-	É objectivo primeiro do projecto AQUAPOLIS, na filosofia do qual se integra esta intervenção, devolver o Tejo à cidade, pelo que a requalificação urbana da povoação Barreiras do Tejo será um importante contributo para a sua prossecução dado facilitar os acessos à zona ribeirinha.
Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Temporários: homens - 80	-
Postos de trabalho indirectos	Empregos que o projecto permitirá manter: 0	-
Indicadores físicos		-
Impacto técnico		Tratou-se de uma intervenção cuja concretização constituiu uma oportunidade única de requalificar e valorizar a povoação das Barreiras do Tejo (freguesia de S. João), localizada na margem direita do Tejo em Abrantes.
Impacto económico		(...)teremos que avaliar o projecto, sobretudo, na sua incidência social e pelo que pode vir a significar no reforço da coesão regional, na melhoria da qualidade de vida das populações e no desenvolvimento local e regional.
Impacto social		A requalificação urbana preconizada pelo projecto representou um importante contributo para a melhoria da qualidade de vida da população de Barreiras do Tejo.

**Projecto: 2.3/012 – Parque Urbano da Zona Norte de Almeirim**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01/09/2000	-
Data de fim	20/02/2004	-
Investimento elegível	2.290.825	-
Comparticipação FEDER	1.374.495	-
Objectivos do projecto	Pretende-se dotar a cidade de uma infra-estrutura que vai servir de interface entre o espaço urbano e os campos agrícolas, através do trilho de ligação à Vala. Leva-se pelo presente a efeito a construção de vários equipamentos que irão servir para a prática do lazer e tempos livres, tanto para a chamada 3ª idade, nomeadamente com o campo de mini-golf, como também para os mais jovens com a pista de desportos radicais entre outros. Na área do ambiente é também este projecto muito importante pois qualificar e embelezar uma área um pouco degradada, mas que se situa na parte nobre da cidade. Com este projecto cria-se condições não só para ocupar ludicamente toda a população do Concelho de Almeirim, mas também a do vizinho Concelho de Alpiarça e retante flutuante.	-

Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Permanentes: homens – 2; mulheres – 3; Temporários: homens – 23; mulheres - 15	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	-
Impacto social	-	-

**Projecto: 2.3/015 - Valorização Urbana da tapada - Ribeirinha**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01/09/2000	01/09/2001
Data de fim	30/04/2004	30/04/2004
Investimento elegível	674.855	695.069,88
Comparticipação FEDER	404.513	417.039,93
Objectivos do projecto	Com o presente projecto pretende-se (dentro das margens definidas pelo PDM) requalificar a localidade ribeirinha “Tapada”.	Com o presente projecto requalificou-se toda uma localidade situada às margens do rio Tejo, criando-se em simultâneo áreas de lazer e de desporto.
Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Permanentes: 0; Temporários: homens – 15; mulheres: 11	2
Postos de trabalho indirectos	-	9
Indicadores físicos	Área verde criada: 71.350,79 eur Polidesportivos construídos: 43.588,03 eur Rede Viária Mun beneficiária: 86.171,33 eur Área de arranjos urbanísticos: 4.851,96 eur Centros culturais construídos: 113.058,55 eur Rede de abastec. de Água: 9.960,33 eur Rede drenagem águas residuais: 17.389,36 eur	Nº Interv. Val. Patr. Paisag.: (programado: 295.491,84 eur; realizado: 288.292,65 eur) Nº Áreas Lazer Criadas: (programado: 399.578,04 eur; realizado: 395.620,43 eur)
Impacto técnico	-	Requalificou-se toda uma área, com construção de novos equipamentos sociais, culturais e desportivos, sempre no espírito de aproveitamento do potencial turístico que uma população ribeirinha como a Tapada tem para oferecer. Tecnicamente, todas as novas construções se enquadram numa taça tradicional, de acordo com os planos de ordenamento do território da Autarquia.
Impacto económico	-	Com novos espaços turísticos e de lazer, surgem também novas dinâmicas económicas e de bem-estar social. Assim, consideramos reunidas as condições para que os primeiros beneficiários desse desenvolvimento sejam os comerciantes tradicionais e locais.
Impacto social	-	Consideramos estarem reunidas condições para ocupação dos tempos livres de todas as gerações, bem como do intercâmbio intergeracional, tão importante, tanto para combater a solidão, como para transmissão de conhecimentos e culturas. Assim, com esta melhoria do padrão de qualidade de vida e de ambiente, consegue-se igualmente uma protecção e valorização dos recursos humanos, isto é, do desenvolvimento do potencial humano.

**Projecto: 2.3/017 - Muralhas de Santarém**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	08/2000	08/2000
Data de fim	04/2002	08/2002
Investimento elegível	792011,25	792011,25
Comparticipação FEDER	594008,44	594008,44
Objectivos do projecto	Na sequência das recentes intempéries que assolaram o país, provocando o derrube de parte significativa das muralhas de Santarém, e no âmbito de Resolução do Conselho de Ministros nº 11-A/2001, de 11 de Janeiro, prevê-se executar obras de consolidação na escarpa que sustenta a muralha, com base em estudos e observações geotécnicas elaborados pelo LNEC.	(...) objectivo do projecto, preservação de património histórico (nota: só explicitamente referido no ponto relativo aos beneficiários do projecto).
Postos de trabalho directos	40 (temporários)	-
Postos de trabalho indirectos	-	
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	(...) consistindo na consolidação de um terreno de suporte dum imóvel classificado e não de uma intervenção directa sobre o património edificado, pelo que estes Serviços beneficiaram duma experiência singular quer do ponto de vista da concepção quer da execução, por ambas as fases da intervenção terem sido devidamente enquadrados por especialistas do LNEC e da firma adjudicatória
Impacto económico	-	Não se identificam impactos económicos resultantes do projecto, considerando-se que estes só são relevantes com a concretização da 2ª candidatura, no âmbito da qual são restabelecidas vias de comunicação.
Impacto social	-	Do ponto de vista social, considera-se que o projecto tem impacto na preservação da memória colectiva e na auto-estima dos habitantes do Concelho, face ao valor histórico e patrimonial do imóvel a preservar.

**Projecto: 2.3/019 - Inovar Tejo – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. - Estudo para implementação da Universidade do Vinho em Alpiarça**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	12/01/2001	-
Data de fim	12/08/2001	-
Investimento elegível	122.658,78	10.923,62
Comparticip. FEDER	7359,2275	72.395,17
Objectivos do projecto	Pretende-se criar uma estrutura com carácter inovador que auxilie o desenvolvimento da fileira nacional. Esta estrutura terá como principais actividades: Pesquisa, formação, Aconselhamento Técnico, Animação cultural, Exposições, Seminários, Debates, etc.	Este estudo visa determinar quais as obras a efectuar na “Casa dos Patudos”, em Alpiarça, qual o equipamento a adquirir e a estrutura humana necessária para a instalação e desempenho das actividades a que se propõem, da “universidade do vinho”. As principais actividades que esta estrutura pretende vir a desenvolver, com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento da fileira regional e nacional são: Pesquisa, formação, , Aconselhamento Técnico, Animação cultural, Exposições, Seminários, Debates, etc. O estudo vai começar por fazer um levantamento da situação actual de forma a indicar quais as acções de formação mais necessárias.

Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico		O estudo pretende através da pesquisa e aconselhamento técnico melhorar as condições de produção das vinhas bem como dos processos tecnológicos de vinificação de forma a obter um vinho de melhor qualidade.
Impacto económico	(...) investimento que irá dotar o Concelho de Alpiarça e a região de um estrutura tão necessária à produção vitivinícola de qualidade, modernizando este tipo de cultura. Constituirá também uma mais valia para o comércio local e para um sector que tem um peso significativo na economia das famílias do concelho.	
Impacto social		Uma das componentes do estudo é precisamente a indicação das acções de formação a desenvolver junto dos produtores, técnicos e trabalhadores ligados ao sector de forma a proporcionar-lhes uma requalificação profissional. Só na nossa região trabalham nesta fileira 73.000 pessoas.

**Projecto: 2.3/022 - Programa de Reabilitação do Tejo – Encontro “O Rio da Minha Terra”, Reedição do livro “Avieiros do Tejo”**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	20/07/2001	-
Data de fim	20/01/2003	-
Investimento elegível	24.441	24.441,09
Comparticipação FEDER	14.664	14.664,65
Objectivos do projecto	Reedição do Livro “Avieiros do Tejo” e execução do 1º encontro nacional “O Rio da Minha Terra”.	Este projecto de Reabilitação do Tejo consistia em 2 vertentes; por um lado, promover um encontro que analisasse a problemática dos rios e criasse uma rede de ONGs de defesa do ambiente que contribuíssem para a sua reabilitação e melhoramento; por outro lado, a reedição do livro como meio de continuar a manter viva a memória dos pescadores do Tejo e valorizar os traços únicos de um povo que enriqueceu as margens deste rio com as suas artes, saberes e tradições, património de inestimável valor e importância.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	O investimento efectuado pelos fundos FEDER em muito contribuíram, tanto para o sucesso do programa do 1º Encontro Nacional “O Rio da Minha Terra”, através do apoio para a obtenção de material de divulgação e do Encontro propriamente dito, como através do apoio à reedição do Livro “Os Avieiros, os Últimos Pescadores do Tejo” que é o grande meio de divulgação da realidade específica e do carácter único desta fatia da população da Borda d’Água, que se apresenta claramente como uma mais valia do concelho do Cartaxo.

Impacto económico	-	Os benefícios económicos do projecto são de difícil quantificação. Como os objectivos deste projecto são o enriquecimento do património cultural das regiões do Cartaxo e Constância e a criação de uma rede de ONG's organizada na defesa dos seus rios, tendo como fim a melhoria da qualidade de vida das populações circundantes das respectivas bacias, os benefícios vão muito para além de uma quantificação imediata e é-nos impossível determinar quantias específicas.
Impacto social	-	O 1º Encontro Nacional dinamizou um sector de ONG's para um trabalho concertado em prol da defesa dos rios e por outro lado, o livro servirá para a preservação de uma memória etnográfica de Portugal, especificamente a dos pescadores Avieiros.

**Projecto: 2.3/023 - Projecto de valorização ambiental e paisagística no âmbito do programa VALTEJO**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	14/05/2001	22/10/2001
Data de fim	10/08/2001	31/12/2003
Investimento elegível	233437,42	233437,42
Comparticip. FEDER	140062,45	140062,45
Objectivos do projecto	O projecto visa recuperar e valorizar ambiental e paisagisticamente cerca de 10 km da zona ribeirinha junto ao Tejo, com intervenções específicas nas zonas denominadas por Cais da Vala, Escaroupim; Praia Doce e Cais da Palhota.	-
Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Permanentes: homens (1); mulheres (1). Temporários: homens (7); mulheres (7).	-
Postos de trabalho indirectos	Empregos que o projecto permitirá manter: homens: 8; mulheres: 8	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	Prevê-se que economicamente este equipamento vá contribuir de sobremaneira para a melhoria das condições de vida, dado constituir uma infra-estrutura que irá melhorar as condições de vida das populações e implementar a criação de postos de trabalho.
Impacto social	-	As populações acolheram com grande satisfação a execução do projecto.

**Projecto: 2.3/ 024 - Projecto de Arquitectura do Museu do Almourol**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	31/05/2001	20/09/2001
Data de fim	30/11/2001	21/05/2002
Investimento elegível	71826,90	71826,90
Comparticip. FEDER	43096,14	43096,14
Objectivos do projecto	Parque Almourol tem como objectivos dinamizar economicamente o Tejo num espaço de 12 km entre Constância e V. N. Barquinha, abrangendo ambos aqueles concelhos e o concelho de Chamusca. (...)A candidatura agora apresentada tem como objectivo a elaboração do Projecto de Arquitectura do Museu Almourol.	O objectivo é a elaboração do projecto de Arquitectura do Museu do Almourol.

Postos trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores fisicos	-	-
Impacto técnico	-	O projecto de arquitectura permitirá definir em concreto os termos do caderno de encargos para a execução da respective obra, tendo um impacto técnico evidente na sua realização e na sua adequabilidade ao uso previsto.
Impacto económico	-	O projecto optimiza as soluções de arquitectura e engenharia do Museu do Almourol, produzindo um impacto económico positivo sobre a realização da obra, quer em termos de custos, quer em termos de prazo de execução.
Impacto social	-	O projecto cria condições adequadas para o desfrute de uma magnifico local pelos visitantes, pois o espaço proposto para o Museu correspondente a um ponto de charneira na possibilidade de usufruto da paisagem, pois este espaço abre-se sobre a Natureza, que permite ao utilizador do espaço um perfeito equilibrio entre a cultura do local/meio e a Natureza.

**Projecto: 2.3/025 - AQUAPOLIS – Parque urbano de Abrantes/acessos no rossio ao Sul do Tejo**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	14/12/2000	14/12/2000
Data de fim	22/09/2003	22/09/2003
Investimento elegível	942.872,68	942.872,68
Comparticip. FEDER	565.723,61	565.723,61
Objectivos do projecto	(...) melhoria das condições ambientais do espaço abrangido, e que ele enquanto componente de um projecto integrado seja instrumento de fomento do desenvolvimento da obra ribeirinha da cidade (nota: retirado do ponto relativo aos “resultados esperados”).	O investimento objecto da candidatura que agora se encerra é uma das componentes de um projecto estruturante, designado por “AQUAPOLIS – Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes” e que visa a requalificação das margens do rio, logo após a passagem rodoviária existente e tratamento do espaço da margem direita do Tejo, localizada em Barreiras do Tejo – Abrantes.
Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Temporários: homens - 93	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores fisicos	-	-
Impacto técnico	-	A referida obra integra-se num amplo projecto designado por AQUAPOLIS – Parque Urbano Ribeirinho de Abrantes, o qual visa introduzir uma visão integradora de ambas as margens no espaço situado entre as duas pontes existentes (ferroviário e rodoviário).
Impacto económico	-	Neste tipo de investimento, pela sua natureza e também pelo que é domínio das atribuições e competências de quem o promove, uma Câmara Municipal teremos que avaliar o projecto, sobretudo, na sua incidência social e pelo que pode vir a significar no reforço da coesão regional, na melhoria da qualidade de vida das populações e no desenvolvimento local e regional.
Impacto social	-	A requalificação urbana preconizada pelo projecto representa um importante contributo para a melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo pelo que permitirá disponibilizar em termos de espaços de recreio, lazer, contemplação. É objectivo primeiro do projecto AQUAPOLIS na filosofia do qual se integra esta intervenção, “devolver o Tejo à cidade”.

**Projecto: 2.37028 - Aquisição de equipamentos para Recreio e Desportos Náuticos, equipamento informático e de transmissões**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	09/07/2001	18/02/2002
Data de fim	24/09/2001	s/ data de fim efectivo
Investimento elegível	113673,80	113673,80
Comparticipação FEDER	56836,90	56836,90
Objectivos do projecto	Parque Almourol tem como objectivos dinamizar economicamente o Tejo num espaço de 12 km entre Constância e V. N. Barquinha, abrangendo ambos aqueles concelhos e o concelho de Chamusca. No âmbito deste projecto estão previstas um conjunto de intervenções de âmbito e conteúdos diversos embora todos coerentes com o objectivo de dinamização daquele troço do rio, transformando-o num espaço de recreio, turismo e lazer, permitindo utilizar e rentabilizar os investimentos programados a nível de recuperação de cais e rampas e a construção de centros náuticos ao longo do troço, em termos de efeitos directos, e induzindo efeitos indirectos importantes na frequência de público nas outras intervenções, como o Museu do Almourol, Parque Ambiental de Constância, Parque Aventura e todo o restante e vasto conjunto de intervenções programadas para o citado Parque. De notar que, a presente candidatura consubstancia apenas o início da aquisição dos equipamentos previstos, em parte ainda reduzida.	O projecto tem como principal objectivo a concepção global das várias intervenções a serem realizadas nos 12 km do rio Tejo, entre Barquinha e Constância, espaço que constitui a área de intervenção do "Projecto Parque Almourol". Pretende-se assim dar coerência e coesão às várias intervenções, garantindo que este espaço de 12 km seja considerado um pólo de recreio, lazer e turismo integrado de dimensão regional e supra-regional. Assim, a aquisição deste equipamento permita utilizar e rentabilizar os vários investimentos programados a nível de recuperação dos cais e rampas e dos centros náuticos. As candidaturas em causa são indispensáveis para a animação deste troço do rio, em termos de actividades de turismo activo e Aventura, Recreio e Desportos Náuticos, sendo considerado indispensáveis para o desenvolvimento do trabalho dos animadores, assim como para a segurança das pessoas que irão frequentar e participar nas diversas actividades previstas. Por sua vez, a aquisição de equipamento informático irá permitir o normal funcionamento das actividades de <i>backoffice</i> instalados nos Centros Náuticos, sendo por isso indispensáveis pois estas actividades exigem um funcionamento perfeito e coordenado de actividades de logística de apoio.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	O carácter integrado e coerente dos vários projectos a ser implementados no Parque Almourol é um factor importante para o seu funcionamento futuro de modo continuado e rentável. Assim, a aquisição do diverso equipamento englobado nesta medida, é uma chave importante para assegurar a viabilidade económica e financeira de todo o Parque no futuro.
Impacto social	-	Ao garantir uma concepção integrada, complementar e harmoniosa das diversas intervenções previstas para o projecto Parque Almourol no seu lado, esta candidatura contribui directamente para o sucesso dos vários empreendimentos pois vai permitir a dinamização dos centros náuticos criados, cais e rampas e, indirectamente, para a criação futura de iniciativas empresariais locais de apoio do Parque, dinamizando a criação de emprego regional.

**Projecto: 2.3/029** – Projecto de execução do Ancoradouro de Tancos e dos Cais da ilha do Almourol; Estudo geotécnico, Levantamento topográfico e projecto de execução do museu do Almourol

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	05/07/2001	-
Data de fim	05/12/2005	-
Investimento elegível	132.181,45	-
Comparticipação FEDER	79.309,87	-
Objectivos do projecto	O projecto tem como objectivos dinamizar economicamente o Tejo. Pretende-se transformar este espaço num importante centro de turismo Activo e Aventura, de lazer, aos melhores níveis existente na Península Ibérica, no género. No âmbito deste projecto estão previstas um conjunto de intervenções d âmbito e conteúdos diversos, embora todos coerentes com o grande objectivo dinamização deste troço do rio. As candidaturas agora apresentadas, têm como objectivo dar seguimento a algumas das intervenções Museu do Almourol, em particular a realização de estudos geotécnicos e levantamentos topográficos no terreno onde o museu será implementado e o projecto de especialidades do mesmo Museu. Por outro lado, é igualmente apresentada uma candidatura para a elaboração do projecto de execução do Ancoradouro de Tancos e dos cais da ilha do Almourol, como o previsto inicialmente.	-
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	-
Impacto social	-	-

**Projecto: 2.3/031** - Aquisição de fatos de protecção e material de Canoagem, de equipamentos (vestuário), de insufláveis, de equipamento BTT, de equipamentos para Montanhismo e de Equipamento para Tiro com arco e besta

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	04/07/2001	05/09/2002
Data de fim	14/10/2001	s/ data de fim efectivo
Investimento elegível	304.607,08	304.607,08
Comparticipação FEDER	152.303,54	152.303,54
Objectivos do projecto	<p>O projecto tem como objectivos, dinamizar economicamente o Tejo, num espaço de 12 km entre Barquinha e Constância, abrangendo aqueles dois concelhos e o de Chamusca. No âmbito deste projecto Parque Almourol, estão previstas um conjunto de intervenções e conteúdos diversos embora todas coerentes entre si e com o objectivo estratégico global de dinamização daquele troço do rio, de forma integrada. As candidaturas agora apresentadas, previstas de início na concepção do projecto, têm como objectivo adquirir diversos tipos de equipamento, por forma a dar conteúdo à estratégia de transformar aquela parte do rio num espaço de recreio, turismo e lazer, permitindo utilizar e rentabilizar os investimentos programados a nível do Parque Aventura, centros Náuticos e Parque ambiental de Constância, permitindo assim criar uma dinamização destes Parques, através da realização de diversas provas/actividades, em termos de efeitos directos e induzindo efeitos directos e induzindo efeitos indirectos também importantes para o público em outras intervenções, como por exemplo na dinamização dos cais e rampas.</p>	<p>O projecto tem como principal objectivo a concepção global das várias intervenções a ser realizadas nos 12 km. Pretende-se assim dar coerência e coesão às várias intervenções, garantindo que este espaço seja considerado um pólo de recreio, lazer e turismo integrado, de dimensões regional e supra-regional. A aquisição destes equipamentos, que desde início esteve presente, permite usar e rentabilizar os vários projectos previstos. As candidaturas em causa, que consiste na aquisição de fatos de protecção e material de canoagem, de equipamentos insufláveis, equipamentos BTT, para montanhismo e para tiro com arco e besta, indispensáveis para a animação deste troço do rio, tanto em termos de actividades de turismo activo e aventura, recreio e desportos náuticos, como também são considerados fundamentais para o normal desenvolvimento do trabalho dos animadores, assim como para as pessoas que irão participar nas diversas actividades previstas.</p>
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	<p>O carácter integrado e coerente, dos vários projectos a ser implementados no Parque Almourol é um factor importante para o funcionamento futuro de um modo continuado e rentável; assim, a aquisição do diverso equipamento englobado nesta medida, é uma chave importante para assegurar a viabilidade económica e financeira de todo o Parque no seu futuro.</p>
Impacto social	-	<p>Ao ser garantida uma concepção integrada, complementar e harmoniosa das diversas intervenções previstas no projecto no seu todo, esta candidatura contribui directamente para o sucesso dos vários empreendimentos pois vai permitir a dinamização dos Centros Náuticos criados, Parque Aventura e Parque Ambiental, etc. e, indirectamente, para a criação futura de iniciativas empresariais locais de apoio aos visitantes do Parque, dinamizando a criação de emprego regional.</p>

**Projecto: 2.3/033 - Aquisição de materiais e equipamentos para apoio às actividades de turismo e Aventura**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	09/07/2001	05/09/2002
Data de fim	28/09/2001	s/ data de fim efectivo
Investimento elegível	214.787,12	214.787,12
Comparticipação FEDER	107.393,56	107.393,56
Objectivos do projecto	Os objectivos estratégicos nucleares do Pj. Parque Almourol relacionam-se com actividades de turismo activo e aventura, as quais serão oferecidas num espaço coerente de lazer, desporto e cultura viva. A aquisição dos bens e materiais previstos destinam-se a tornar possível a operacionalização das diversas actividades. Tratando-se de um projecto concebido de raiz de maneira integrada e com intenção estratégica de desenvolvimento sustentado do turismo em toda a área, é evidente que esta candidatura resulta e é coerente com todas as outras intervenções deste projecto.	O projecto tem como principal objectivo a concepção das várias intervenções a serem realizadas nos 12 km do rio Tejo, entre Barquinha e Constância. A aquisição do equipamento previsto nesta candidatura teve desde o seu início previsto, permitindo utilizar e rentabilizar os vários investimentos programados no projecto. As candidaturas consistem na aquisição de guinchos e reboques para desporto aventura, material de apoio às actividades e prova, materiais para transposição de obstáculos e sistemas de fixação para desportos aventura e aquisição de farads insufláveis de apoio às actividades de turismo activo e aventura.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores fisicos	-	-
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	O carácter integrado e coerente, dos vários projectos a ser implementados no Parque Almourol é um factor importante para o funcionamento futuro de um modo continuado e rentável; assim, a aquisição do diverso equipamento englobado nesta medida, é uma chave importante para assegurar a viabilidade económica e financeira de todo o Parque no seu futuro.
Impacto social	-	Ao ser garantida uma concepção integrada, complementar e harmoniosa das diversas intervenções previstas para o projecto no seu todo, esta candidatura também contribui directamente para o sucesso de empreendimentos previstos e, indirectamente, para a criação de iniciativas empresariais locais, dinamizando a criação de emprego regional.

**Projecto: 2.3/034 - Museu Nacional Ferroviário – edificio 24**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	-	-
Data de fim	-	-
Investimento elegível	-	-
Comparticip. FEDER	-	-
Objectivos do projecto	(...) preservação do espólio, pelo que a sua construção se bem que não apresente resultados quantificados, tem a enorme vantagem de contribuir para a não degradação de equipamentos que, de muitos antigos e raros possuem um valor estimativo, cultural e mesmo intrínseco muito grande (nota: retirado do ponto “resultados esperados”).	O projecto visava a construção de uma cobertura e um pavimento para a area museológica, compreendida entre o edificio da báscula (edificio 11) e a oficina/casa de maquinistas (edificio 9). A construção do Edificio 24, com uma area de 1.188 m2, teve como função a criação de condições de exposição para material circulante, aproveitando as linhas existentes no local. Conforme referimos no formulário de candidatura, o Edificio 24 é parte integrante do todo que é o “Museu Nacional Ferroviário”.

Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	O Museu colaborará com os técnicos destas matérias. Organizará colóquios, conferências e seminários. Aposta na visita de grupos organizados sob diversas temáticas ligadas aos Caminhos de Ferro.	Tratou-se no essencial, de uma cobertura metálica constituída por uma estrutura especial tipo MARTIFER, apoiada em oito pilares em betão circulares com 80 cm. O revestimento do pavimento foi assente à face dos carris já existentes, com o intervalo suficiente para a circulação das rodas dos veículos. A obra integra-se de modo positivo no espaço destinado ao museu e faz parte do Plano director existente.
Impacto económico	O impacto do projecto no desenvolvimento regional, mede-se também pela sua influência a nível nacional e a nível internacional, e pela sua capacidade em atrair pessoas dos mais variados locais, as quais, no âmbito das suas viagens turísticas e culturais, não deixarão de contribuir com as suas divisas para o engrandecimento da região.	(...) este projecto é parte de um todo, e por isso a sua eficácia só será medida aquando da entrada em funcionamento do Museu. Não deixa, contudo, de ser uma componente importante de todo o projecto, visto que permite desde já abrigar material circulante que se encontra exposto às condições climatéricas evitando assim a sua deterioração.
Impacto social	O Museu estabelecerá relações privilegiadas com a Escola. A escola aportar-lhe-á inconformismo e o dinamismo necessários para o manter como uma estrutura moderna e actuante. Estabelecer-se-ão protocolos com os vários estabelecimentos de ensino de todo o país, desde o nível mais básico do ensino – satisfazendo a curiosidade dos mais jovens – até aos níveis médio e superiores com o objectivo do intercâmbio técnico e cultural.	(...) este projecto é parte de um todo, e por isso a sua eficácia só será medida aquando da entrada em funcionamento do Museu. Não deixa, contudo, de ser uma componente importante de todo o projecto, visto que permite desde já abrigar material circulante que se encontra exposto às condições climatéricas evitando assim a sua deterioração.

**Projecto: 2.3/035 - Requalificação do Centro cívico da Cidade de Almeirim**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	-	02/05/2001
Data de fim	-	30/11/2004
Investimento elegível	981.987	1.492.368,38
Comparticipação FEDER	490.994	746.181,70
Objectivos do projecto	pretende-se requalificar o centro Cívico da Cidade de Almeirim, promovendo a qualidade do ambiente urbano e dignificando o quotidiano dos habitantes. Pretende-se igualmente ordenar estrategicamente o território. Entende-se que esta candidatura a par do projecto em curso pelos comerciantes a candidatar ao URBCOM, vem reforçar a coesão económica, social e territorial e contribui para o rejuvenescimento do tecido empresarial.	requalificou-se o Centro Cívico da Cidade de Almeirim, promovendo-se a qualidade do ambiente urbano e dignificando o quotidiano dos habitantes. Assim como se ordenou estrategicamente o território reforçando a coesão económica, social e territorial.
Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Temporários: homens – 18; mulheres - 11	5
Postos de trabalho indirectos	-	17
Indicadores físicos	-	Nº áreas de lazer (programado: 1.492.386,38 eur; realizado: 1.005.989,84 eur).
Impacto técnico	-	Conseguiu-se uma ordenação e arrumação do trânsito com zonas de estacionamento perfeitamente delimitadas. Criaram-se zonas para usufruto dos peões, e, zonas intervencionadas foram substituídas as redes de infraestruturas subterrâneas.

Impacto económico	-	A zona requalificada é precisamente o centro do comércio tradicional do concelho, a ela associada cria-se condições para que esse mesmo comércio tenha um forte incremento.
Impacto social	-	Melhoria acentuada de condições de sociabilização, com a criação de novas zonas de convívio.

**Projecto: 2.3/038 - COMPLEXO EQUUSPOLIS**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	31/11/2001	18/09/2001
Data de fim	31/11/2001	11/07/2003
Investimento elegível	1.740.628,06	-
Comparticipação FEDER	870.314,03	-
Objectivos do projecto	-	<p>Edifício (espaços polinucleados dirigidos à temática do cavalo) a implantar nas antigas instalações do Matadouro Municipal, com 3 pisos acima do solo.</p> <p>Arranjos exteriores (ligação harmoniosa e de qualidade urbanística entre o edifício e o espelho de água - Lagoa da Alverca - e a Lezíria).</p> <p>Infraestruturas Eléctricas (implantação de dois postos de transformação e realização de outras infraestruturas eléctricas).</p> <p>Temática Virtual do Cavalo (aquisição de Diaporamas Mistas em imagens normais e em 3D da história da Golegã e da actualidade da Golegã - e sua ligação ao mundo cavalariço -, incluindo todo o equipamento para projecção).</p> <p>Mobiliário (aquisição de todo o mobiliário de escritório e outros para o bom funcionamento de todo o edifício, incluindo ateliers e oficinas).</p> <p>Equipamentos de Som e informática (aquisição de todo o equipamento de som e informática para o bom funcionamento de todo o edifício).</p>
Postos de trabalho directos	-	5
Postos de trabalho indirectos	-	2
Indicadores físicos	-	
Impacto técnico	-	-
Impacto económico	-	-
Impacto social	-	-

**Projecto: 2.3/039 - Elaboração de Mapas, percursos e provas combinadas/ provas tipo *challengers trophy***

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	-	14/02/2003
Data de fim	-	14/02/2003
Investimento elegível	110.983	110.983
Comparticipação FEDER	55.492	55.492

Objectivos do projecto	(...) dinamizar economicamente o Tejo, num espaço de 12 km entre Barquinha e Constância, abrangendo aqueles dois concelhos e o de Chamusca. No âmbito deste projecto Parque Almourol, estão previstas um conjunto de intervenções e conteúdos diversos embora todas coerentes entre si e com o objectivo estratégico global de dinamização daquele troço do rio, de forma integrada.	A candidatura consiste na elaboração de mapas e de percursos. A sua elaboração irá permitir a realização de actividades diversas, que permitirão o sucesso do Parque Ambiental, Parque Aventura e Zona Challenger, permitindo que estes sejam entendidos como locais de recreio, lazer e fruição do património natural, cultural e histórico, assim como para o restante projecto, pois todas estas actividades servem de complemento a todas as outras actividades previstas.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores fisicos	-	-
Impacto técnico	-	O projecto da elaboração de mapas, percursos e provas combinadas para o Parque permitirá a criação e implementação de diversas actividades de uma forma coerente, tendo presente o projecto na sua globalidade.
Impacto económico	-	O carácter integrado e coerente dos vários projectos a serem implantados é um factor importante para o seu funcionamento futuro de forma continua, consistente e rentável. Assim, a elaboração dos diversos tipos de percursos, provas e mapas englobados nesta medida, é uma chave importante para assegurar a realização das diversas actividades previstas, contribuindo desta forma para ajudar a viabilidade económica e financeira de todo o projecto do Parque Almourol no futuro.
Impacto social	-	Ao ser garantido uma concepção integrada, complementar e harmoniosa das diversas intervenções previstas para o projecto Parque Almourol no seu todo, esta candidatura também contribui directamente para o sucesso dos vários empreendimentos previstos e, indirectamente, para a criação futura de iniciativas empresariais locais de apoio aos visitantes do Parque, dinamizando a criação de emprego regional.

**Projecto: 2.3/040 - Acessos ao Castelo do Almourol**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01/12/2001	01/12/2001
Data de fim	20/04/2003	30/06/2003
Investimento elegível	583.591,89	583 591,89
Comparticipação FEDER	291.795,95	291 795,95
Objectivos do projecto	recuperar uma área junto ao Castelo de Almourol, monumento Nacional muito visitado, propondo um projecto de execução para melhoria das vias de acesso, criação de zonas de estacionamento automóvel e zonas de actividades diversas para estadia e apreciação da paisagem, incluindo espaços para a realização de espectáculos.	Recuperação de uma área junto ao Castelo de Almourol, melhoria das vias de acesso, criação de zonas de estacionamento automóvel e zonas de actividades diversas para estadia e apreciação da paisagem.
Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Temporários: homens - 18	-
Postos de trabalho indirectos	-	18
Indicadores fisicos	-	Valorização do Património Histórico e Paisagístico (programado: 584 000,00 eur; realizado: 667 652,09 eur)

Impacto técnico	-	A situação existente a nível das vias de acesso ao local era bastante deficiente e até mesmo perigosa.
Impacto económico	-	Com este projecto, o Município de Vila Nova da barquinha pensa ter criado condições que constituam atractivos às actividades económicas locais e regionais.
Impacto social	-	Valorização da área objecto deste projecto, melhoria das condições de acessibilidade, melhoria da qualidade de vida da população.

**Projecto: 2.3/044 - Plano Estratégico Desenvolvimento Turismo – Albufeira do Castelo de Bode**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01/11/2001	07/11/2001
Data de fim	01/05/2002	05/06/2002
Investimento elegível	69,830	52.373,78
Comparticipação FEDER	41,400	31.424,27
Objectivos do projecto	Elaboração de um Plano Estratégico do Turismo para a Albufeira de Castelo do Bode, plano esse que tem como objectivos definir as potencialidades turísticas da área da Albufeira, construir cenários alternativos consonantes com essas potencialidades e estabelecer um quadro estratégico de desenvolvimento do Turismo, consensual entre parceiros locais e as tutelas em presença	Consubstancia-se o Projecto na realização de um Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo para a Albufeira do Castelo do bode que aponte virtualidades e potencialidades naturais, rurais, urbanas, culturais e económicas, de lazer e recreio e estabelecer cenários alternativos de desenvolvimento tendo em vista melhorar a qualidade da oferta turística do território em apreço, num quadro de bem-estar com a conservação da natureza.
Postos de trabalho directos	-	-
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	Disponer de um estudo que define as potencialidades turísticas da área da Albufeira de Castelo do Bode, com cenários alternativos consoantes com essas potencialidades, estabelecendo um quadro estratégico de desenvolvimento do turismo, consensual entre parceiros locais e as tutelas em presença.
Impacto económico	-	Crescimento e diversificação da oferta e dinâmica empresarial a nível da população local e de investidores.
Impacto social	-	Disponer de uma oferta turística adequada em termos qualitativos e quantitativos, nos vectores do alojamento, restauração, animação e prática de desportos.

**Projecto: 2.3/047 - Requalificação ambiental e Infra-estruturas da zona de localização das Actividades Económicas de Almeirim**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	02/01/2001	02/01/2001
Data de fim	30/06/2004	30/04/2004
Investimento elegível	1.136.311	1.140.053,29
Comparticipação FEDER	568.156	570.026,65

Objectivos do projecto	(...) melhorar a atractividade e competitividade da qualificação do território, privilegiando os recursos humanos locais, criando e apoiando estruturas com possibilidade de oferta de novos empregos e serviços, sensibilizando e envolvendo os agentes económicos, sociais e institucionais, para as dinâmicas locais e da divulgação e promoção dos produtos locais.	com o presente projecto promoveu-se a qualidade do ambiente urbano, tendo sido criadas condições para uma sã vivência colectiva. Criaram-se novas zonas de estacionamento, reconvertendo-se para o efeito o Parque das Tílias, que será igualmente usado como zona de lazer e de convívio da população local.
Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Temporários: homens – 14; mulheres - 9	5
Postos de trabalho indirectos	-	17
Indicadores físicos	-	Nº áreas lazer (programado: 1.140.053,29 eur; realizado: 1.140.693,80 eur).
Impacto técnico		Conseguiu-se uma ordenação e arrumação do trânsito, com zonas de estacionamento perfeitamente delimitadas. Serve também este espaço para actividades lúdicas e culturais, pois tem condições para nele se realizarem diversificados tipos de eventos.
Impacto económico		Este projecto tem um forte impacto pois estão criadas condições para o aparecimento de novos postos de comércio e turismo e consequentes novos postos de trabalho, nomeadamente com divulgação e venda de produtos locais e regionais.
Impacto social		Com o presente projecto conseguiu-se uma melhoria acentuada de condições de sociabilização, com a criação de novas e multifacetadas zonas de convívio. Através da requalificação da imagem do ambiente urbano em toda a área intervencionada, consegue-se uma melhoria na qualidade de vida das populações, criando locais para a boa prática da convivência social.

**Projecto: 2.3/051 - Requalificação Urbana e Ambiental de Constância**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	01/05/2002	28/05/2002
Data de fim	31/12/2003	21/05/2004
Investimento elegível	2.316.424,76	2.316.424,76
Comparticipação FEDER	1.158.212,38	1.158.212,38
Objectivos do projecto	Substituir todas as infra-estruturas subterrâneas existentes, nomeadamente redes de distribuição de água actualmente em adiantado estado de degradação e ainda fibrocimento com cerca de 50 anos de existência, redes de drenagem de águas pluviais e águas residuais existentes na sua maioria em tubagem de grés. As respectivas caixas de visita encontram-se muito degradadas e consequentemente com fortes infiltrações que se traduzem em problemas acrescidos e com alguma gravidade no funcionamento da E.E. que conduz os esgotos domésticos da Vila e sede de Concelho à ETAR do CAIMA através de um emissário que foi construído sob o rio Tejo e participado pelo QCA II incluindo a ampliação da referida ETAR. Previsto ainda a rede de electricidade (media tensão) e iluminação pública, rede de telecomunicações, Tv Cabo e Rede de gás. Está ainda incluída a pavimentação de todos os arruamentos onde vai haver intervenção com	-

	diferentes tipos de pavimento, a saber em calçada de cubos de calcário e/ou granito, seixo rolado e lajes de granito, bem como escadarias, muros e mobiliário urbano.	
Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Permanentes: homens – 2; mulheres – 1; Temporários: homens – 10; Mulheres - 1	8
Postos de trabalho indirectos	Empregos que o projecto permitirá manter: homens – 2; mulheres - 2	4
Indicadores físicos	-	--
Impacto técnico	-	O presente projecto compreende toda a área de intervenção do centro histórico da Vila e sede de Concelho de Constância onde estão diversos equipamentos de carácter histórico, cultural, social e paisagístico, a saber – Igreja de S. Julião, Igreja da Misericórdia, capela de Santana; Praça do Pelourinho, Casa Memória de Camões, Torre do Relógio, Plano de Ordenamento das Margens dos Rios Tejo e Zêzere, Cine-Teatro, Biblioteca, zonas verdes, etc. Todos estes equipamentos, ao passarem a estar inseridos num espaço urbano dotado de todas as infra-estruturas
Impacto económico	-	-
Impacto social	-	-

**Projecto: 2.3/054 - Muralhas de Santarém – 2ª Fase**

	DOSSIER DE CANDIDATURA	RELATÓRIO FINAL
Data de início	02/08/2001	02/08/2001
Data de fim	02/08/2002	28/08/2002
Investimento elegível	2.171.120,79	2.171.120,79
Comparticipação FEDER	1.085.560,40	1.085.560,40
Objectivos do projecto	Continuação das obras de consolidação da encosta para recuperação dos troços das muralhas, alargando a zona de intervenção a áreas situadas a jusante nos taludes, por forma a reforçar os trabalhos anteriores.	Constitui uma 2ª fase de intervenção de obras de consolidação na escarpa que sustenta as muralhas de Santarém, trabalhos que se iniciaram na sequência das intempéries que assolaram o país no Inverno de 2001
Postos de trabalho directos	Empregos a criar: Temporários: homens - 40	40 (temporários)
Postos de trabalho indirectos	-	-
Indicadores físicos	-	-
Impacto técnico	-	Face à elevada especialização técnica das obras realizadas, no campo da geotecnia, especialidade que não integra o comum das obras de intervenção no património efectuadas pela DGEMN, estes Serviços beneficiaram duma experiência singular quer do ponto de vista da execução das obras, quer da concepção que as antecederam, por ambas as fases da intervenção terem sido devidamente enquadradas por especialistas do LNEC e da firma adjudicatória
Impacto económico	-	Não foi possível quantificar impactos económicos no projecto, sendo certo que, pelo menos a reposição da Estrada do Alfange teve impacto positivo nas populações servidas por aquela via de comunicação.
Impacto social	-	Considera-se que o projecto tem impacto na preservação da memória colectiva e na auto-estima dos habitantes do concelho, face ao valor histórico e patrimonial do imóvel a preservar.

## **ANEXO 4 – MEDIDA 3.9**

SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO RECOLHIDA POR PROJECTO FINALIZADO E COM  
INDICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE RELATÓRIO FINAL NO DOSSIER DE PROJECTO

## ESCOLAS APOIADAS NOS VÁRIOS ANOS LECTIVOS

ESCOLAS PROFISSIONAIS	2000/2001	2001/2002	2002/2003	2003/2004
Escola de Comércio de Lisboa				
Escola Profissional Vale do Rio				
Escola Profissional Gustave Eiffel				
Escola Profissional Magestil				
Escola Profissional Fernando Barros Leal – Torres Vedras				
Escola Profissional de Ourém				
Escola Profissional de Salvaterra de Magos				
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa				
Escola Profissional de Setúbal				
Escola Profissional de Música e Artes de Almada				
Escola Profissional Artes e Ofícios do Espectáculo				
Instituto de Tecnologias Náuticas				
Escola Profissional do Montijo				
Escola Profissional de Recuperação do Património				
Escola Profissional de Teatro de Cascais				
Escola Profissional de Rio Maior				
Escola Profissional de Almada				
Instituto Profissional de Transportes				
Instituto de Formação Profissional				
Escola Profissional de Imagem				
Escola Profissional de Tomar				
Escola Técnica Psicossocial de Lisboa				
Escola Profissional de Agentes de Serviços e Apoio Social				

Fonte: Equipa de avaliação, a partir das bases de dados do PORLVT

## ESCOLAS E CURSOS APOIADOS NA MEDIDA 3.9

Escola	Cursos
Escola de Comércio de Lisboa	Técnico de Vitrinismo e Apresentação Visual; Técnico de Comércio/ Marketing; Técnico de Comércio; Técnico de Promoção de Vendas
Escola Profissional de Artes e Ofícios do Espectáculo	Ofícios do espectáculo e Artes e animação circenses
Escola Profissional de Agentes de Serviços e Apoio Social	Animador Sociocultural/ Assistente Familiar; Técnico Auxiliar de Infância
Escola Profissional de Almada	Técnico de Planeamento e Gestão da Produção; Técnico de Macatrónica; Técnico de Mecânica/Manutenção Industrial; e Operador de Mecânica/Manutenção Industrial
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	Técnico de Hotelaria/Recepção e Atendimento; Técnico de Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo; Técnico de Cozinha; Técnico de Turismo/Profissionais de Informação Turística; e Técnico de Informática Gestão
Escola Profissional de Imagem	Técnico de Vídeo e Áudio / Produção / Pós-Produção; Design de Equipamentos – Interiores e Exteriores; Técnico de Desenho Gráfico; Técnico de Multimédia; Técnico de Desenho Animado; Técnico de Fotografia / Publicitária / Fotojornalismo; Técnico de Áudio; Música e Novas Tecnologias/ Instrumento / Canto / Composição; e Instrumento
Escola Profissional de Música e Artes de Almada	Música e novas tecnologias/instrumento/canto/composição; Técnico de áudio; Instrumento; Básico de instrumento; Teatro/interpretação
Escola Profissional de Ourém	Técnico de animação sócio-cultural; Técnico de informática/manutenção de equipamento; Técnico projectista de mobiliário; Técnico de construção civil; e Técnico de gestão; Técnico de cozinha; Técnico de hotelaria/restauração, organização e controlo; e Técnico de hotelaria/recepção e atendimento
Escola Profissional de Recuperação do Património	Técnico de Gestão e Recuperação de Espaços Verdes e Técnico de Recuperação do Património Edificado
Escola Profissional de Rio Maior	Técnico de Gestão; Técnico de Sistemas de Informação ; Técnico Serviços Jurídicos; Técnico de Construção Civil/Desenho; Técnico de Instalações Elétricas; Técnico de Hotelaria/Recepção e Atendimento; Animador Sociocultural; e Técnico de manutenção Electromecânica; Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade
Escola Profissional de Salvaterra de Magos	Técnico de contabilidade; Técnico de informática e gestão; Técnico de serviços comerciais; Técnico de artes gráficas; Técnico de turismo ambiental e rural; Técnico de hotelaria/restauração, organização e controlo; Técnico de cozinha; e Técnico de construção civil
Escola Profissional de Setúbal	Química tecnológica/técnico de laboratório/análises químicas; Técnico de manutenção electromecânica; Técnico de mecânica/produção e controlo de qualidade; Técnico de informática gestão; Técnico de comunicação/marketing, relações públicas e publicidade; Técnico de hotelaria/recepção e atendimento; Técnico de electrónica/comando; Técnico de contabilidade; Técnico de gestão;
Escola Profissional de Teatro de Cascais	Teatro/Interpretação
Escola Profissional de Tomar	Técnico de Artes Gráficas; Técnico de Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo; e Técnico de Informática/Manutenção de Equipamento
Escola Profissional do Montijo	Técnico de Artes Gráficas; Técnico de Construção Civil/Desenho; Técnico de Design Industrial; Informação, Comunicação e Documentação; Animador Sociocultural/Desporto; e Técnico de manutenção Electromecânica;
Escola Profissional Fernando Barros Leal – Torres Vedras	Técnico de Gestão Agrícola e Técnico de Produção Animal
Escola Profissional Gustave Eiffel	Técnico de Construção Civil (c/ todas as especializações); Técnico de Design Industrial; Técnico de Electrónica Industrial e Automação; Técnico de Informática Fundamental; Técnico de Informática/Manutenção de Equipamentos; Técnico de Gestão de Sistemas Informáticos; Técnico de Gestão; Técnico de Multimédia; Técnico de Animação Sociocultural; Técnico de Contabilidade
Escola Profissional Magestil	Técnico de confecção/moldagem industrial; Técnico de gestão; Técnico de comunicação/marketing relações públicas e publicidade; Técnico de coordenação e produção de moda; Técnico de estilismo industrial
Escola Profissional Vale do Rio	Técnico de telecomunicações; Técnico de áudio e vídeo (Cascais); Técnico de indústrias gráficas; Técnico de artes gráficas (Oeiras); Técnico de artes gráficas (Cascais); Técnico de áudio e vídeo (Oeiras);
Escola Técnica Psicossocial de Lisboa	Animador Sociocultural/ Técnico Psicossocial
Instituto de Formação Profissional	Técnico de Macatrónica e Técnico de Gestão de Sistema Informáticos
Instituto de Tecnologias Náuticas	Técnico de Administração Naval; Técnico de Transportes Marítimos; Técnico de Electricidade Naval; Técnico de Mecânica/Reparação e manutenção Naval; e Técnico de Mecânica Naval
Instituto Profissional de Transportes	Técnico de Transportes

Fonte: Dossiers dos projectos, PORLVT

**CARACTERIZAÇÃO DOS PROJECTOS: Nº DE FORMADORES (POR CURSOS), Nº DE ALUNOS ABRANGIDOS E  
TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO**

Projecto	Nº Formadores	Alunos Abrangidos	Horas Formação
Escola de Comércio de Lisboa	12 formadores (Técnico de Promoção de Vendas); 12 formadores (Técnico de Comércio); 12 formadores (Técnico de Comércio/Marketing); e 11 formadores (Técnico de Vitrinismo e Apresentação Visual);	284	356.404
Escola de Comércio de Lisboa	29 formadores (Técnico de Promoção de Vendas); 30 formadores (Técnico de Comércio); 28 formadores (Técnico de Comércio/Marketing); e 19 formadores (Técnico de Vitrinismo e Apresentação Visual);	275	329.142
Escola de Comércio de Lisboa	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola de Comércio de Lisboa	Sem dados	Sem dados	233.452
Escola Profissional Artes e Ofícios do Espectáculo	28 formadores (Artes e animação Circenses) e 28 formadores (Ofícios do Espectáculo)	114	137.580
Escola Profissional Artes e Ofícios do Espectáculo	36 formadores (Artes e animação Circenses) e 34 formadores (Ofícios do Espectáculo)	118	127.136
Escola Profissional de Agentes de Serviços e Apoio Social	24 formadores (Animador Sociocultural/ Assistente Familiar); 22 formadores (Técnico Auxiliar de Infância)	128	151.744
Escola Profissional de Agentes de Serviços e Apoio Social	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola Profissional de Agentes de Serviços e Apoio Social	Sem dados	82	99.450
Escola Profissional de Almada	18 formadores (Técnico de Planeamento e Gestão da Produção); 23 formadores (Técnico de Macatrónica); 26 formadores (Técnico de Mecânica/Manutenção Industrial); e 11 formadores (Operador de Mecânica/Manutenção Industrial)	155	193.013
Escola Profissional de Almada	16 formadores (Técnico de Planeamento e Gestão da Produção); 30 formadores (Técnico de Macatrónica); 28 formadores (Técnico de Mecânica/Manutenção Industrial); e 10 formadores (Operador de Mecânica/Manutenção Industrial)	197	Sem dados
Escola Profissional de Almada	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola Profissional de Almada	Sem dados	116	7.510
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	17 formadores (Técnico de Hotelaria/Recepção e Atendimento); 19 formadores (Técnico de Hotelaria/Recepção, Organização e Controlo); 17 formadores (Técnico de Cozinha); 14 formadores (Técnico de Turismo/Profissionais de Informação Turística)	230	281.980
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	21 formadores (Técnico de Hotelaria/Recepção e Atendimento); 23 formadores (Técnico de Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo); 16 formadores (Técnico de Cozinha); 16 formadores (Técnico de Turismo/Profissionais de Informação Turística); e 8 formadores (Técnico de Informática Gestão)	269	329.020
Escola Profissional de Imagem	15 formadores (Técnico de Fotografia Publicitária/Fotojornalismo); 15 formadores (Técnico de Desenho Animado); 15 formadores (Vídeo e Áudio/Produção/ Pós-produção); 14 formadores (Técnico de Desenho Gráfico); 14 formadores (Design de Equipamentos (interiores e exteriores)); e 13 formadores (Técnico Multimédia)	262	320.160

Projecto	Nº Formadores	Alunos Abrangidos	Horas Formação
Escola Profissional de Imagem	30 formadores (Técnico de Fotografia Publicitária/Fotojornalismo); 28 formadores (Técnico de Desenho Animado); 52 formadores (Vídeo e Áudio/Produção/ Pós-Produção); 29 formadores (Técnico de Desenho Gráfico); 32 formadores (Design de Equipamentos (Interiores e Exteriores); e 30 formadores (Técnico Multimédia)	273	Sem dados
Escola Profissional de Imagem	Sem dados	378	Sem dados
Escola Profissional de Imagem	Sem dados	252	24 152
Escola Profissional de Música e Artes de Almada	25 formadores (Teatro/interpretação); 25 formadores (Básico de Instrumento); 25 formadores (Instrumento); 25 formadores (Técnico de Áudio); e 25 formadores (Música e Novas Tecnologias/Instrumento/Canto/Composição)	237	284.080
Escola Profissional de Ourém	8 formadores (Técnico de Gestão); 6 formadores (Técnico de Construção Civil); 6 formadores (Técnico Projectista de Mobiliário); 6 formadores (Técnico e Informática/Manutenção de Equipamentos); 6 formadores (Técnico de Animação Sociocultural); 7 formadores (Técnico de Hotelaria/Recepção e Atendimento); 7 formadores (Técnico de Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo); e 7 formadores (Técnico de Cozinha)	317	379.922
Escola Profissional de Ourém	11 formadores (Técnico de Gestão); 13 formadores (Técnico de Construção Civil); 12 formadores (Técnico Projectista de Mobiliário); 7 formadores (Técnico e Informática/Manutenção de Equipamentos); 11 formadores (Técnico de Animação Sociocultural); 13 formadores (Técnico de Hotelaria/Recepção e Atendimento); 20 formadores (Técnico de Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo); e 14 formadores (Técnico de Cozinha)	314	Sem dados
Escola Profissional de Ourém	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola Profissional de Ourém	Sem dados	211	256.240
Escola Profissional de Recuperação do Património	22 formadores (Técnico de Gestão e Recuperação de Espaços Verdes) e 40 formadores (Técnico de Recuperação do Património Edificado)	96	116.840
Escola Profissional de Recuperação do Património	14 formadores (Técnico de Gestão e Recuperação de Espaços Verdes); e 38 formadores (Técnico de Recuperação do Património Edificado)	83	Sem dados
Escola Profissional de Recuperação do Património	Sem dados	76	sem dados
Escola Profissional de Recuperação do Património	Sem dados	42	2.48
Escola Profissional de Rio Maior	15 formadores (Técnico de Gestão); 14 formadores (Técnico Serviços Jurídicos); 11 formadores (Técnico de Construção Civil/Desenho); 14 formadores (Técnico de Instalações Eléctricas); 17 formadores (Técnico de Hotelaria/Recepção e Atendimento); 15 formadores (Animador Sociocultural); 12 formadores (Técnico de manutenção Electromecânica);	153	182.555
Escola Profissional de Rio Maior	13 formadores (Técnico de Sistemas de Informação); 15 formadores (Técnico Serviços Jurídicos); 12 formadores (Técnico de Construção Civil/Desenho); 14 formadores (Técnico de Instalações Eléctricas); 14 formadores (Técnico de Hotelaria/Recepção e Atendimento); 13 formadores (Animador Sociocultural); 14 formadores (Técnico de manutenção Electromecânica); 14 formadores (Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade);	151	157.673

Projecto	Nº Formadores	Alunos Abrangidos	Horas Formação
Escola Profissional de Rio Maior	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola Profissional de Rio Maior	Sem dados	86	110.080
Escola Profissional de Salvaterra de Magos	17 formadores (Técnico de Contabilidade); 11 formadores (Técnico de Serviços Comerciais); 11 formadores (Técnico de Artes Gráficas); 8 formadores (Técnico de Construção Civil); 18 (Técnicos de Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo); 11 formadores (Técnico de Cozinha); 11 formadores (Técnico de Turismo Ambiental e Rural); 15 formadores (Técnico de Informática Gestão)	310	374.831
Escola Profissional de Salvaterra de Magos	20 formadores (Técnico de Contabilidade); 11 formadores (Técnico de Serviços Comerciais); 10 formadores (Técnico de Artes Gráficas); 10 formadores (Técnico de Construção Civil); 17 (Técnicos de Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo); 12 formadores (Técnico de Cozinha); 10 formadores (Técnico de Turismo Ambiental e Rural); 14 formadores (Técnico de Informática Gestão)	289	293.324
Escola Profissional de Setúbal	26 formadores (Técnico de Gestão); 20 formadores (Técnico de Contabilidade); 31 formadores (Técnico de Electrónica/Comando); 20 formadores (Técnico de Hotelaria/Recepção e Atendimento); 29 formadores (Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade); 39 formadores (Técnico de Informática Gestão); 30 formadores (Técnico de Mecânica/Produção e Controlo de Qualidade); 39 formadores (Técnico de Manutenção Electromecânica); 38 formadores (Química Tecnológica/Técnico de Laboratório/Análises Químicas)	423	521.380
Escola Profissional de Setúbal	22 formadores (Técnico de Gestão); 16 formadores (Técnico de Contabilidade); 33 formadores (Técnico de Electrónica/Comando); 25 formadores (Técnico de Hotelaria/Recepção e Atendimento); 23 formadores (Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade); 33 formadores (Técnico de Informática Gestão); 28 formadores (Técnico de Mecânica/Produção e Controlo de Qualidade); 33 formadores (Técnico de Manutenção Electromecânica); 18 formadores (Química Tecnológica/Técnico de Laboratório/Análises Químicas)	449	537.322
Escola Profissional de Setúbal	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola Profissional de Setúbal	Sem dados	339	414.460
Escola Profissional de Teatro de Cascais	29 formadores	83	100.320
Escola Profissional de Teatro de Cascais	31 formadores	87	90.324
Escola Profissional de Tomar	13 formadores (Técnico de Artes Gráficas); 18 formadores (Técnico de Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo); e 8 formadores (Técnico de Informática/Manutenção de Equipamento);	120	147.470
Escola Profissional de Tomar	9 formadores (Técnico de Artes Gráficas); 10 formadores (Técnico de Hotelaria/Restauração, Organização e Controlo); e 6 formadores (Técnico de Informática/Manutenção de Equipamento);	122	137.857
Escola Profissional de Tomar	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola Profissional de Tomar	Sem dados	Sem dados	Sem dados

Projecto	Nº Formadores	Alunos Abrangidos	Horas Formação
Escola Profissional do Montijo	10 formadores (Técnico de Artes Gráficas); 12 formadores (Técnico de Construção Civil/Desenho); 8 formadores (Técnico de Design Industrial); 11 formadores (Informação, Comunicação e Documentação); 25 formadores (Animador Sociocultural/Desporto); e 11 formadores (Técnico de manutenção Electromecânica);	139	171.000
Escola Profissional do Montijo	11 formadores (Técnico de Artes Gráficas); 11 formadores (Técnico de Construção Civil/Desenho); 8 formadores (Técnico de Design Industrial); 20 formadores (Informação, Comunicação e Documentação); 72 formadores (Animador Sociocultural/Desporto); e 11 formadores (Técnico de manutenção Electromecânica);	152	171.759
Escola Profissional do Montijo	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola Profissional do Montijo	Sem dados	109	130.800
Escola Profissional Fernando Barros Leal – Torres Vedras	18 formadores (Técnico de Gestão Agrícola); e 18 formadores (Técnico de Produção Animal)	116	139.200
Escola Profissional Fernando Barros Leal – Torres Vedras	26 formadores (Técnico de Gestão Agrícola); e 29 formadores (Técnico de Produção Animal)	126	118.964
Escola Profissional Fernando Barros Leal – Torres Vedras	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola Profissional Fernando Barros Leal – Torres Vedras	Sem dados	69	81.300
Escola Profissional Gustave Eiffel	Sem dados	715	854.401
Escola Profissional Gustave Eiffel	11 formadores (Técnico de Gestão - Amadora); 43 formadores (Técnico de Construção Civil - Amadora); 16 formadores (Técnico de Design Industrial); 14 formadores (Técnico de Electrónica Industrial e Automação); 27 formadores (Técnico de Informática Fundamental); 30 formadores (Técnico de Informática/Manutenção de Equipamentos); 24 formadores (Técnico de Gestão de Sistemas Informáticos); 24 formadores (Técnico de gestão - Queluz); 16 formadores (Técnico Multimédia); 28 formadores (Técnico de Informática Fundamental); 23 formadores (Técnico de Sistemas Informáticos); 14 formadores (Técnico de Animação Social); 10 formadores (Técnico de Gestão - Entroncamento); 11 formadores (Técnico de Contabilidade); 25 formadores (Técnico de Construção civil - Entroncamento); 21 formadores (Técnico de Informática Fundamental); 16 formadores (Técnico de Informática/Manutenção de Equipamentos - entroncamento); 16 formadores (Técnico de Gestão de Sistemas Informáticos);	779	414.354
Escola Profissional Gustave Eiffel	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola Profissional Gustave Eiffel	Sem dados	479	566.108
Escola Profissional Magestil	14 formadores (Técnico de Gestão); 19 formadores (Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade); 12 formadores (Técnico de Confeção/Modelagem Industrial); 25 formadores (Técnico de Estilismo Industrial); e 28 formadores (Técnico de Coordenação e Produção de Moda)	301	357.920

Projecto	Nº Formadores	Alunos Abrangidos	Horas Formação
Escola Profissional Magestil	10 formadores (Técnico de Gestão); 19 formadores (Técnico de Comunicação/Marketing, Relações Públicas e Publicidade); 16 formadores (Técnico de Confeção/Modelagem Industrial); 23 formadores (Técnico de Estilismo Industrial); e 21 formadores (Técnico de Coordenação e Produção de Moda)	310	357.920
Escola Profissional Magestil	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola Profissional Vale do Rio	45 formadores (Técnico de Artes Gráficas); 44 formadores (Técnico de Industrias Gráficas); 43 formadores (Técnico de Audio e Vídeo); 23 formadores (Técnico de Telecomunicações); 34 formadores (Técnico de Artes Gráficas); 33 formadores (Técnico de Audio e Vídeo)	363	443.800
Escola Profissional Vale do Rio	27 formadores (Técnico de Artes Gráficas); 29 formadores (Técnico de Industrias Gráficas); 25 formadores (Técnico de Audio e Vídeo); 23 formadores (Técnico de Telecomunicações); 34 formadores (Técnico de Artes Gráficas); 23 formadores (Técnico de Audio e Vídeo)	382	317.259
Escola Profissional Vale do Rio	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Escola Profissional Vale do Rio	Sem dados	243	307.913
Escola Técnica Psicossocial de Lisboa	24 formadores	137	Sem dados
Escola Técnica Psicossocial de Lisboa	Sem dados	137	Sem dados
Escola Técnica Psicossocial de Lisboa	Sem dados	90	4.800
Instituto de Formação Profissional	11 formadores (Técnico de Macatrónica) e 14 formadores (Técnico de Gestão de Sistemas Informáticos)	126	149.233
Instituto de Formação Profissional	20 formadores (Técnico de Macatrónica) e 18 formadores (Técnico de Gestão de Sistemas Informáticos)	133	142.753
Instituto de Formação Profissional	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Instituto de Formação Profissional	Sem dados	69	90.683
Instituto de Tecnologias Náuticas	5 formadores (Técnico de Administração Naval); 5 formadores (Técnico de Transportes Marítimos); 5 formadores (Técnico de Electricidade Naval); 5 formadores (Técnico de Mecânica/Reparação e Manutenção Naval) e 9 formadores (Técnico de Mecânica Naval);	123	157.090
Instituto de Tecnologias Náuticas	19 formadores (Técnico de Administração Naval); 33 formadores (Técnico de Transportes Marítimos); 27 formadores (Técnico de Electricidade Naval); 19 formadores (Técnico de Mecânica/Reparação e Manutenção Naval) e 47 formadores (Técnico de Mecânica Naval);	160	134.430
Instituto de Tecnologias Náuticas	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Instituto de Tecnologias Náuticas	Sem dados	107	138.290
Instituto Profissional de Transportes	43 formadores	123	147.600
Instituto Profissional de Transportes	46 formadores	134	Sem dados
Instituto Profissional de Transportes	Sem dados	Sem dados	Sem dados
Instituto Profissional de Transportes	Sem dados	71	83.040

Fonte: Dossiers dos projectos, PORLVT

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

NÚMERO DE FORMANDOS POR ESCOLA E PROJECTO

Projecto	2000/2001			2001/2002			2002/2003			2003/2004		
	Nº previsto	Nº efectivo	Diferença	Nº previsto	Nº efectivo	Diferença	Nº previsto	Nº efectivo	Diferença	Nº previsto	Nº efectivo	Diferença
Escola de Comércio de Lisboa	284	239	-45	275	256	-19	SD	SD		186	SD	
Escola Profissional Vale do Rio	363	363	0	382	384	2	SD	SD		243	SD	
Escola Profissional Gustave Eiffel	715	715	0	779	707	-72	SD	SD		479	SD	
Escola Profissional Magestil	301	256	-45	310	274	-36	SD	SD		x	x	
Escola Prof. Fernando Barros Leal – Torres Vedras	116	116	0	126	116	-10	SD	SD		69	SD	
Escola Profissional de Ourém	317	311	-6	314	306	-8	SD	SD		211	SD	
Escola Profissional de Salvaterra de Magos	310	308	-2	289	286	-3	x	x		x	x	
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	230	235	5	269	270	1	x	x		x	x	
Escola Profissional de Setúbal	423	440	17	449	494	45	SD	SD		339	SD	
Escola Profissional de Música e Artes de Almada	237	198	-39	x	x		x	x		x	x	
Escola Profissional Artes e Ofícios do Espectáculo	114	118	4	118	118	0	x	x		x	x	
Instituto de Tecnologias Náuticas	123	119	-4	160	157	-3	SD	SD		107	SD	
Escola Profissional do Montijo	139	139	0	152	152	0	SD	SD		109	SD	
Escola Profissional de Recuperação do Património	96	96	0	83	78	-5	76	76	0	42	SD	
Escola Profissional de Teatro de Cascais	83	79	-4	90	87	-3	x	x		x	x	
Escola Profissional de Rio Maior	153	152	-1	151	151	0	SD	SD		86	SD	
Escola Profissional de Almada	155	154	-1	197	189	-8	SD	SD		116	SD	
Instituto Profissional de Transportes	123	114	-9	134	120	-14	SD	SD		71	SD	
Instituto de Formação Profissional	126	126	0	133	125	-8	SD	SD		69	SD	
Escola Profissional de Imagem	262	261	-1	273	265	-8	275	378	103	252	SD	
Escola Profissional de Tomar	120	117	-3	122	122	0	SD	SD		75	SD	
Escola Técnica Psicossocial de Lisboa	x	x		137	127	-10	137	SD		90	SD	
Escola Prof. de Agentes de Serviços e Apoio Social	x	x		128	124	-4	SD	SD		82	SD	
<b>TOTAL</b>	<b>4790</b>	<b>4656</b>	<b>-134</b>	<b>4806</b>	<b>4657</b>	<b>-149</b>						

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dossiers dos projectos, PORLVT

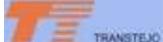
## FORMANDOS SEGUNDO O SEXO, POR ESCOLAS EM 2000/2001 E 2001/2002

Formandos segundo o sexo, por escolas em 2000/2001 e 2001/2002						
Escola	2000/2001			2001/2002		
	Nº efectivo	Nº Mulheres	% Mulheres	Nº efectivo	Mulheres	% Mulheres
Escola de Comércio de Lisboa	239	116	48,5	256	144	56,3
Escola Profissional Vale do Rio	363	126	34,7	384	115	29,9
Escola Profissional Gustave Eiffel	715	198	27,7	707	181	25,6
Escola Profissional Magestil	256	199	77,7	274	191	69,7
Escola Profissional Fernando Barros Leal – Torres Vedras	116	10	8,6	116	32	27,6
Escola Profissional de Ourém	311	135	43,4	306	154	50,3
Escola Profissional de Salvaterra de Magos	308	147	47,7	286	144	50,3
Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa	235	121	51,5	270	135	50,0
Escola Profissional de Setúbal	440	139	31,6	494	157	31,8
Escola Profissional de Música e Artes de Almada	198	66	33,3	x	x	x
Escola Profissional Artes e Ofícios do Espectáculo	118	62	52,5	118	76	64,4
Instituto de Tecnologias Náuticas	119	20	16,8	157	29	18,5
Escola Profissional do Montijo	139	63	45,3	152	71	46,7
Escola Profissional de Recuperação do Património	96	50	52,1	78	46	59,0
Escola Profissional de Teatro de Cascais	79	55	69,6	87	57	65,5
Escola Profissional de Rio Maior	152	65	42,8	151	66	43,7
Escola Profissional de Almada	154	30	19,5	189	26	13,8
Instituto Profissional de Transportes	114	35	30,7	120	47	39,2
Instituto de Formação Profissional	126	15	11,9	125	13	10,4
Escola Profissional de Imagem	261	97	37,2	265	81	30,6
Escola Profissional de Tomar	117	49	41,9	122	52	42,6
Escola Técnica Psicossocial de Lisboa	x	x	x	127	109	85,8
Escola Profissional de Agentes de Serviços e Apoio Social	x	x	x	124	116	93,5
<b>TOTAL</b>	<b>4.656</b>	<b>1.798</b>	<b>38,6</b>	<b>4908</b>	<b>2.042</b>	<b>41,6</b>

Fonte: Equipa de avaliação, com base nos dossiers dos projectos, PORLVT

**ESCOLAS PROFISSIONAIS APOIADAS PELO PORLVT COM CARÁCTER DEMONSTRATIVO NO ÂMBITO DO REFORÇO DO CAPITAL RELACIONAL**

<b>Escola Profissional de Hotelaria e Turismo de Lisboa</b>
<b>Colaborações regulares com a escola</b>
Hotéis - 55 (incluindo um grande número de hotéis de 5 estrelas)
Restaurantes - 27 (incluindo alguns dos restaurantes mais prestigiados de Lisboa)
Agências de turismo - 36
Companhias aéreas - TAP e YES
Museus e Monumentos - 4 (Museu do Teatro, Museu do Traje, Museu Nacional de Arte Antiga, Padrão dos Descobrimentos)
Outras empresas - 9
Câmaras Municipais de Almeirim e Arruda dos Vinhos

<b>Instituto de Formação Profissional</b>		
Criado em 1993 pela  , tem como accionistas:		
 Caminhos de Ferro Portugueses		 Metropolitano de Lisboa
 TRANSTEJO	 carris	 STCP

<b>Escola profissional Magestil</b>			
<b>Parcerias nacionais</b>		<b>Parcerias dirigidas à mobilidade de jovens na União Europeia</b>	
- Ana Salazar	- TVI - Jimmy Dolly	• Abat Oliba, em Barcelona	• Leeds College of Art & Design, em Leeds, Reino Unido
- Miguel Vieira	- Estúdio 8A	• Basingstoke College of Technology, em Basingstoke, Reino Unido	• Lyceé de La Mode, em Nantes, França
- Fátima Lopes	- Nascere, Lda	• Hame Polytechnic/Wetterhoff, em Hameenlinna, na Finlândia	• Lyceé Le Grand Arc, em Albertville, França
- João Rolo	- Milefiore, Lda.	• IEK, em Kilis, na Grécia	• Odense Technical College, Odense, Dinamarca
- Lanidor	- Hotéis Oásis Atlântico	• College of Crafts and Design, em Lappeenranta, na Finlândia	• Roc - Regionaal Opleidingen Centrum, Holanda
- Sacoor	- Diniz & Cruz		• The School of Art and Design, em Derby, Reino Unido
- CorteFiel	- Domus Utile, Lda		
- El Corte Inglês	- Europraxis, Lda		
- Peixinho do Mar	- Grupo EDP-LTE		
- North Polar	- Remavis, Lda		
- Adidas	- Aquamarina		
- Ovo Estrelado, Lda			
- Materna			

<b>Escola Técnica de Imagem e Comunicação</b>	
<p>Criada em 1991, em parceria com a Escola Superior de Comunicação, Imagem e Som de Madrid, A ETIC desenvolve continuamente relações e contactos com empresas e empresários, no sentido de oferecer aos seus alunos experiências profissionalizantes em ambiente real de trabalho.</p> <p><b>ROCK IN RIO, SIC RADICAL, Anjinho da Guarda e Atmosferas, Jornal BLITZ</b></p>	
<p><b>ALUNOS ETIC NO PROJECTO COLINA</b> - O projecto COLINA (Collaboration in Arts) é o mais importante projecto do Centro Coreográfico de Montemor-o-Novo/Rui Horta</p>	
<p><b>ATELIERS ETIC NO PAVILHÃO DO CONHECIMENTO</b></p>	
<p><b>ALUNOS ETIC FAZEM ESTÁGIO NA FCB</b> - A Foote Cone &amp; Belding celebrou um acordo de parceria com a ETIC</p>	
<p><b>PROJECTO COMUNITÁRIO ETIC / E.R.M - Engineering of Risks Management</b> A ETIC faz parte da network criada pelo projecto comunitário E.R.M - Engineering of Risks Management entre diferentes organizações e instituições europeias</p>	
<p><b>TRABALHOS E EMPRESAS</b> Concepção, criação, produção e realização de projectos nas áreas da comunicação, publicidade, design, vídeo, multimédia, para empresas e instituições. Campanhas de publicidade - Filmes Institucionais – Apresentações – Portais - Sites – Apresentações em DVD - Filmes e spots de vídeo - Spots de rádio - Logotipos – Reportagem fotográfica, etc...</p>	
<p><b>PRINCIPAIS TRABALHOS</b> Alcatel Almada Cidade Digital, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa – Projecto Dialogares CAL – Centro de Artes de Lisboa CNE – Conselho Nacional de Educação CNS/Produtora</p>	<p>CTT FESTIVAL RIR Fundação Portuguesa Para as Comunicações HomeLife IA – Instituto das Artes Jonhson &amp; Johnson Orfeão de Leiria Siemens</p>

<b>Escola de Comércio de Lisboa</b>		
<b>Protocolos de Colaboração</b>		
- Accademia Vetrinistica Italiana	- FNAC	- OLIVAIS SHOPPING CENTER
- AESCLO	- Federação Europeia de Escolas de Vitrinismo	- PARIS SETE
- AVANÇO	- Grupo Brodheim	- POLLUX
- APED	- Grupo REGOJO	- QUIMAR
- Batalhão do Serviço de Transportes	- ISG-Instituto Superior de Gestão	- Rede de Escolas Profissionais
- C&A	- INSTANTA	- ROBBIALAC
- CHECKPOINT METO	- INWEAR/IC COMPANYS	- SACOOR BROTHERS
- C M LISBOA	- JERÓNIMO MARTINS	- SOLSUNI
- CONCENTRA	- Junta de Freguesia de Stª Mª dos Olivais	- STAPLES OFFICE CENTRE
- DECOECO	- LACOSTE	- TAP
- Dep. de Educação da Fac. de Ciências da Universidade de Lisboa	- LOGISFORMAÇÃO	- TELEPAC
- DREAMSOLUTIONS	- MARL	- TEVEL
- Escola de Escaparatismo Window Diesseny	- MULTIÓPTICAS	- UACS
	- NEOSIS	- UNICRE
		- VECTOR 21.com

<b>Escola de Comércio de Lisboa</b>		
<b>Empresas patrocinadoras de espaços no ano lectivo 2002/2003</b>		
- C&A	- INWEAR / IC Companys	- PARIS SETE
- CHECKPOINT METO	- LACOSTE	- POLLUX
- FNAC	- MARL - Mercado Abastecedor da	- ROBBIALAC
- GRUPO REGOJO (Massimo	Região de Lisboa	- SACOOR BROTHERS
Duti, Elena Miró, Dalí, Pierre	- MULTIÓPTICAS	- STAPLES OFFICE CENTRE
Cardin, Mango)	- OLIVAIS SHOPPING CENTER	- TEVEL
- INSTANTA		
<b>Fórum de Empresários</b>		
Presidente: Jorge Manuel Monteiro / Grupo M.F.Monteiro	Fernando Sanchez Ramirez / Évoraçor, Lda.	Henrique Rodrigues / Kasarte, Lda.
Alberto Magalhães / Matos & Candeira, Lda.	Joaquim Pedro Pulido Valente / Horto do Campo Grande, Lda.	
Américo Alexandre / Mendes & Alexandre, Lda.	José Ferreira de Matos / Instanta, Lda.	
Ana Cristina Costa / ILC, Lda.	José Messias Escada / Tevel, Lda.	
António Dias de Almeida / ELOS	José Oliveira Dias / Uniellert, Lda.	
Armando Ferreira Aparício / Oliveira, Lda.	Manuel Sousa Lopes / A. Almeida, Lda.	
Artur Andrade / Andrade & Boavista, Lda.	Maria Fernanda Igrejas / E. E. de Sousa & Silva, Lda.	
Artur Fernando Mouzinho de Almeida Silva / Auchan	Pedro Miguel Costa / Costa & Filhos, Lda.	
Domingos Torres / Torres & Brinkmann, Lda.	Ronald Brodheim / Eric Brodheim, Lda.	
Eduardo Neves Gomes / Beltrão Coelho, Lda.	Teresa Catarino / Companhia do Campo	
Fernando Caldeira e Vasco Fiadeiro Caldeira / Valério, Lopes & Ferreira, Lda.		

## ANEXO 5 – DOMÍNIOS 18 e 24

## Domínio 18 - Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)

## Medida 1.5 - Acções específicas de valorização territorial

Projecto		Promotor	Datas		Investimento elegível	Comparticipação FEDER		Situação face à Execução	Objectivos do projecto	Postos de trabalho		Impacto		
Código	Designação		Início	Fim		Montante	Taxa compart.			Directos	Indirectos	Técnico	Económico	Social
1.5/017	Oeste Digital - 1ª Fase	Associação de Municípios do Oeste	29-10-2002	26-11-2002	1.230.193,00 €	615.096,50 €	50%	Com Execução	Assegurar o desenvolvimento do projecto do Sistema de Informação Territorial do Oeste (SITO), através da implementação de uma rede de informação intermunicipal de suporte às actividades de Ordenamento e Gestão do Território, nas suas múltiplas vertentes. Constitui uma componente central na estratégia de inovação da Administração Pública e na superação do atraso estrutural que ainda se reconhece neste domínio, reforçando a acção dos serviços públicos e o desenvolvimento de novas formas de trabalho, em rede e em parceria.	28	32	Aumento do ritmo de desenvolvimento dos projectos de SIG (Sistema de Informação Geográfica) dos municípios envolvidos e possibilidade de integração com os Sistemas de Informação de Gestão.		
1.5/038	Rota de Museus do Oeste	Associação de Municípios do Oeste	05-03-2002	05-04-2002	702.442,14 €	351.221,07 €	50%	Com Execução	Concretização de acções no domínio da promoção, divulgação e salvaguarda do património museológico da região Oeste. Pretende-se estabelecer uma rede de informação museológica e patrimonial, com bases de informação sobre o espólio que cada museu dispõe, de modo a ser criada uma plataforma moderna de gestão desses mesmos espólios. A criação de uma Rota de Museus do Oeste permite salvaguardar e articular o conhecimento do património da região Oeste com a própria promoção dos museu enquanto agentes privilegiados do conhecimento, da cultura e das identidades da região.					

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Projecto		Promotor	Datas		Investimento elegível	Comparticipação FEDER		Situação face à Execução	Objectivos do projecto	Postos de trabalho		Impacto		
Código	Designação		Início	Fim		Montante	Taxa compart.			Directos	Indirectos	Técnico	Económico	Social
1.5/064	Sistema de Informação Territorial do Médio Tejo	Comunidade Urbana do Médio Tejo	11-02-2003	25-03-2003	1.230.097,02 €	615.048,51 €	50%	Com Execução	Criar condições de base para a implementação do Sistema de Informação Territorial do Médio Tejo. Pretende-se reforçar a capacidade existente nas entidades intervenientes em matéria de carregamento, tratamento e exploração de informação geográfica recorrendo ao apetrechamento das Câmaras Municipais e da AMMT com tecnologia informática e de comunicações adequada às finalidades do SIT Médio Tejo. A utilização de meios informáticos adequados à gestão de informação e cartografia digital permitirá aos municípios associados uma maior capacidade de resposta, com a vantagem de sistematizar e dinamizar toda a informação necessária ao completo conhecimento do território, permitindo o desenvolvimento e a utilização continuada de Sistemas de informação Geográfica integrados em todos os circuitos de trabalho dos municípios, facilitando processos e corrigindo lacunas existentes.			Integração, numa base sub-regional, da informação e dos temas considerados prioritários pelas autarquias.	Utilização no âmbito da gestão territorial, permitindo uma mais rápida análise de questões e adequada fundamentação de decisões, em domínios como o ordenamento ou o licenciamento urbano.	
1.5/098	CEGAT - Laboratório de Análises - Tecnopolo de Abrantes - Pavilhão 2	A.Logos	24-07-2003	03-11-2003	799.518,00 €	399.759,00 €	50%	Com Execução	Remodelação de um edifício para futura reinstalação do CEGAT (Centro de Estudos de Gestão do Ambiente e do Território), a executar numa área onde ficará implantado o futuro Tecnopolo de Abrantes (VALTEC), com vista à prossecução das actividades daquela associação: apoio às entidades públicas e privadas no cumprimento das suas atribuições no domínio da gestão, protecção ambiental e do território, nomeadamente, através da realização de trabalhos de campo e actividades de desenvolvimento tecnológico e de formação. O investimento permitirá o desenvolvimento da estratégia de ampliação do campo de actuação do laboratório, com ênfase para o controlo analítico de produtos agro-alimentares e alimentos para animais, bem como para a prestação de apoio técnico aos industriais do ramo na implementação e gestão de normas e métodos de qualidade e segurança alimentar.	31	7	Dotação da região de infra-estruturas avançadas de laboratório, nos domínios específicos do sector alimentar e agro-alimentar.	Contribuir como factor de atracção e fixação de empresas, sobretudo no domínio agro-alimentar	Contribuir para o reforço da coesão regional e melhoria da qualidade de vida da população.

**Domínio 18 - Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)**

**Medida 3.10 - Economia (FEDER)**

Projecto		Promotor	Datas		Investimento elegível	Comparticipação FEDER		Situação face à Execução	Objectivos do projecto	Impacto		
Código	Designação		Início	Fim		Montante	Taxa compartic.			Técnico	Económico	Social
3.10/096	Centro de Incubação de Base Tecnológica	Associação Pólo Tecnológico e de Empresas de Inovação - MADAN PARQUE	26-09-2003	27-02-2004	1.328.574,67 €	996.431,00 €	75%	Sem execução	Criação de um centro de incubação de base tecnológica, através da construção de um edifício e seu apetrechamento, bem como a divulgação do centro de incubação. Este centro de incubação de base tecnológica enquadra-se no Parque Tecnológico Madan Parque (Monte da Caparica - Península de Setúbal).	A sua inserção no Parque Tecnológico permitirá às empresas que venham a ser incubadas, a permanência na proximidade após o tempo limite para incubação (instalação no Centro de Desenvolvimento Empresarial, ou no terreno do Parque Tecnológico).	Dinamização da criação de novos saberes, qualificando o emprego através da implementação de empresas de alto desempenho, utilizadoras de processos e tecnologias avançadas, num contexto de modernidade e inovação orientados para mercados exigentes e de considerável valor acrescentado	
3.10/097	Parque Tecnológico	Associação Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal - MADAN PARQUE	26-09-2003	27-02-2004	2.460.805,34 €	1.845.604,00 €	75%	Sem Execução	Criação de um parque tecnológico, nomeadamente, nos aspectos que se prendem com a infraestruturação básica e técnica do terreno, com a construção do edifício de gestão do Parque e seu apetrechamento, com a promoção e divulgação da infra-estrutura, e com a constituição do Núcleo de Competências.	Apoio à instalação de laboratórios de I&D e empresas, cuja actividade preferencial possa articular-se com as valências científicas e tecnológicas presentes na FCT-UNL.	Integração empresa-escola, promovendo o arranque de projectos, nomeadamente no atendimento às formulações e pedidos emanados da indústria junto da FCT-UNL, incentivando o intercâmbio científico e tecnológico.	Apoio à instalação de grandes empresas em domínios científico-tecnológicos e à criação de empresas de base tecnológica.
3.10/098	Laboratório de Alta Tensão	LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais S. A.	26-09-2003	27-02-2004	504.905,31 €	227.207,39 €	45%	Sem execução	Criação de um Laboratório de Alta Tensão, no âmbito do Sistema Português da qualidade (SPQ). O investimento inclui a aquisição de equipamentos diversos, de bibliografia técnica, de um sistema informático de gestão departamental, a auditoria por ROC e a despesa com a acreditação para a realização de diversos ensaios, com a auditoria e registos no âmbito do SPQ.	Contribuir para a modernização e expansão das infra-estruturas de apoio às empresas no domínio do apoio à qualidade.		

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Projecto		Promotor	Datas		Investimento elegível	Comparticipação FEDER		Situação face à Execução	Objectivos do projecto	Impacto		
Código	Designação		Início	Fim		Montante	Taxa compart.			Técnico	Económico	Social
3.10/099	Laboratório de Ensaio de Campo	LABELEC - Estudos, Desenvolvimento e Actividades Laboratoriais S. A.	26-09-2003	27-02-2004	730.454,73 €	328.704,63 €	45%	Sem execução	Criação de um Laboratório de Ensaio de Campo, no âmbito do Sistema Português da qualidade (SPQ). O investimento inclui a aquisição de equipamentos diversos, de um sistema informático de gestão departamental, a auditoria por ROC e as despesas com a acreditação para a realização de diversos ensaios bem como as despesas com a auditoria e registos no âmbito do SPQ.		Contribuir para a modernização e expansão das infra-estruturas de apoio às empresas no domínio do apoio à qualidade.	
3.10/108	Laboratório de Fotometria e Colorimetria	Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC	28-04-2004	29-05-2004	636.472,67 €	477.354,50 €	75%	Sem execução	Criação de um Laboratório de ensaios de Fotometria e Colorimetria, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ). O investimento inclui a implementação de um sistema de qualidade, a aquisição de equipamentos, o estabelecimento de planos de formação e de ligações com outros laboratórios/instituições nacionais e internacionais no sentido da procura constante do "state of the art" nos domínios da investigação e desenvolvimento.		Contribuir para a modernização e expansão das infra-estruturas de apoio às empresas.	
3.10/109	Laboratório de Ensaios de Revestimento de Coberturas	Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC	28-04-2004	29-05-2004	181.015,76 €	125.317,21 €	69%	Sem execução	Criação de um Laboratório de Ensaios de Revestimento de Coberturas, no âmbito do Sistema Nacional da Qualidade (SPQ). O projecto de investimento compreende a aquisição de novos equipamentos de ensaio, novos equipamentos de ensaio, novos equipamentos informáticos, mobiliário de apoio e ainda a acreditação do laboratório junto do Instituto Português da Qualidade.		Contribuir para a modernização e expansão das infra-estruturas de apoio às empresas.	
3.10/110	Laboratório de Ensaios de Acústica	Laboratório Nacional de Engenharia Civil - LNEC	30-06-2004	15-07-2004	175.852,83 €	131.889,62 €	75%	Sem execução	Criação de um Laboratório de ensaios de acústica, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ). O investimento inclui a implementação de um sistema de qualidade, a aquisição de equipamentos, o estabelecimento de planos de formação e de ligações com outros laboratórios/instituições nacionais e internacionais no sentido de estabelecer parcerias nos domínios da investigação aplicada, e a divulgação das novas e acrescidas possibilidades e mais-valias do futuro Laboratório de Ensaios de Acústica.		Contribuir para a modernização e expansão das infra-estruturas de apoio às empresas.	

Nota: nos formulários de candidatura não existe informação referente ao número de postos de trabalho a criar.

## Domínio 18 - Investigação, desenvolvimento e inovação tecnológicos (IDTI)

## Medida 3.11 - Ciência, Tecnologia e Inovação (FEDER)

Projecto		Promotor	Datas		Investimento elegível	Comparticipação FEDER		Situação face à Execução	Objectivos do projecto	Postos de trabalho	
Código	Designação		Início	Fim		Montante	Taxa compartic.			Directos	Indirectos
3.11/001	Centro Ciência Viva da Amadora	Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica	27-12-2001	04-01-2002	511.719,14 €	255.859,57 €	50%	Concluído	Financiamento do futuro Centro de Ciência Viva da Amadora. Consiste na aquisição e construção de diversos módulos interactivos, subordinados ao tema "Cidade, Urbanismo e Arquitectura", entre os quais um conjunto de maquetes de edifícios para instalação no exterior, produção de módulos sobre os princípios do urbanismo português, e uma maquete tridimensional do município da Amadora para desenvolvimento de actividades sobre a cidade. Esta candidatura engloba também a aquisição de mobiliário, eq. áudio-visual, eq. informático, material didáctico, e a consequente aquisição de serviços relacionada com a forte componente informática deste espaço.	18	
3.11/002	Planetário Calouste Gulbenkian - Ciência Viva de Lisboa	Estado-maior da Armada	07-03-2002	25-03-2002	3.475.000,00 €	1.737.500,00 €	50%	Concluído	Conscientes da relevância que as actividades de divulgação do conhecimento científico e tecnológico têm para a formação de uma verdadeira cultura científica e tecnológica, o Ministério da Ciência e da Tecnologia e o Estado Maior da Armada pretendem constituir um Centro de Divulgação Científica, denominado Planetário Calouste Gulbenkian - Ciência Viva de Lisboa. Nesse sentido é urgente a renovação do equipamento existente, nomeadamente do projector principal, pelo que se pretende adquirir um novo, o que impõe acções de formação específicas para os seus futuros operadores, bem como um período alargado para instalação do equipamento. Paralelamente com a presente candidatura, pretende-se ainda promover a instalação de exposições temáticas temporárias, de uma mediateca e de um centro gratuito de acesso à Internet.		12
3.11/003	Centro Ciência Viva do Alviela	Câmara Municipal de Alcanena	06-12-2002	31-12-2002	1.080.000,00 €	540.000 €	50%	Com Execução	Financiamento do futuro Centro de Ciência Viva do Alviela. Com este Centro pretende-se valorizar a Nascente dos Olhos de Água do Alviela e respectiva bacia de alimentação, face à sua importância patrimonial no contexto regional e nacional. Considerando as condições únicas que as nascentes do Alviela reúnem em seu torno, este projecto irá abranger diversas áreas temáticas, nomeadamente as matérias ligadas à Geologia, ao Clima, à Fauna e à Flora. O projecto integra as seguintes componentes: Estruturas Interpretativas de Interior - Geodromo, estrutura artificial, constituída por uma plataforma robotizada de simulação da realidade; Climatógrafo, estrutura responsável pela descrição do clima da região, recorrendo às tecnologias de imagem 3D e ao uso de protótipos; Observatório, estrutura destinada à observação e captação de imagens da avifauna local; Espaço de acesso gratuito à Internet; Estruturas Interpretativas Exteriores - Rio Alviela e Canhão Flúvio-cársico da Ribeira dos Amiais.	6	

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Projecto		Promotor	Datas		Investimento elegível	Comparticipação FEDER		Situação face à Execução	Objectivos do projecto	Postos de trabalho	
Código	Designação		Início	Fim		Montante	Taxa compartic.			Directos	Indirectos
3.11/004	Centro Ciência Viva de Constância - Parque de Astronomia	Câmara Municipal de Constância	24-07-2003	06-08-2003	220.200,00 €	110.100,00 €	50%	Com Execução	Financiamento do Centro de Ciência Viva de Constância, integrado na Rede de Centros que visa a divulgação científica e tecnológica junto do grande público. Pretende-se sensibilizar a população em geral para temas como o ambiente, a astronomia, e ciências relacionadas. Tendo como base a astronomia, o projecto inicia-se com uma preocupação de interdisciplinaridade, prevendo-se que a sua amplitude venha a ser alargada, à medida que a comunidade docente da região se vier a envolver em actividades variadas. Actualmente já funcionam neste espaço um observatório astronómico, um planetário portátil insuflável e um planetário a funcionar em sala fixa, sendo o objectivo principal desta candidatura valorizar este espaço com a instalação de novos módulos – Esfera Celeste; Modelo do Sistema Solar – Distâncias; Carrossel do Zodíaco; Modelo do Sistema Solar – Planetas; Globo Terrestre – e que permitam a realização de actividades de apoio ao ensino formal complementando a abordagem de algumas matérias curriculares.		
3.11/005	Centro Ciência Viva de Sintra	Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica	29-12-2003	31-12-2003	674.580,86 €	337.290,43 €	50%	Com Execução	Financiamento do Centro de Ciência Viva de Sintra, em parceria com instituições de ensino e científicas, em resposta ao estímulo lançado pela Ciência Viva, no sentido de se constituir em todo o território nacional uma Rede de Centros que visa a divulgação científica e tecnológica junto do grande público. Os conteúdos do centro desenvolvem-se em torno de 3 temáticas: “o corpo humano”, “fenómenos/artes circenses” e “a água”. Para a realização de actividades serão disponibilizados vários espaços definidos: um núcleo expositivo constituído por módulos interactivos de ciência e tecnologia; um centro de documentação/sala de leitura para 40 pessoas; um centro de acesso gratuito à Internet. O Centro de Ciência Viva será instalado num edifício propriedade da autarquia – antiga estação dos eléctricos – no qual serão realizadas obras de recuperação e adaptação aos fins a que se destina, constituindo um imóvel com um importante valor patrimonial e arquitectónico.	10	10
3.11/006	Centro Ciência Viva de Torres Novas	Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica	29-12-2003	30-12-2003	700.000,00 €	350.000,00 €	50%	Com Execução	Financiamento do Centro de Ciência Viva de Torres Novas, em resposta ao estímulo lançado pela Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. Os conteúdos do centro desenvolvem-se em torno da temática “a energia”. Este tema fornece um fio condutor para o visitante, sendo ao mesmo tempo suficientemente vasto para abranger vários domínios da ciência e da tecnologia. O centro irá ocupar o edifício da antiga central eléctrica do caldeirão. É partindo desta memória que a energia, nas suas mais variadas formas, surge como tema central deste centro de ciência viva.	5	5
3.11/007	Centro Ciência Viva da Amadora - 2ª Fase	Associação Centro Ciência Viva da Amadora	29-12-2003	30-12-2003	326.500,00 €	163.250,00 €	50%	Com Execução	Financiamento da 2ª fase do Centro Ciência Viva da Amadora, que foi objecto de uma primeira candidatura ao PORLVT e iniciou a sua actividade em Setembro de 2003 com o objectivo de dar aos visitantes uma maior sensibilidade e uma maior capacidade de entender e de criticar os espaços urbanos em que vivemos. A presente candidatura tem como objectivo completar a oferta expositiva deste espaço e a realização de projectos de comunicação de ciência. Neste sentido, a exposição temporária sobre electricidade, cedida pelo Museu da Electricidade, irá ser substituída por uma nova exposição que gira em torno da temática “A casa vista com olhos da ciência”.	11	

## Domínio 24 - Adaptabilidade, espírito de empresa e inovação, novas TIC

## Medida 1.4 - Formação para o Desenvolvimento (FSE)

Projecto		Promotor	Datas		Investimento elegível	Comparticipação FEDER		Situação face à Execução	Objectivos do projecto	Nº de Cursos	Nº de acções	Nº de formandos	Nº de horas	Volume de Formação
Código	Designação		Início	Fim		Montante	Taxa compartic.							
1.4/118	Formação para o Desenvolvimento	Câmara Municipal de Oeiras	11-02-2003	25-03-2003	71.224,03 €	46.295,62 €	65%	Concluído	Realização de 33 acções de formação, abrangendo 436 formandos; As necessidades de formação foram identificadas em sede de diagnóstico específico realizado pela Câmara Municipal de Oeiras às suas unidades orgânicas.	6	33	436		9.882
1.4/143	Formação para o Desenvolvimento 2003	Município de Oeiras	26-09-2003	10-11-2003	17.428,44 €	11.328,49 €	65%	Concluído	Realização de 15 acções de formação, abrangendo 250 formandos; A formação enquadra-se nas áreas I, II, IV e V do FORAL; A decorrer em horário laboral.	15	15	250	222	3.642
1.4/163	Formação para o Desenvolvimento	EPO - Associação Promotora de Ensino Profissional	18-02-2004	17-03-2004	10.288,91 €	6.687,79 €	65%	Concluído	Realização de 9 acções de formação, abrangendo 108 formandos; Na sequência do apetrechamento informático adequado às necessidades da Administração Local, a persistência de problemas no que se refere à respectiva utilização por parte dos seus colaboradores, justifica a pertinência de acções de formação orientadas para uma correcta adaptação à utilização destes equipamentos.	5	9	108	260	5.640
1.4/202	Formação para o Desenvolvimento	Associação de Municípios do Oeste	28-04-2004	06-05-2004	199.071,32 €	129.396,36 €	65%	Concluído	Realização de 57 cursos, correspondentes a 73 acções de formação e abrangendo 1.228 formandos; As necessidades de formação foram identificadas pela AMO através do diagnóstico específico efectuado junto das Câmaras Municipais associadas.	57	73	1.228	1.585	26.404
1.4/227	Formação para o Desenvolvimento	Município de Loures	01-06-2004	03-09-2004	167.710,62 €	109.011,90 €	65%	Sem execução	Realização de 26 cursos de formação, correspondentes a 57 acções e abrangendo 792 formandos, visando a formação contínua e inicial de vários grupos de pessoal do Município de Loures; Inserção nas áreas I e V do Programa Foral; A decorrer em horário laboral.	26	57	792	1.386	

ACTUALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERCALAR DO PORLVT

Projecto		Promotor	Datas		Investimento elegível	Comparticipação FEDER		Situação face à Execução	Objectivos do projecto	Nº de Cursos	Nº de acções	Nº de formandos	Nº de horas	Volume de Formação
Código	Designação		Início	Fim		Montante	Taxa compartic.							
1.4/237	Formação para o Desenvolvimento	Município de Cascais	21-07-2004	03-09-2004	144.339,20 €	93.820,48 €	65%	Concluído	Realização de 2 cursos, correspondentes a 20 acções de formação e abrangendo 222 formandos; Inserção nas áreas IV e V do programa FORAL; A decorrer em horário laboral.	2	20	222	1.680	18.540
1.4/244	Formação para o Desenvolvimento	Município de Sintra	21-07-2004	03-09-2004	103.333,34 €	67.166,67 €	65%	Concluído	Realização de 69 acções de formação abrangendo 892 formandos; As acções de formação estão orientadas para os objectivos de modernização definidos pela Câmara Municipal de Sintra.	69	69	892	1.366	18.289
1.4/253	Formação para o Desenvolvimento	FORINO - ASSOC. P/A ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS	29-09-2004	21-10-2004	7.045,35 €	4.579,48 €	65%	Concluído	Realização de 2 acções de formação abrangendo 22 formandos (funcionários da Câmara Municipal de Lisboa); Inserção na área V do programa FORAL; A decorrer em horário laboral.	2	2	22	105	1.155
1.4/333	Formação para o Desenvolvimento - Administração de Sistemas UNIX	Município de Setúbal	24-05-2005	17-06-2005	2.010,46 €	1.306,80 €	65%	Sem execução	Realização de 1 acção de formação abrangendo 4 formandos; Inserção na área V do Programa FORAL.	1	1	4	40	160
1.4/336	Formação para o Desenvolvimento	Município de Cascais	24-05-2005	17-06-2005	253.105,58 €	164.518,63 €	65%	Sem execução	Realização de 29 acções de formação abrangendo 322 formandos; Inserção nas áreas IV e V do Programa FORAL.		29	322	2.490	27.540
1.4/338	Formação para o Desenvolvimento	Conhecer Mais - Consultores em Gestão de Recursos Humanos	24-05-2005	17-06-2005	137.573,39 €	89.422,70 €	65%	Sem execução	Realização de 1 curso, correspondente a 32 acções de formação abrangendo 640 formandos; Inserção na área V do programa FORAL.	1	32	640	1.120	22.400
1.4/341	Formação para o Desenvolvimento	Município de Loures	24-05-2005	17-06-2005	169.383,26 €	110.099,12 €	65%	Sem execução	Realização de 29 cursos de formação abrangendo 741 formandos; Inserção nas áreas II, III, IV, V e VI do programa FORAL.	29	52	741	1423	20.481

